

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

Faculdade de Educação – FAE

PEDAGOGIA DO LAR/OFICINA

Rosângela Maria Pereira

Belo Horizonte

2004

Rosângela Maria Pereira

**PEDAGOGIA DO LAR/OFICINA: produção, mobilização
e aquisição do conhecimento no trabalho das costureiras
faccionistas de Divinópolis**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Sociedade, Cultura e Educação.

Orientadora: Profª Drª Antônia Vitória Soares Aranha.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social
 ATA DA 537 (QUINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA) DEFESA DE
 DISSERTAÇÃO NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
 EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

Aos vinte dias do mês de agosto do ano dois mil e quatro, realizou-se na Sala de Teleconferência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, uma reunião para apresentação e defesa da dissertação "PEDAGOGIA DO LAR/OFCINA: PRODUÇÃO, MOBILIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO NO TRABALHO DAS COSTUREIRAS-FACCIONISTAS DE DIVINÓPOLIS", da aluna ROSÂNGELA MARIA PEREIRA requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Educação. A banca examinadora foi composta pelas seguintes professores: Antônia Vitória Soares Aranha - Orientadora, Magda de Almeida Neves, Eloísa Helena Santos e Antônio Júlio de Menezes Neto. Os trabalhos iniciaram-se às 14 horas e 15 minutos com a síntese da dissertação feita pela mestranda. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública à candidata. Terminadas as arguições, a banca examinadora se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final da defesa da dissertação apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a dissertação aprovada, ressaltando sua importante contribuição para os estudos na área de educação articulada ao trabalho e sugerindo a sua publicação. O resultado final foi comunicado a ROSÂNGELA MARIA PEREIRA e ao público, concedendo a aluna o título de Mestre em Educação, devendo encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 04 (quatro) exemplares. Nada mais havendo a tratar, eu, Rosemary da Silva Madeira, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será por mim assinada e por seus membros. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2004.

Profª Drª Antônia Vitória Soares Aranha - Orientadora

Profª Drª Magda de Almeida Neves

Profª Drª Eloísa Helena Santos

Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Neto

ROSEMARY DA SILVA MADEIRA



Agradecimentos

A realização deste trabalho de pesquisa só foi possível graças ao apoio e envolvimento de pessoas que acreditaram ser a concretização dele possível. Essas pessoas ofereceram sua parcela de contribuição antes e durante o curso de Mestrado. Meu agradecimento a elas.

Aos meus pais, Rosa e Jesus.

Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados(as) pela paciência e estímulo.

Ao meu amor pela paciência, pela paciência, pela paciência....

Às trabalhadoras faccionistas, aos empresários, sindicalistas e ex-sindicalistas pela disponibilidade e contribuição incomensurável.

Aos amigos de luta do Mestrado em Educação da FAE.

Aos colegas do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – NETE/UFMG, cuja interlocução muito contribuiu para realização deste trabalho.

Aos amigos e amigas que participaram de toda essa trajetória e que tiveram a paciência para ouvir nos momentos difíceis, que vibraram a cada descoberta e a cada conquista.

Aos amigos da FUNEDI.

Um agradecimento muito especial:

Para Myllene, Madalena, Gilda, *Angel(ita)*, Natalina, Maria Geralda e Elvis.

À Professora Doutora Antônia Vitória Soares Aranha, por seu empenho e disponibilidade na orientação desta pesquisa, pelo carinho e atenção que dispensa aos seus orientados, que com certeza dá um fôlego a mais para concretização dos trabalhos.

Mãos dadas

Carlos Drummond de Andrade

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considere a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.
Não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.
Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.

Resumo

Este trabalho investiga as transformações que, principalmente nos últimos anos, tem levado relevante número de costureiras da fábrica para o trabalho em suas próprias residências. Procuramos entender como as trabalhadoras domiciliares da indústria de confecção de Divinópolis, as faccionistas, vivenciam as novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho e a partir daí as relações estabelecidas entre trabalho domiciliar, qualificação profissional e o saber produzido no processo de trabalho.

A hipótese da investigação é de que a precarização das relações de trabalho não provocam, automaticamente, a precarização do conhecimento mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora faccionista no processo de trabalho. Buscamos, no processo de trabalho, no seu acontecendo, o que denominamos a “Pedagogia do Lar/Oficina”, as dimensões educativas do trabalho domiciliar.

Buscamos, assim, entender as dimensões contraditórias deste processo educativo, ou seja, como a relação capital/trabalho, nesse momento histórico atual, tem trazido a precarização das relações contratuais de trabalho, mas simultaneamente tem criado também condições, particularmente nas relações estabelecidas dentro do lar-oficina, no processo de organização do trabalho domiciliar, uma relação da trabalhadora com o saber que recupera o domínio do saber sobre o trabalho total, associado a uma maior capacidade criativa.

Résumé

Ce travail étudie les transformations qui, principalement dans les dernières années, emment un nombre significatif des couturières de l'usine pour le travail dans leurs résidences. Nous recherchons comprendre comme les ouvrières domiciliaires de l'industrie de la confection de *Divinópolis*, les *faccionistas*, vivent profondément les nouvelles conditions marquées pour les formes flexibles du travail et à partir des relations établies entre le travail domiciliaire, la qualification professionnel et le savoir produit dans le procès du travail.

L'hypothèse de l'enquête est due de l'absente de formalité des relations du travail que ne provoquent pas, automatiquement, la precarité de la connaissance mobilisée construite et acquise pour l'ouvrière *faccionista* dans le procès du travail. Nous cherchons dans le procès du travail, *in loco*, ce que nous nommons la "Pedagogia do Lar/Oficina", les dimensions éducatives du travail domiciliaire.

Nous recherchons ainsi, comprendre les dimensions contradictoires de ce procès éducatif, soit, comme la relation capital/travail, a ce moment historique courant, il a apportée l'absente de formalité des relations du travail, mais simultanément on a créé également des conditions, en particulier dans les relations établies à l'intérieur de la maison-atelier, dans le procès d'organisation du travail domiciliaire, une relation de l'ouvrière avec le savoir qu'elle récupère le domaine du savoir sur tout le travail, associé à l'une plus grande capacité créatrice.

Sumário

1. Considerações iniciais

1.1. Sobre a pesquisa e o pesquisador	10
1.2. Sobre os objetivos e a relevância do trabalho	12
1.3. Sobre a metodologia de pesquisa	
1.3.1. <i>A abordagem metodológica</i>	18
1.3.2. <i>O contexto de pesquisa e os participantes</i>	21
1.3.3. <i>A coleta dos dados.</i>	
A) <i>As observações</i>	29
B) <i>As entrevistas</i>	33
C) <i>O levantamento e análise bibliográfica e documental</i>	35
1.4. Sobre a organização do trabalho	37

2. Transformações no trabalho, informalidade e trabalho a domicílio

2.1. A crise do modelo taylorista/fordista de produção, o crescimento do mercado informal e as tendências expansão do trabalho a domicílio	40
2.2. A Ressignificação do Trabalho Domiciliar	49
2.3. O mercado informal e o trabalho domiciliar no Brasil	54
2.4. Transformações no trabalho e representatividade do trabalhador: os desafios de inclusão da trabalhadora domiciliar	59
2.5. Relações de gênero, mercado de trabalho e qualificação da trabalhadora domiciliar	64

3. As transformações no trabalho, informalidade e trabalho a domicílio no contexto da indústria de confecção de Divinópolis	74
3.1. A Indústria de confecção em Divinópolis	75
3.2. Reestruturação produtiva e racionalização organizacional na indústria de confecção de Divinópolis	80
3.3. O crescimento do número de facções	83
3.4. A formação de redes de produção	85
3.5. As relações interpessoais e familiares no trabalho nas facções	91
3.6. Tempo e espaço no trabalho domiciliar da indústria de confecção	99
3.7. As trabalhadoras faccionistas e os desafios de inclusão nas lutas sindicais	101
3.8. As relações sociais de gênero no trabalho domiciliar da indústria de confecção e as qualificação da trabalhadora domiciliar	109
4. Produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho	115
4.1. Relações com o saber e relações de saber	116
4.2. Conhecimento tácito: o <i>saber-fazer</i> do trabalhador	
4.2.1. <i>O advento das discussões sobre conhecimento tácito</i>	119
4.2.2. <i>O conhecimento tácito na educação e nas relações de trabalho</i>	123
4.3. Qualificação e saber	
4.3.1. <i>Afinal, o que é qualificação?</i>	129
4.3.2. <i>Qualificação e novas tecnologias</i>	131
4.3.3. <i>Reestruturação produtiva, formação e qualificação do trabalhador</i>	136

5. Produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho domiciliar da indústria de confecção de Divinópolis	141
5.1. Relações com o saber e relações de saber no processo de trabalho a domicílio	141
5.2. O conhecimento tácito nas relações de trabalho das faccionistas	150
5.3. Qualificação e saber no trabalho a domicílio	160
5.3.1. <i>Qualificação e tecnologias no trabalho a domicílio</i>	162
5.3.2. <i>Reestruturação produtiva, formação profissional e qualificação da trabalhadora a domicílio</i>	169
6. Considerações finais	174
Referências	182
Anexos	188

1. Considerações iniciais

1.1. Sobre a pesquisa e o pesquisador

Este trabalho de pesquisa procura refletir sobre a relação mulher-trabalho-educação, no âmbito das atividades domiciliares subordinadas ao capital da indústria de confecção de Divinópolis. Abordamos o universo do trabalho domiciliar da indústria de confecção no que tange à conjugação entre trabalho realizado pelas costureiras faccionistas e suas relações com o conhecimento, mobilizado, construído e adquirido por essas trabalhadoras no processo de trabalho.

Buscamos detectar as articulações possíveis entre as relações sociais de gênero, a formação profissional da trabalhadora, o saber produzido no trabalho e no convívio social e as relações e condições de trabalho dentro do processo de reestruturação produtiva. O universo do trabalho a domicílio aparece intimamente marcado por um intenso processo de terceirização da produção e também pela sinalização do surgimento de novas formas de organização e solidariedade entre as trabalhadoras, ainda que embrionárias.

Procuramos compreender as transformações que principalmente nos últimos anos, têm levado relevante número de costureiras da fábrica para o trabalho em suas próprias residências. Buscamos entender, também, como as trabalhadoras domiciliares da indústria de confecção, as faccionistas, vivenciam as novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho e a partir daí as relações estabelecidas entre trabalho a domicílio, qualificação profissional e o saber produzido no processo de trabalho.

A hipótese da investigação é de que a precarização das relações de trabalho não provocam automaticamente a precarização do conhecimento mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora faccionista no processo de trabalho. Buscamos no processo de trabalho, no seu acontecendo, o que denominamos a “Pedagogia do Lar/Oficina”¹, as dimensões educativas do trabalho a domicílio.

Buscamos entender, assim, as dimensões contraditórias deste processo educativo, ou seja, como a relação capital/trabalho que, nesse momento histórico atual, tem trazido a precarização das relações contratuais de trabalho, mas, simultaneamente, tem criado também condições, particularmente nas relações estabelecidas dentro do lar-oficina, no processo de organização do trabalho a domicílio, uma relação da trabalhadora com o saber (CHARLOT, 2000) que recupera o domínio do saber sobre o trabalho total, associado a uma maior capacidade criativa.

O interesse em compreender as modificações no mundo do trabalho esteve presente na formação dessa pesquisadora desde a graduação em Ciências Sociais na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, campus de Divinópolis. No período, propúnhamos como monografia de final de curso compreender com se davam os processos de modernização industrial em Divinópolis e suas implicações. Ainda que embrionário o trabalho, fez nascer as primeiras inquietações sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Por outro lado, também na graduação, a iniciação científica com a professora Batistina Maria de Sousa Corgozinho, que desenvolvia no momento a pesquisa “Nas Linhas da Modernidade: continuidade e ruptura”, no seu Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, seria a influência marcante para o desenvolvimento do interesse pelas relações entre a Educação e as Ciências Sociais.

¹ Parafaseando Kuenzer (1985), que em sua pesquisa sobre a fábrica leva em consideração a dimensão educativa e formadora deste local.

Com relação ao objeto de estudo, alguns fatores balizam o encontro com o tema. O primeiro deles, o trabalho como costureira na indústria de confecção na cidade de Divinópolis. Fonte de renda que permitiu a continuação dos estudos, o trabalho como costureira tornou-se também a atividade que marcaria por seis anos a formação da futura pesquisadora.

As pesquisas, como sabemos, estão intimamente ligadas à história de vida e de formação do pesquisador. Constituímos questões de pesquisa, nos tornamos pesquisadores, quando somos interpelados por algo que constitui um problema nos níveis pessoal e da pesquisa. O trabalho na indústria de confecção, portanto, trouxe as inquietações sobre as modificações dentro dessa modalidade de trabalho.

Os vínculos com a indústria de confecção, aliados às questões estabelecidas por ocasião da iniciação científica, intimamente ligadas com a questão educacional, marcariam o encontro histórico para a construção de um problema de pesquisa no Mestrado em Educação. As relações com o saber construído no processo de trabalho e nas relações sociais seriam despertadas nas discussões no Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – NETE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e nas reuniões de orientação com a Prof^a. Dr^a. Antônia Vitória Soares Aranha.

1.2. Sobre os objetivos e a relevância do trabalho

O trabalho a domicílio é uma modalidade de atividade que foge aos padrões mais recorrentes de organização do trabalho. Ainda que nos últimos anos sua expansão pelos setores de serviços das economias desenvolvidas tenha revitalizado essa forma de ocupação, o

trabalho a domicílio é tido como atividade marginal e o interesse em analisá-lo pode também ser considerado marginal, explicando o pequeno número de publicações e estudos específicos.

O trabalho a domicílio a que propomos analisar trata-se do trabalho industrial subcontratado, realizado no domicílio da trabalhadora mediante remuneração e encomenda de um empregador ou de seu intermediário.

Dentro dessa modalidade de atividade, deve-se destacar também o papel da mulher, que mantém um delicado equilíbrio entre a necessidade de realizar um trabalho que gere renda e a manutenção de seu papel tradicional de mãe e esposa no interior do grupo familiar.

O trabalho a domicílio na indústria de confecção é informal, e como todo trabalho informal traz em seu bojo a precarização das condições concretas de trabalho e a perda dos direitos trabalhistas. Não existe neste tipo de trabalho o registro em carteira e o empregador não necessita dar as garantias de 13º salário, férias e os demais benefícios devidos aos trabalhadores registrados.

No entanto, mostrou-nos necessário desmitificar a idéia presente nas análises sobre a informalidade de que em si ela significa apenas a precarização do trabalho. Não pretendemos, a partir da pesquisa, realizar um culto à informalidade, mesmo porque, como assinalamos, nos é claro que ela realmente acarreta a precarização das condições concretas de trabalho e a perda dos direitos conquistados ao longo de anos de luta, mas pretendemos, a partir da análise do trabalho a domicílio na indústria de confecção, investigar se ela pode conter outras dimensões contraditórias, até como, por exemplo, a não precarização do conhecimento construído, mobilizado e adquirido pela trabalhadora no processo de trabalho. Assim a precarização do trabalho não necessariamente implicaria na precarização do saber da trabalhadora.

Acreditamos que a análise do trabalho a domicílio pode trazer importantes subsídios para a compreensão das transformações no trabalho, do emprego em geral, da organização da

produção, da nova configuração da classe trabalhadora e de suas relações com a educação, o saber e o conhecimento. Esse estudo se justifica porque o trabalho, mesmo diante de todas as transformações recentes, permanece ainda como força motivadora central na vida dos indivíduos.

Assim, torna-se relevante compreender como as trabalhadoras vêm vivenciando as novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho e de que modo essas transformações têm afetado sua forma de conhecer e organizar o processo de trabalho.

Para tanto, é necessária a realização de pesquisas empíricas, seja para se conhecer o significado dessas mudanças ou para desmitificar o ideário dominante, que defende os valores presentes nas novas empresas, nas novas formas de relacionamento entre capital e trabalho, no novo processo produtivo ou nas novas formas de colaboração que em seu conjunto tem significado uma precarização das relações de trabalho. O culto dos novos ideários como instauradores de novas condições positivas e integradoras nas relações entre capital e trabalho deve assim ser questionado (ANTUNES, 2000), ainda que, no caso do trabalho a domicílio, se considere que esse tipo de trabalho precarizado pode não representar, pelo menos em termos de produção do conhecimento, um saber precarizado da trabalhadora.

É necessário compreender as dimensões educativas do trabalho a domicílio, como no interior dessa “nova” modalidade de organização do trabalho as costureiras adquirem e mobilizam seus conhecimentos e que tipo de conhecimento é esse. Em síntese, entender a “Pedagogia do Lar/Oficina”.

Por fim, numa das discussões, ainda na ocasião de construção do projeto de pesquisa, uma questão nos inquietou e vimos que seria necessário respondê-la também. Questionaram *por que discutir o conhecimento mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora no processo de trabalho domiciliar da indústria de confecção, quando a dimensão de controle do processo de produção, juntamente com a dimensão industrial da produção, vinha*

perdendo importância em uma sociedade capitalista no qual tem predominado o capital financeiro?

Colocamos que hoje de fato somos marcados fortemente pela ação do capital financeiro. No entanto, as pessoas precisam morar, comer, beber, vestir-se, entre muitas outras coisas que não poderiam ser produzidas pelo capital financeiro. Outro ponto que devíamos considerar é que o capitalismo escamoteia a importância do trabalhador no processo produtivo. Não raro, são considerados o financeiro, a tecnologia e os novos modos de produção, em contrapartida à ação prática do trabalhador.

Mas consideramos que essa resposta ainda não era suficiente para responder à tal pergunta. Acreditávamos que seria necessário mais que isso para justificar tal empreitada. Buscamos reforço então nas discussões de Antunes, Hirata e Arroyo.

Vimos que tais questões vão assentar em autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho. Para Antunes (2000, 2002), a sociedade produtora de mercadorias não permite concluir pela perda desta centralidade. O trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. No entanto, as mercadorias geradas no mundo do capital decorrem do trabalho humano em interação com os meios de produção e também não há uma eliminação do papel do trabalho coletivo na produção dos valores de troca. Mesmo num processo produtivo tecnologicamente avançado, a criação de valores seria dada pela articulação entre trabalho vivo e trabalho morto. O autor ainda coloca que:

a redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado *não negam a lei do valor*, quando se considera a *totalidade do trabalho*, a *capacidade de trabalho socialmente combinada*, o *trabalhador coletivo* como expressão de múltiplas *atividades combinadas*. (ANTUNES, 2000, p.84 – grifo do autor).

Para Hirata (2000), o trabalho é múltiplo e plural. O trabalho é plural porque também as experiências humanas são diversas, constituindo-se, então, esse indivíduo capaz, apto e

mobilizado para o trabalho em diferentes latitudes. No sentido múltiplo, o trabalho é amplo, entendido como doméstico, assalariado, remunerado, não remunerado, formal, informal, entre outros. Considerá-los como modalidades de trabalho implica um alargamento do conceito de trabalho e, com essa ampliação, afirma-se a sua centralidade. Portanto, mesmo que o emprego assalariado retraia-se, a atividade do trabalho continua a ter um lugar estratégico nas sociedades contemporâneas.

Já para Arroyo (1998), tomar como objeto de pesquisa as relações entre *trabalho e educação* é assumir trabalho como princípio educativo e a centralidade do trabalho humano como constituinte da condição humana.

Assim, analisamos o trabalho em sua dimensão múltipla e plural. O trabalho é amplo, pois aparece ligado à indústria de confecção, mas não está restrito ao espaço da fábrica e da produção. Tomamos como referência o trabalho terceirizado, realizado nas residências das faccionistas, que aparece intimamente ligado à família, a casa, às relações sociais. Nesse sentido, compreender quem são essas trabalhadoras, como se relacionam com o trabalho e quais relações estabelecem com o conhecimento implica em compreender também parte das relações nas quais estão imersas cotidianamente.

O trabalho é também plural, como afirma Hirata, porque é constituído de diferentes trajetórias, histórias de vida, experiências que passam pela dimensão do singular, do pessoal, da subjetividade, mas que deixam as suas marcas no trabalho e no seu produto.

Acreditamos que, pelo menos, no que diz respeito ao trabalho concreto², é possível encontrar positividade nas relações estabelecidas dentro do trabalho a domicílio. Como colocado por Duraffourg (1998), não teremos qualquer possibilidade de progredir quanto aos problemas que dramaticamente requisitam nossa atenção como o aumento do desemprego e da exclusão, a questão das condições para o desenvolvimento, a desregulamentação crescente

² Como uma fonte da riqueza material, em resumo, do trabalho enquanto produtor de valores de uso (MARX, 1978).

do trabalho, se não percorrermos novamente o conhecimento da atividade concreta de trabalho.

O trabalho é, assim, compreendido dentro de uma perspectiva ontológica, ou seja, o trabalho *em si*, como princípio educativo, como formador, por meio do qual homens e mulheres produzem conhecimentos e desenvolvem-se a partir dele.

Por fim, objetivamos com a pesquisa:

- Sistematizar características do trabalho a domicílio, em particular na área da indústria de confecção;
- Caracterizar e analisar o trabalho a domicílio em Divinópolis;
- Analisar as relações entre o processo de organização do trabalho e o conhecimento da trabalhadora;
- E, por fim, identificar e analisar os processos de produção e aquisição do conhecimento feitos pelas trabalhadoras no trabalho a domicílio na indústria de confecção de Divinópolis.

Ainda que a análise do objeto esteja restrita à cidade de Divinópolis, acreditamos que não deixa de ser uma expressão de uma totalidade, que são os processos de terceirização que têm levado parte da produção para o domicílio das trabalhadoras.

1.3. Sobre a metodologia de pesquisa

1.3.1. A abordagem metodológica

Para uma melhor compreensão da relação entre produção e aquisição do conhecimento e a organização do processo de trabalho a domicílio na indústria de confecção, foco deste trabalho de pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa do objeto proposto. Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998) definem a pesquisa qualitativa como uma abordagem que exige uma maior capacidade interpretativa do pesquisador. Nos estudos qualitativos, o pesquisador é o principal instrumento de investigação. Destaca-se, assim, a preocupação em conhecer o que não é possível de modo contíguo, sendo, portanto, necessário compreender e interpretar os sentidos e significados que estão subjacentes aos comportamentos humanos.

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Preocupa-se nas Ciências Sociais com o nível de realidade que não pode ser mensurado. Trabalha, assim, com o universo das significações, motivações, aspirações, valores, atitudes, que compreendem o espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos e que, portanto, não podem ser reduzidos às operacionalizações de variáveis.

A pesquisa qualitativa não se opõe à utilização de recursos quantitativos (ALVES-MAZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998). Assim, utilizamos recursos quantitativos oriundos de pesquisas já realizadas sobre a indústria de confecção de Divinópolis, que tiveram como objetivo a mensuração e o estabelecimento de relações e determinações entre o trabalho a domicílio e o trabalho realizado nas fábricas.

A opção pela pesquisa qualitativa implicou em uma imersão no universo do trabalho a domicílio com o objetivo de compreender como as trabalhadoras faccionistas vivenciavam no seu cotidiano de trabalho, nas suas relações com a família, com a comunidade, com os empresários, entre outros, as novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho. E também, como colocado anteriormente, as relações que eram estabelecidas entre trabalho a domicílio, qualificação profissional e o saber produzido no processo de trabalho e nas relações sociais.

Diante das variadas possibilidades que oferece a pesquisa qualitativa, optamos por um enfoque etnográfico do objeto de estudo, porque acreditávamos ser no cotidiano do processo de trabalho a domicílio, no movimento de tomada de decisões, na intersecção dos processos sociais que ocorrem entre a costureira, os residentes do domicílio e os empresários, que era possível encontrar a trabalhadora por inteiro, possibilitando melhor apreender a realidade em foco, e extrair dela o maior número de análises.

A etnografia, segundo Bianco,

... tenta captar e descrever o que não é visto, o sistema de significados culturais que dão sentido às condutas individuais, tomando distância daquilo que na cotidianidade parece tão óbvio e não presta à reflexão, para olhar tais acontecimentos como estranhos. Trata-se também de uma tradução, com base na linguagem do sujeito e do seu modo de experimentar a vida no cotidiano (2000, p. 46).

Assim, a dimensão etnográfica foi construída, por meio da observação participante e da interrogação do dia-a-dia de trabalho das costureiras faccionistas devidamente registradas em um Diário de Campo (Anexo 1).

As anotações em um diário davam-se primeiro pelo tempo que permanecíamos em campo e segundo para que não houvesse perda de dados e fatos importantes. Como colocado por Ruiz (1996), o pesquisador não deve confiar excessivamente em sua memória.

As observações devidamente registradas no Diário de Campo permitiram a interpretação da realidade a partir da descrição da dia-a-dia do processo de trabalho e suas inter-relações sociais. Entretanto, mesmo com intenso trabalho de campo, sabemos que não conseguimos interpretar a totalidade da realidade dessas trabalhadoras. A riqueza do cotidiano de trabalho com suas inter-relações é muito maior que conseguimos ou conseguiremos expressar em qualquer trabalho de pesquisa.

Além da dimensão etnográfica, o trabalho contou com outras técnicas de pesquisa, tais como realização de entrevistas, levantamentos e análises bibliográficas e documentais. Alves-Mazotti e Gewandszajder (1998) colocam isso como uma das características das pesquisas qualitativas. Elas possibilitam a utilização de variados procedimentos e instrumentos de coleta de dados, podendo, assim, ser caracterizadas como multimetodológicas.

Portanto, este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa que se utilizou de(a):

- Levantamentos e análises bibliográficas e documentais sobre o trabalho informal e particularmente o trabalho a domicílio na atualidade; sobre o trabalho a domicílio na indústria de confecção de Divinópolis e sobre o trabalho e a produção do conhecimento no processo de trabalho e nas relações sociais. Tais levantamentos e análises tiveram como objetivo compreender as transformações no trabalho e particularmente no trabalho a domicílio em Divinópolis, e, a partir deste, suas relações com o conhecimento;
- Realização de entrevistas com empresários do setor confeccionista, visando a obter dados para caracterização acerca da produção, da organização e da gestão das fábricas, bem como das relações com as trabalhadoras fccionistas;
- Entrevistas com pessoas envolvidas tanto com representações ligadas à indústria de confecção como das trabalhadoras da indústria de confecção, visando a obter dados

para caracterização da indústria de confecção como um todo e da organização das trabalhadoras;

- Por fim, entrevistas com trabalhadoras faccionistas e observações tipo etnográfica de um grupo de pesquisa de agosto a dezembro de 2003, objetivando identificar características da construção do conhecimento e de sua relação com o trabalho.

1.3.2. O contexto de pesquisa e os participantes

Para Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998), o pesquisador escolhe o contexto e os participantes em função das questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos.

Assim, depois de determinada a opção pela dimensão etnográfica, procuramos definir um grupo de pesquisa para que pudéssemos intensificar a nossa presença no campo. Acreditamos, que a definição deste grupo permitiu à pesquisadora permanecer um tempo que possibilitou penetrar na vida cotidiana das trabalhadoras faccionistas e tornar visíveis as distintas relações que ocorrem no seu interior, bem como captar como se dão as relações entre a mobilização, produção e aquisição do conhecimento e a organização do processo de trabalho a domicílio.

Para efeito de análise, consideramos trabalho a domicílio, o trabalho subcontratado direta ou indiretamente – por empresários ou seus intermediários – solicitado por empresas confeccionistas com ou sem fábrica constituída. Restringimos também a relação de subcontratação a um acordo verbal ou documentado informalmente em notas ou cadernos de controle, com remuneração auferida por peças confeccionadas, aparecendo como

subcontratadas costureiras faccionistas que produzem com características familiares, ou seja, o trabalho aparece intimamente envolvido com a casa e o dia-a-dia em família.

Todavia, a restrição do campo de análise não excluiu um série de dificuldades para definição do grupo de pesquisa, tendo em vista a diversidade que ele ainda englobava. Assim, para definição deste grupo, tomamos como critério de seleção as formas de organização do processo de produção. Identificamos entre as costureiras faccionistas 5 formas distintas de organização. São elas:

- a) a costureira faccionista que trabalha sozinha;
- b) a costureira faccionista que tem outros membros da família envolvidos no processo de produção;
- c) a costureira faccionista que envolve pessoas que não são familiares no processo de produção; sendo que essas pessoas não são subcontratadas, e dividem os lucros;
- d) a costureira faccionista que subcontrata serviços de terceiros, mas não tem firma organizada;
- e) e, por fim, a costureira faccionista que subcontrata serviços de terceiros, com firma registrada e reconhecida como facção.

Consideramos e determinamos esse um critério interessante de definição do grupo de análise, que nos permitiria identificar como se dão as relações de conhecimento nessas diversas formas de organização do processo produtivo e como essas trabalhadoras se relacionam com os outros trabalhadores envolvidos, com os empresários, com os familiares e sobretudo como se relacionam com o conhecimento.

Precisamos deixar claro, no entanto, que ainda que tenhamos procurado cercar as formas de organização do processo de produção das costureiras faccionistas, não acreditamos que se esgotem apenas nessas 5 aqui definidas, podendo ter outras que não conseguimos abarcar. Além, é claro, de organizações que englobam mais de um desses itens, como

exemplo de costureiras faccionistas que têm outros membros da família envolvidos no processo de produção, mas subcontratam serviços de terceiros com firma reconhecida ou não como facção, entre outros.

Outro ponto é que pela restrição proposta anteriormente, que limitava a relação de subcontratação a um acordo verbal ou documentado informalmente em notas ou cadernos de controle, não incluímos o último item, ou seja, (e) a costureira faccionista que subcontrata serviços de terceiros, com firma registrada e reconhecida como facção.

Depois de definidos os critérios de seleção do grupo de pesquisa, era preciso chegar até essas costureiras faccionistas. Alguns pontos dificultavam esse contato. O primeiro deles era a invisibilidade desse tipo de atividade. Ainda que os anos de trabalho como costureira na indústria de confecção tenha dado a sensibilidade de identificar o barulho característico das máquinas de costura, não permitiriam definir a partir dele onde encontraríamos as costureiras faccionistas com as características necessárias para compor o grupo de pesquisa.

O segundo ponto era que, por ser uma atividade informal, essas costureiras faccionistas ficavam receosas com a presença de um estranho, pensavam que poderia ser da fiscalização ou alguém que iria levá-las ao conhecimento da fiscalização.

Por fim, a pesquisadora permaneceria um tempo considerável dentro de suas residências participando não só do dia-a-dia de trabalho delas, mas, também, do cotidiano de suas famílias, com todas as implicações que isso envolve. E isso poderia causar algum constrangimento para estas participantes.

Para sanar tais problemas, optamos por um primeiro contato indireto por meio de pessoas que elas conheciam. A partir da intervenção dessas pessoas, foi constituído o grupo de pesquisa, pois elas nos apontavam quais costureiras faccionistas conheciam e suas características. E assim, com suas observações, íamos vendo quais estavam dentro dos critérios que tínhamos definido e construindo o grupo de pesquisa. Determinamos, assim, para

que não houvesse muita resistência já no primeiro encontro, e também porque era preciso primeiro ter um mínimo de confiança dessas trabalhadoras, uma vez que como já mencionamos, estaríamos diretamente em suas casas.

O primeiro contato, então, foi feito por intermédio dessas pessoas, por telefone ou pessoalmente, dependendo do caso. Procuravam a costureira faccionista, diziam que era um trabalho de pesquisa, realizado por uma pessoa confiável, e perguntavam se poderiam ser contatadas. O fato de ser uma pessoa próxima a elas facilitava o primeiro contato, mas não era garantia de que concordariam em participar da pesquisa. Entretanto, todas as que não recusaram participar da pesquisa falaram que só concordaram em nos receber por ser uma pessoa próxima a elas ou pelo menos conhecida que solicitou o primeiro encontro.

A faccionista comenta que só concordou que eu viesse observá-las trabalhando porque foi uma amiga em comum que falou com elas, se não tivesse ninguém para interceder não concordariam por achar que podia tratar-se da fiscalização. Como elas não têm firma registrada, preocupam-se com isso (Diário de Campo, Faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

No primeiro contato pessoal, procurávamos de maneira clara explicar que era uma pesquisa de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais e em linhas gerais do que se tratava a pesquisa. Falávamos também um pouco sobre quem era a pesquisadora, onde morava, o que a motivava a estar realizando tal trabalho para que as trabalhadoras ficassem seguras quanto à sua presença. Como colocado por Alves-Mazotti e Gewandszajder (1998), deve ser uma das habilidades do pesquisador a capacidade de estabelecer uma relação de confiança com os sujeitos de sua pesquisa.

Depois de compreendida a parte inicial, narrávamos como seria feito o acompanhamento e perguntávamos se concordariam em contribuir com o trabalho. Quando concordavam com a observação, propúnhamos também a realização de uma entrevista

gravada. Todas que concordaram com a observação concordaram também com a entrevista gravada.

Combinamos com as costureiras faccionistas que concordaram com a observação que antecipadamente, ligaríamos para confirmar ou definiríamos os dias e horários de observações. Esse procedimento era para que não houvesse contratempos de chegar e não ter nenhum trabalho para ser feito, já que o trabalho delas depende também da entrega de material pelos empresários.

O grupo de pesquisa ficou, então, assim constituído:

Faccionista 1– Idade: 44 anos. Casada, mãe de 6 filhos. Mora com a família. O local de trabalho é a sua casa. As máquinas estão num galpão que foi construído anexo a casa; a saída da cozinha é para o cômodo de costura. A faccionista subcontrata serviços de terceiros, mas não tem firma organizada. Com ela trabalham outras 4 pessoas, uma costureira de reta, uma costureira de galoneira, uma arremateira/passadeira e uma adolescente que ajuda no arremate, mas que está responsável, mesmo, é pelo neto da faccionista. No que diz respeito ao neto, a filha casada da faccionista trabalha fora. Assim, o menino de 11 meses fica com a faccionista, que, além dos trabalhos da facção, fica com a incumbência de olhá-lo. Portanto, o espaço de trabalho é dividido com o espaço em que o menino costuma ficar. A faccionista possui 3 máquinas de costura (1 costura reta, 1 interloque³, e 1 galoneira). O marido trabalha no fundo da casa com uma oficina de lanternagem de veículos. A faccionista estudou até a 8ª série do ensino fundamental.

Faccionista 2 – Idade: 40 anos. Casada, mãe de 2 filhos ainda crianças. Mora com a família. O local de trabalho é a sua casa. As máquinas ficam em um galpão construído

³ Faz costura reta e overloque ao mesmo tempo

no fundo da casa para abrigar a facção. A faccionista tem outros membros da família envolvidos no processo de produção. Assim, trabalham no local a faccionista, seu marido e sua irmã. O marido ajuda na parte de arremate e está aprendendo a costurar. A faccionista e a irmã trabalham em todas as máquinas dependendo da necessidade. Possui 5 máquinas de costura (2 costura reta, 1 overloque, 1 interloque e 1 galoneira). O espaço de trabalho é dividido com o espaço em que as crianças brincam. Elas estão constantemente juntos à mãe. Além dos filhos da faccionista, o filho da irmã, um menino de 3 anos, de vez em quando fica com elas. O marido da faccionista, eletricitista, está desempregado há mais de 2 anos. Nesse tempo tem se dedicado também a fazer “bicos”, e a faccionista assumiu a responsabilidade de manutenção da família. A faccionista estudou até a 5ª série do ensino fundamental.

Faccionista 3 – Idade: 20 anos. Mãe solteira de um filho de 1,9 meses e grávida de 5 meses do segundo filho. Na observação da faccionista 3, tivemos duas situações distintas:

Situação 1 – Mora com o filho em um bairro distante. O local de trabalho é a casa da mãe. Não levou as máquinas para sua casa pela distância de sua moradia do centro da cidade, o que, segundo a faccionista, causa desânimo nos empresários de levarem as peças para ela confeccionar. A faccionista ressalta que sua casa também é pequena para abrigar as máquinas. Estando na casa da mãe, essa se responsabiliza por olhar seu filho. As máquinas de costura (1 costura reta, 1 interloque, 1 galoneira) ficam no terraço da casa e são protegidas nas laterais por um pedaço de lona. A faccionista trabalha sozinha, apesar de a mãe também ser costureira. Sua mãe não trabalha com facção, mas faz trabalhos de consertos em roupas. Nos momentos em que a mãe também precisa costurar, o espaço de trabalho é dividido com o espaço em que as

crianças brincam, pois, além do filho da faccionista, ela olha um outro neto. Como ficam no terraço, para as crianças não caírem, a saída é fechada com um tanque de lavar roupas. O pai do primeiro filho da faccionista não assumiu as responsabilidades pela criação do filho e o pai do segundo(a) filho(a) encontra-se no momento detido. A faccionista estudou até o 1º ano do ensino médio.

Situação 2 – A faccionista tirou as máquinas da casa da mãe. Alugou um apartamento e está morando com o pai da filha que está esperando e com o filho. Arrumou uma pessoa – a quem paga salário – para trabalhar com ela na facção. Usa um dos quartos do apartamento para colocar as máquinas de costura. Depois do trabalho, vai arrumar a casa e agora é ela quem toma conta do filho. O marido está desempregado.

Faccionista 4 – Idade: 52 anos. Casada, mãe de 3 filhos (o mais velho faleceu há alguns anos; fala muito do filho). Mora com a família. O local de trabalho é sua casa. As máquinas (2 costura reta, 2 overloque, 1 galoneira, duas máquinas de costura caseira) ficam num cômodo anexo a casa. O cômodo é dividido ao meio. Em uma das partes ficam as máquinas e na outra fica a mesa onde são marcadas à ferro as peças que serão confeccionadas. O cômodo foi construído exclusivamente para abrigar a facção. No cômodo de costura, chama a atenção um relógio grande pendurado na parede. Na facção, trabalham a faccionista e uma vizinha que recebe uma porcentagem da produção total. A faccionista envolve, assim, pessoas que não são familiares no processo de produção. Essas pessoas não são subcontratadas; elas dividem os lucros. O marido e os dois filhos trabalham fora. A faccionista estuda em um projeto de educação de jovens e adultos, cursando a 8ª série do ensino fundamental.

Uma das faccionistas procurada para compor o grupo de pesquisa (*Faccionista 6*), não se disponibilizou a participar da observação de campo. A faccionista ocuparia no grupo de pesquisa o item (d), ou seja, costureira faccionista que subcontrata serviços de terceiros, mas não tem firma organizada. Gostaríamos de colocar, entretanto, que o encontro pessoal com a trabalhadora nos revelou também uma outra situação que não esperávamos.

Primeiro, a faccionista havia recentemente registrado firma como facção, o que portanto não a incluía mais no item (d) e sim no item (e), ou seja, costureira faccionista que subcontrata serviços de terceiros, com firma registrada e reconhecida como facção e como já colocamos, as restrições propostas limitavam a relação de subcontratação a um acordo verbal ou documentado informalmente em notas ou cadernos de controle. Isso portanto a excluía do grupo de pesquisa que propúnhamos constituir.

Segundo, a faccionista relata que, pelas dificuldades enfrentadas nesse ano, havia dispensado naquela semana as 3 costureiras contratadas que ainda restavam. Passou a trabalhar com duas outras costureiras; elas em suas próprias casas. Na facção por esse momento, trabalham só ela e uma outra pessoa que está ensinando a costurar.

Por fim, a faccionista colocou que mesmo que tivesse as costureiras contratadas trabalhando dentro da facção e não fosse registrada não concordaria com a observação de campo, porque considerava que isso interferiria no ritmo da produção. Segundo a faccionista, a presença de uma pessoa estranha no espaço de produção causaria constrangimento às trabalhadoras, e isso não seria bom para ela.

Justificamos, então, que entre as costureiras observadas até o momento não houve qualquer tipo de constrangimento, mas não insistimos, pois a costureira faccionista, a partir do momento em que disse que havia reconhecido firma como facção e que não subcontratava mais costureiras, deixou de ser a faccionista que procurávamos para compor o grupo de pesquisa, dentro dos critérios que havíamos estabelecido.

Agradecemos, então, mas, no entanto, perguntamos se poderíamos realizar a entrevista, pois mesmo não estando dentro dos critérios que procurávamos para compor o grupo de pesquisa, acreditávamos que poderia ter algo a contribuir com a pesquisa, uma vez que já fazia 14 anos que trabalhava com facção, um período longo em relação à média das outras trabalhadoras, que é de 5 anos. A faccionista concordou e marcamos uma data para realização da entrevista. Mais adiante, quando discutiremos sobre as entrevistas, trataremos sobre a sua realização.

Além das trabalhadoras faccionistas, definimos pela participação na pesquisa de dois empresários por meio de entrevista gravada. Definimos por um empresário com indústria considerada de grande porte para a cidade e um empresário com uma pequena confecção.

Foi entrevistado, ainda, um dirigente sindical do Sindicato dos Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores da Indústria de Confecção e Estamparias de Divinópolis. No sindicato, participamos de reuniões e conversamos informalmente com outros dirigentes que contribuíram de forma relevante no acesso a documentos e materiais de pesquisa.

Por fim, entrevistamos dois ex-sindicalistas do Sindicato do Vestuário de Divinópolis, que trouxeram informações importantes relacionadas ao fortalecimento da indústria de confecção na cidade de Divinópolis, além de indicações relacionadas à formação da mão-de-obra para a indústria de confecção.

1.3.3. A coleta dos dados

A) As observações

Para Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998) as observações ocupam lugar privilegiado nas abordagens qualitativas, pois possibilitam um contato estreito com o fenômeno pesquisado. Os autores ressaltam como pontos positivos desta técnica de pesquisa:

- a) independem do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos;
- b) permite checar na prática a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para causar “boa impressão”;
- c) permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir;
- d) e, por fim, permite o registro do comportamento em seu contexto temporal e espacial.

Nesta pesquisa, utilizamos a observação participante. Nela, o pesquisador se torna parte da situação observada, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar do seu cotidiano e sentir o que significa naquela situação (ALVES-MAZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998). Para Johnson (1997), a observação participante é um método de pesquisa no qual o pesquisador realmente toma parte no fenômeno social que estuda.

Assim, as observações ocorreram de agosto a dezembro de 2003. Ficamos uma média de 8 dias com aproximadamente 6 horas de duração em cada uma das costureiras, além de outros contatos estabelecidos durante esse período.

As observações tiveram intervalos entre as primeiras e as últimas. Isso para que pegássemos as costureiras tanto nos períodos de pouco trabalho como também no período de pico de produção.

Durante os meses de setembro e outubro de 2003, houve uma queda no ritmo da produção que inviabilizou a realização das observações, uma vez que as costureiras ficaram completamente sem trabalho. Nesses meses, procuramos entrar em contato freqüentemente indo inclusive algumas vezes às casas das costureiras para verificar como elas estavam

lidando com essa situação. De certa forma, ainda que não intencionalmente, acabamos também tendo de aprender a lidar com essa nova situação.

Como tem faltado trabalho, faço contato constantemente por telefone para ver como está o andamento. Em contato do dia 25 de setembro de 2003, a *faccionista* comenta que o serviço está muito parado. Já faz mais de duas semanas que não tem trabalho. Nos anos anteriores, nessa mesma época, ela comenta que estava trabalhando muito em roupas para festas de fim de ano. Passo para ela um telefone que a *faccionista 3* pediu para passar. É o telefone de um empresário que tinha procurado a *faccionista 3* para passar trabalho. Como ele trabalhava com camisas, um tipo de trabalho que ela não gostava de fazer, pediu para passar o telefone à *faccionista*. As duas não tinham contato. No entanto, havia comentado com a *faccionista 3* que a outra *faccionista* trabalhava com camisas e estava parada. Por isso, ela pediu para então passar o telefone. A *faccionista* fica de ligar para o empresário e sondar a possibilidade de trabalho (Diário de Campo, *Faccionista 4*, 25 de setembro de 2003).

Percebemos nas observações de campo que não há como o pesquisador passar despercebido entre os participantes da pesquisa. Fato interessante com relação a isso foi narrado pela *Faccionista 2*. A *faccionista* tem uma filha de 5 anos e conta que, em uma das tardes em que não estava ocorrendo a observação, a menina sentou-se da mesma forma que a pesquisadora, no mesmo banco e fazendo os mesmos gestos. Brincava observando a mãe e a tia trabalhando e mesmo sem ainda saber escrever fingia que estava fazendo anotações. Da narração da *faccionista* restou a sensação de que a pesquisadora observava, sim, mas também era observada, e sua presença de alguma forma interferia na rotina dessas trabalhadoras. Vejamos outros exemplos de situações que demonstram isso:

A costureira reclama sono. Sai e vai lavar o rosto. Brinca comigo. “Como você está fazendo pesquisa, não vai colocar que costureira dorme na máquina, não.” Depois completa: “Estava com tanto sono que se não fosse lavar o rosto não agüentava não.” Nesse momento, percebo que elas não são tão alheias ao fato de eu estar lá. Brincam também sobre o que devo ou não anotar (Diário de Campo, *Faccionista 1*, 13 de novembro de 2003).

Observei que elas apelidavam todos que trabalhavam com elas. Pergunto sobre o apelido de um empresário; elas explicam. Digo que queria ver qual seria o meu. Nesse momento, descubro que já ganhei um apelido entre as costureiras. Pois elas riram e disseram que eu já tinha um apelido: era fiscal. Que todas as vezes que chegava, elas brincavam: *Aí o fiscal chegando*. Isso porque, segundo elas, ficava o dia todo vigiando tudo o que elas estavam fazendo, parecendo um fiscal (Diário de Campo, *Faccionista 1*, 17 de novembro de 2003).

Outra questão é que, como colocado por Johnson (1997), os pesquisadores que adotam a observação participante podem envolver-se demasiadamente no que estudam, e isso pode influenciar suas observações e interpretações sem que se dêem conta disso. Isso ocorreu durante a observação de campo, na qual tivemos de interromper as observações por comprometimento da própria pesquisadora que estava envolvida demais nos problemas dos pesquisados, chegando mesmo a um processo de adoecimento, e isso causava uma certa angústia que não permitia perceber e quanto menos analisar o que estava acontecendo com clareza.

Outro ponto é levantado por Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998), que indicam como uma das qualidades exigidas do pesquisador que envereda pela observação participante é a capacidade de ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas. Assim, no campo de pesquisa, ocorrem situações que não esperamos e que não estamos naquele momento preparados para lidar com elas.

Depois que o empresário vai embora, a faccionista pergunta se eu percebi o jeito que ele fala. Digo que fiquei assustada com a forma de ele a tratar. Não tinha como negar, o jeito que fiquei não me permitia fazer isso. A faccionista comenta, então, que ele antes costumava gritar com ela, que ficava calada, mas hoje ela não fica mais calada. Antes até chorava, mas hoje, se ele fala alguma coisa ela responde (Diário de Campo, Faccionista 1, 13 de novembro de 2003).

Nesses casos, então, coube-nos a humildade de saber que somos pesquisadores, mas, acima de tudo, somos também pessoas com limitações.

Em outras situações, a relação pesquisadora e pesquisadas ganhou uma dimensão maior que a da própria pesquisa.

Coloca o menino no chão e pede para ele brincar só enquanto ela termina as roupas que ainda faltam. O menino coloca algo na boca e a avó vai olhar. Depois volta a costurar. O menino vai para perto da avó querendo colo. Levanto e vou pegar o menino um pouco (Diário de Campo, Faccionista 1, 19 de novembro de 2003).

Neste dia, estive na casa da faccionista para deixar um produto que pediu para eu comprar para ela em Belo Horizonte. Já estava tarde, já eram mais de 21 horas. A faccionista e o marido estavam fazendo limpeza na casa. Comenta que a casa precisava de uma geral, e esse era o único horário disponível. A faccionista diz que está tarde para eu ir embora sozinha e que o marido está arrumando para ir me levar. Digo que não precisa, mas eles não concordam. Nesse dia, percebo que a relação acabou tornando-se também uma relação de amizade (Diário de Campo, Faccionista 2, 30 de outubro de 2003).

B) As entrevistas

Para Ruiz (1996), a entrevista consiste em um diálogo com o objetivo de colher de determinada pessoa ou informante dados relevantes para a pesquisa em andamento. Assim, não só os quesitos da pesquisa devem ser bem elaborados, como também o informante deve ser criteriosamente selecionado.

A entrevista pode ser a principal técnica de coleta de dados ou pode ser parte integrante da observação participante. Nesta pesquisa, foi utilizada como parte integrante da observação participante. As entrevistas qualitativas são pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa (ALVES-MAZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998).

Elaboramos, assim, roteiros de perguntas para realização das entrevistas, seja das costureiras faccionistas, dos empresários e sindicalistas (Ver anexos 2, 3, 4). Procuramos, entretanto, não nos fechar neste roteiro. Ele foi empregado apenas para dar um direcionamento ao pesquisador, à medida que as entrevistas eram realizadas e apareciam novas questões que poderiam contribuir com a realização da pesquisa, essas eram incluídas (Ver anexo 5). Também, nem sempre, a entrevistada seguia a ordem de perguntas da pesquisadora, sendo necessário às vezes avançar no roteiro como também retornar a outras questões. Com os ex-sindicalistas pelas próprias questões que surgiram, não conseguimos acompanhar um roteiro.

Essa técnica de entrevista é chamada semi-estrutura ou focalizada (ALVES-MAZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998). Nela, como é possível perceber, o entrevistador faz perguntas específicas, mas deixa o entrevistado à vontade para responder com suas próprias palavras.

Para a construção do roteiro de perguntas, identificamos que deveríamos propor questões que permitissem ver como dava-se a organização da produção no trabalho a domicílio, quais pessoas estavam mergulhadas nessas relações de trabalho e que permitissem entender como davam-se a mobilização, a aquisição e a produção do conhecimento nesse processo de trabalho.

Uma primeira entrevista foi realizada em julho de 2003, para avaliar se o roteiro estava adequado. Essa entrevista, pelas contribuições que trazia, foi incluída na pesquisa (*Faccionista 5*). No entanto, não realizamos com a faccionista entrevistada a observação de campo.

No que diz respeito à entrevista com a *Faccionista 6*, comparecemos na data e horários marcados. A entrevista com a faccionista ocorreu a princípio de forma tensa. Ela apresentou-se muito desconfiada, pareceu não sentir-se à vontade com o gravador, soltava-se muito pouco. Mas, como colocado por Ruiz (1996), o pesquisador deve, além de evitar ser inoportuno, deixar à vontade o entrevistado. Assim, procuramos, mesmo diante de sua tensão, manter a tranquilidade, e fomos ganhando sua confiança. Com o tempo, ela soltou-se e respondeu a todas as perguntas.

No final, mesmo sem tocarmos no assunto, somos convidadas a conhecer o espaço onde funciona a facção. A faccionista parece orgulhosa com o que já conseguiu até o momento, apesar das dificuldades pelas quais diz ter passado. As características são de uma fábrica, tem pelo menos 10 máquinas e um espaço grande, mas nenhuma peça por fazer como é comum ver nas facções nessa época do ano.

No que diz respeito à entrevista com os empresários, também marcamos por telefone antecipadamente dia e horário para sua realização. As entrevistas continham questões relacionadas à trajetória do empresário, à fábrica e à contratação de facções.

O mesmo procedimento de marcar antecipadamente foi adotado com o sindicalista. A entrevista contou com questões relacionadas à sua trajetória, sobre as atividades do sindicato e questões relacionadas à representação das costureiras faccionistas.

Os ex-sindicalistas foram contatados via sindicato das costureiras. As questões levantadas estavam relacionadas à sua trajetória, sobre a indústria de confecção em Divinópolis, sobre a formação dos trabalhadores e sobre suas atividades no sindicato.

C) O levantamento e análise bibliográfica e documental

Ao elegermos o trabalho a domicílio como tema de pesquisas, deparamos com a escassez de estudos específicos sobre as atividades domiciliares subordinadas ao capital. Acreditamos que isso deve-se possivelmente às dificuldades com as fontes, uma vez que esses(as) trabalhadores(as) quase não aparecem nas estatísticas oficiais, não constam das fontes sindicais e os empregadores quase sempre mostram-se reticentes em dar informações sobre o assunto, já que se trata de um trabalho informal que hoje aparece associado aos processos formais de trabalho.

Além disso, não raro os (as) trabalhadores(as) a domicílio mostram-se indispostos(as) a discutir suas condições. E, pela invisibilidade desse tipo de atividade, é dificultado o acesso a esses(as) trabalhadores(as).

Outro ponto, assinalado por Matos (1993) ao analisar o trabalho domiciliar nas indústrias de sacaria para o café na última década de 1800 e nas primeiras décadas de 1900, e que acreditamos que ainda prevalece, é o fato de que as barreiras à compreensão do universo do trabalho a domicílio tornam-se ainda maiores quando lidamos com documentos.

O universo de trabalhadores domiciliares é quase todo composto de mulheres, enquanto os materiais disponíveis, de um modo geral, são produzidos por homens, como por exemplo os discursos do trabalho, da greve ou da resistência apresentam-se no universo masculino, englobando e, simultaneamente, excluindo a presença feminina.

Estudo importante e também importante referência para este trabalho de pesquisa, foi realizado por Alice Paiva Abreu e Bila Sorj no Rio de Janeiro no início da década de 1990, sobre o trabalho a domicílio na indústria de confecção. As duas pesquisadoras procuram compreender como as mudanças no sistema produtivo e na organização do trabalho, fundamentadas essencialmente nos paradigmas da flexibilidade e integração, possibilitaram que empresas adotassem esta forma de ocupação. O trabalho constitui uma importante análise do trabalho feminino dentro da nova organização da produção e da nova divisão sexual do trabalho.

Para as pesquisadoras, tem ocorrido o aumento de pequenas empresas que são subcontratadas e que por sua vez distribuem tarefas a trabalhadoras a domicílio. Como apontam, uma das características mais marcantes do trabalho a domicilio contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina. As mulheres inseridas nesta ocupação conseguem aliar as tarefas domésticas com o trabalho produtivo que na maioria das vezes é temporário e cujas tarefas não têm qualificação reconhecida.

No caso específico de nosso estudo, a indústria de confecção de Divinópolis, mesmo sendo majoritariamente composta por mulheres, a representação de classe ainda é feita por homens. O sindicato quase sempre teve à sua frente homens – mesmo nas gestões anteriores.

Tudo isso implica na forma como essas trabalhadoras são vistas e também como o trabalho a domicílio é visto e representado.

Quanto à análise dos dados, foi desenvolvida durante toda a investigação. Como assinalado por Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998), à medida que a pesquisa estiver sendo realizada, o pesquisador pode e deve analisar os dados por meio de teorizações progressivas em um processo interativo com a coleta de dados.

Procuramos anotar sempre em uma agenda à parte as conclusões gerais a que já chegávamos durante a realização da pesquisa. Esse procedimento mostrou-se valioso durante a escrita do trabalho de pesquisa.

As pesquisas qualitativas geram uma enormidade de dados, que precisam ser organizados e compreendidos. Assim, ao término da pesquisa de campo, procuramos organizar todo o material, desde a parte de observação até as fitas transcritas primeiro no computador e posteriormente impressas e organizadas em um único caderno, tudo junto de modo a facilitar o acesso ao material e sua análise.

Para garantirmos a validade dos dados coletados, procuramos permanecer um tempo satisfatório no campo de pesquisa, conversamos com os participantes, mesmo durante a escrita do trabalho, para esclarecer dúvidas que surgiram posteriormente e também para verificar se alguns pontos que havíamos anotado no Diário de Campo estavam de acordo com o que realmente havia acontecido. Procuramos, também, discutir com outros pesquisadores das relações de trabalho as conclusões a que íamos chegando com a pesquisa.

1.4. Sobre a organização do trabalho

O trabalho de pesquisa ficou organizado da seguinte forma:

No capítulo inicial, **Considerações iniciais**, como foi possível perceber, apresentamos a pesquisa e a pesquisadora, os objetivos e a relevância do trabalho, a metodologia utilizada para realização da pesquisa e por fim estamos apresentando a organização do trabalho.

No segundo capítulo, intitulado **Transformações no trabalho, informalidade e trabalho a domicílio**, apresentamos uma análise da crise do modelo fordista de produção, a construção de um novo modelo de produção, bem como o crescimento do mercado informal nas últimas décadas e as tendências que vêm se concretizando no mundo do trabalho de expansão do trabalho domiciliar. Trazemos o questionamento se essas mudanças têm proporcionado ou não uma ressignificação do trabalho domiciliar. Trazemos, também, as discussões sobre o mercado informal e o trabalho domiciliar no Brasil e as transformações no trabalho e na representatividade do trabalhador, assinalando os desafios de inclusão da trabalhadora domiciliar. Por fim, uma discussão sobre as relações de gênero, mercado de trabalho e qualificação da trabalhadora domiciliar.

No terceiro capítulo, cujo título é **As transformações no trabalho, informalidade e trabalho a domicílio no contexto da indústria de confecção de Divinópolis**, elegemos como ponto de partida as questões formuladas no capítulo anterior, apresentamos brevemente, então, como dá-se o desenvolvimento da indústria de confecção em Divinópolis. Trazemos, também, o processo de reestruturação produtiva e racionalização organizacional da indústria de confecção de Divinópolis, com o crescimento do número de fábricas e a formação de redes de produção. Focalizando a discussão, analisamos as relações interpessoais e familiares e a relação tempo e espaço no trabalho nas fábricas. Discutimos as questões relacionadas ao sindicato das costureiras de Divinópolis e os desafios de inclusão nas lutas sindicais das trabalhadoras facionistas. Finalmente, trazemos pontos referentes às relações sociais de

gênero no trabalho domiciliar da indústria de confecção e à qualificação da trabalhadora domiciliar.

No quarto capítulo – **Produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho** –, discutimos a produção de conhecimentos nas relações sociais e no processo de trabalho, tanto no dia-a-dia de trabalho como no trabalho propriamente dito. Trazemos as discussões de Charlot sobre as relações com o saber e relações de saber. Discutimos, também, o conhecimento tácito, ou o *saber-fazer* do trabalhador. Trazemos, assim, o advento das discussões sobre conhecimento tácito e o conhecimento tácito na educação e nas relações de trabalho. Para finalizar, discutimos as questões relacionadas à qualificação e ao saber do trabalhador, no qual procuramos mostrar a complexidade que envolve a conceituação do que venha a ser qualificação, a tensa relação entre qualificação e novas tecnologias e a reestruturação produtiva, formação e qualificação do trabalhador.

O quinto capítulo é intitulado **Produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho domiciliar da indústria de confecção de Divinópolis**. Nele, apoiados nas discussões anteriores, trazemos as análises sobre as relações com o saber e relações de saber no processo de trabalho a domicílio, o conhecimento tácito nas relações de trabalho das faccionistas e a qualificação e o saber no trabalho a domicílio.

Por fim, o último capítulo, as **Considerações finais**, nas quais procuramos fazer um apanhado das discussões empreendidas durante o trabalho.

2. Transformações no trabalho, informalidade e trabalho a domicílio

2.1. A crise do modelo taylorista/fordista de produção, o crescimento do mercado informal e as tendências expansão do trabalho a domicílio.

A partir dos anos 1970, a crise do modelo taylorista/fordista de produção vem, em seu conjunto, determinar uma série de mudanças na organização do processo produtivo, no que refere às formas de gerenciamento e administração da produção, à divisão internacional do trabalho e à organização espacial da produção. Para Antunes (2000; 2002), a crise é de grande complexidade, uma vez que nesse mesmo período ocorreram transformações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões nos projetos, no conjunto das idéias, na subjetividade e nos valores característicos da classe-que-vive-do-trabalho⁴, alterações de ordem diversa que no seu conjunto tiveram forte impacto sobre as relações de trabalho, a organização produtiva, os trabalhadores e suas organizações sindicais. Para o autor:

Foram tão intensas as modificações, que se pode afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século⁵ que atingiu não só a materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES; 2000, p.23)

⁴ Antunes usa o termo classe-que-vive-do-trabalho para identificar todos aqueles que vendem sua força de trabalho, tanto o trabalho produtivo quanto improdutivo (no sentido dado por Marx), inclui os assalariados do setor de serviços e também os trabalhadores desempregados pela vigência da lógica destrutiva do capital, que compreendem o exército de reserva.

⁵ O autor refere-se ao século XX.

Um dos aspectos dessa alteração é o ocorrido em nível do Estado. O *Welfare State*, fundado na implementação de políticas de bem-estar social, de pleno emprego⁶, de consumo em massa, de consolidação da legislação trabalhista, assegurando o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho e interlocução com sindicatos organizados, entram em crise diante da globalização econômica, aparecendo como obstáculo a circulação de bens, capitais e serviços. Contrapondo à concepção que defende o Estado Keynesiano, mais intervencionista, como promotor e empreendedor do desenvolvimento econômico e social, ganha força a concepção que defende o Estado Liberal, retraído, intervindo na economia de maneira residual (CARVALHO NETO, 1997; NEVES, 1998).

Antunes (2000; 2002) ainda ressalta que essa crise do fordismo e do Keynesianismo é uma expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimiria, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacam a tendência decrescente da taxa de lucro e a intensificação da lógica destrutiva do capital, presente na diminuição do valor de uso⁷ das mercadorias e na ação destrutiva contra a força humana de trabalho, representada pelos enormes contingentes de trabalhadores precarizados ou à margem do processo produtivo, e por fim, pela incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital.

Gounet (1999) faz referência a essa crise estrutural do capital. Segundo o autor, o capitalismo se nutre fundamentalmente da exploração dos trabalhadores e essa exploração tem agravado a crise econômica. Sendo assim, o sistema tem criado as condições objetivas para sua ruína. Por outro lado, as condições subjetivas, expressas nos movimentos de luta por uma

⁶ O pleno emprego caracteriza-se por uma situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta, significando que todos os que desejarem vender sua força de trabalho pelo salário corrente terão condições de obter um emprego.

⁷ Segundo Marx, em "*O Capital*", o valor de uso só tem valor para o uso e se efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor de uso pode ser utilizado de modos diversos. Contudo, a soma de suas possíveis utilidades está resumida em seu modo de existência como coisa com propriedades determinadas. Além disso, o valor de uso é determinado não só qualitativamente, mas quantitativamente.

sociedade socialista, antiimperialista, pela paz e em defesa dos países socialistas, ao contrário, estão consideravelmente ausentes no momento atual. Para Antunes (2002), também o mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas.

Assim, as transformações ocorridas a partir do final dos anos 1960 dão início a um processo de construção de um modelo de regulação⁸ que dê conta de garantir a lucratividade das empresas. São colocados como desafios ao novo modelo vencer a diminuição dos ganhos de produtividade, a redução do poder de compra dos mercados, a elitização do consumo e o aumento da competição intercapitalista mundial.

Antunes (2000, 2002), no entanto, ressalta a incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Para o autor, não há um controle, uma regulação como se acredita. O autor coloca que:

Apesar da aparência de que o sistema de regulação possa se sobrepor ao capital, e no limite controlá-lo, a incontrolabilidade é consequência de suas próprias fraturas, que estão presentes desde o início no seu sistema, sendo encontradas no interior dos microcosmos que constituem as células básicas do seu sistema societal. (ANTUNES, 2002, p.24)

Ainda assim, um processo em desenvolvimento vai substituindo (LEITE, 1994), ou até mesmo mesclando (ANTUNES, 2002) o paradigma taylorista/fordista. As novas tecnologias vão basear-se em dois paradigmas fundamentais: flexibilidade e integração (NEVES, 1998). Pensar a empresa, sob esse novo paradigma, é pensar em um todo que mesmo desmembrado

⁸ O termo regulação, no sentido que está expresso, é inaugurado pela Escola Francesa de Regulação. A Teoria da Regulação nasce em princípios dos anos 1970, em parte, como uma crítica às formulações econômicas vigentes, particularmente as relacionadas ao pensamento econômico neoclássico. Parte do princípio de que o capitalismo é intrinsecamente instável, assim como seu crescimento, mas é possível criar uma certa estabilidade e tornar o crescimento mais regular e permanente através de políticas orçamentárias e monetárias. A expressão é usada também por alguns economistas ao referirem-se ao Fordismo, isso porque ele significou o surgimento de normas implícitas e regras institucionais (formas de regulação), que buscavam ajustar os comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do regime de acumulação (NASCIMENTO, 1993).

encontra-se integrado⁹. Não há um consenso total entre os estudiosos do assunto. Assim, por exemplo, para Hirata (2000,2002), existe uma coexistência entre características taylorista/fordista e os novos paradigmas de organização e desenvolvimento. Para a autora, encontramos o que pode-se dizer produção em massa flexível, em que não há a substituição dos princípios industriais novos pelos antigos e sim uma combinação entre produtividade de operações e trabalho e produção flexível.

A integração flexível traz a substituição da invariabilidade da produção em massa, a despadroneização dos produtos, a desverticalização da atividade produtiva e o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho, seja no âmbito da indústria ou da sociedade. Se no Fordismo a meta era produzir o máximo em grandes séries, com os novos métodos a produção vai procurar flexibilizar a organização do trabalho e sobretudo produzir em séries restritas produtos e modelos variados. A organização da produção exige uma organização flexível do trabalho e dos trabalhadores e a integração do processo como um todo.

Assim, o crescimento extensivo fundado em baixos salários, pequenos investimentos, instalações pouco produtivas, com aumento do volume da produção devido ao incremento do número de empregados, característico do modelo fordista de regulação, passa a ser suprimido por um crescimento intensivo baseado na redução da mão-de-obra, no crescimento dos investimentos e no progresso da produtividade (BAGNASCO, 1999). O uso mais intensivo de novas tecnologias passa a ser fundamental em um contexto marcado pela rápida e permanente modernização dos equipamentos, produtos e processos, sendo chave do processo de racionalização produtiva (DEDECCA, 1999).

Empresas passam a investir de forma permanente em programas que implementam novas formas de organização do trabalho. Procuram com isso agilizar processos de decisões,

⁹ Podem ser citadas como exemplo confecções que hoje funcionam apenas com um escritório de onde organizam-se a produção e a venda dos produtos. A produção é realizada por costureiras facionistas em suas próprias residências ou por fábricas menores prestadoras de serviços, livrando as empresas dos encargos sociais, da aquisição de equipamentos e de despesas com energia, local para o funcionamento, etc.

através de uma administração descentralizada, diminuir os níveis hierárquicos e preparar a mão-de-obra para assumir novas responsabilidades e desafios. O novo modelo de fábrica se organiza de forma sistêmica e integrada. A busca constante da qualidade passa a ser também uma responsabilidade dos trabalhadores, que são também mobilizados para a manutenção e o controle das máquinas e a solução dos problemas ocorridos no processo de produção (NEVES, 1998).

A organização tanto do processo de produção como do processo de trabalho de forma enxuta e sistêmica, redimensiona as relações de trabalho e as exigências para o trabalhador. Um novo perfil de operário é requisitado em áreas-chave. O profissional, aparece como um fator importante a interferir na forma de organização do trabalho. Por sua vez, empresas investem em treinamentos, procurando implementar cursos de alfabetização, formação básica em matemática e cursos comportamentais e motivacionais (LEITE, 1994; NEVES, 1998).

Para Hirata (2002), oposto ao modelo da produção em massa de produtos padronizados que utiliza uma mão-de-obra considerada não qualificada, o modo de produção flexível, em áreas centrais de produção, utiliza uma mão-de-obra qualificada e polivalente, capaz de responder à variabilidade e à complexidade da demanda.

Essa nova organização da produção e da sociedade necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, *part time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. Os trabalhadores permanentes são reduzidos ao mínimo, e os postos periféricos ou que requeriam formação e experiências menores foram preenchidos pela mão-de-obra das empresas terceirizadas (HIRATA, 2002; ANTUNES, 2000,2002). A flexibilidade passa a ser a palavra de ordem também nas situações de emprego, aumentando consideravelmente o número de trabalhadores cujos contratos de trabalho são flexibilizados, salários rebaixados e o acesso à seguridade social e à assistência médica restringidos ou eliminados.

Para Antunes (2000, 2002) e Neves (2001), a atual tendência do mercado de trabalho é reduzir o número dos trabalhadores estáveis, de tempo integral, gozando de maior segurança no emprego e vantagens indiretas generosas, e aumentar o número de trabalhadores flexíveis, com contratos temporários, de tempo parcial e subcontratados. As empresas procuram empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos.

O trabalho temporário, as subcontratações e as terceirizações têm-se tornado comuns como ajustes das empresas às mudanças que vêm ocorrendo. A mão-de-obra subcontratada pode ser composta tanto por profissionais muito qualificados quanto por trabalhadores não qualificados. Qualquer atividade, qualificada ou não, excluindo diretores e gerentes, pode ser terceirizada total, parcial ou residualmente, de forma ocasional, sazonal ou permanente (CARVALHO NETO, 1997,1999). São criadas empresas, especialmente para prestação de serviços de apoio e como locadoras de mão-de-obra temporária, apresentando altos índices de precarização do contrato e das condições de trabalho. Para esses trabalhadores temporários, não há uma política de formação para a polivalência. Ao contrário, há uma predominância da organização taylorista/fordista do trabalho.

Outro ponto a ressaltar é que os trabalhadores em tempo parcial, maciçamente mulheres, e alguns estudantes em processo de formação e situação de emprego realmente provisório não fazem parte do organograma das fábricas. Dele fazem parte somente os trabalhadores estáveis, em sua maioria homens. As mulheres mais jovens trabalham em período integral até o casamento; mais velhas, após a educação dos filhos, se reintegram à esfera produtiva como trabalhadoras em tempo parcial, ou como trabalhadoras informais (HIRATA, 2002).

O discurso das empresas é de que esse processo de terceirização estaria buscando a melhoria da qualidade, da produtividade e competitividade, aumentando a flexibilidade e adaptando os produtos aos mercados. Com uma maior diversificação da produção, a

terceirização contornaria as exigências de distribuição, tornando mais viável o custo, com redução do preço rodoviário do transporte, e por fim, possibilitaria a difusão de inovações tecnológicas e organizacionais às empresas subcontratadas. No entanto, esse processo de terceirização tem ocorrido quase fundamentalmente com o objetivo de redução dos custos, eliminação dos riscos de produção, transferência do pagamento de mão-de-obra às subcontratadas e enfraquecimento das lutas trabalhistas (ARAÚJO, *et al.*, 2000).

Portanto, a terceirização pode ser tomada como forma de controle e minimização dos custos da mão de obra, agindo como um mecanismo que assegura a disciplina salarial e como um método para a segmentação da força de trabalho, pois torna com certeza muito menos estável a condição operária e aumenta as taxas de desemprego.

A terceirização e o trabalho a domicílio eram vistos como sendo de pouca importância material ou interesse teórico e foram conseqüentemente ignorados pela teoria econômica em geral. Entretanto, tais formas *secundárias* de organização da produção e emprego não apenas persistiram, mas no contexto da atual crise e reestruturação da economia mundial, parecem ter tomado um novo significado e estar desempenhando um papel importante na reestruturação de certos setores industriais. Os arranjos de terceirização estão claramente ligados à organização dos processos de produção e, mais particularmente, à decomposição de processos de trabalho específicos. Associado a esse aumento do processo de terceirização e de trabalho a domicílio, verifica-se a persistência e mesmo a expansão do uso de uma ampla gama de mão-de-obra marginalizada combinada com a evidência de uma desintegração vertical da produção em setores avançados assim como aqueles em declínio da produção industrial (HOLMES, 1986).

Assim, com a crise do modelo taylorista/fordista de produção, setores mais avançados da economia passam por uma reestruturação produtiva¹⁰ que reúne elementos de

¹⁰ Reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo/fordismo, gestando a transição para novas formas de acumulação flexibilizada.

racionalização técnica, organizacional e gerencial. A reestruturação procura reduzir os tempos de projeto e de fabricação dos produtos e substitui a mão-de-obra pela automação e racionalização organizacional, com o enxugamento das estruturas empresariais e da mão-de-obra.

A reestruturação produtiva diminuiu postos de trabalho e de empregos no setor industrial e diversificou os postos no setor de serviços, aumentando sua demanda em algumas áreas, mas desempregando grande contingente de mão-de-obra (NEVES, 1998). Para Antunes (2002), países como Brasil, México, Coréia, entre outros, depois de uma expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar, mais recentemente, significativos processos de desindustrialização e desproletarização, tendo como consequência a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, desregulamentado, etc.

Como se vê, o avanço tecnológico que vem proporcionando um crescimento baseado em alta produtividade e redução de postos de trabalho passa a existir, lado a lado, com outras formas de ocupação, em que a instabilidade nos contratos, os empregos em tempo parcial e a terceirização aparecem como práticas comuns.

Para Holmes (1986) e Hirata (2000), as transformações no mundo do trabalho e da produção são diferenciadas e mais complexas do que à primeira vista parecem. Há evidências crescentes, embora ainda fragmentárias, de que a reestruturação industrial e a reorganização que está ocorrendo no contexto da atual crise econômica envolvam a emergência de novas relações de terceirização e o relançamento de antigas relações, tais como as relações de trabalho radicadas no domicílio altamente subordinadas ao capital e a nova organização da produção. Por outro lado, existe uma coexistência de antigas e novas formas de organização do trabalho e da produção. O crescente processo de terceirização da produção que tem marcado as recentes transformações continua a ser uma característica importante da estrutura

organizacional e locacional de inúmeros setores industriais nas economias capitalistas avançadas.

Para Antunes (2000, 2002), o momento atual é caracterizado por uma diminuição da classe operária industrial tradicional, pela expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, pela heterogeneização do trabalho, expressa na e pela incorporação do contingente feminino no mundo operário, e pela intensificação da subproletarização presente nas formas de trabalho parcial, precário, subcontratado, terceirizado, que marcam a sociedade dual no capitalismo avançado. O autor ainda ressalta que:

Pode-se dizer, de maneira sintética, que uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e o mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES; 2000, p. 49-50)

Para o autor, vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. O percentual de remuneração auferido à trabalhadora é bem menor do que o do trabalho masculino; ocorrendo isso, freqüentemente, no que concerne aos direitos e às condições de trabalho. A classe-que-vive-do-trabalho é, portanto, tanto masculina quanto feminina; também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Hirata (2002) salienta, no entanto, que ainda é desconhecida a complexidade do impacto da crise do sistema capitalista de produção sobre o emprego feminino.

O trabalho precarizado e desregulamentado aparece sob o rótulo geral de trabalho informal, e é constituído por um universo extremamente variado de situações em que não existem as garantias de registro em carteira de trabalho ou qualquer outro protocolo legal. As condições de trabalho a que os trabalhadores são submetidos nem sempre são as desejáveis, os

locais de trabalho não apresentam as características necessárias para garantir a integridade do trabalhador, o trabalhador é submetido a arriscadas manobras de trabalho (não sendo raros casos de acidentes) e as jornadas de trabalho são extensas.

2.2. A Ressignificação do Trabalho Domiciliar

Nas últimas décadas, verificam-se um crescimento intenso do mercado informal e um crescente número de pessoas que fazem dele uma forma de sobrevivência. Esse aumento da informalidade aparece em processos de terceirização de inúmeros setores industriais, nos trabalhadores ambulantes do comércio de rua, nos trabalhadores a domicílio, nos pequenos prestadores de serviço. Compreendê-los constitui um fator primordial para o entendimento da organização e dinâmica da produção capitalista contemporânea, pois têm sido uma das respostas do capital à atual crise econômica, a marginalização de parte da força de trabalho através dessas variadas formas *secundárias* de produção.

Com relação à qualificação do trabalhador, vale ressaltar que no campo teórico as visões se divergem. Por um lado, há aqueles que defendem que a nova organização do trabalho e da produção levaria à superação do trabalho desqualificado e restrito, exigindo novas e mais elevadas formas de qualificação, a formação de um trabalhador polivalente, multi habilitado, participativo e cooperativo.

Por outro, há aqueles que defendem que tem se configurado um processo ainda mais intenso de exploração do trabalhador através de variadas formas de exploração do trabalho e do conhecimento, no qual têm prevalecido uma precarização ainda mais intensa do trabalho e uma desqualificação ainda maior do trabalhador. Antunes (2000) chama a atenção para um

aspecto: o mesmo processo de terceirização do trabalho que desemprega torna menos estável a condição operária, desqualifica o trabalhador, mas também o qualifica em vários setores.

Associado a esse processo de terceirização, assistimos a um ressurgimento do trabalho a domicílio no coração das mais importantes áreas metropolitanas como Nova Iorque, Los Angeles, Londres e Toronto. Nesses casos, mais associados a serviços avançados principalmente na área da informática. Para Antunes (2000), uma das tendências que vêm se concretizando no mundo do trabalho é a expansão do trabalho a domicílio, presenciando formas de expansão em várias partes do mundo, propiciada pela desconcentração do processo produtivo.

O surgimento do trabalho a domicílio ligado a serviços avançados e a persistência do trabalho industrial a domicílio na sociedade contemporânea tornam-se um paradoxo, tendo em vista que foi justamente a separação espacial entre locais de trabalho e de residência que constituíram fator importante para o desenvolvimento da organização capitalista.

Segundo Castells (1999), no início da década de 1990, a telecommutação, ou seja, o trabalho *on-line* em casa, era praticada por uma fração muito pequena da força de trabalho dos Estados Unidos, da Europa ou do Japão. No entanto, embora trabalhar meio expediente em casa pareça estar tornando o futuro modo de atividade profissional, essa modalidade desenvolve-se a partir do surgimento da empresa integrada em rede e do processo de trabalho flexível e não como consequência direta da tecnologia disponível, ou seja, surgem da complexidade de interação entre a tecnologia, a sociedade e o espaço.

Com relação ao espaço, Castells vai definir o que ele chama de “novo espaço industrial”. Segundo o autor, esse espaço caracteriza-se pela capacidade organizacional e tecnológica de separar o processo produtivo de diferentes localizações, ao mesmo tempo em que reintegra sua unidade por meio de conexões de telecomunicações e da flexibilidade e precisão resultante da microeletrônica na fabricação de componentes. Cada vez mais, as

pessoas trabalham e administram serviços de suas casas. Por conseguinte, a “centralidade na casa” é uma tendência importante da nova sociedade.

Outra característica, como afirmaria Antunes (2000), seria o convulcionamento entre tempo e espaço nessa nova fase dos capitais. Para Hirata (2002), prevalece a fluidez da linha de demarcação entre tempo de trabalho e tempo fora do horário de trabalho, entre atividade profissional e pessoal, entre público e privado. Cada vez mais, é exigido dos trabalhadores um número de atividades de estudo e de trabalho em horário diferente do horário de trabalho na fábrica, muitas vezes à noite ou nos finais de semana na própria casa.

Para Coelho (1996), a especialização flexível, os sistemas de produção vertical desintegrados, a queda de uma diversidade de estratégias espaciais e locacionais de acumulação de capital e de controle social está sendo revelados com uma intensidade maior do que qualquer outro período histórico. Estas novas espacialidades orientam uma reconstituição de novos atores sociais ligados diretamente à formação de redes que acompanham um processo de reorganização territorial e de globalização. Como afirma Schwartz (1996), a forma salarial e a grande empresa concentrada estão decrescendo em relação às dispersões em pequenas unidades, aos deslocamentos, à ascensão do trabalho dito “independente”.

A estruturação em redes é caracterizada pela constituição de cadeias de subcontratação e por uma forte assimetria de poder entre as empresas chamadas empresa mãe e suas subcontratadas. As empresas buscam com os processos de subcontratação fundamentalmente uma maior flexibilidade da produção e das relações de emprego, procurando rever as práticas de trabalho e particularmente reduzir o poder dos sindicatos, esse último, discutiremos mais adiante. Essas subcontratações se dão a partir de uma lógica de redução de custos, com fortes conseqüências em termos de precarização do trabalho, principalmente para os trabalhadores subcontratados.

Segundo Lavinias (*et al.*,2000), as pressões impostas pela competição internacional às empresas fazem com que estas busquem espaços produtivos também internacionalizados, tirando proveito seja das competências de trabalhadores em diferentes regiões do mundo, seja de menores níveis de remuneração do trabalho. O processo de externalização praticado pela indústria de confecção e calçados alcançou a Ásia (China e Vietnã), a África do Norte, a Turquia e, mais recentemente, os países da Europa Central e Oriental. Assim, o trabalho a domicílio adquiriu um importante papel nas estratégias das empresas em decorrência da nova ordem econômica. Estas duas novas características do trabalho a domicílio, heterogeneidade e internacionalização, parecem conviver, entretanto – pelo menos no que diz respeito ao setor industrial –, com outras características tradicionalmente associadas a esse tipo de ocupação: feminização e baixa qualidade do emprego.

Mas, afinal, o que é considerado trabalho a domicílio nesta conjuntura? Para Ruas (1993), inserido no contexto geral das relações de subcontratação, a noção de trabalho a domicílio abrange toda atividade realizada de forma remunerada no ambiente domiciliar. Suas características são mais ou menos as mesmas em diferentes localidades, concentra-se em setores de base técnica tradicional como confecção, calçados, madeira, entre outras coisas; possui alto nível de clandestinidade e apresenta predominância de trabalho feminino. Esse último, como caracterizado anteriormente por Antunes e Lavinias *et al.*, é marcado por um percentual de remuneração menor do que o do trabalho masculino, e com perdas concernentes aos direitos e às condições de trabalho.

Para Abreu e Sorj (1993), uma das características mais marcantes do trabalho domiciliar contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo – a taxa varia de 90% a 95% na Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália e Holanda; é de 84% na França, 75% na Espanha e 70% na Grã-Bretanha.

A mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. O trabalho a domicílio tem proliferado seu vínculo com o sistema produtivo capitalista. Sua subordinação ao capital é direta, sendo mecanismo de reintrodução de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça que vem sendo recuperado em grande escala (ANTUNES, 2002).

O ressurgimento recente do trabalho a domicílio em inúmeros setores, tais como do vestuário e da eletrônica, possibilitou que as empresas utilizassem fontes de mão-de-obra feminina muito baratas, empregando mulheres presas ao lar por compromissos familiares. As mulheres apelam para o trabalho a domicílio porque elas não conseguem um cuidado adequado e barato para seus filhos em idade pré-escolar e essa modalidade de trabalho possibilita que elas mesmas tomem conta de seus filhos e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio está intimamente ligado com o trabalho reprodutivo doméstico (HOLMES, 1986; ANTUNES, 2002).

Para Hirata (2002), essa articulação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico deve conduzir a uma nova abordagem dentro da divisão sexual do trabalho que permita acabar com as categorias tradicionais da sociologia industrial, extremamente simplista, como esfera produtiva, entendida como produção de valores, e esfera reprodutiva, a produção de valores de uso não mercantis, dando lugar à elaboração de novos conceitos que ultrapassem a universalidade aparente dessas categorias baseadas em um modelo masculino.

Portanto, no trabalho a domicílio as mulheres continuam a prevalecer, uma vez que carecem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho. Tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas. As mulheres constituem a principal oferta de trabalho a domicílio. Por outro lado, o trabalho a domicílio, se comparado com os empregos usuais do

setor industrial, pode ser considerado, do ponto de vista das relações de trabalho, como de baixa qualidade. Frequentemente sem proteção da legislação trabalhista, oferecendo raríssimas oportunidades de treinamento e ascensão funcional, é uma ocupação extremamente precária (LAVINAS *et.al.*, 2000).

Para Ruas (1993), o recurso ao trabalho a domicílio permite às empresas uma redução ainda maior do custo do trabalho direto, com restrição de encargos sociais, despesas de admissão, treinamento e demissão de trabalhadores.

2.3. O mercado informal e o trabalho domiciliar no Brasil

Mas especificamente sobre o caso brasileiro, o Fordismo não chegou a concretizar-se plenamente, não atingiu o círculo virtuoso que atingiu nos países desenvolvidos, ficando circunscrito a determinadas regiões, reduzido a ilhas produtivas. Ainda assim, passa por um processo que acompanha a tendência internacional e vai, também, cedendo lugar a outras formas de organização da produção.

No entanto, embora não tenha alcançado no período expansivo do ciclo do pós-guerra grau semelhante de universalização dos direitos sociais atingindo pelos países desenvolvidos, vêm-se agora, somado à sua herança histórica de atraso, desigualdade e pobreza, os problemas que a globalização financeira, o ajuste macroeconômico e a reestruturação produtiva acarretam (AZEREDO, 1998; BARBOSA E MORETTO, 1998). Para Antunes (2002), o Fordismo, ainda dominante, vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível.

No Brasil, na década de 1960, o tema da informalidade e dos processos de informalização era ligado ao subdesenvolvimento e às populações marginais, que estariam, segundo o pensamento da época, sendo incorporadas ao mercado de trabalho propriamente dito. Souza (1999), em estudo realizado na década de 1970, define o trabalho de pequenos vendedores de serviços, trabalhadores por conta própria e serviços domésticos, como formas não tipicamente capitalistas de organização, oriundas do escasso dinamismo de determinadas regiões para produzir postos de trabalho estáveis e por isso condenadas ao desaparecimento tão logo essas regiões apresentassem sinais de reação. Isso pode ser explicado pela própria dinâmica do crescimento capitalista que vinha proporcionando também o crescimento do mercado formal, mas esse quadro começa a mudar ainda nos anos 1980.

Após um contexto de estagnação nos anos 1980, quando a economia nacional registra, em média, um crescimento econômico próximo ao da população, passa-se, nos anos 1990, para uma fase de abertura econômica, de acirramento da competição, de reestruturação produtiva que alcança, em cheio, os segmentos formais urbanos da economia nacional e nestes o setor industrial em particular. O mercado de trabalho dos maiores centros urbanos passa a sofrer profundas mudanças. A economia nacional se revela realmente incapaz de absorver a totalidade das pessoas que comparecem ao mercado de trabalho, notadamente o segmento formal ou organizado, do que decorre a presença, cada vez maior, de ocupações e relações informais de trabalho ou de contingentes desempregados (GUIMARÃES E ARAÚJO, 1998).

O período torna clara a pressão do setor informal sobre o setor formal, sendo que a economia informal pode representar fenômenos distintos como, por exemplo, comércio de rua ou trabalhadores ambulantes, contratação ilegal de trabalhadores assalariados, trabalho temporário, trabalho no domicílio, entre outros. O trabalho informal tende a aumentar, como consequência da atual conjuntura de desemprego e das medidas que estão sendo

implementadas pelas políticas públicas. A nova situação do emprego com o desassalariamento¹¹ crescente da população economicamente ativa e o crescimento econômico sem geração de empregos eleva o setor informal à categoria de panacéia para o desemprego. O discurso oficial da grande maioria dos governos atribuiu-lhe a responsabilidade de solução para os problemas sociais, apostando na auto-organização social (HIRATA, 2000; CARVALHO NETO, 1999).

Um afastamento do modelo tradicional de emprego, caracterizado pela execução de um trabalho para um empregador, em troca de um salário, dentro de uma fábrica, em regime de jornada integral, por tempo indeterminado, incorporando uma série de direitos e benefícios sociais para o trabalhador e de obrigações para o empregador e para o Estado, começa a ser identificado ainda nos anos 1980 e se acentua nos anos 1990, com a expansão de formas atípicas¹² de relações de trabalho (LAVINAS *et.al.*, 2000).

Assim, o mercado de trabalho no Brasil, a exemplo do que vinha acontecendo nos países capitalistas centrais ou periféricos, vem sofrendo mudanças significativas, principalmente nos últimos 20 anos. A aceleração do processo de reestruturação produtiva, acentuada nos anos 1990, aliada ao contexto de crise do sistema capitalista, vem sendo acompanhada de uma intensificação do uso de distintas formas de subcontratação, terceirização, informalização, precarização, aumento do trabalho a domicílio, bem como da proporção das mulheres no mercado de trabalho.

Para Hirata (2002) e Antunes (2002), a reestruturação produtiva no Brasil combina flexibilização, desregulamentação e novas formas de gestão produtiva, com mutações no processo tecnológico e informacional e um enorme enxugamento e aumento das formas de

¹¹ O desassalariamento caracteriza-se pela perda de participação relativa dos empregos assalariados no total da ocupação, com as pessoas passando para ocupações informais, trabalhos por conta própria, etc.

¹² Mantemos o uso da expressão, embora acreditamos, que dentre em breve, pode torna-se um equívoco caracterizar as formas precárias de emprego como contratos em tempo parcial, subcontratados, trabalhadores em domicílio, entre outras, como formas “atípicas”, uma vez que, é cada vez mais clara, a inserção não só da precarização do emprego mas também do desemprego, na dinâmica atual de modernização.

superexploração da força de trabalho; o trabalho operário é freqüentemente efetuado em condições penosas, perigosas e insalubres, com os salários dos operários muito baixos.

O setor informal, que até então havia sido deixado de lado, passa a despertar interesse dentro de estudos seja econômicos ou sociológicos. Isso porque, embora não tenha uma importância econômica capaz de modificar substancialmente a estrutura setorial dos segmentos formais, tem, no entanto, do ponto de vista da produção, influência marcante no que se refere à composição e ao nível do emprego, principalmente para as cidades onde se concentra a maioria da população.

Para Telles (1999), a norma civilizada na qual, desde sempre, o Brasil se espelhou, apenas nos promete, nesses tempos de capitalismo globalizado, uma outra modernização. Tal modernização não cria emprego e a cidadania, mas engendra o seu avesso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica e descarta povos e populações que não têm como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica. Nesse contexto, tanto desempregados como excluídos não têm lugar na atual fase do capitalismo globalizado – sua pobreza é apenas evidência de sua incapacidade de se adequar ao progresso contemporâneo.

Assim, a descentralização das atividades produtivas vem se intensificando nos últimos anos face à recessão do mercado interno, às exigências de competitividade do mercado internacional e às mudanças organizacionais implementadas pelas empresas, visando ao enxugamento e à reordenação de suas atividades produtivas. Neste contexto, tem se confirmado a tendência de repasse dos custos dentro de uma rede de subcontratações, configurando muitas vezes um quadro de precarização do trabalho.

Ruas (1993), analisando o trabalho domiciliar nas redes de subcontratação da indústria de calçados do Rio Grande do Sul, afirma que apelar ao recurso da subcontratação dentro das novas relações de trabalho tem se constituído uma prática extremamente atraente para

empresas que produzem por encomenda com demandas por produtos estáveis ou que empregam uma mão-de-obra intensiva, principalmente nas atividades repetitivas e monótonas.

O trabalho repetitivo e monótono pelo controle que pode ser exercido pode ser transferido da empresa mãe para empresas menores subcontratadas ou para o trabalho a domicílio, possibilitando que não haja perda na qualidade dos produtos, tendo em vista que o trabalhador estará executando exatamente a mesma atividade que se estivesse dentro da empresa.

As vantagens para as empresas que recorrem à subcontratação são conhecidas: a economia de máquinas e equipamentos, a redução dos custos com contrato de funcionários, de gastos com manutenção do local de funcionamento, de energia, entre outros. O trabalhador passa a se responsabilizar pelos custos da produção dando flexibilidade para empresa enfrentar as flutuações da demanda.

Coraggio (1993) e Lavinias (*et.al.*, 2000) definem a importância da economia popular urbana como estratégia de sobrevivência. Mostram a dificuldade empírica conceitual para separar a unidade de reprodução propriamente doméstica dos demais empreendimentos econômicos e culturais no qual estão envolvidos seus membros, bem como a flexibilização nos países industrializados tem questionado a clareza com que se costumava distinguir o setor formal do informal. A combinação destas duas modalidades de trabalho em um mesmo processo produtivo já começa a ser identificada e analisada por autores europeus no contexto dos países de alta renda. Esta nova realidade do mundo do trabalho nas regiões desenvolvidas tem atualizado e renovado consideravelmente os debates sobre a definição mesma do que seja trabalho a domicílio.

2.4. Transformações no trabalho e representatividade do trabalhador: os desafios de inclusão da trabalhadora domiciliar

Elemento relevante no contexto da crise estrutural do capital é a fragilidade das entidades de representação sindical dos trabalhadores. O modelo flexível de relações de trabalho enfraqueceu e colocou um ponto de interrogação no papel dos sindicatos, e conseqüentemente induziu a uma crise estrutural das instituições representantes de classe.

A crise do sistema capitalista de produção levou à demissão de grande contingente de trabalhadores, alguns foram readmitidos, muitas vezes com um salário mais baixo do que aquele que recebiam no momento da demissão. Utilizando-se do clima de incerteza de manutenção do emprego entre os trabalhadores, as empresas serviram-se disso para aumentar o controle social por meio da ameaça direta de novas demissões e para intensificar o rendimento da mão-de-obra (HIRATA, 2002).

A diminuição da classe operária industrial tradicional, a heterogeneização do trabalho, retratada na incorporação do contingente feminino no mundo operário, e a intensificação da subproletarização presente nas formas de trabalho parcial, precário, subcontratado, terceirizado, questionam a raiz do sindicalismo tradicional e levam à queda das taxas de sindicalização.

Para Antunes (2000; 2002), o decréscimo nas taxas de sindicalização, na intensidade que tem ocorrido, não encontra similar em nenhum momento da história sindical do pós-guerra. Outro fator protuberante na crise sindical é encontrado no fosso entre trabalhadores estáveis e precarizados. O aumento do abismo social, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, reduz o poder sindical historicamente vinculado aos trabalhadores

estáveis e até o momento incapaz de incorporar os trabalhadores parciais, temporários, precários, informais, etc.

A crise do sistema capitalista conduz também a um agravamento da exploração do trabalho feminino, como vimos anteriormente. No entanto, no universo feminino, as taxas de sindicalização são ainda mais reduzidas, isso porque as mulheres são duplamente excluídas. Primeiro, porque o sindicalismo sempre se mostrou incapaz de incorporá-las às suas reivindicações. Segundo, porque elas têm participado com mais intensidade no mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial, temporário, precário, e é justamente no trabalho precarizado em que as reivindicações sindicais na atualidade têm encontrado o maior nó.

Isso porque tem-se configurado dentro do sindicalismo a intensificação de uma tendência neocorporativista, que procura preservar os interesses do operariado estável (ANTUNES, 2000, 2002) e masculino em contrapartida aos outros trabalhadores. O direito ao trabalho das mulheres é questionado pelo crescente desemprego e pela precarização dos contratos de trabalho, associados à constatação do aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho. Não raro, ouvimos questionamentos de que a crise do trabalho agravou porque as mulheres resolveram sair de casa e ocupar postos de trabalho remunerado.

Também os trabalhadores homens têm sua posição no trabalho assalariado reforçada pela sua posição familiar. Ainda prevalece a visão do homem enquanto provedor de fundos, que tem uma família a sustentar e filhos(as) para dar presentes no dia de aniversário. Essa visão assegura-lhes uma proteção ao desemprego em relação às mulheres; são sempre elas as primeiras a serem dispensadas. Elas, no entanto, vêem, ao contrário, sua posição na família enfraquecer sua situação profissional, são tidas ainda como um complemento à renda familiar. Mesmo com o aumento nos últimos anos do número de mulheres chefe de família, e com o

peso de provedoras desempregadas introduzindo na vida dessas mulheres as mesmas pressões exercidas sobre os homens, a visão em relação a elas não alterou (HIRATA, 2002).

Ressaltamos, conforme colocado anteriormente por Antunes (2000, 2002), que isso tem ganhado sustentação dentro de um grande equívoco que tem sido construído em termos conceituais, que é o de denominar de não-classe e não-trabalhadores um segmento importante de trabalhadores que vêm se configurando a partir da heterogeneidade, fragmentação e complexificação efetivada no interior do mundo do trabalho. O mundo do trabalho hoje inclui não só os trabalhadores estáveis, mas os precarizados; em suma, envolve a classe-que-vive-do-trabalho, sendo que esta engloba tanto aqueles trabalhadores que fazem parte do proletariado industrial como o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho e, naturalmente, os que estão desempregados pela vigência da lógica destrutiva do capital, não excluindo de forma alguma as mulheres.

A questão é que ainda prevalece o antagonismo entre os sexos, no qual não é reconhecido o princípio da igualdade entre homens e mulheres. Não por acaso, as mulheres lutam contra a dupla jornada de trabalho a que são submetidas.

Segundo Neves (1998) e Antunes (2000), no Brasil a luta por melhores condições de trabalho, pela afirmação dos direitos e pelo resgate da dignidade da classe trabalhadora revitalizou o movimento sindical no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. O movimento sindical nesse período ganha força, principalmente, interpelando as péssimas condições de trabalho às quais os trabalhadores estavam submetidos, as relações autoritárias dentro e fora do local de trabalho. Por outro lado, manifestavam o desejo de igualdade e de justiça no espaço público. Os movimentos sindicais deram visibilidade e legitimidade à luta pelos direitos, sufocada anteriormente por um longo período de ditadura militar.

A partir dos anos 1990, observam-se vários indícios de alteração na atuação sindical. A redução da quantidade de greves realizadas, a queda da taxa de sindicalização e a maior

fragilidade das negociações coletivas apontam para um quadro sindical muito distinto daquele dos anos 1980.

Os sindicatos mudaram a sua pauta de reivindicação e passaram a discutir outros aspectos como jornada de trabalho, terceirização, reestruturação produtiva, discussões cujo pano de fundo é a geração e manutenção de postos de trabalho. Posteriormente, assumem a discussão de questões ainda de maior abrangência, como preservação ambiental, qualidade de vida, entre outros. Para Antunes (2000), o que tem predominado é o chamado sindicalismo de participação. Para o autor, nessa nova forma de organização dos trabalhadores o que tem prevalecido é:

Participar de tudo..., desde que não questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital (ANTUNES; 2000, p.150).

Para Neves (1998), por outro lado, verifica-se também a implementação de políticas que visam a impor ao empregado uma nova identidade, configurada na relação indivíduo-empresa e forjada por intermédio de diferentes estratégias de interação na disputa pela lealdade do trabalhador.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva repete as experiências dos países desenvolvidos no que diz respeito aos modos de intensificação e exploração do trabalho e à redução de direitos conquistados pelos trabalhadores. A situação atual aponta para uma gradativa precarização e fragilização da organização coletiva dos trabalhadores. As entidades sindicais de representação dos trabalhadores encontram dificuldades para lidar com a destruição dos direitos, com o enorme contingente de desempregados, com *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da força de trabalho, bem como a expansão de formas atípicas de relações de trabalho, em uma situação muito diversa da anterior (RAMALHO, 1997; ANTUNES, 2000, 2002).

A aceleração do processo de reestruturação produtiva, acentuada nos anos 1990, aliada ao contexto de crise do sistema capitalista e acompanhada também da intensificação do uso de distintas formas de subcontratação, terceirização, informalização, precarização, aumento do trabalho a domicílio, assim como da proporção das mulheres no mercado de trabalho, questionam o papel dos sindicatos. Os sindicatos, também no Brasil, não estão preparados para lidar com o afastamento do modelo tradicional de emprego, em que os trabalhadores estão dentro de uma fábrica, em regime de jornada integral, por tempo indeterminado, incorporando uma série de direitos e benefícios sociais para o trabalhador e de obrigações para o empregador e para o Estado.

O contexto do processo de terceirização, em que se percebe o declínio do número de empregos, tem fragilizado a resposta organizada dos trabalhadores, e o movimento sindical vem enfrentado grandes dificuldades de reagir e procurar conter, ainda que parcialmente, a perda de postos de trabalho (RAMALHO, 1997).

Com relação às trabalhadoras a domicílio, para Abreu e Sorj (1993), as características do trabalho a domicílio, no qual a inserção no mercado de trabalho permite manter intacto o papel doméstico das mulheres, também reforça a ideologia da domesticidade, da caseirice e da mansidão à qual as mulheres sempre estiveram ligadas. Para as autoras:

Trabalhando isoladamente, sem colegas, comunicando intermitentemente e esporadicamente com seu empregador, sem possibilidades de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e excluídas dos benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados, não é de se estranhar que essas mulheres encontrem grandes dificuldades para diferenciar a sua identidade profissional daquela de mãe e esposa (ABREU e SORJ; 1993, p. 61).

Assim, no trabalho a domicílio, nos deparamos com a impossibilidade de constituição de um grupo de trabalho, de realização de uma atividade mais coletiva. Não ocorrem o processo de socialização pelo trabalho ou ações coletivas como as greves, confraternizações entre trabalhadores, entre outros. Esse espaço fundamental na vida das pessoas é vedado às

mulheres trabalhadoras à domicílio, que produzem em casa, sozinhas, sem contato com outros trabalhadores (SOARES, *apud.*; HIRATA, 2000).

2.5. Relações de gênero, mercado de trabalho e qualificação da trabalhadora domiciliar

Analisar trabalho feminino implica em considerar uma divisão sexual do trabalho e ressaltar a importância de discutir a categoria relações de gênero e suas implicações no mercado de trabalho e na qualificação da trabalhadora.

Para Hirata (2002), gênero é entendido como construção social, cultural e histórica das categorias masculino e feminino. “Gênero” tem sido cada vez mais utilizado para exprimir um sentido mais amplo e não a simples distinção baseada no sexo biológico, incluindo dimensões socioculturais maiores. Assim, as relações sociais de gênero são estabelecidas dentro da família, da escola, da comunidade, das instituições e fundamentam os lugares e as práticas de homens e mulheres na sociedade e no trabalho.

As relações sociais de gênero são construídas desde a infância; a relação com uma criança é diferente, caso se trate de um menino ou uma menina. Por exemplo, o cenário da escola e o que ali é desempenhado serão posteriormente redesenhados na formação quando se é adulto, dependendo da classe e do sexo (HIRATA, 2002).

Segundo Neves (2000; 2001), as representações de gênero influenciam a entrada de homens e mulheres no mundo do trabalho, constituindo-se como fator fundamental da segmentação ocupacional e da divisão sexual do trabalho. Para a autora, o conjunto de competências adquiridas pelos trabalhadores masculinos e femininos na família, na escola e na empresa formam um conjunto de saberes e habilidades que serão apropriados no local de

trabalho. Assim, entender a inserção diferenciada e as distintas experiências vivenciadas por homens e mulheres na incorporação no mercado de trabalho implica em compreender as relações sociais de gênero.

Para Hirata (2000; 2002) e Antunes (2002), na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro das indústrias, as atividades de concepção foram preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto as dotadas de menor qualificação, o trabalho repetitivo e monótono ficaram com as mulheres. A execução fragmentada e estandarizada sob forte pressão de tempo, características das técnicas tayloristas de produção, aplica-se principalmente às trabalhadoras, sobretudo as mais jovens. Os postos onde há oportunidades de formação e de carreira, as tarefas menos intensas, as que requeiram força física são os trabalhadores do sexo masculino que ocupam.

As mulheres, assim, ocupam postos relativamente rotineiros de operação de novos tipos de equipamentos, e a crença de que a informática, com a criação de empregos leves, limpos e sedentários, romperia a segregação tem resultados que, no entanto, sugerem que os problemas sejam mais complexos, uma vez que a informatização não criou mais postos técnicos de trabalho feminino na produção eletrônica do que havia antes nos processos eletromecânicos. As mulheres ainda são consideradas incompetentes tecnicamente.

Para os autores, as mulheres não são consideradas habilitadas para o trabalho porque sua fonte de formação não é tida como espaço de qualificação. A única fonte reconhecida de formação é a qualificação formal por meio de institutos ou cursos de formação profissionalizante. As mulheres são malformadas pelo aparelho de formação profissional institucional, mas as habilidades que elas adquiriram, nas diversas tarefas domésticas, como destreza, paciência, capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, são qualificações que são aproveitadas pelas indústrias, embora desvalorizadas e mesmo naturalizadas enquanto habilidades inatas do gênero.

Suas qualificações são obtidas antes de entrarem no mundo do trabalho remunerado, por meio do treinamento no trabalho doméstico, na costura e em outras artes domésticas, e o capital tem sabido se apropriar intensificadamente dessas experiências que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico, e tem sabido apropriar-se da polivalência e multiatividade do trabalho feminino decorrentes dessas atividades.

No entanto, Hirata (2002), ressalta que quase nunca se fala da importância do aprendizado desses trabalhos domésticos para a qualificação das trabalhadoras e de que as novas relações sociais continuarão a reproduzir a situação em que as qualificações femininas são reconhecidas apenas como talentos naturais, da mesma maneira que outros processos sociais que distanciam as mulheres do controle da nova tecnologia.

Além disso, as mulheres têm conhecido um movimento significativo de exclusão, que tem sido operado mais por meio de políticas de recrutamento do que pela redução do número de trabalhadores característico das novas formas de organização da produção e da crise do sistema capitalista. Os trabalhadores recrutados são sistematicamente homens; as mulheres conservam os postos de trabalho apesar da crise, no entanto, à custa de uma instabilidade ou de uma deterioração de suas condições de trabalho. Assim, elas têm ficado numa posição de exterioridade em relação ao movimento de desenvolvimento da técnica e ocupado posições de trabalhos menos qualificadas e fora do espaço das fábricas (HIRATA, 2002).

Para Hirata (2002), o quadro de reestruturação do emprego tem perpetuado a divisão sexual do trabalho sob a forma de um apelo à mão-de-obra feminina, que tem sido utilizada como um meio de contornar a rigidez do sistema de emprego; por isso, elas têm sido selecionadas para o trabalho temporário, *part time*, informal, que é o que as têm levado à exclusão das possibilidades de carreira.

A autora identifica três formas distintas de discriminação em relação às mulheres trabalhadoras. A primeira diz respeito à já citada remuneração, com pagamento de salários diferenciados nos países onde não existe uma legislação estabelecendo igualdade profissional. Nos países em que há legislação, como é o caso do Brasil, elas são concentradas nos níveis mais baixos da hierarquia, geralmente sem possibilidades de promoção e sem assumir responsabilidades.

O segundo diz respeito à discriminação em relação ao trabalho profissional das mulheres casadas, que são vistas como responsáveis pela supervisão da vida familiar. O fato de serem mães indica que elas possuem uma gama de atribuições e um certo número de trabalhos que não poderiam ser transferidos a outras pessoas. Portanto, as mulheres casadas têm uma família pela qual devem se responsabilizar que as impediria de assumir com afinco os afazeres do trabalho produtivo.

Por fim, a terceira forma de discriminação em relação às mulheres trabalhadoras, seria o acesso restrito aos postos administrativos – elas são tidas como incapazes de assumir cargos que exijam a tomada de decisões. Isso não significa que as mulheres não venham a galgar novos escalões. No entanto, elas são uma minoria em relação ao grupo considerável de mulheres que são deixadas na parte baixa da escala.

Outro ponto a ressaltar é que, nos setores onde tem ocorrido uma evolução tecnológica na produção, são justamente os postos chamados não qualificados ocupados quase sempre pela mão-de-obra feminina, que tendem a tornarem-se instáveis, passando essas trabalhadoras a serem temporárias e ocasionais, fornecidas por empresas terceirizadas (HIRATA, 2002).

No Brasil, a presença de mulheres no mercado de trabalho vem crescendo consideravelmente desde a década de 1970. Nesse período, o emprego feminino aumentou quase três vezes. Se a feminização do mercado de trabalho é evidente, por outro lado ela não significa, no entanto, que os empregos ocupados sejam idênticos para homens e mulheres.

Também o crescimento das mulheres no mercado de trabalho não as livrou, no entanto, de uma distribuição desigual das responsabilidades familiares e domésticas (HIRATA, 2002; NEVES, 2001).

Os padrões de socialização e a própria organização da sociedade separam a vida pública e a vida privada, sendo que os afazeres domésticos recaem sobremaneira sobre as mulheres, mesmo sobre aquelas que trabalham fora ou que exercem alguma atividade remunerada dentro de sua casa. A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, isso porque as relações sociais determinam que o trabalho relacionado a casa deve incidir sobre as mulheres. Esta atividade é vista de forma geral como consequência dos papéis de gênero. Enquanto a atribuição das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair exclusivamente sobre as mulheres, as bases que sustentam a divisão sexual do trabalho não estarão ameaçadas (HIRATA, 2002; NEVES, 2001; ANTUNES, 2002).

As pesquisas de institutos como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – têm demonstrado não só um crescimento de mulheres na população economicamente ativa mas também do número de mulheres chefes de domicílio. Utilizando como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nota-se que os indicadores de condição de atividade referente à distribuição das pessoas economicamente ativas, apontam um crescimento do percentual de mulheres economicamente ativas, que no Brasil passou de 41,9% em 2001 para 42,5% em 2002 e na região Sudeste de 42,4% em 2001 para 43,2% em 2002. (Ver tabela – Anexo 6).

Ressaltamos, ainda, outros dois fatores que acompanham esse crescimento do percentual de mulheres economicamente ativas. O primeiro é o aumento gradativo dos anos de escolaridade em todos os níveis. O contingente de mulheres com 11 anos ou mais de estudo tem aumentado consideravelmente nos últimos anos (Ver tabela – Anexo 7).

O segundo, característico das novas formas de organização do trabalho e da produção, é a queda considerável da taxa de ocupação a partir dos 40 anos de idade. Isso tem ocorrido tanto para homens como para mulheres. A expulsão cada vez mais cedo da mão-de-obra do mercado de trabalho. A taxa de ocupação entre as mulheres, segundo dados da PNAD/2002, chega ao seu ápice no grupo de idade de 30 a 39 anos, atingindo 26,2% do total; nos grupos consecutivos, ela cai a 21,3% na faixa de 40 a 49 anos, a 10,9% de 50 a 59 anos e por fim a 5,4% no grupo de 60 anos ou mais (Ver tabelas – Anexos 8 e 9).

Como afirmam Neves (2001) e Hirata (2002), a presença da mulher no mercado de trabalho vem apresentando nos últimos anos mudanças e permanências. No que diz respeito à educação formal, adquiriram maior nível de escolaridade comparativamente aos homens. Também ampliaram sua presença em ocupações que antes eram exclusivamente masculinas, mesmo tendo salários nitidamente inferiores aos dos homens.

Assim, as desigualdades de gênero ainda permanecem. A persistência de guetos femininos, desvalorizados e com baixos níveis de remuneração, as desigualdades salariais entre os sexos, o controle hierárquico e a intensidade de trabalho a que as mulheres são submetidas, a dupla jornada de trabalho em que a educação dos filhos e as tarefas domésticas ainda permanecem, na sua maioria como de responsabilidade das mulheres, tornam claras essas desigualdades.

Um exemplo dessa situação é retratado por Neves (2000) quando ela analisa as mudanças nas relações capital/trabalho no interior da FIAT, com a reestruturação da cadeia produtiva e o que tem sido chamado pela montadora de “mineirização dos seus fornecedores”. Para a autora, esse método é marcado por um intenso processo de terceirização da produção a partir de 1989, construindo-se um quadro bastante diversificado de empresas fornecedoras. A rede de terceirização aponta para empresas de primeira linha, trabalhando com tecnologias mais avançadas e mão-de-obra na sua maioria masculina e qualificada, produzindo inclusive

para o mercado externo. Conta, também, com algumas fornecedoras de segunda linha e do final da cadeia produtiva, que apresentam menor grau de automação, mão-de-obra menos qualificada e uma incidência maior da mão-de-obra feminina. Nessas empresas, permanece o trabalho repetitivo e monótono, este em sua maioria realizado por mulheres.

Para Neves (2000), as mulheres continuam confinadas a certos tipos de funções e ocupações, trabalhando em empresas cujos produtos têm menor conteúdo tecnológico e em funções nos quais o treinamento não é considerado necessário. A incorporação da mão-de-obra feminina apresenta forte incidência de precarização das condições de trabalho e emprego. Referindo-se à FIAT, afirma que, diferente da empresa mãe, não existe qualquer treinamento para realização das atividades ou introdução de métodos de melhoria contínua nas empresas subcontratadas.

Portanto, apesar do crescimento da força de trabalho feminina, determinados traços culturais e sociais impedem uma participação mais efetiva da mulher no mercado de trabalho. Os limites da participação feminina como força de trabalho aparecem condicionados pela força física, pela responsabilidade com a família e com a execução das tarefas domésticas, pela maternidade e pela exigência do cuidado com os filhos pequenos, entre outros (NEVES, 2001).

As mulheres que chegam ao mercado de trabalho, em sua grande maioria, acabam ocupando atividades restritas e condicionadas pelas relações de gênero, como professora, enfermeira, secretária, ou ocupações de pouco prestígio e baixa remuneração, associadas às atividades domésticas ou atividades repetitivas. O número exíguo de mulheres que ocupam atividades que sempre apareceram associadas ao sexo masculino, como na engenharia, medicina, direito, não raramente é marcado pela remuneração inferior à auferida aos homens, mesmo exercendo o mesmo tipo de atividade.

A tradicional participação nas indústrias têxtil e de calçados ainda permanece como o grande *locus* de trabalho feminino (NEVES, 2001). Nesses setores, a força de trabalho ainda é predominantemente feminina, e o trabalho a domicílio tem sido freqüentemente utilizado pelas empresas dentro de um processo de terceirização da produção no contexto da reestruturação produtiva. Acompanhando a tendência dos processos de terceirização, o empregador não dá garantias dos benefícios e a trabalhadora fica exposta às mudanças de quantidade e tipo de produtos.

Essa participação mais intensa das mulheres nas indústrias têxtil e de calçados se dá porque o processo de trabalho encontra-se ainda marcado pelo papel sexual das mulheres na sociedade. As relações sociais de gênero determinam, por exemplo, que aprender a costurar se constitui como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo deste um processo totalmente naturalizado para as mulheres. Essas relações propiciarão uma forte ligação entre o papel feminino tradicional e as atividades profissionais que serão desenvolvidas pelas mulheres. Também o trabalho a domicílio estará totalmente marcado por essas relações de gênero. As atividades econômicas dentro do domicílio aparecem quase sempre associadas às qualidades ditas femininas (ABREU e SORJ, 1993).

Nesses setores, a transferência das atividades até o domicílio da trabalhadora é facilitada pelo fato de o maquinário ser mais simples e possível de ser adquirido pela própria trabalhadora (ainda que com algumas dificuldades) sem ônus para a empresa. A subcontratação pode se realizar sem problemas técnicos, sendo que mesmo que haja algum problema vai ser a própria trabalhadora que irá se responsabilizar por resolve-lo. Além disto, as habilidades necessárias à execução das tarefas são, em geral, adquiridas pelas mulheres por meio do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico, como costurar, bordar, entre outros.

Para Abreu e Sorj (1993), fruto da crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado, sazonal e em crise permanente, a utilização do trabalho a domicílio pelas empresas flutua de acordo com as necessidades de restringir custos, manter escassos prazos de entrega ou, ao contrário, reduzir a produção em momentos de crise. A mão-de-obra essencialmente feminina permanece invisível diante da precariedade das estatísticas oficiais.

Uma das características do trabalho a domicílio seria sua invisibilidade, isso porque dentro desse tipo de atividade há uma superposição do espaço e do tempo. O espaço de trabalho é também o espaço de moradia, o tempo do trabalho profissional é também o tempo do trabalho doméstico. É o convulsionamento entre tempo e espaço apontado por Antunes anteriormente.

Para Hirata (2000; 2002), isso se dá porque o trabalho a domicílio, como a confecção de roupas no seio da família, aparece como uma realidade em que é difícil distinguir o que é horário de trabalho e o que faz parte do convívio com a família, envolvendo até mesmo as crianças no processo de produção. Essas mulheres que exercem trabalho doméstico remunerado ou que estão no setor informal permanecem invisíveis, uma vez que tomaram caminhos diferentes ao da empresa.

Por outro lado, o acúmulo de atividades sobre a mulher impossibilita seu reconhecimento enquanto trabalhadora, já que as atividades realizadas no seio da família, mesmo que remuneradas, não são reconhecidas como tal. Para Abreu e Sorj (1993), uma vez que o trabalho a domicílio está associado ao trabalho doméstico, sua legitimidade profissional se acha comprometida, tanto no plano social como no familiar, não sendo reconhecida dentro de uma hierarquia das profissões.

Assim, a emancipação das mulheres só se dará com um trabalho que lhes garanta uma independência econômica e equipamentos sociais que aliviem as tarefas domésticas e

educativas, com uma participação efetiva dos outros membros do grupo familiar nos afazeres domésticos e na educação dos filhos, uma participação mais igualitária no mercado de trabalho, na política, entre outros. Uma mudança na divisão do trabalho entre homens e mulheres, portanto. Para Hirata (2002), enquanto as mulheres ficarem incumbidas e forem reconhecidas prioritariamente nas atividades associadas à esfera reprodutiva, elas estarão em situação de inferioridade no mercado de trabalho e no resto da sociedade.

3. As transformações no trabalho, informalidade e trabalho a domicílio no contexto da indústria de confecção de Divinópolis

Um carro pára ao lado da casa, em frente à facção. A faccionista, de costas, pergunta se é um carro azul. Afirmando que sim. Torce a cara como quem não gosta do que está por vir. É o empresário. Chega por volta das 18h. Veio apanhar as peças que já estão prontas. Não fala boa noite com ninguém. Vai entrando facção adentro e apanhando as peças prontas, levando-as para o carro sem dizer uma só palavra. Depois que termina de colocar as peças no carro, volta, mexe em tudo dentro da facção. Quer ver se não tem peças de outras fábricas e se as faccionistas não estão passando estas peças na frente das suas. Senta-se do lado da faccionista e faz comentários do tipo: “Vocês estão devagar demais”; “Por que não estão fazendo hora extra?”. A faccionista diz que mais do que estão fazendo não têm jeito. O empresário então diz: “Por que não estão trabalhando dia de domingo?”. Que mais ele podia dizer? Afinal, aos sábados, as faccionistas já estão trabalhando. É um pouco ríspido no trato com faccionista; traz um certo ar de arrogância. A faccionista fala do corte que veio errado, e que ele terá de cortar novamente. Organizam o que está faltando. Depois ele vai embora. A faccionista volta a trabalhar (Diário de Campo, Faccionista 1, 13 de novembro de 2003).

Trazemos no início deste capítulo uma citação longa, mas que retrata o que procuraremos discutir adiante, ou seja, as novas relações de trabalho e da produção oriundas das transformações que vêm ocorrendo na indústria de confecção de Divinópolis, decorrentes da nova organização do processo produtivo, do surgimento das novas formas de gerenciamento e administração da produção e de uma nova organização espacial da produção.

Essas transformações envolvem a emergência de uma reestruturação da produção de forma global e o surgimento de “novas” relações de trabalho. Como apontados anteriormente por Antunes (2000; 2002), com fortes repercussões nos projetos, no conjunto das idéias, na subjetividade e nos valores constitutivos dos trabalhadores.

Vale ressaltar que, referindo-se à indústria de confecção de Divinópolis, a classe trabalhadora é constituída majoritariamente por mulheres trabalhadoras, e, no que diz respeito ao trabalho a domicílio, foco desta pesquisa, preserva uma das características mais marcantes do trabalho domiciliar contemporâneo, levantada por Abreu e Sorj (1993), que é de ser uma

atividade essencialmente feminina. As trabalhadoras domiciliares são as subempregadas da economia informal em relativa expansão nas últimas décadas.

Destaca-se, também, neste contexto de transformações, a intensificação da lógica destrutiva do capital e da ação destrutiva contra a força humana de trabalho, representada pelos enormes contingentes de trabalhadoras precarizadas e pela dificuldade de incorporação dessas trabalhadoras pelos órgãos de representação sindical.

Antes de aprofundarmos nossas discussões, vamos situar nosso contexto de investigação e apresentar brevemente como se dá o desenvolvimento da indústria de confecção em Divinópolis.

3.1. A indústria de confecção em Divinópolis

O município de Divinópolis está localizado na zona metalúrgica do Estado de Minas Gerais, a 114 km da capital Belo Horizonte. Segundo o censo do IBGE de 2000, Divinópolis possui 183.962 habitantes, dos quais 89.978 são homens e 93.984, mulheres. É a cidade-pólo do Centro-Oeste Mineiro, conhecida por suas confecções, mas destacada, também, pelo comércio, principalmente o confeccionista.

Para entender como se desenvolve a indústria de confecção em Divinópolis, precisamos regressar no tempo e ver, ainda que de forma condensada, a história do processo de industrialização da cidade. Esse processo inicia-se em 1910, quando são instaladas as oficinas da Rede Mineira de Viação, proporcionando impacto determinante na consolidação e no crescimento da cidade. Gradativamente, aprofunda-se a tendência para a metalurgia, com o

aparecimento de empresas mecânicas e de fundição, seguido por altos-fornos e culminando com a produção, mais adiante, do aço.

Para Corgozinho (1989), o desenvolvimento industrial na cidade de Divinópolis baseou-se na produção de bens de consumo final e intermediário. As oficinas da Rede Mineira de Viação, ao demandarem produtos metalúrgicos, estimularam o surgimento de pequenas metalurgias na região. Os lucros obtidos nas primeiras indústrias estimularam os investimentos no setor. Foi instalado, então, um grande número de altos-fornos, e a atividade industrial tornou-se a atividade básica da economia local.

Na década de 1950, impulsionada pela expansão industrial automobilística nacional, a atividade metalúrgica cresceu muito para atender à nova demanda de ferro e aço. Este é o chamado ciclo do gusa no processo de desenvolvimento da cidade, trazendo profundas repercussões no setor terciário. O desenvolvimento da siderurgia impulsionou também outros setores industriais, tais como o de couros, bebidas, material elétrico, mármore, móveis, calçados, entre outros.

Nesse período, a Rede Mineira de Viação mantinha cerca de 1.300 trabalhadores em todas as seções. Muitos funcionários, ao se desligarem da Rede, criavam sua própria fundição ou indústria, e o escoamento da produção também seria facilitado pela própria Rede Mineira de Viação. Ainda que durante a década de 1930 os investimentos na indústria têxtil, considerada indústria de base, apresentavam-se como favoráveis, o ferro-gusa seria o carro-chefe da economia local até a década de 1970.

Para Corgozinho (1989), a transformação de Divinópolis em uma cidade industrial deve-se mais a antigas lideranças do que a condições naturais que a cidade oferecia. Um arraial nascido em pleno cerrado não poderia oferecer condições para o desenvolvimento da agricultura ou mesmo da pecuária. No entanto, também não oferecia condições naturais para a implantação da indústria. Assim, quase toda a matéria-prima empregada na fabricação do

ferro-gusa e posteriormente na indústria têxtil era trazida de regiões vizinhas. Nesse sentido, a Rede Mineira de Viação desempenharia importante papel, pois um dos fatores que contribuíram para a implantação do parque industrial se deve à facilidade do transporte.

Em 1972, o jornal “A Semana” traria a seguinte nota: “*Se a indústria do gusa progredir, Divinópolis cresce; e se a indústria do gusa entrar em crise, toda a cidade sofre*” (24/06/1972). Essa preocupação se justificava em princípios da década de 1970, porque cerca de 85% da receita bruta de Divinópolis resultava dos impostos incidentes sobre o setor metalúrgico.

As indústrias desse período caracterizavam-se pela rigidez, típica do próprio modelo taylorista/fordista de produção, no qual predominam a padronização de equipamentos, métodos e condições de trabalho e o treinamento do trabalhador para seguir um método-padrão. Levantava-se a necessidade da melhoria da técnica na produção adotando uma fabricação rigorosa com controle de qualidade adequado ao mercado.

A partir de meados da década de 1970, a economia passa a conviver com novas regras de concorrência. O novo quadro que vai sendo construído é marcado pelo enxugamento das estruturas de tipo fordista, tanto vertical quanto horizontalmente, trazendo profundo impacto sobre o emprego, a qualificação, as condições de trabalho e de contrato dos trabalhadores. A nova forma de organização exige o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho, com formas mais flexíveis de organização do trabalho e da produção, a substituição da produção em massa, a despadronização dos produtos e a desverticalização da atividade produtiva.

Assim, no momento em que a indústria do ferro-gusa começa a experimentar o apogeu da sua capacidade produtiva, declina sua capacidade de atender ao novo tipo de consumo, o crescimento da demanda por bens de consumo não padronizados. Atender à demanda implica menos na geração de grande série de produtos padronizados, característica do

taylorismo/fordismo, e mais na capacidade de produzir em série restritas, diversificadas e destinadas a atender um mercado consumidor segmentado e localizado.

Ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os problemas econômicos da indústria siderúrgica forçaram a demissão de grande número de operários e o fechamento de siderurgias. As dificuldades oriundas da crise do setor siderúrgico levaram ao fortalecimento da indústria de confecção, atividade que, até então, não apresentava importância econômica local. O fortalecimento dessa atividade contornou o desemprego crescente e transformou a indústria de confecção em importante alternativa econômica para a cidade.

O motivo do desenvolvimento justamente da indústria de confecção é assinalado por Araújo e Amorim (2000). Segundo as autoras, a indústria de confecção é um ramo industrial baseado no uso intensivo de mão-de-obra e cuja produção desenvolve-se com poucas inovações técnicas, limitada à máquina de costura industrial e ao trabalho manual. A fala de um empresário, entrevistado durante a pesquisa de campo, identifica bem como se dá o processo de desenvolvimento da indústria de confecção em Divinópolis.

Minha mãe era costureira autônoma (...) Daí, ela comprou uma primeira máquina semi-industrial, começou em fundo de quintal e foi dedicando; esse foi o começo da empresa (...) Há dezessete anos. E desse trabalho a empresa veio crescendo de uma forma natural. À medida que a empresa foi crescendo, foi agregando mais um membro da família (...) Nós somos quatro irmãos. Hoje, a empresa emprega diretamente em torno de cem pessoas. Então, de dezessete anos para cá, essa foi a evolução, ela começou no fundo de quintal, num cômodo no fundo da casa e ao longo desse tempo a gente veio desenvolvendo, foi um crescimento natural, a administração é toda familiar, todos os processos aqui são desenvolvidos dentro da família (Entrevista, Empresário 1, 14 de outubro de 2003).

Segundo pesquisa do Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (2000), a maioria das indústrias de confecção de Divinópolis encontra-se em um estágio de amadurecimento, não sendo de todo muito jovem, com empresas, nas faixas de 05-10 (46%) e de 11-20 (28%) anos no mercado, que respondem por aproximadamente 74,0% do total das indústrias de confecção registradas. Estas empresas já estão alcançando uma fase de

consolidação no mercado. A importância da indústria de confecção para a economia local é assinalada pelo mesmo empresário citado anteriormente.

A confecção tem um papel fundamental dentro da economia da cidade. É uma atividade que não gera um volume grande de impostos. Ela gera postos de trabalho e conseqüentemente gera renda e essa renda, que é gerada dentro da confecção alimenta, não só o comércio varejista, como também a construção civil. Então, um aspecto interessante porque parte que mantém a construção civil na cidade são os donos da indústria de confecção. A construção civil emprega o marido, a confecção emprega a esposa. Então, está intimamente ligado a essa renda familiar (Entrevista, Empresário 1, 14 de outubro de 2003).

A afirmação da indústria de confecção como carro-chefe da economia local é, entretanto, paralela ao surgimento de novas regras de concorrência, novos estilos empresariais, novos hábitos de consumo, novas formas de organização da produção e de relacionamento entre as empresas, o capital, o trabalho e o Estado. Enfim, um novo padrão de valores e acumulação firmada em formas mais flexíveis de produção, baseadas em inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais (ANTUNES, 2000; 2002; NEVES, 1998). Assim, as condições para o desenvolvimento diferenciam-se.

Os desafios que se colocam aos empresários da confecção seriam os seguintes:

- entrarem com o estabelecimento de regras de concorrência com base na superioridade da oferta, garantindo qualidade e controle da produção, bem como a produção de produtos mais acessíveis;
- implementação de novas formas de gestão da produção e do trabalho com base em processos mais flexibilizados, buscando, assim, uma maior produtividade e racionalização dos custos;
- a utilização de planejamento estratégico e a introdução de inovações tecnológicas, como, por exemplo, a substituição com qualidade das matérias-primas;
- a busca de novos fornecedores e novos mercados consumidores;

– por fim, a mudança na relação entre empresa e mercado consumidor deve conduzir a uma busca constante de empresas especializadas em marketing, assistência mercadológica, consultoria especializada, entre outros, como uma condição para sobrevivência dessas indústrias.

Com as recentes transformações na organização do processo produtivo, nas formas de gerenciamento e administração da produção e na organização espacial da produção, a flexibilização das relações de trabalho aparece como parte do processo de racionalização das indústrias de confecção em Divinópolis e envolve uma reestruturação da produção de forma global.

3.2. Reestruturação produtiva e racionalização organizacional na indústria de confecção de Divinópolis

De forma geral, a racionalização organizacional operada pelo capital tem procurado enxugar o número de trabalhadores exigidos no processo produtivo. As fábricas da indústria de confecção de Divinópolis, então, passam por um processo que acompanha essa tendência e vai, também, cedendo lugar a outras formas de organização da produção, marcadas principalmente pela terceirização do processo produtivo. Flexibilidade passa a ser a palavra de ordem, o que acarreta o aumento considerável do número de trabalhadoras que são desligadas das atividades dentro da fábrica e passam a exercer suas atividades no próprio domicílio.

A indústria de confecção de Divinópolis combina processos assentados no modelo taylorista/fordista de produção com processos flexíveis de produção e de relações de trabalho. Assistimos, assim, a uma horizontalização da produção, característica dos processos

flexibilizados, sem contudo perder em alguns casos as características tayloristas/fordistas de produção.

Encontramos empresários da confecção que trabalham dentro de um processo totalmente flexibilizado das relações de trabalho e de produção. Estes empresários não possuem fábrica no sentido físico, são donos de etiquetas, a fábrica em si, com máquinas, modelistas, cortadores, costureiras, arrematadeiras, passadeiras, entre outros não existem. São proprietários, em alguns casos, de lojas com o nome da etiqueta; em outros, possuem escritório e trabalham com viajantes que vendem suas confecções. A modelagem, o corte dos tecidos, a confecção e a finalização dos produtos são terceirizados. Isto ocorre freqüentemente com o objetivo de diminuir os gastos com impostos, registro de empregados e de manutenção do espaço físico da fábrica.

A situação das confecções, hoje, é que a “maioria” das pessoas que trabalham como empresários da confecção não tem fábrica e que é difícil uma pessoa que até saiba modelar (fazer moldes de roupa) e muitos não têm nem idéia de costura, são donos de etiquetas, já que a fábrica em si não existe, o que possuem, em alguns casos, é uma loja com o nome da etiqueta. Fala que isso é por causa dos impostos e registro de empregados (Diário de Campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Por outro lado, temos fábricas, constituídas fisicamente, onde coexistem características taylorista/fordista de produção com relações flexibilizadas de trabalho e da produção. Essas fábricas abrigam a modelagem e o corte dos tecidos, a confecção e a finalização dos produtos, tais como arremate, passadeiras, embaladeiras e despacho de mercadorias.

No corte, na embalagem e no despacho de mercadorias estão concentrados os trabalhadores homens. Ainda que seja possível encontrar em alguns locais mulheres trabalhando nesse tipo de atividade, mas, por se tratar de uma atividade mais pesada, acaba ficando, quase sempre, restrita aos homens.

Na confecção, no entanto, é raro encontrar homens trabalhando. A produção é organizada de acordo com o modelo taylorista/fordista, sendo que cada costureira se responsabiliza por uma parte da produção e trabalha em uma única máquina. A costureira que, por exemplo, é responsável por fazer golas somente faz golas. Na confecção, há uma diversificação da faixa etária, trabalhando desde mulheres mais jovens até mulheres de mais idade.

Na finalização dos produtos, tais como arremate, passadeiras, embaladeiras, é onde está concentrada a maior parte dos jovens. Muitas costureiras iniciaram na parte de finalização e, com o tempo, se especializaram em alguma máquina e passaram para a confecção.

Essas mesmas fábricas que trabalham de acordo com o modelo taylorista/fordista de produção terceirizam parte da produção e passam a incorporar em seu processo produtivo, nos períodos de pico da demanda, ou seja, de forma sazonal, a subcontratação de trabalhadoras domiciliares ou de fábricas especializadas na prestação de serviços de confecção.

Olha, a facção ela normalmente atende uma demanda, um excesso de demanda que a gente tem e que não pode ser atendido dentro da empresa. Isso aí é meio sazonal porque nós temos o período de pico e nós temos o período onde a produção volta ao normal. Então, a gente tem datas mais fortes, dada nossa especialidade que é camisaria, você têm Dia dos Pais, Dia dos Namorados, Natal, que é um período mais forte, que não tem como você ampliar sua linha de produção, uma vez que daqui a pouco volta tudo à normalidade de novo, você fica com pessoal excedente. Aí você tem que estar fazendo as demissões, contratar, demitir isso não é bom, nem para a empresa, nem para quem está trabalhando. E a questão da facção é uma vocação que está desenvolvendo dentro da cidade e das pessoas principalmente, daquelas que têm um pouco mais de capacidade e espírito empreendedor, elas mesmo já... às vezes deixam as empresas para trabalhar como costureiras autônomas, faccionistas, porque isso vai dar um rendimento maior para ela (Entrevista, Empresário 1, 14 de outubro de 2003).

Essas subcontratadas mantêm relações de trabalho e de produção totalmente diversas das fábricas contratantes. Mais adiante, veremos essas relações dentro do trabalho a domicílio.

Com relação ao contrato de trabalho, de como ele fica registrado, no caso das faccionistas é um contrato informal, de boca, acordado entre a faccionista e o empresário ou

seu intermediário. O controle de pagamento das peças é feito por meio de anotações em papéis ou em um caderno de anotações da faccionista. O empresário mantém o controle por intermédio de notinhas que a faccionista assina quando recebe o material para confeccionar ou quando devolve as peças prontas.

3.3. O crescimento do número de facções

O desemprego está grande em relação ao serviço que é convencional, tipo do pessoal que trabalha na fábrica e tudo. Porque, para diminuir os custos, que fica mais barato mandar o serviço para faccionista, então as fábricas estão reduzindo muito o número de funcionários, que não têm encargo social, não têm as despesas diárias da fábrica que é luz, é água, vai diminuindo, diminui também. Então, está levando muito serviço para a facção e com isso as pessoas que não têm condição de trabalhar na facção, não têm máquina, não têm nada, estão acabando perdendo o emprego. Porque nessa de diminuir os custos diminui o número de operários e não tem espaço para todo mundo, está sendo faccionista, fazendo facção e com isso na área da costura, da confecção, está havendo até desemprego (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Não é possível ter um registro preciso sobre o número de facções existentes em Divinópolis, mesmo porque uma das características do trabalho nas facções seria a invisibilidade desse tipo de atividade. Mas, segundo pesquisa do Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor (2000), estima-se um número aproximado de 1.500 (um mil e quinhentas) facções situadas no município de Divinópolis, mais de duas vezes o número de fábricas de confecção registradas, que em 1999 era de 679.

Esse processo de terceirização, que tem levado parte da produção para as facções, tem ocorrido quase fundamentalmente com o objetivo de redução dos custos, eliminação dos riscos de produção e transferência do pagamento de mão-de-obra às facções. Parte da produção, em alguns casos toda a produção, é realizada pelas costureiras faccionistas em suas próprias residências, livrando as empresas dos encargos sociais, da aquisição de

equipamentos, das despesas com energia, local para o funcionamento, entre outros. No trabalho a domicílio, não existem as garantias de registro em carteira de trabalho ou qualquer outro protocolo legal.

Os objetivos do processo de terceirização dentro da indústria de confecção são reconhecidos pelas faccionistas.

Eu trabalho na minha mãe, eu trabalho na casa da minha mãe, e assim eu pego serviço de três fábricas; fábricas não, são pessoas que dão facção. Elas têm etiqueta, tudo registrado, mas não têm fábrica, só faccionista; por causa de imposto, por causa desses negócios, então sai mais barato para elas (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

O fortalecimento das práticas de trabalho a domicílio, como foi possível perceber, é acompanhado de duas tendências já apontadas. A primeira, o aumento do trabalho feminino, absorvido pelo capital preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. No que refere ao trabalho a domicílio, as mulheres continuam a prevalecer, tanto em virtude do viés de gênero como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas.

A segunda, o crescimento intenso do mercado informal nas últimas décadas, como consequência da atual conjuntura de desemprego e das medidas que estão sendo implementadas pelas políticas públicas, assim como o crescente número de pessoas que fazem do mercado informal uma forma de sobrevivência. A clandestinidade cerca o trabalho a domicílio, por isso nomeado por Abreu e Sorj (1993) de “*trabalho invisível*”.

Essa “nova” organização do trabalho e da produção traz também o retorno à mais-valia absoluta, produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho. As costureiras faccionistas são submetidas a jornadas extensas de trabalho nos períodos de grande demanda que ultrapassa até mesmo os dias considerados de folga como sábado e domingo. Pode-se falar também numa contenção da porosidade do trabalho, tendo em vista que o tempo que é

dado para confeccionar uma peça é menor do que necessitam as trabalhadoras, e, se elas param por algum motivo, terão de adiantar no horário de descanso.

A faccionista, de início, fala que nos últimos dias teve muito trabalho, que essa semana trabalhou no sábado até anoitecer e no domingo até as 15 horas. No domingo, entregou 240 peças, e foi bom porque, como a empresária precisava rápido das peças, não arrematou as blusas. Diz que a empresária que trouxe o trabalho no final de semana queria trazer mais 500 peças para ela fazer no próximo final de semana. Ela falou que só trabalhou no último final de semana porque achou que conseguiria terminar o trabalho, mas que não gosta de trabalhar no final de semana (Diário de Campo, Faccionista 3, 5 de setembro de 2003).

A empresária liga e diz que quer as peças que estão sendo confeccionadas para hoje às 17 horas. As costureiras começam a trabalhar em um ritmo mais acelerado. Uma das costureiras diz que nem era para estar pronto hoje, que elas trabalharam no sábado e por isso está no ponto que está. A costureira que atendeu a empresária ao telefone fala que ela disse que já está faltando peças na loja (Diário de Campo, Faccionista 1, 17 de novembro de 2003).

No entanto, mesmo submetidas a jornadas extensas de trabalho no período de grande demanda, também possuem uma liberdade maior na definição dos dias e horários de trabalho.

A faccionista diz que não vai trabalhar no próximo sábado, que trabalhou todos os outros sábados anteriores e já estão muito cansadas, precisam descansar um final de semana inteiro, porque, senão, não conseguem terminar o ano (Diário de Campo, Faccionista 1, 11 de dezembro de 2003).

É diferente, que lá eles querem que você trabalha muito e na minha casa, não. Na minha casa, igual meu marido fala assim, acha que assim, você acha difícil numa fábrica, porque na fábrica você senta ali, chego às 7 horas. Você senta. Levanta só pra almoçar até 11 horas. Eu não. Eu levanto ali, levanto venho aqui na cozinha, levanto vou atender um telefone, se eu quiser levantar pra tomar um café, aqui 9 horas eu levanto e tomo, eu venho aqui no meu banheiro e lá na fábrica, não. Na fábrica tem horário, talvez nem deixa a gente ir no banheiro, a água vai na máquina para gente, chega 7 horas, pára 11 horas, que também é trabalhoso. Olha para você ver aqui na minha casa, eu vou aonde eu quero, por isso meu marido fala que você não dá conta de seguir uma meta igual à fábrica, porque na sua casa você faz do jeito que você quer, e aí a gente também já está velha, não agüenta o tranco muito mais forte, não (Entrevista, faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

3.4. A formação de redes de produção

Na organização do trabalho da indústria de confecção de Divinópolis, nos deparamos, também, com a formação de redes de produção, compostas por pessoas especializadas no corte das peças, na confecção, no casear, no arremate, no passar, no embalar, entre outros. Existem fábricas que terceirizam todo o processo produtivo desde a parte de corte até a finalização.

Eu conheço uma pessoa que tem uma loja, que mantém uma não, mais de uma, mantém etiqueta, tem uma etiqueta e tudo, mas que não tem nenhuma máquina caseira. Paga. Todo o serviço é feito externo, porque fica mais cômodo. Não precisa se preocupar com funcionário, com manutenção de máquina, não precisa se preocupar com nada. Pega, compra o tecido, compra o tecido que for e leva, manda para o cortador, que é também que corta, que é tipo uma facção, recebe por peça. Tudo terceirizado, recebe por peça cortada. Manda para *silk*, para bordadeira, seja o que for, e repassa as peças para as costureiras (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Por outro lado, encontramos faccionistas que, dentro desse processo de terceirização, por terem reconhecimento do seu trabalho no mercado e acesso a uma quantidade de trabalho que possibilitam-lhes manter uma demanda por trabalho além de sua capacidade de produção, subcontratam outras trabalhadoras que ainda não conseguiram esse reconhecimento ou não possuem contatos de trabalho para um ano inteiro. Essas faccionistas repassam seu trabalho e passam a lucrar com o trabalho daquelas trabalhadoras. Como percebe-se, não se trata somente da relação entre a faccionista e a fábrica ou a etiqueta: há uma rede de produção que, ao mesmo tempo, também é de exploração. É a reprodução da exploração em linha, e a partir disso é gerado uma enormidade de conflitos dessas subcontratações.

Antes eu tinha duas overloques, então eu ficava numa overloque e a pessoa em outra, rendia o serviço que eu faço, e rendia o da pessoa também, e eu ganhava porcentagem em cima da pessoa. Porque, tipo assim, eu ganhava, a pessoa recebia... faz de conta se a peça fosse sessenta centavos, ela ganhava vinte, vinte e cinco e eu ganhava o restante. Então, eu fazia as minhas e eu ganhava ainda a porcentagem dela, então por isso eu acho que rende mais se você contratar uma pessoa. Do ganho da pessoa, você não vai estar gastando nada, você vai só estar ganhando, entendeu? (...) Se eu tivesse com outra pessoa trabalhando, eu ia estar fazendo o que eu faço normal do dia-a-dia e ia estar ganhando ainda o que a pessoa faz extra, entendeu? E a pessoa ia estar ganhando também, então, não ia estar pagando por nada que ela

estava fazendo, porque ela vai estar fazendo o dela (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

A faccionista fala que dispensou as 3 costureiras que ainda restavam, e agora na casa dela trabalham ela e uma outra pessoa que está ensinando. Diz que esse ano foi muito difícil, preferiu dispensar as costureiras e só trabalhar com mais duas faccionistas na casa delas, repassando o trabalho (Diário de Campo, Faccionista 6, 11 de novembro de 2003).

Acreditamos que a parte mais exposta nessa rede de subcontratações provavelmente vai estar nos casos em que há subcontratação marcada por pagamento do dia de trabalho. Nesse caso, a faccionista contrata outras costureiras para realizar o trabalho nas suas casas ou traz para trabalhar com ela dentro de sua facção. A remuneração dessas costureiras é equiparada ao dia de trabalho em uma fábrica. No entanto, não tem qualquer direito trabalhista como férias, 13º salário, INSS, fundo de garantia e fica submetida a uma demanda de produção vinda das facções.

Isso implica que, nos períodos de pouco trabalho, ela nunca vai conseguir uma renda que equipare à renda dentro das fábricas, e no período de muito trabalho ela vai, no máximo, conseguir uma renda que equipare à de uma costureira de fábrica, sendo superior somente quando sujeita-se às horas extras de trabalho dentro da facção.

O atrativo para essas trabalhadoras subcontratadas nas facções vai assentar na liberdade que elas conseguem garantir nesse tipo de trabalho, como de poderem conversar entre elas, cantar, uma relação mais próxima com a “*contratante*”, e no caso de necessitar faltar ao trabalho, já que muitas são mães de filhos pequenos, perder somente o dia que faltaram, e não perder dois dias (dia de descanso) como acontece nas fábricas.

É um ambiente descontraído, elas conversam e cantam enquanto trabalham (Diário de Campo, Faccionista 1, 13 de novembro de 2003).

Conversam sobre o casamento de uma das costureiras que mora com o marido há 10 anos, mas ainda não tinha casado na Igreja e vai casar esse final de ano. Falam também de casamento em geral (Diário de Campo, Faccionista 1, 17 de novembro de 2003).

A costureira canta o dia inteiro um repertório muito grande. Pergunto como consegue cantar tanta música diferente. Fala que tem memória boa (Diário de Campo, Faccionista 1, 20 de novembro de 2003).

A costureira comenta que ontem teve de ir embora na parte da tarde porque o filho ficou doente e ela foi levar ele no médico (Diário de Campo, Faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

Assim, a mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. O trabalho a domicílio tem proliferado seu vínculo com o sistema produtivo capitalista. Sua subordinação ao capital é direta, sendo mecanismo de reintrodução de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho por peça que vem sendo recuperado em grande escala (ANTUNES, 2002). Vejamos.

As faccionistas explicam que o tipo de costura que utilizavam nas peças desregulava as máquinas. Como as peças que terminaram anteriormente, foi necessário chamar um mecânico que disse que, se continuassem fazendo aquele tipo de trabalho, iriam acabar com as máquinas. Além do mais, consideravam que o preço das peças estava baixo. É uma negociação difícil. A empresária diz que estavam “sacaneando” com eles, que estavam escolhendo serviço porque era fim de ano, e fim de ano tem muito trabalho. As faccionistas retrucam, falam que já trabalham com eles o tempo suficiente para saberem que elas nunca escolheram serviço, que durante todo o tempo que trabalham com eles dificilmente voltou uma peça e que elas trabalham com amor. Uma das costureiras explica que não é funcionária deles, que eles têm de entender que não pode dar exclusividade, porque depende da facção para viver e eles não mandam serviço direto, e ficar igual ficou anteriormente, 9 dias só para fazer as peças deles para ganhar 300 e poucos reais, para ser dividido entre elas não compensava mesmo. Volta a repetir: “Nós não somos funcionários de vocês”. O empresário retruca: “Não são mesmo, porque se fossem nos simplesmente mandávamos o corte e vocês tinham de fazer”. Nesse momento, estão todos visivelmente nervosos. Uma das costureiras me chama para ir embora, já que eu iria com ela. A negociação fica para a outra terminar. Quando saímos, os empresários tentam negociar para elas ficarem com pelo menos uma parte das peças. No caminho, a costureira reclama da forma como estão sendo tratadas e fala que resolveu ir embora para não perder a cabeça e porque elas dependem de trabalho para viver (Diário de Campo, Faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

Devemos destacar, no entanto, desconstruindo uma falsa idéia de total precariedade do trabalho domiciliar, que essas trabalhadoras, a partir do seu trabalho, conseguem adquirir um patrimônio que merece ser considerado, não só pelo valor em termos financeiros, mas pelo

valor agregado. Por exemplo, todo o maquinário utilizado por essas trabalhadoras no processo de produção é uma aquisição da própria trabalhadora a partir de seu trabalho.

Pergunto sobre o valor das máquinas. Diz que uma galoneira nova custa de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00, uma overloque, de R\$ 1.600,00 a R\$ 2.000,00 e uma reta de R\$ 700,00 a R\$ 1.000,00 e que é muito difícil um pessoa montar uma facção porque precisa de pelo menos uns R\$ 5.000,00 para comprar o que precisa para trabalhar (Diário de Campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

As máquinas, as máquinas são minhas. Duas delas eu comprei, foi com serviço mesmo, com meu serviço, à medida que eu trabalhei, com dinheiro ganho, paguei a prestação. Agora, a galoneira foi tipo, assim, herdada (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Tudo é meu, tudo é meu, tudo eu comprei com dinheiro de costura. Fui costurando, comprei a primeira máquina, depois fui ganhando, fui comprando, até comprar a que eu estou com ela. Hoje eu estou com cinco máquinas, três industriais e duas caseiras, mas tudo com dinheiro de costura, nunca ninguém me deu nenhuma, nunca ninguém me ajudou, só mesmo com dinheiro meu mesmo, suado (Entrevista, Faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

A costureira¹³ fala que tem época que dá para ganhar bastante dinheiro, que uma empresária que contratou os serviços dela e da faccionista, certa vez, pagou tão bem que deu para ela comprar as máquinas, comprar móveis, arrumar piso da casa, pagara conta de telefone (Diário de Campo, Faccionista 4, 5 de setembro de 2003).

Na indústria de confecção, como já deve ter sido possível perceber, as trabalhadoras domiciliares são chamadas faccionistas e seus empreendimentos, facções. Mas, afinal, quem são estas faccionistas?

Primeiramente são mulheres (mães, esposas, avós), que apelaram para o trabalho domiciliar na indústria de confecção por não conseguirem um cuidado adequado e barato para os filhos em idade pré-escolar, um acompanhamento para os filhos que estão em idade escolar ou que estão presas ao lar pelos compromissos familiares. Essa modalidade de trabalho vai possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos afazeres da casa, e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio vai estar intimamente ligado ao trabalho reprodutivo doméstico.

¹³ Costureira que trabalha para a faccionista.

A questão de trabalhar em casa foi até por causa deles (*filhos*), por causa que sair para trabalhar fora não tinha condição, tem que ficar olhando, olhar para levar menino na escola. Pagar quem olha tudo é muito difícil, então o fato de estar trabalhando em casa é exatamente por isso (Entrevista, faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Eu comecei a trabalhar... eu trabalhava em firma, mas quando chegou o nenê, aí veio as dificuldades de trabalhar fora, então eu optei por trabalhar em casa, comecei fazendo a facção (Entrevista, faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

(Você trabalhou com o quê?) Enfermagem. *(Enfermagem. E você deixou de trabalhar como enfermeira para ser costureira por quê?)* Porque eu estava só dando plantão e meu marido não estava achando bom (Entrevista, faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

Devemos destacar, também, que a faccionista distingue-se da costureira que trabalha em casa com costuras particulares, da que trabalha na fábrica e da costureira que trabalha para facção. Nesse último caso, existem faccionistas que subcontratam costureiras para trabalhar em suas facções.

As faccionistas, assim como as costureiras particulares, dominam todo o feito de uma peça, desde o conhecimento da modelagem até a finalização; porém, trabalham com grandes quantidades de produtos e não se responsabilizam pelo corte das peças – estas já chegam cortadas.

A faccionista diz saber fazer de tudo, fala que fez curso de alfaiate e que sabe fazer qualquer coisa e que se a costureira for fazer ela também sabe (Diário de Campo, Faccionista 1, 12 de dezembro de 2003).

Eu sei colocar tudo, sei cortar, sei colocar, sei montar a peça toda, sabe. Eu vejo uma roupa, por exemplo, posso ir numa loja vê uma roupa lá, chega aqui eu sei cortar aquela roupa e fazer ela igual (Entrevista, Faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Com relação às costureiras das fábricas, as faccionistas trabalham para as fábricas assim como elas, mas não são somente costureiras – são outro tipo de profissional. A faccionista estará fisicamente separada da fábrica e não possui qualquer vínculo empregatício.

Outro ponto é que, mesmo que venham aparecendo alguns sinais de mudança, as costureiras das fábricas ainda trabalham nos moldes tayloristas/fordistas de produção, sendo que cada costureira se responsabiliza por uma parte da produção. No caso das faccionistas, além de dominarem todo o processo de produção, conhecem todo o maquinário e sabem trabalhar nele, alternando sempre o tipo de trabalho que estarão realizando.

Porque você vai trabalhar às vezes, pega o serviço para trabalhar, por exemplo, no overloque, você vai trabalhar fechando, então, o serviço de acabamento, de reta muita gente que trabalha em fábrica não sabe fazer, não dá conta de fazer acabamento, não dá conta de fazer nada, sabe fazer o dela lá da produção, lá na costura reta, no overloque só, mas se botar numa costura reta não sai nada. Agora, quem tá trabalhando em casa tem que saber, tem que dá conta de soltar, produzir tudo (Entrevista, faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Com relação à costureira que trabalha para facção, o que vai diferenciá-la da faccionista é a relação com o trabalho. Para a costureira que trabalha para facção, a rotina de trabalho assemelha-se muito em termos do cumprimento de horário e divisão das tarefas a uma fábrica. O que difere é o fato de não ter tanta rigidez no cumprimento destes (cumprimento de horário e divisão das tarefas), porque estarão presos a uma demanda.

Primeiro, porque, se for demandado à costureira que trabalha para facção que ela trabalhe em outra máquina pela ausência de uma costureira, ela trabalha, domina todas as máquinas, mesmo que ela trabalhe mais freqüentemente em uma. Segundo, que se não houver trabalho, as costureiras de facção não vão, mas se tiver elas fazem um horário. As faccionistas, no entanto, se chegar trabalho na sexta-feira à noite e necessitar dele para a segunda na parte da manhã, viram o final de semana trabalhando. Elas não têm horário – o trabalho na facção está muito imbricado com seu cotidiano.

3.5. As relações interpessoais e familiares no trabalho nas facções

Conseguimos distinguir algumas formas de organização do processo de produção, o que não significa que se esgotaram. Isso porque não existe homogeneidade nas novas relações de trabalho. Muito pelo contrário, como apontado por Antunes (2000, 2002), deparamos com a *heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora* e das relações de trabalho como um todo.

Identificamos assim, 5 formas distintas de organização. São elas: a) a faccionista que trabalha sozinha; b) que tem outros membros da família envolvidos no processo de produção; c) que envolve pessoas que não são familiares no processo de produção; sendo que essas pessoas não são subcontratadas, mas dividem os lucros; d) que subcontrata serviços de terceiros, mas não tem firma organizada; e, por fim, e) que subcontrata serviços de terceiros, com firma registrada e reconhecida como facção.

O trabalho a domicílio para indústria de confecção estende suas tarefas ao restante da família incorporando diferentes personagens no universo do processo de produção. O marido que arremata ou que conserta máquinas, a mãe que auxilia na confecção das “peças piloto”, as crianças que arrematam, a sobrinha que ajuda nos dias de muito trabalho, a avó que olha as crianças pequenas.

(E seus filhos? Eles ajudam com alguma coisa na produção?) Só quando está muito apertado. Umas tesouradazinhas para arrematar eles já dão conta de dar (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Começou eu e meu marido então... (...) Na época, ele trabalhava numa indústria e as horas vagas ele me ajudava, sozinho, e aí depois veio a minha irmã, ela largou o serviço dela e a gente entrou como sócias e nós começamos esse cômodo, nós duas. Aí veio a idéia da gente construir esse cômodo aqui e fizemos esse cômodo e estamos aí levando (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

As costureiras estão trabalhando com roupas infantis e o marido de uma delas está ajudando no arremate das peças (Diário de Campo, Faccionista 2, 21 de outubro de 2003).

Assim, é possível perceber que as trabalhadoras domiciliares encontram-se em situações de trabalho bastante diversificadas, nos quais não raramente estão envolvidos membros do grupo familiar, como mãe, irmãos, marido, filhos, entre outros. Esses membros do grupo familiar também são trabalhadores, e, pela posição ambígua que ocupam, não deixam claros seus interesses, ficando muitas vezes entre a “autonomia”, tendo em vista a liberdade garantida nesse tipo de atividade, e o “assalariamento” ou um trabalho que gere uma renda numa sociedade de desemprego crescente.

As relações interpessoais, de parentesco, amizade, vizinhança ganham outra dimensão e são fundamentais nessa nova organização do trabalho e da produção. No início do trabalho na facção, a faccionista bate de porta em porta até conseguir os primeiros trabalhos. Depois de um tempo, quando já são conhecidas no mercado, isso passa a ser desnecessário.

É de boca-a-boca, eu converso às vezes com a própria faccionista, às vezes minha vizinha faccionista... Fulana faz facção. A facção dela é boa? Ou pessoa que fabrica fala: “Levei facção para ela. A facção dela ficou excelente.” Sabe, então assim é através de referência mesmo, aquele boca-a-boca mesmo, um conta para um, conta para outro, a gente assim até você pegar o fio do negócio para você poder descobrir as pessoas, é mais ou menos isso. A gente tem muitas pessoas, muitos amigos que mexem com o mesmo ramo da gente. Então, quando a gente tem uma dificuldade, eu telefono para uma amiga minha, alguma coisa. “Eu estou precisando disso. Quem vai conseguir para mim?”, “Eu não sei, mas tem uma amiga minha tal que tem”. Sabe, então, às vezes, o que eu não sei eu ligo para uma amiga, que ela não sabe, que tem uma amiga que sabe, aí assim a gente foi descobrindo (Entrevista, Empresário 2, 13 de outubro de 2003).

Eu comecei, no início eu ligava, passava, falava assim: “Você está precisando de facção?”. Se tivesse, eles mandavam o piloto; se eles gostassem, eles continuavam mandando. Depois de mais ou menos seis, sete meses, que eu comecei a mexer com facção. Aí depois eu nem precisei procurar mais não, eles iam informando. Acaba que você nem sabe de onde que vem, igual assim, eu já trabalhei para uma pessoa de Belo Horizonte, umas pessoas vão informando à outra, acaba que eles vêm, dão endereço, fala assim, tal pessoa me informou tal, aí você nem precisa procurar mais não, sempre aparece (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Então, você tem que bater na porta. Aí até você conseguir assim seu nome, sabe, por exemplo, você nunca trabalhou, está começando, então você tem que visitar algumas firmas, a firma não vai te dar umas 500 peças, 1000 peças para você fazer de imediato. Ela vai te dar umas 5 peças para fazer uma teste com você. Daí, se gostar do seu serviço, traz um corte. Se seu trabalho for bom, você vai bater em poucas

portas porque depois você vai trabalhar mais por indicação. Como eu faço hoje, eu bati em umas duas portas quando eu comecei. Hoje, eu não procuro mais, eu trabalho por indicação, entendeu? (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Para os empresários as relações interpessoais, de parentesco, amizade e de vizinhança controlam o risco do investimento na matéria-prima confiada às costureiras. Para as faccionistas, permite que garantam a produção no caso de trazerem outras pessoas para trabalhar com ela e também o pagamento do trabalho realizado, uma vez que o empresário é conhecido dela ou de alguém que faça parte de seu ciclo de relações.

Outro aspecto que vale a pena destacar é a presença das crianças no processo produtivo das facções. Como essas crianças ficam dentro da rotina da facção? Como essas crianças participam no processo de produção? São algumas questões que nos inquietaram, e que, acreditamos, mereceriam uma discussão mais aprofundada. Mas, pelos objetivos do trabalho, não nos vimos em condições de fazê-lo. Mas gostaríamos de relatar algumas situações que assinalam como essas crianças têm recuperado o direito de ser criança nesse universo que não é o da infância, o da brincadeira. Como elas resgatam no universo do trabalho adulto o direito de ser criança.

O menino parou de chorar e já foi brincar outra vez nas máquinas. Apesar da pouca idade (1,9 meses), já sabe ligar as máquinas e sabe que se bater o pé no pedal as máquinas funcionam (Diário de Campo, faccionista 2, 21 de outubro de 2003).

A menina coloca os brinquedos perto da mãe, atrás de sua máquina. A mãe pede para a filha brincar lá fora, porque faz muito calor, para não ficar ainda mais quente o local. Fica algum tempo no cantinho perto da mãe brincando. Depois de mais um pedido da mãe, vai então brincar no terreiro e leva a tesoura de costura (Diário de Campo, faccionista 2, 21 de outubro de 2003).

O menino de apenas 3 anos chega na facção e pergunta para sua mãe pelo tio. A faccionista ri e fala que é porque o marido falou com ele e a filha para não brincarem ali, para ficarem dentro da casa e deixarem as mães trabalharem (Diário de Campo, faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

A filha de 10 anos de idade, de uma das costureiras, vai arrematar as blusas. Pergunto se ela já ajudou outras vezes. A costureira fala que sim (...). A menina está

trabalhando sentada no velotrol. Ela leva e busca as peças sentada no velotrol (Diário de Campo, faccionista 1, 12 de dezembro de 2003).

Quanto ao processo de trabalho dentro das facções, destacamos, primeiramente, que, quando se trata da confecção de modelos novos, as faccionistas fazem uma “peça piloto” que irá determinar quais passos deverão ser seguidos no processo de produção das demais e o tempo gasto para fazê-las.

Esse procedimento auxilia o empresário, que verá se o trabalho está de acordo com suas expectativas. Auxilia, por outro lado, a faccionista na negociação de preço, tendo em vista que saberá quantas peças poderá fazer em um dia, quanto de energia e de material para confecção, como as linhas e agulha, entre outros, vai gastar. Os gastos na confecção das peças são de responsabilidade de cada faccionista.

Meus gastos são assim: as linhas sou eu que tenho de comprar, linha, agulha tudo sou eu que gasto com isso. Gasto com linha, gasto com energia é a gente que tem que pagar, se estraga alguma peça na máquina a gente é que tem que tirar. Porque, às vezes, quando a máquina estraga, aí, às vezes, o lucro da gente vai quase tudo embora. Porque só uma visita do mecânico já é vinte, trinta reais e, se a máquina tiver que trocar peça, fica muito mais caro, mas compensa, porque não é sempre que a máquina está estragando e aluguel, o meu menino, tudo com isso aí (Entrevista, faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Ainda referente aos gastos da produção, o conserto das máquinas também é responsabilidade da faccionista. Quando se trata de defeitos mais simples, como troca de luper¹⁴, ajuste de pontos, elas mesmas ou os parentes se encarregam do conserto, mas os defeitos mais complexos, como a revisão de todo o maquinário pelo menos uma vez no ano, ficam a cargo de um mecânico especializado que é contratado especialmente para esse trabalho.

A manutenção das máquinas é feita uma vez por ano, igual agora, fim de ano, que a gente pára, a gente dá uma manutenção geral, o mecânico vem, olha, fazemos troca

¹⁴ Peça da máquina galoneira que cruza as linhas para formar o ponto.

de óleo, mas a manutenção assim se precisar de uma máquina estragada a gente liga para o mecânico ele vem (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Algumas vezes, minha mãe me ajuda quando estraga, minha mãe sabe arrumar algumas coisas, aí já ajuda muito, igual assim, é navalha ou quando é o luper da galoneira, esse tipo de coisa minha mãe dá conta de arrumar, às vezes, o ponto também, que às vezes não consigo arrumar porque tem que chamar mecânico, minha mãe dá conta de arrumar muitas coisas (...) Luper eu dou conta de arrumar e ponto alguns (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Após o término da “peça piloto”, e “o de acordo” do empresário, são enviados cortes de uma série de peças. As peças chegam cortadas com um tempo determinado para a entrega. Geralmente, o empresário, no ato da entrega, fala a data que precisa das peças concluídas e negocia com a faccionista quanto tempo ela vai demorar para entrega. As faccionistas, no geral, procuram entregar as peças, no máximo, na data combinada. Nessa fase também, são negociados os preços de cada peça, tendo em vista que o pagamento é feito por peça concluída.

Primeiro, a gente já vai naquela que a gente tem aquele contato, que já fez para gente, que a gente já tem referência dela, quando não tem referência a gente pede referência, leva uma peça, a gente corta uma peça que chama “peça piloto”, leva, a pessoa monta aquela peça, você vê se fica do seu agrado. Às vezes, você fala, “tem de mudar isso”, “a barra é assim” ou alguma coisa que você não gostou na peça, você explica para a pessoa, ela faz outra peça. E, aí, você leva o montante e o que você for levar para a pessoa e faz a pesquisa mais ou menos do que jogar no preço, que às vezes tem certas pessoas que têm mais ou menos a noção, quanto é o preço por peça que você pode pagar e a pessoa te pede, você vê se aquilo que vale mesmo, se você quiser combina (Entrevista, Empresário 2, 13 de outubro de 2003).

Assim, o preço de cada peça é comumente dado pelo empresário, obedecendo o mercado. Quando a faccionista não concorda com o preço determinado pelo empresário, eles negociam até chegar a um valor que não cause tanta insatisfação a uma das partes, ou uma das partes resigne ao valor pedido. Essa negociação nem sempre é tranqüila, ocorrendo desavenças entre as partes. Em alguns casos, mesmo com muita negociação, não é possível esse acordo. Nesses casos, o empresário abandona a faccionista e vai à procura de outra ou então a faccionista não pega o trabalho.

A faccionista fala da negociação do dia anterior. No final, acabou concordando de ficar com o trabalho. Os empresários concordaram de pagar um pouco mais nas peças e de dar um tempo maior para elas fazerem. Assim, terminariam as peças de uma outra empresária. A faccionista fala que não pode escolher serviço, porque com o marido desempregado, que nem sempre tem trabalho, fica difícil. Comentam chateadas sobre a forma que os empresários trataram elas. Que sempre tentam cultivar a confiança e amizade na relações com os empresários e que ainda assim são grossos no trato com as faccionistas (Diário de Campo, Faccionista 2, 28 de outubro de 2003).

A falta de partes de peças, assim como cortes errados e tortos, são comuns no cotidiano de trabalho das facções. Quando ocorrem erros nos cortes das peças e faltam partes, as faccionistas avisam ao empresário e pedem para trazer o que ficou faltando. No caso de cortes tortos, as faccionistas param de costurar e acertam com a própria tesoura para não ficarem sem trabalho.

Na produção ou confecção da peças, as faccionistas procuram fazer um modelo, depois outro e assim consecutivamente. As peças são também separadas por cores. A produção é seriada. Há um número de peças de um mesmo modelo e cor para serem feitos.

Na confecção das peças, as faccionistas alternam de uma máquina à outra à medida que for necessária para a conclusão do trabalho. Nas facções onde são contratadas costureiras, o trabalho é parcelado. Cada costureira se encarrega de uma parte da produção ou pelo serviço que faz uma determinada máquina. Mas isso não implica que, quando necessário, ela não altere a máquina que está trabalhando, o que ocorre em casos nos quais há falta de uma das costureiras. Assim, todas as costureiras sabem costurar em todas as máquinas e dominam todo o feitiço de uma peça, sendo também comum que estas costureiras dediquem-se ao arremate, caso necessário.

Como levantado por Hirata (2002), essa nova organização da produção utiliza também uma mão-de-obra qualificada e polivalente, capaz de responder à variabilidade e à complexidade da demanda, o que é oposto ao modelo de produção em massa de produtos padronizados que utiliza uma mão-de-obra considerada não qualificada.

Tem que entender de costura, quem faz costura tem que saber de tudo, porque senão perde as oportunidades. Tem de saber fazer modinha¹⁵, camisa, calça, tem de saber fazer de tudo (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

(...) Eu sei fazer qualquer coisa, porque tem muitos anos de... porque a costura é experiência, a costura tem que saber emendar, mas a experiência talvez manda mais. Porque, igual, tem muita gente que vai para uma fábrica e não sabe montar uma peça inteira. Chega lá, por exemplo, você emenda alguma costura. Assim, você vai lá, é boa só para pregar gola, mas você não sabe terminar de fazer, colocar uma manga, colocar você não sabe (Entrevista, Faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Se na organização do trabalho assentada no modelo taylorista/fordista de produção o trabalhador tinha um conhecimento fragmentado do processo produtivo, os novos métodos de produção exigem muito mais em termos de conhecimento do trabalho. No trabalho a domicílio, as faccionistas, além de dominar todo o processo de produção, conhecem todo o maquinário e sabem trabalhar nele, alternando sempre o tipo de trabalho que estarão realizando.

¹⁵ Modinha: roupas que acompanham as tendências da moda. São geralmente peças mais elaboradas, ricas em detalhes e portanto de feitiço mais demorado. Por serem complexas, exigem mais das costureiras faccionistas em termos de conhecimentos.

3.6. Tempo e espaço no trabalho domiciliar da indústria de confecção

Outra característica do novo modo de organização da produção apontado por Antunes (2000) e Hirata (2002), o convulsionamento entre tempo e espaço, está muito presente nas relações estabelecidas dentro do Lar/Oficina. Isso porque, no trabalho domiciliar, há uma superposição do espaço e do tempo. O espaço de trabalho é também o espaço de moradia, o tempo do trabalho profissional é também o tempo do trabalho doméstico, favorecendo o acúmulo de atividades sobre a mulher trabalhadora e, por outro lado, impossibilitando que outras pessoas a reconheçam como tal.

Tem que ir conciliando as coisas, porque, se tem muito serviço, começa de madrugada e vai até lá pelas tantas, até dez, onze, meia-noite, até a hora que precisar trabalhar. O serviço de casa tem que conciliar de acordo com o tempo, porque tem de tirar tempo também para levar menino na escola, ajudar a fazer o dever, coisa que não tem jeito de escapar... igual o serviço de casa que tem jeito de dar uma empurrada, então vai para as horas que não tem serviço de costura (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Olha, meu espaço de moradia é só à noite. De dia não tem jeito, está tudo muito... De dia eu não tenho (casa) não, só de noite (Entrevista, Faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

O filho da faccionista fala do trabalho que menino dá. A faccionista diz que é bom para ele ver, pois todo dia chega xingando a bagunça da casa. Para ele ver que não tem jeito de fazer tudo (Diário de Campo, Faccionista 1, 21 de novembro de 2003).

Por outro lado, percebemos que esse convulsionamento entre tempo e espaço é um fator de suscetibilidade para as faccionistas. É nítida a busca de uma separação entre o trabalho produtivo realizado dentro das facções e o trabalho reprodutivo da mãe, esposa e “senhora do lar”. Neste sentido, ainda que o local de trabalho seja o domicílio, tentam não tornar o trabalho domiciliar tão ligado a casa e sua rotina.

Isso fica claro quando são observados os locais de trabalho. As trabalhadoras têm se preocupado em construir espaços destinados a abrigar a facção separados fisicamente da casa ou que não precisem circular por ela. Outro ponto é a rotina de trabalho, na qual buscam criar uma rotina próxima à que estariam submetidas se estivessem na fábrica, pelo menos no que diz respeito à hora de iniciar os trabalhos.

Mas meu cômodo de costura é separado da minha casa. Então, minha casa fica aqui pra dentro, meu cômodo de costura é só pra costura mesmo. Eu não misturo, minhas coisas não é misturada, lá tem aquelas coisas, aqueles trem lá, mas aquilo é do menino, minhas coisas do meu uso pessoal é tudo aqui, tem minha casa separada, eu já fiz esse cômodo lá para costura mesmo (Entrevista, faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Olha, eu organizo como se eu trabalhasse fora, você entendeu? Porque aqui embaixo é minha casa, lá em cima é a fábrica. Então, eu acordo mais cedo um pouquinho, dou uma ajeitada na minha casa, na minha cama, já levanto... já venho trabalhar deixando tudo arrumado e, quando eu volto, eu paro onze horas, venho, preparo o almoço, meio-dia e meia, estou lá em cima trabalhando, vou até as cinco. Só que normalmente o meu horário... As meninas param às cinco. Eu vou mais além um pouco porque você organizar o trabalho todo dia, como eu já estou aqui em casa mesmo, já está tudo mais ou menos ajeitado, nós não costumamos assim jantar, então eu posso ir até mais tarde como se tivesse fazendo assim um extra na firma (Entrevista, faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

O trabalho a domicílio, por tudo que discutimos, é caracterizado de forma geral como um trabalho “*secundário*”¹⁶ do ponto de vista da organização da produção e emprego. Para as trabalhadoras domiciliares, no entanto, deixar de trabalhar em uma fábrica e dedicar-se a essa modalidade de trabalho não representa um retrocesso em relação ao anterior. As trabalhadoras domiciliares, no momento em que ingressam nesse tipo de atividade, a observam do ponto de vista da independência da autonomia e acreditam, a partir dele, na criação de melhores condições de trabalho.

É, é porque você tem que... você fica longe da família, dos filhos, você tem que cumprir aquele horário, você tem que... aqui não, aqui eu levanto, eu cumpro meu

¹⁶ Holmes (1986) faz referência ao trabalho domiciliar como uma forma “*secundária*” de organização da produção e emprego, que, no contexto da atual crise e reestruturação da economia mundial, parece ter tomado um novo significado e estar desempenhando um papel importante na reestruturação de certos setores industriais.

horário, eu não tenho hora para parar, mas, se eu quiser ir lá dentro, dar um café ao meu filho, eu posso, entendeu? Eu sou dona de mim, eu sou dona do meu trabalho, agora lá, não, lá você não pode levantar para tomar um copo de água, para... sabe? Então, assim, tudo assim, tudo certinho, na hora certa, então isso aí eu acho... hoje eu vejo que é superpuxado (Entrevista, faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

Não desconsideramos o aspecto de que ele aparece, também, como já salientamos anteriormente, como uma alternativa para possibilitar o cuidado com a educação dos filhos, e associado à necessidade de realização dos afazeres domésticos, e nem ignoramos o complexo relacionamento entre faccionistas e empresários, mas não podemos também desconsiderar que essa atividade vai possibilitar à faccionista um domínio maior do processo produtivo, uma carga horária mais “*flexível*” e maior liberdade no trabalho.

A tendência da indústria de confecção, de descentralização das atividades produtivas face às exigências de competitividade e às mudanças organizacionais implementadas pelas empresas, pode conduzir, por um lado, ao surgimento de novas formas de exploração e de maior controle sobre a força de trabalho, dificuldade de incorporação dessas trabalhadoras pelos órgãos de representação sindical e o não-reconhecimento delas como trabalhadoras, e, por outro, ao surgimento de organizações das trabalhadoras advindas de novas formas de solidariedade.

3.7. As trabalhadoras faccionistas e os desafios de inclusão nas lutas sindicais

Para a gente estar dando esse suporte para as faccionistas, também eu acho complicado, porque ao mesmo tempo em que você está dando suporte para a faccionista que está montando uma empresa, ela está com um empregado lá dentro. Então, qual seria o papel do sindicato? Dar cobertura para o empregado que está lá dentro dessa facção ou para a faccionista? Então, o amparo que o sindicato tem que dar é para o empregado da faccionista que está lá, que muitos problemas que a gente tem aqui de faccionistas, que a pessoa vai lá trabalha, trabalha e não recebe, não tem um INSS, um fundo de garantia, entendeu? (Entrevista, Sindicalista 1, 14 de outubro de 2003).

Como já destacamos anteriormente, um elemento relevante no contexto da crise estrutural do capital é a fragilidade das entidades de representação sindical dos trabalhadores. A diminuição da classe operária industrial tradicional, a heterogeneização do trabalho, retratada na incorporação do contingente feminino no mundo operário, e a intensificação da subproletarização presente nas formas de trabalho parcial, precário, subcontratado, terceirizado questionam o sindicalismo tradicional. O fosso entre trabalhadores estáveis e precarizados e o aumento do abismo social reduzem o poder sindical historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis e, até o momento, incapaz de incorporar os trabalhadores parciais, temporários, precários, informais (ANTUNES, 2000, 2002).

O Sindicato dos Alfaiates, Costureiros, Trabalhadores da Indústria de Confecção e Estamparias de Divinópolis (SOAC) - foi fundado em 1991, período marcado pelo enfraquecimento de entidades sindicais e por uma mudança de postura nas suas reivindicações. Além dos problemas enfrentados pelas entidades sindicais de forma geral, o SOAC vê-se, logo de início, envolvido em uma luta judicial que tomaria os 3 primeiros anos desde sua fundação.

Oito meses após a criação do SOAC, é também fundado, com os mesmos objetivos, o Sindiroupa. A existência de dois sindicatos da categoria levou ao não-reconhecimento de uma representação sindical dos trabalhadores por parte do setor empresarial da cidade e o início da luta judicial que só terminaria em 1994, com o reconhecimento do SOAC como representante dos trabalhadores da indústria de confecção.

Outro fato que marcaria a criação do sindicato seria a expulsão, em 1994, do seu presidente, por problemas na prestação de contas, o que causaria uma repulsa por parte dos trabalhadores, ganhando dimensão nos órgãos de imprensa da cidade.

A situação atual das relações de trabalho aponta uma gradativa precarização e fragilização da organização coletiva dos trabalhadores. A representação dos trabalhadores

encontra dificuldades para lidar com a destruição dos direitos, com o enorme contingente de desempregados, bem como com a expansão das relações informais de trabalho.

O movimento sindical apresenta grande dificuldade de incorporação das mulheres em suas lutas. É parte constitutiva do imaginário do trabalhador a visão de que a mão-de-obra feminina não teria um potencial combativo. Isso porque consideram o trabalho feminino, (incluído aí o trabalho domiciliar na indústria de confecção), por se tratar de mulheres, os rendimentos são complementares à renda familiar e as atividades, na maior parte das vezes, são temporárias, portanto, não estariam sensíveis às propostas de caráter coletivo e duradouro dos movimentos sindicais.

Ainda não apareceu uma líder feminina. Anterior a mim, houve, mas ela não era tão líder, ela era mais usada pelo pessoal aí, ela não tinha uma visão mais ampla, eu também gostaria que houvesse uma mulher na frente do... eu ainda arrango (...) e o setor também, as mulheres que estão dentro do setor, muitas não estão nem aí para a questão política (...) Olha, inúmeras não envolve, não envolve assim nos trabalhos do sindicato, só envolve mesmo quando há interesse, muitas vezes elas se envolvem, envolvem só na questão financeira, entendeu? Como é uma categoria assim de nível social um tanto mais carente, muitas das vezes ela não está interessada em questão política, na questão da organização, entendeu? A falta de união é muito grande dentro do setor, é onde enfraquece muito o sindicato (Entrevista, Sindicalista 1, 14 de outubro de 2003).

Na verdade, do ponto de vista das instituições sindicais, a expansão de formas atípicas de relações de trabalho, como a expansão do trabalho a domicílio subordinado ao capital, não possibilita nem a garantia dos direitos nem a redução da jornada de trabalho, alvo de luta dos movimentos sindicais dos trabalhadores durante décadas.

O quadro atual reforça, como apontado por Antunes (2000, 2002), a intensificação da tendência neocorporativista, que procura preservar os interesses do operariado estável em contrapartida aos trabalhadores sem registro.

No entender nosso, isso aí é ruim para a faccionista. Ela trabalha muito mais dentro da casa dela do que numa empresa, do que se ela fosse trabalhar dentro de uma empresa. Ali, ela não tem garantia de INSS, fundo de garantia, férias, 13º, não tem a carteira assinada. Entendeu? Assim, ela paga um alto custo, se ilude que está

ganhando uma grana extra, mas na realidade está levando é prejuízo. Porque, para ela produzir, para ela ganhar um mesmo nível do salário que ela ganharia dentro da empresa, tem de trabalhar quase vinte e quatro horas por dia (...). No momento que essa pessoa está lá trabalhando sozinha e tal, se ela se sente no prejuízo de qualquer direito, a gente tem atendido essas pessoas, quer dizer, tem dado atendimento jurídico. Entendeu? Mas é uma situação que eu vejo que não podemos defender também, porque defender esse cidadão, trabalhar lá na casa dele, sem carteira assinada, entendeu? Se dentro da empresa ele vai trabalhar oito, nove horas por dia, na casa dele ele vai trabalhar dezesseis, dezoito horas por dia, entendeu? E a compensação financeira não vai ser a mesma. Não podemos defender uma situação dessa também (Entrevista, Sindicalista 1, 14 de outubro de 2003).

Por exemplo, nos casos de acidentes de trabalho como ferimentos provocados pelo maquinário ou mesmo nos casos em que as faccionistas necessitam, por motivo de doença, se ausentar do processo de produção, não é assegurado pelo empregador que a trabalhadora a domicílio fique parada, com remuneração, até se ver em condições de retornar ao trabalho.

E em caso de acidente?

Ninguém cobre. Eu que tenho que cobrir e aí não ganha nada porque tem que parar o serviço, só se eu pôr alguém para trabalhar para mim e aí pago a pessoa uma parte e ganho a outra parte (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Comigo, por exemplo, eu é que tenho que me virar. Porque a firma não tem nada a ver com isso, a facção é uma coisa que não tem nada a ver com a firma (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Aí tem que ser por minha conta mesmo. Eles não fazem nada. Não tem nada a ver (Entrevista, Faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Não fica, a gente tem que, como se diz, aproveitar do SUS. Depender de SUS que INPS nem todo mundo tem, então é SUS. Como se diz, a gente não tem um convênio, as condições não dão para pagar um convênio, então é pelo SUS mesmo que a gente trata uma coisa assim (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

Há, de forma geral, uma pressão pela formalização do trabalho domiciliar expressa no discurso dos órgãos de representação sindical e na fiscalização desses empreendimentos pelo poder público. Por outro lado, essas pressões trazem fortes conseqüências no universo da subjetividade das trabalhadoras que vivem do trabalho domiciliar. O discurso desses órgãos é assentado na garantia dos direitos dos trabalhadores.

No entanto, temos o corte de postos de trabalho dentro do trabalho formal, de direitos dos trabalhadores e uma crescente no número de trabalhadores desempregados.

A faccionista fala que perdeu até o “jeito de trabalhar” no dia anterior, que a fiscalização veio em sua casa e a multou pela facção. Ela fala que não tem de registrar porque ela trabalha dentro de sua casa, que, se tivesse um galpão separado com muitas máquinas e funcionários, aí ela tinha de registrar firma. A faccionista construiu um galpão separado apenas por uma parede da casa. Fala que nos dias de hoje o que vale não é quem trabalha, é quem fica perdido pelas ruas sem fazer nada, esses têm mais valor, não são vistos, nem reparados, as pessoas como eles que ficam trabalhando não têm valor e merecem castigo por isso (Diário de Campo, Faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

No trabalho a domicílio da indústria de confecção, nos deparamos com os limites de reconhecimento profissional e da incorporação sindical das trabalhadoras domiciliares. O sindicato tem mostrado grande dificuldade em reconhecer essas trabalhadoras como alvos legítimos de sua ação.

A entidade não as reconhece como tal, porque, para o sindicato, a partir do momento em que elas saem do espaço da fábrica, compram suas máquinas e passam a trazer outras costureiras para trabalhar, já não são mais simples costureiras e sim empresárias. Neste sentido, para os representantes do sindicato dos trabalhadores da indústria de confecção, devem ser reconhecidas não por este, mas pelo sindicato das indústrias de confecção. Este, por sua vez, não as inclui em seus trabalhos, talvez por também não vê-las como empresárias, por estarem totalmente arraigadas ao lar e ao trabalho informal.

Olha, a questão da faccionista em si ela passa a ser uma empresária, no que ela adquiriu algumas máquinas, põe uma, duas pessoas para trabalhar para ela, tem aquela prática de – ah, vamos ser sócios – ela já passa a ser uma empresária. Então, no momento que ela está se tornando uma empresária, ela deixa de estar dentro da nossa categoria, ela já vai para a categoria do sindicato patronal. Coisa que lá no sindicato patronal também não dá essa estrutura (...) Então, a faccionista, se ela está sozinha, está trabalhando lá na casa dela sozinha, em tese ela é uma pequena empresária, porque no momento que ela começar a crescer, ela vai começar a contratar pessoas para trabalhar, entendeu? Muitas correm até o risco já antes de crescer contrata, põe, para trabalhar, pessoas para trabalhar para ela (Entrevista, Sindicalista 1, 14 de outubro de 2003).

Essa complexidade que envolve o reconhecimento da trabalhadora domiciliar se estende além das relações entre trabalhadora e sindicato. Não podemos deixar de considerar a relação complicada que se estabelece entre empresários e faccionistas e que também envolve esse reconhecimento de trabalhadora ou não-trabalhadora.

Por alguns empresários, as faccionistas são tratadas como um funcionário qualquer que somente estaria fora da fábrica – a facção é uma extensão da sua fábrica. Nessas relações, observamos, por parte dos empresários, uma violação do domicílio, no sentido mesmo de penetração indevida. Acreditamos que isso se dá porque, numa sociedade que falta trabalho, não importa o que você vai fazer e a quais situações vai se submeter, desde que isso garanta a sua sobrevivência, e é por isso que as faccionistas suportam tais situações.

Para outros empresários, que não possuem uma fábrica constituída, fazem das facções suas próprias fábricas. As faccionistas são vistas, também, como independentes, às vezes até como empresárias prestadoras de serviços.

No entanto, a complexidade que envolve o reconhecimento da trabalhadora domiciliar não se estende às faccionistas, que possuem uma visão clara quanto à sua posição dentro das relações de trabalho e na divisão social do trabalho. As faccionistas não se reconhecem como empresárias, nem como independentes, e sim como uma trabalhadora que, dentro de sua casa, vende sua força de trabalho.

Falta muito para chegar lá (...) Eu acho que para falar que é um empresário tem que ter uma coisa muito estabilizada, sei lá, tem que ser (Entrevista, Faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

Eu me considero um costureira, eu não me considero uma empresária (...) Não, empresário é o dono da firma que eu trabalho, eu trabalho para ele, empresário é ele, eu sou empregada dele, eu sou a costureira. Porque muita dona de facção fala: “Eu sou empresária”. Não me acho empresária, eu não tenho a firma, eu faço prestações de serviço para a firma, eu sou empregada dele, você entendeu? Eu trabalho com a empresa X, certo, eles me pagam por isso, então eu sou funcionária dele. Certo? E eu tenho uma ajudante, mas eu sou uma costureira, eu não fico em pé o tempo todo, eu não fico andando igual eles resolvendo, não, eu trabalho, eu ligo para eles; faltou tantas peças, vai descer mais um corte? Nós estamos precisando trabalhar, então,

empresário é ele, eu sou costureira (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Outros dois pontos reforçam sua não-incorporação ao sindicato das costureiras. O primeiro é que ainda prevalece entre os dirigentes das entidades de representação sindical a visão de que o trabalho domiciliar é incompatível com as exigências do desenvolvimento capitalista e que a tendência dessas relações de trabalho seria o desaparecimento tão logo mostrasse sinais de crescimento econômico e do mercado formal de trabalho.

O segundo é que consideram a trabalhadora domiciliar como uma competidora desleal com as assalariadas das fábricas regulamentadas. Isso porque a forma não regulada dessa atividade possibilita que o capitalista desembolse um menor investimento, o que torna ainda mais interessante para este. Este fator é, segundo o sindicato dos trabalhadores da indústria de confecção, o que tem expulsado grande contingente de trabalhadoras do mercado formal de trabalho.

Na verdade, muito da resistência quanto à incorporação das trabalhadoras domiciliares, acreditamos, encontra-se na impotência dos órgãos de representação sindical em mobilizar essas trabalhadoras, pela dificuldade de o sindicato ser atrativo a ponto de fazer com que elas venham a se interessar por ele. As tentativas de incorporação têm procurado fazer com que essas trabalhadoras acomodem-se ao modelo de sindicato existente e não o sindicato se adaptar à nova realidade das relações de trabalho.

Tem um trabalho que a gente está desenvolvendo junto com outras pessoas é de estar cadastrando essas facções (...) mas eu não acredito que isso venha a ser realidade, que essas facções venham se cadastrar, se legalizar, porque se ela se legaliza o custo dela aumenta, se o custo dela aumenta como que ela vai trabalhar barato, vêm as questões dos encargos sociais (Entrevista, Sindicalista 1, 14 de outubro de 2003).

Mesmo entre as faccionistas não é possível, ainda, saber se elas vão se interessar pelos movimentos sindicais na forma como estão organizados ainda hoje. Vão se interessar talvez

pela criação de diferentes formas de associações, que de certa forma respondam mais aos seus anseios. E, de alguma maneira, procuram criar também uma rede de solidariedade. Precária, é verdade, mas demonstrativa da atuação dessas trabalhadoras enquanto sujeitos históricos, capazes de criar e de mobilizar-se para enfrentar o rigor da situação.

Todos nós somos uma equipe, nós somos três equipes aqui perto que trabalha assim, quando uma precisa a outra ajuda. Sempre assim. Quando uma tem serviço, a outra não tem, uma passa para outra, sempre assim. Porque é como se fosse uma família as faccionistas aqui perto, todo mundo é assim (...) Uma ajuda a outra (...) aqui nós somos um grupo (Entrevista, faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

A faccionista diz que o que ajudou a controlar as coisas foi que outras faccionistas que moram perto e ainda estavam conseguindo pegar trabalho, ainda que pouco, começaram a dividir com elas. Quando uma faccionista pegava 100 peças, passava 50 para elas fazerem até mesmo sem falar com o empresário, porque sabiam que elas dependiam daquilo. Disse que as faccionistas de perto da casa dela fazem isso. Se ajudam, emprestam peças de máquinas e, quando uma está apertada, pega o trabalho assim mesmo e passa para uma outra que está mais folgada. Assim, elas mantêm as pessoas que lhe passam serviço, não recusando o trabalho e ao mesmo tempo ajudam a outra faccionista (Diário de Campo, faccionista 2, 22 de outubro de 2003).

A partir dessa rede, dos contatos que são estabelecidos nela, as trabalhadoras faccionistas passam a ter acesso aos locais que fornecem os materiais por preços mais acessíveis, sobre a qualidade dos materiais, levantamento de valores de serviço, aos melhores lugares para reposição de peças de máquinas com defeito, troca de peças necessárias no processo de produção, além, é claro, de informações sobre os empresários que estão passando o serviço, se eles pagam ou não pelo serviço prestado.

A formação dessa rede de solidariedade pode caminhar para a constituição de associações solidárias, que podem ou não possuir vínculos com os órgãos instituídos de representação dos trabalhadores, mas capazes de dar um outro sentido às organizações dos trabalhadores.

Assim, o trabalho domiciliar, nos padrões que tem sido “*contratualizado*”, pode servir durante um tempo a determinadas estratégias de valoração do capital. No entanto, acreditamos que as trabalhadoras não são tão pacíficas a ponto de calar-se diante de sua condição de

injustiçada. Uma relação produtiva cultivada dentro de padrões tão precários de condições de trabalho e com tamanha exploração da trabalhadora pode constituir-se em obstáculo *necessário* ao desenvolvimento das novas formas capitalistas de produção e exploração, possibilitando o ressurgimento das lutas pelos direitos dos trabalhadores constituídos dentro de uma nova roupagem e outros valores.

3.8. As relações sociais de gênero no trabalho domiciliar da indústria de confecção e a qualificação da trabalhadora domiciliar

O menino acordou. O aviso faz com que a mãe levante-se da máquina e adentre a casa para pegá-lo. Pouco tempo depois, a faccionista está no cômodo de costura com o menino ainda sonolento no colo. Faz um carinho, brinca um pouquinho, segura ele no colo por um tempo e depois deixa-o no chão. Fala que precisa terminar e senta-se na máquina de costura para continuar o trabalho. O menino de 3 anos sobe no caixote de colocar roupas, depois se debruça sobre a máquina com parte das perninhas e da cabecinha para fora. Meio sonolento, o menino deita na máquina em que a mãe está costurando. Em pouco tempo, o menino está dormindo sobre a máquina de costura em funcionamento. Pouco depois, a mãe desce o menino, que fica do lado, deitado em um caixote enquanto a mãe costura (Diário de Campo, Faccionista 2, 3 de dezembro de 2003).

Discutimos anteriormente a importância de considerar a divisão sexual do trabalho na análise do trabalho feminino, e, ao considerá-la, ressaltava a necessidade de tratar a categoria relações de gênero e suas implicações no mercado de trabalho e na qualificação da trabalhadora.

As representações de gênero influenciam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e isso explicaria não só o por que do envolvimento delas nas atividades relacionadas à indústria de confecção, como também o por que estão sendo, cada vez em maiores proporções, aproveitadas no trabalho a domicílio subordinado ao capital.

Essa participação mais intensa das mulheres nas indústrias de confecção e sobretudo no trabalho a domicílio subordinado ao capital se dá porque o processo de trabalho encontra-se ainda marcado pelo papel sexual das mulheres na sociedade. O trabalho a domicílio é totalmente marcado pelas relações de gênero, as atividades econômicas dentro do domicílio, aparecem quase sempre associadas às qualidades ditas femininas (ABREU e SORJ, 1993).

Aprender a costurar, por exemplo, constitui-se uma atividade imbricada à mulher. Isso porque costurar é tido como um saber necessário ao futuro papel de esposa e mãe, fazendo o aprendizado deste um processo totalmente naturalizado na formação das mulheres.

A filha também costura nas máquinas, só que quem corta os tecidos ainda é a costureira¹⁷. Foi a costureira que ensinou a filha a costurar. Fala que a filha aprendeu a costurar com 6 anos de idade. A menina começou a trabalhar com 11 anos como costureira, trabalhou durante 3 anos com uma senhora que também pegava facção. Quando ela começou fazia a 4ª série do ensino fundamental, estudava um horário e trabalhava o outro como costureira. Pergunto se na época quando começou a costurar, se por ter 6 anos, conseguia alcançar o pedal da máquina. A costureira diz que, como a máquina em que a filha aprendeu a costurar era caseira, não tinha dificuldade, que aprendeu primeiro fazendo roupas de boneca, algumas dessas roupinhas ela guarda até hoje, tem 20 anos (Diário de Campo, Faccionista 4, 4 de setembro de 2003).

Por outro lado, a discriminação em relação ao trabalho profissional das mulheres casadas, que sempre foram vistas como responsáveis pela supervisão da vida familiar e que portanto, possuiriam uma gama de atribuições e um certo número de trabalhos que não poderiam ser transferidos a outras pessoas, e por isso, estavam impedidas de assumir com afinco os afazeres do trabalho produtivo (HIRATA, 2002), não ganha força dentro do trabalho a domicílio subordinado ao capital. Muito pelo contrário.

O cuidado com os filhos em idade pré-escolar e o acompanhamento dos filhos que estão em idade escolar, assim como os compromissos familiares, fazem delas um alvo certo para essa modalidade de atividade, uma vez que o trabalho no próprio domicílio vai

¹⁷ Trabalha na casa da faccionista.

possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos afazeres da casa e trabalhem ao mesmo tempo.

A faccionista diz que tem muita coisa para fazer. Enquanto costura, sua mãe colocou as suas roupas para bater na máquina de lavar roupas que fica no terraço junto com as máquinas, fala que não tem tempo de lavar suas roupas em casa (Diário de Campo, Faccionista 3, 5 de setembro de 2003)

Eu tinha duas crianças pequenas. Para mim trabalhar fora e ajudar meu marido, ficou complicado. Como eu tinha duas máquinas já, solteira, eu era solteira, tinha, eu comecei a trabalhar em casa (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

Eu optei em trabalhar em casa, fazer a facção para ficar perto, porque você deixar filho assim com estranho e tudo... então é difícil e tem a fase da escola, você tem que levar e buscar. Então, para você não deixar seu filho largado, você entendeu? (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Assim, ainda que a casa não seja tida como fonte de formação e um espaço de qualificação a ser considerado pelo capital, e ainda que as qualificações do trabalho feminino decorrentes das atividades no domicílio sejam reconhecidas apenas como talentos naturais, o capital, no entanto, tem sabido apropriar-se dessas qualificações. Portanto, as qualificações obtidas antes de entrarem no mundo do trabalho remunerado, as competências e os saberes adquiridos pelas trabalhadoras na costura, as habilidades adquiridas nas tarefas domésticas, como a destreza, paciência, capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, entre outras, são também aproveitadas no processo produtivo dentro do trabalho domiciliar.

Outro aspecto marca o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho e no trabalho domiciliar subordinado ao capital, é o aumento do desemprego no país. O desemprego deixou de ser acidental ou expressão da crise conjuntural e se definiu como estrutural (NEVES, 1998), e o crescente número de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho tem levado também ao aumento das mulheres que necessitam trabalhar para garantir o sustento da família.

As costureiras faccionistas, assim, atuam dentro de limites bem demarcados. De um lado, a subordinação econômica, e, de outro, as relações de gênero. Vêm-se obrigadas, dentro de um contexto de desemprego, a realizar um trabalho que gere renda e auxilie ou mesmo mantenha a família, mas também são sujeitadas a manter o seu papel tradicional de mãe e esposa dentro do grupo familiar, cumprindo as “obrigações” que isso acarreta. O trabalho remunerado em casa não as livrou de uma distribuição desigual das responsabilidades familiares e domésticas.

A faccionista diz que o marido está desempregado e, apesar de sempre fazer alguns bicos, o que tem ajudado, é o fato de ela trabalhar na facção que ali passou a ser o lugar de onde tiram o sustento (...) e que o bom de trabalhar em casa é poder olhar o que os filhos estão fazendo (Diário de Campo, faccionista 2, 1º de dezembro de 2003).

Assim, as desigualdades de gênero ainda permanecem e são marcadas principalmente pela dupla jornada de trabalho a que as mulheres são submetidas e nas quais a educação dos filhos e as tarefas domésticas ainda continuam, na sua maioria, como de sua responsabilidade e tornam claras essas desigualdades entre os sexos.

A gente sempre dá um jeito. Dá um jeito de arrumar à noite, na hora que está fazendo... por exemplo, na hora que eu estou, se estiver apertada de manhã, eu faço café, despacho os que vão trabalhar e vou e amontôo tudo lá na cozinha, lá na pia. A hora de esquentar o almoço, para mim, arrumar o almoço, enquanto o almoço está esquentando, eu estou lavando vasilha, eu estou passando a vassoura na cozinha. Sabe, dia de sábado, às vezes eu tiro, e se não der dia de sábado no domingo, aí eu dou faxina, lavo roupa. Agora, ultimamente, eu estou lavando no sábado, estou tirando o sábado para mim lavar roupa, aí é assim, passo as roupas à noite, hoje ainda vou passar as que lavei, ainda hoje. Ainda faço, olha para você ver, eu estou fazendo esse biscoito, eu faço toda semana, eles não comem pão, não, toda semana eu faço, tem que tirar um tempinho para esse biscoito (Entrevista, faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

A dupla jornada de trabalho constitui-se também numa sobrecarga sobre a mulher e acarreta muita irritação e cansaço para a trabalhadora. É perceptível como a mulher,

principalmente a que é chefe de família, se vê desgastada emocionalmente e debilitada diante da carga excessiva de trabalho.

A menina grita para mãe ir limpar o *bumbum* dela. Todo mundo ri. A faccionista diz “*tá vendo, anota isso aí, a gente tem de parar até para limpar bumbum de menino*”(…) A faccionista fala que está cansada, que não agüenta mais resolver tudo. Ela refere-se aos afazeres da casa. Vai aparar os vestidos, depois volta à costura na reta. O marido vem ajudar a arrematar. A faccionista está visivelmente muito irritada, reclama da música do rádio (Diário de Campo, faccionista 2, 3 de dezembro de 2003).

Gostaríamos também de ressaltar que ainda prevalece a visão do homem enquanto provedor e da mulher como um complemento à renda familiar. No entanto, as observações de campo questionam essa visão. Encontramos mulheres que, pelo desemprego crescente, têm tomado o papel de esteio familiar, assumindo todos os compromissos que envolvem a gerência da casa. Tem aumentando o número de mulheres chefe de família, e o peso de provedoras desempregadas introduz nas vidas dessas mulheres o mesmo peso exercido sobre os homens.

A faccionista, em conversa informal, diz que nos últimos anos envelheceu muito, entrou em uma rotina muito estressante e hoje já não tem muito pique como no início, mas não pode deixar porque agora as coisas dependem dela. O marido está desempregado e, pela pressão imposta pela situação de desemprego, toma remédio anti-depressivo há algum tempo. Alguns dias atrás, a faccionista chegou a desmaiar. Acha que é de cansaço e preocupação. A filha de 5 anos viu a mãe desmaiar, mas, como a faccionista estava próxima à cama e caiu nela, a menina achou que ela estava dormindo, começou a babar e a filha limpou a boca da mãe. Quando acordou, a menina estava fazendo carinho nela (Diário de Campo, Faccionista 2, 20 de outubro de 2003).

A faccionista diz que ficaram um mês sem trabalho, que nesse mês a irmã vinha todos os dias para ver se tinha trabalho. A faccionista fala que ficou o mês todo em casa perto do telefone esperando se tocava, para ver se era trabalho. Nesse mês, ela teve sérias brigas com o marido e chegou a passar uma noite acordada jogando água no rosto dele para também não dormir. Estava preocupada e não conseguia dormir. Por causa disso, achava inadmissível o marido dormir (Diário de Campo, Faccionista 2, 22 de outubro de 2003).

A faccionista é mãe solteira de um filho de 1,9 meses e está grávida de 5 meses do segundo filho. O pai do primeiro filho não assumiu as responsabilidades pela criação

e o pai do filho que está esperando encontra-se detido (Diário de campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Referente à mesma faccionista:

(Pode-se dizer que você acabou assumindo a posição de chefe de família?) É. De chefe de família. Aluguel de casa, água, luz, telefone. (Alimentação também?) É alimentação, tudo (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

A transferência das atividades até o domicílio da trabalhadora é facilitada pelo fato de o maquinário ser mais simples e possível de ser adquirido pela própria trabalhadora, mesmo com o peso dos sacrifícios. Além, é claro, de as habilidades necessárias à execução das tarefas serem, em geral, como já colocadas anteriormente, adquiridas pelas mulheres através do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico.

Olha, quando eu comecei, eu não tinha nenhuma máquina. Então, eu comecei com um overloquinho semi-industrial alugado e com uma máquina Singer doméstica emprestada. Então, eu fui trabalhando com essa emprestada e pagando meio salário de aluguel de overloque e fui adquirindo, e eu nunca só trabalhei na facção, eu também faço muita costura particular. Então, com essas duas máquinas fui trabalhando, fui fazendo uma economiazinha aqui, aí comprei uma overloque, aí já economizei o aluguel, eu devolvi e, como eu economizava o aluguel, eu não gastava esse dinheiro, eu guardava como se estivesse continuando a pagar, e com esse que eu fui guardando, eu adquiri uma reta industrial, também aí eu fui... (...) Fui trabalhando, eu fui adquirindo, aí eu comprando assim umas máquinas de segunda linha para eu ir trabalhando, depois eu fui trocando pela de primeira linha, hoje eu tenho o maquinário todo de primeira linha, todo industrial, eu tenho uma maquininha doméstica que foi praticamente a que eu comecei... (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003)

Assim, o trabalho remunerado no domicílio ligado à indústria de confecção aparece como uma realidade em que é difícil distinguir o que é horário de trabalho e o que faz parte do convívio com a família. As faccionistas exercem o trabalho a domicílio no setor informal e as atividades da casa. No entanto, permanecem invisíveis dentro das relações de emprego.

4. Produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho

“Nascer é ingressar em um mundo no qual estar-se-á submetido à obrigação de aprender. Ninguém pode escapar dessa obrigação, pois o sujeito só pode ‘tornar-se’ apropriando-se do mundo.” (CHARLOT, 2000)

Os homens e mulheres, em toda a sua existência, são produtores de saberes, de conhecimentos. Produzem conhecimentos nas relações sociais estabelecidas na família, no clube, nas associações de classe, na vida comunitária, nas festas, nos movimentos culturais, entre muitos outros. Mas também produzem conhecimentos no processo de trabalho e nas relações construídas entre trabalhadores e seus companheiros, seus encarregados, seus patrões. Portanto, produzem conhecimentos no dia-a-dia de trabalho e no trabalho propriamente dito.

No processo de trabalho, os trabalhadores mobilizam saberes adquiridos nas práticas cotidianas, na formação em instituições de ensino formal, para desenvolver suas atividades e com o intuito de resolver os problemas que aparecem.

Mais ainda, os trabalhadores elaboram saberes sobre o trabalho, que não configuram apenas como uma maneira de sobrevivência no mercado de trabalho, não constituem somente numa forma de driblar o desemprego e as relações de exploração no trabalho que estão postas. Estes saberes integram-se como saberes necessários ao processo de produção. São saberes congregados e componentes ao corpo de conhecimentos técnicos e constituem-se como parte integrante e importante da qualificação do trabalhador.

As discussões de que trataremos a seguir assinalam para a importância do reconhecimento desse conhecimento produzido pelo trabalhador não só para o processo de trabalho, mas para a sua formação em geral e também para a sua qualificação profissional. Para tanto, propomos iniciar com discussões sobre as relações de saber e com o saber.

4.1. Relações com o saber e relações de saber

Toda relação com o saber, enquanto relação de um sujeito com seu mundo, é relação com o mundo e apropriação deste. São muitas, no entanto, as maneiras de apropriar-se do mundo, como, por exemplo, aprender a história de seu país, por que um objeto cai ao ser arremessado ao ar, atar os cordões do sapato, abotoar as roupas, cumprimentar um amigo, entre muitas outras. A relação com o saber comporta também uma dimensão de identidade. Aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, à sua compreensão de vida, às relações com os outros, à imagem que tem de si e a que quer dar de si aos outros (CHARLOT, 2000).

Assim, não há saber senão para um sujeito, elaborado de acordo com relações internas e fruto de uma “confrontação interpessoal”. Portanto, em toda análise da produção do saber deve-se levar em conta a presença de um sujeito, em relação com outros sujeitos, presa da dinâmica do desejo, falante, atuante, construindo-se em uma história, articulada com a de uma família, de uma sociedade, da própria espécie humana e “engajado” em um mundo no qual ocupa uma posição e no qual se inscreve em relações sociais (CHARLOT, 2000). Uma das consequências desse raciocínio é o de que o saber não advém apenas do espaço escolar, caracterizado como um espaço de trabalho com o saber formalizado, mas também de outros espaços, como o profissional, familiar, social, cultural.

Tendo em vista a amplitude que envolve o ato de aprender, Charlot (2000) levanta a necessidade de reintroduzir na discussão outras dimensões do sujeito. Para o autor, qualquer tentativa de definir o *saber* faz surgir um sujeito que mantém com o mundo uma relação mais ampla.

Do ponto de vista do aprender, o autor explica que existe uma outra relação, a *relação de saber* ou uma relação social fundada na diferença de saber, por exemplo, entre o engenheiro e o operário, entre o médico e seu paciente, entre o professor e seu aluno. Nesses exemplos, cada um ocupa na sociedade uma posição, que é também uma posição do ponto de vista do aprender e do saber, nesse sentido denominada relação de saber. Portanto, a relação de saber é também uma relação de poder, heterônoma.

Por outro lado, o saber é também uma relação, um produto e um resultado, da relação do sujeito com seu mundo, um resultado dessa interação, uma *relação com o saber*. Portanto, o saber constrói-se também em uma relação com o mundo, que é a relação do sujeito consigo mesmo, com os outros, com a linguagem, com o tempo. Esse saber está relacionado às formas de viver e vivenciar o mundo, como, por exemplo, saber atravessar uma rua, saber pedir licença ou pedir desculpas. Nesse sentido, nos exemplos citados acima, o engenheiro, o operário, o médico, o paciente, o professor, o aluno, todos, independentemente da sua posição social, mantêm uma relação com o saber.

Para Santos (2000b), a *relação com o saber* chama a atenção para a dimensão da subjetividade do sujeito. Está articulada a uma determinada maneira de se apresentar, a uma determinada maneira de relacionar com o mundo e com o outro, que passa pela dimensão social, mas, também, pela dimensão do singular, do pessoal, da subjetividade. *Eu atribuo valor àquilo que me interessa e quando alguma coisa me interessa e só quando ela me interessa eu me aproprio daquilo* (Idem, 2000b p.68).

Charlot dá um destaque especial à questão da singularidade do indivíduo, pensando-o em sua dimensão positiva, o que também pressupõe uma opção epistemológica.

Do ponto de vista epistêmico, aprender pode ser apropriar-se de um objeto virtual (o saber), encarnado em objetos empíricos (por exemplo, os livros), abrigado em locais (a escola), possuído por pessoas que percorreram o caminho (os docentes). (...) Aprender é uma atividade de apropriação de um saber que não se possui, mas cuja existência é depositada em objetos, locais, pessoas (...) Aprender é passar da não-

posse à posse, da identificação de um saber virtual a sua apropriação real (...) Existem outras relações epistêmicas com o saber (as quais são antes relações epistêmicas com o aprender). Aprender pode ser também dominar uma atividade, ou capacitar-se a utilizar um objeto de forma pertinente (CHARLOT, 2000-68).

Assim, o indivíduo singular é construído dentro de uma história *em uma relação com o mundo, que é relação do sujeito consigo mesmo, com os outros, com a linguagem, com o tempo*. Essa singularidade não é inteligível se não tomamos como referência o mundo no qual ela se constitui (CHARLOT, 2000; SANTOS, 2000a).

Mas esta singularidade se constrói dentro de uma lógica específica, a da construção da individualidade, da personalidade, da identidade pessoal, *a relação com saber, comporta uma dimensão de identidade* que não pode ser reduzida a uma interiorização das condições sociais. Portanto, a relação com o saber do indivíduo só se torna compreensível se a interpretarmos tendo como referência as situações em que vive esse indivíduo, as relações sociais e os processos intrapsíquicos que operam na construção de um sujeito como singular (CHARLOT, 2000; SANTOS, 2000a).

Com relação à singularidade e ao processo de trabalho, Santos (2000b) coloca que, à medida que o trabalhador recupera subsídios de sua trajetória pessoal característicos de seus interesses, desejos e vontades, articulando-os com sua concepção de vida, ele está exprimindo alguma coisa que é singular, que é da ordem da subjetividade. Essa singularidade se dá na relação com o outro. Portanto, faz parte de um coletivo de subjetividades.

A importância de trazer tais discussões para esse trabalho de pesquisa reside no fato de que:

Trabalhar, é satisfazer uma exigência – produzir – mas, estreitamente ligada ao fato de criar, de aprender, de desenvolver, de dominar, de adquirir um saber. Trabalhar é preencher certas lacunas do saber e, desse modo, as suas próprias. Quer dizer, se desenvolver, se informar, se formar, se transformar, se experimentar e experimentar sua inteligência (SANTOS, 2000^a p. 129).

Assim, o trabalho não é só produção de mercadorias e de mais-valia, é também criação de si, do mundo e de diversas relações sociais.

A relação com o saber se constrói em relações sociais de saber, em especial no trabalho, marcado pela lógica das relações capitalistas. Portanto, o sujeito, o trabalhador que produz saber, manifesta uma certa relação com o saber e com o trabalho que tem a ver com sua própria história, seus interesses e projetos (CHARLOT, 2000; SANTOS, 2000b) e também com as relações de produção, caracterizadas pela exploração do seu trabalho, nas quais as relações de poder se apresentam, também, como relações interindividuais desiguais e permeadas por relações de saber. A produção, a mobilização e a aquisição do conhecimento no trabalho domiciliar, foco desta pesquisa, só podem ser analisadas tendo em vista estas dimensões, tanto do ponto de vista da relação de saber como da relação com o saber.

Outro ponto que deve ser levado em conta está relacionado ao conhecimento tácito, que abordaremos a seguir.

4.2. Conhecimento tácito: o *saber-fazer* do trabalhador

4.2.1. O advento das discussões sobre conhecimento tácito

O tema conhecimento tácito começa a circular na academia na década de 1960 e ganha maior expressão na década de 1990, principalmente nas áreas de psicologia social, sociologia e administração. Do ponto de vista da psicologia social, o tema é abordado com enfoque nos estudos da aprendizagem nas organizações que envolvem a produção de conhecimento. Esses

estudos indicam que há uma forma de conhecimento tácito nos trabalhos dos peritos e especialistas, segundo o qual esses profissionais atingem um estágio de conhecimento que não passa mais, simplesmente, pelo seguimento de regras.

Na década de 1970, o tema começa a imigrar para outras áreas. A psicologia cognitiva, por meio de seus estudos, aponta para o fato de as aprendizagens ocorrerem na esfera social, em ambientes informais, e que, portanto, não era aprendida de forma explícita. Nesse sentido, o conhecimento tácito era compartilhado em comunidades práticas.

Polanyi foi o primeiro filósofo que publicou sobre o assunto. Segundo Frade (2000), Polanyi declara não ser possível tratar o conhecimento humano sem partir do princípio de que *sabemos mais do que podemos dizer*. Tal princípio tornaria-se uma citação obrigatória por parte de todos aqueles que se remetem à Polanyi, uma vez que esse princípio, embora pareça óbvio, espelha um dos principais pilares da sua concepção de conhecimento: o reconhecimento da existência de um tipo de conhecimento que não pode ser completamente exposto e, mais especificamente, que dificilmente pode ser descrito em palavras – *conhecimento tácito*.

Para Polanyi (1969), o fato de conhecermos coisas que não podemos dizer é sabido e pode ser comprovado por nossa própria experiência cotidiana. Para confirmar isso, o autor recorre a Heidbreder, cujas experiências levaram às conclusões de que *nós muito freqüentemente não definimos um conceito adequadamente, embora nós somos inteiramente capazes de o usar*¹⁸.

Para Polanyi (*apud*. FRADE, 2000), os conhecimentos são tácitos à medida que são usados de maneira instrumental e não explicitamente como objetos. Neste sentido, eles não são percebidos em si mesmos, mas sim em termos daquilo que eles contribuem para a

¹⁸ The facts I am referring to are commonly known. Edna Heidbreder (1947) has concluded from her experiments that “we very often fail to define a concept adequately, though we are entirely capable of using it.” Everybody can confirm this from his own experience. (POLANYI, 1969)

realização da tarefa. Assim, podemos interpretar que o que é tácito varia de uma situação para outra, depende do contexto. O autor explicita as quatro dimensões do conhecimento tácito: funcional, fenomênico, semântico e ontológico. Frade (2000) define os aspectos de cada uma das dimensões:

- *Aspecto funcional*: Um conhecimento tácito identifica-se com um conhecimento subsidiário, isto é, um instrumento prático ou teórico, que mobilizamos para realizar uma tarefa ou conquistar uma compreensão. Segundo Polanyi, enquanto mobilizamos um conhecimento tácito, fazemos com que ele se torne uma extensão do nosso corpo tal como um martelo pode ser pensado como uma extensão do nosso braço quando realizamos a tarefa de bater um prego.
- *Aspecto fenomênico*: Um conhecimento tácito não é percebido em si mesmo à medida que nós o usamos de maneira subsidiária, ou ainda porque ele não é o foco de nossa atenção. Nós tomamos consciência de nossos conhecimentos, tácitos ou de que possuímos tais conhecimentos, quando os vemos projetados, enquanto partes integradas, naquilo que estamos buscando compreender.
- *Aspecto semântico*: Um conhecimento tácito não possui significado em si mesmo, mas, sim, no objeto foco de nossa atenção. O significado de um conhecimento tácito que possuímos não se encontra dentro de nós, mas, sim, na sua projeção na realização da tarefa ou sua compreensão.
- *Aspecto ontológico*: No entendimento de Polanyi, esse aspecto nos diz que um conhecimento tácito é um conhecimento de alguma coisa. Todo ato de conhecer envolve dar àquilo que está sendo conhecido uma ontologia¹⁹. Assim, o que está sendo

¹⁹ Parte muito grande daquilo que acreditamos e serve de base para a vida social é abstrato e não pode ser observado diretamente. Quando, por exemplo, nos inquiremos se seria ou não possível existir determinadas relações sociais independente das pessoas que delas participam, das questões históricas que as envolvem, nos colocamos questões ontológicas. A maneira como respondemos a perguntas tais como estas determina o modo como focalizamos o problema de compreender e evidentemente apreender a vida social (JOHNSON, 1997).

conhecido tomará um *status* de entidade integrada, algo que pertence à realidade, como por exemplo uma tarefa prática ou um problema intelectual.

As três primeiras dimensões, os aspectos funcional, fenomênico e semântico, estão relacionadas ao conhecimento sobre alguma coisa. O último, o aspecto ontológico, diz respeito à formação, à constituição do humano.

Para Frade (2000), o conhecimento tácito é uma habilidade pessoal que não pode ser disponibilizada a outros, pois não sabemos explicar exatamente como ele opera. O conhecimento prático, ainda segundo a autora, pode ser relacionado a um conhecimento tácito no sentido de que não é facilmente especificável e de que não explicamos como adquirimos conhecimentos dessas experiências e nem como usamos esse conhecimento.

Para Polanyi, um conhecimento de natureza principalmente tácita pode ser aprendido, mas não pode ser ensinado no sentido tradicional da palavra ensinar (FRADE E BORGES, 2001).

Com relação à interiorização, pode ser interpretada como um processo que dá estabilidade aos conhecimentos que conquistamos, ou seja, sempre que buscamos compreender uma coisa, seja ela de qualquer natureza, mobilizamos um conjunto de conhecimentos que possuímos de modo a alcançar tal compreensão. Uma vez a compreensão alcançada, nós nos deixamos ocupar por tais conhecimentos como se eles fizessem parte do nosso corpo. Desse ato de ocupação, resulta uma interiorização desses conhecimentos que poderão ser usados de maneira subsidiária numa outra ocasião (FRADE, 2000).

Assim, a palavra conhecer, para Polanyi (*apud.* FRADE 2000), significa uma combinação de ambos os conhecimentos prático e teórico. Portanto, não podemos perder de vista o processo dinâmico da produção do conhecimento e de que há saberes que, apesar da não-formalização, pois nem todas as formas de linguagem dão conta de expressá-los ou explicitá-los, não podem deixar de ser valorizados.

4.2.2. O conhecimento tácito na educação e nas relações de trabalho

Na Sociologia do Trabalho e da Educação, Aranha (1997) explicita que o conhecimento tácito é adquirido pelo trabalhador tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral. Referente à relação entre Trabalho e Educação, a autora coloca que o conhecimento tácito, embora decisivo, não tem ainda merecido o enfoque necessário. Primeiro, por sua dificuldade em expressar-se de forma sistematizada ou pela ausência de interesses reais de quem detém o controle dos processos de trabalho e de formação de alçá-lo no nível de *conhecimento científico*. Segundo, porque, muitas vezes, é tido como algo *natural* e não fruto de um processo social de aquisição, tal como ocorre com a habilidade de costurar das faccionistas, tida como um atributo natural feminino.

Assim, o conhecimento tácito, no dizer de alguns *qualificações tácitas, saber tácito, saber do trabalhador e savoir-faire*, aparece freqüentemente associado a um *saber-fazer* do trabalhador (ARANHA, 1997). As qualificações tácitas são definidas por Machado (*apud*. ARANHA, 1997) como um *saber-fazer* complementar necessário ao sistema técnico, intuitivo e não codificável, que, segundo a autora, seria uma forma que o trabalhador utiliza para dar conta das variações, descontinuidades, diferenças de situações e imprevistos no sentido de unir o que a divisão do trabalho separou, ou seja, a concepção e execução e as diversas etapas da execução.

O conhecimento tácito está intimamente ligado à qualificação do trabalhador. Santos (1997, 2000a) e Aranha (1998) trabalham o conceito, relacionando-o com as categorias *trabalho prescrito e real e trabalho concreto e abstrato*²⁰, inserindo-o na discussão da qualificação do trabalhador frente às novas condições produtivas e problematizando sua

²⁰ Marx, em *O Capital*, define *trabalho abstrato* como fonte do valor de troca e *trabalho concreto* como fonte da riqueza material, o trabalho enquanto produtor de valores de uso.

influência na valorização da força de trabalho. Alertam para o fato de que os trabalhadores têm sido chamados a incorporar seus saberes nos projetos das empresas, mas esses saberes ainda hoje não ganham legitimação. As empresas têm procurado apropriar-se desse conhecimento sem, no entanto, valorizá-lo adequadamente nas relações contratuais com a força de trabalho.

O porquê de trabalhar as categorias em duplas como *trabalho prescrito e real e trabalho concreto e abstrato* é colocado por Schwartz (1988), segundo o qual o conceito de trabalho em Marx é sempre trabalhado em duplas dicotômicas: trabalho concreto/trabalho abstrato; trabalho vivo/trabalho morto; trabalho simples/trabalho complexo; trabalho produtivo/trabalho improdutivo. Essas duplas não aparecem enquanto oposição, mas como dois termos de uma mesma unidade. E, como é possível perceber, são mediadas e ligadas pelo trabalho.

Nas condições capitalistas, o trabalho prescrito, é determinado pela direção, pelos gestores da empresa, enquanto o trabalho real, o que escapa à prescrição, é realizado pelos trabalhadores no processo de produção. A variada gama de incertezas técnicas e organizacionais do cotidiano do processo produtivo obriga o trabalhador a adaptar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. Por isso, o trabalhador modifica sucessivamente o conteúdo do trabalho, as tarefas, a utilização da ferramenta, entre outros fatores. Portanto, existe uma distância entre o que é solicitado ao trabalhador em uma determinada tarefa pela gerência e o que isso lhe demanda verdadeiramente, ou seja, entre o que é prescrito e o que acontece realmente (SANTOS, 1997, 2000a/b; ARANHA, 1998; e DURAFFOURG, 1998).

Santos coloca que:

Há sempre um espaço entre aquilo que é da ordem da prescrição – um plano que é elaborado pelo próprio sujeito e ou por outrem – e a realização desse plano. Nenhuma realização é idêntica à prescrição. Fica sempre um espaço que é preenchido por alguma coisa que não estava prevista antes e que vem somar-se ou restar, em relação àquela prescrição, apontando elementos para novas realizações,

novos atos futuros. Entre o prescrito e o real, existe um espaço de criação (2000b, p.66).

Para Schwartz (1996, 2000, 2001), nesse espaço, localizado entre o trabalho que foi prescrito pelos dirigentes da empresa e aquele que foi verdadeiramente realizado concretamente²¹ pelo trabalhador, cada um experimenta um determinado *uso de si*, recriando o que estava, supostamente, antecipado. Neste sentido, o trabalho é entendido como um espaço de possíveis sempre a negociar, no qual não existe execução, mas uso. O autor coloca que o uso não é somente aquele que fazem de você, mas também aquele que cada um faz de si mesmo.

O indivíduo no seu todo é convocado a uma atividade que envolve sempre um *uso de si*. *Uso de si* pelos outros, já que o trabalho é, em parte, heterodeterminado por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente. Há, também, *uso de si* por si, já que os trabalhadores renormalizam as prescrições e criam estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio. Portanto, um “si”, cujo conteúdo transita permanentemente entre o individual e o coletivo.

Para Santos (2000a), Schwartz interroga o trabalho como experiência, individual e coletiva, como *uso de si* que pode ser feito por si e por outros, analisando a natureza epistemológica das interrogações que lhe concernem.

Quando um trabalhador diz: *Eu faço o que me dizem*, subentende-se da frase que: *Eu não estou disposto a ser senão o uso que fazem de mim*. No entanto, a mesma frase produz o seu oposto, porque: *Jamais um trabalhador fica diante da sua máquina pensando: eu faço o que me dizem*. Portanto, o trabalho no mesmo movimento de acondicionamento do heterodeterminado de si é sempre, também, *uso de si* por si, recentrando do meio de trabalho ao redor de suas possíveis peculiaridades. Essa proposição evidencia a distinção entre trabalho

²¹ Schwartz aborda trabalho pela dimensão do trabalho concreto.

prescrito e real, no qual trabalhar de outro modo está sempre presente no trabalhar como lhe dizem (SCHWARTZ, 2000).

O trabalhador não é uma massa disforme no qual se inscreve passivamente a memória dos atos de trabalho a reproduzir. Quando se fala que o trabalho é *uso de si*, coloca-se o trabalho como o lugar de um problema, de uma tensão problemática, um espaço de possíveis, de negociação. Quando o trabalhador é convocado ao ato de trabalho, mesmo que este apelo seja totalmente esterilizante em relação às suas virtualidades, ele dispõe de recursos e capacidades infinitamente mais vastas que as que são explicitadas, que são requeridas na tarefa cotidiana. *Há uma demanda específica e incontornável a uma entidade que supõe de algum modo uma livre disposição de um capital pessoal* (SCHWARTZ, 2000-41).

Assim, a diferença entre trabalho prescrito e trabalho real é preenchida pelo conhecimento do trabalhador a partir de uma articulação entre conhecimentos teóricos e práticos com suas experiências acumuladas no processo de trabalho ou na vida social, no qual cada um experimenta um determinado *uso de si*, que pode ser feito por si e por outros. Nessas relações, o conhecimento tácito do trabalhador é seguramente a fonte de conhecimentos do qual se alimenta o trabalho real para resolver as incertezas do cotidiano do trabalho, e constitui-se, então, em peça fundamental no andamento do processo produtivo.

No que diz respeito à relação trabalho concreto/trabalho abstrato, Schwartz (1988) faz a distinção. Para o autor,

No modo de produção capitalista, o tempo de trabalho abstrato não tem mais a simples função de mediação, ele é reificado²² como mercadoria, e é ele que representa o equivalente geral em dinheiro – o salário – e não mais um produto. É por conseguinte, no ato de trabalho que o trabalhador se apreende como força de

²² Reificação é o processo de tomar uma idéia ou conceito e tratá-los como se fossem algo concreto e real. Da forma usada por Marx, o conceito de reificação revela que nos separamos e nos alienamos de nós mesmos, e de nossas relações com outras pessoas, quando começamos a considerá-las como semelhantes a coisas, geralmente além de nossa capacidade de controle (JOHNSON, 1997).

trabalho abstrato, enquanto ele não cessa de ser em parte produtor concreto de segmentos de valores de uso concretos (1988, p.581 – tradução minha).²³

Portanto, o trabalhador se percebe como força de trabalho abstrato. No entanto, não deixa de ser parte produtora concreta de valores de uso concretos. O ato de trabalho é, assim, também obra de homens concretos que mobilizam suas capacidades na produção de objetos úteis diversificados (DIAS, 2002).

Assim, no ato²⁴ de trabalho, concreto e abstrato se misturam e se contestam. O trabalho abstrato, caracterizado pelo predomínio do capital, pela mais-valia²⁵, pela alienação²⁶ e pela lógica capitalista, traz como implicação a não-diferenciação dos diversos tipos de trabalhos individuais, a eliminação da individualidade e a tentativa do afastamento dos sujeitos que trabalham da sua subjetividade. Embora todo ato de trabalho seja qualitativamente diferenciado, no trabalho abstrato – o ato de trabalho enquanto mercadoria que se troca – a abstração é feita cotidianamente sob o modo de produção que neutraliza as diferenças (SANTOS, 2000a; ARANHA, 1997).

²³ “Mais dans le mode de production capitaliste, le temps de travail abstrait n’a plus cette simple fonction de médiation, il est lui-même réifié comme marchandise, c’est lui que représente l’équivalent général argent – le salaire – et non plus un produit. C’est donc immédiatement, dans l’acte de travail, que le travailleur s’appréhende lui-même comme force de travail abstraite, alors qu’il ne cesse d’être de part en part producteur concret de segments de valeurs d’usage concrètes” (SCHWARTZ, 1988, p.581).

²⁴ O conceito de “ato” é dado por Lucien Sève, que trata a “unidade do abstrato e do concreto na unidade de uma personalidade. O ato, em sua dupla dimensão psíquica e social, se desdobra em atividade concreta e atividade abstrata, e é a base de uma teoria do indivíduo concreto no trabalho e nas relações sociais de produção”. Para ele, a atividade socialmente produtiva do indivíduo é atividade abstrata e aquela relacionada à atividade produtiva do indivíduo, a atividade concreta (SÈVE, apud. SANTOS, 2000a).

²⁵ Os trabalhadores não possuem nem controlam os meios de produção. Eles dependem dos patrões que compram seu tempo de trabalho em troca de salários. Os empregadores exploram essa dependência pagando aos trabalhadores apenas parte do valor do que eles produzem e conservam o resto – a *mais-valia* – para si mesmos sob a forma de lucro (JOHNSON, 1997).

²⁶ *A alienação aparece tanto no fato de que meu meio de vida é de outro, que meu desejo é a posse inacessível de outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma, que minha atividade é outra coisa, e que, finalmente, domina em geral o poder desumano* (MARX, 1978). Portanto, a alienação é o resultado da posse privada do capital e do emprego de trabalhadores por salário, um arranjo que concede a estes pouco controle sobre o que fazem. A alienação ocorre na relação rompida entre trabalhadores e trabalho e entre operários e produto de seu trabalho (JOHNSON, 1997).

No entanto, a partir do trabalho concreto, é permitido ao trabalhador transgredir essa dimensão colocada pelo trabalho abstrato. Constitui-se, então, um elemento de resistência, por meio das microatividades concretas, microiniciativas, microdecisões e saberes. Para o trabalhador, o trabalho não é apreendido do ponto de vista abstrato, mas como uma produção de gestos e ações que se inscrevem nos objetos como manifestação de suas capacidades pessoais. O cotidiano de trabalho, assim, aciona novas capacidades, formas de inteligência diversas, indispensáveis à produção. O conhecimento tácito potencializa, então, a tensão entre trabalho concreto-abstrato, no processo de trabalho (SANTOS, 2000a; ARANHA, 1997). *O trabalho concreto é, cotidianamente, o trabalho de um saber a experimentar, saber a produzir, saber a conquistar, saber sempre em aberto* (SANTOS, 2000a-129).

Para Santos (1997), o trabalhador é sempre solicitado a participar no processo produtivo porque a produção está sempre sujeita a situações novas. O acelerado desenvolvimento tecnológico, o surgimento ininterrupto de novos produtos, a flexibilidade, a imprevisibilidade e variabilidade que marcam os processos de produção e o consumo apresentam, cotidianamente, inovações. Nesta conjunção, há sempre soluções não previstas que devem ser buscadas continuamente. Logo, o saber no trabalho é sempre um saber em aberto, *ad infinitum*.

No novo padrão produtivo, o conhecimento tácito do trabalhador ganha novo *status* e passa a ser peça reconhecidamente crucial no processo de produção, mesmo que a sua utilização venha envolvida em toda uma gama de manipulação e conviva com processos de trabalho nos quais o tratamento dado a esse conhecimento é individualizado, centrado no indivíduo, e individualista, desconhecendo o coletivo, o social, a rede de saberes coletiva na qual é formado. Como afirma Ferreti (*apud*. ARANHA,1997), *o conhecimento tácito não é um dado novo. O que tem de novo é o reconhecimento desse conhecimento como fator-chave na produção, inclusive pelos empresários*.

4.3. Qualificação e saber

4.3.1. Afinal, o que é qualificação?

Primeiramente, qualificação é um conceito complexo, que não pode ser compreendido dentro de uma visão tecno-determinista. Esta visão reduz a qualificação a um conjunto de saberes técnicos, a alguns atributos requeridos por determinada atividade ou posto – portanto, estreitamente definidos –, excluindo outros fatores importantes para o processo de produção, como, por exemplo, o conhecimento tácito do trabalhador, os saberes produzidos no espaço de trabalho e nas relações sociais.

Para Aranha (1997), os autores que compartilham da visão tecno-determinista têm em comum a crença de que determinados tipos de tecnologia exigiriam predicados do trabalhador adquiridos pela escolarização, pelos cursos de formação profissional, por iniciativas individuais de aquisição do conhecimento ou por iniciativas dos próprios empregadores por meio do financiamento de cursos de preparação dos trabalhadores para o manejo de determinados equipamentos.

Tais autores reduzem a qualificação a uma lista de atributos que os trabalhadores devem ser portadores, tais como determinados conhecimentos, habilidades e atitudes. Estabelecem, assim, a partir desta lista de atributos, uma classificação elementar dos trabalhadores na qual são considerados qualificados aqueles portadores das exigências requeridas, semi-qualificados os que têm parte dos conhecimentos exigidos e não qualificados os que não possuem os predicados cognitivos e atitudinais solicitados.

Dentro desta lista de atributos, as experiências adquiridas nos anos de trabalho e a vivência de cada trabalhador não têm a devida valorização no processo produtivo, mas, sim, são valorizados o tempo de formação, os saberes adquiridos formalmente por meio de instituições apropriadas, portanto, o domínio de determinados saberes curriculares (ARANHA, 1998).

No entanto, a qualificação não se restringe aos saberes adquiridos pelos trabalhadores no ensino dentro das escolas formais. As colocações de Charlot (2000), por exemplo, nos dão uma visão ampliada do que é o saber. Essa visão amplia na mesma proporção a compreensão do que é qualificação. Charlot coloca que homens e mulheres são produtores de saberes, de conhecimentos. Produzem conhecimentos nas relações sociais e no processo de trabalho.

Assim, a qualificação constitui-se de conhecimentos técnicos adquiridos dentro das escolas formais ou profissionalizantes, mas também de conhecimentos relacionais produzidos nas relações sociais entre familiares, amigos, vida comunitária, nas relações construídas entre trabalhadores e seus companheiros, seus encarregados, seus patrões, entre outros. Conhecimentos estes que incluem desde a sobrevivência no ambiente de trabalho e na sociedade em geral até aqueles relativos ao processo de trabalho. Conhecimentos adquiridos, deste modo, nos mais diversos locais e a partir dos mais diversos meios, incluindo uma rede de saberes que é estabelecida no próprio processo produtivo. A qualificação, portanto, não é uma lista de atributos, é mais um conjunto de relações que um dado palpável da realidade (VILLAVICENCIO, FERRETI *apud.* ARANHA, 1997).

A qualificação, como levantado por Machado e Villavicencio (*apud.* ARANHA, 1997, 1998), não pode ser traduzida operacionalmente por expressões numéricas, por uma escala de atributos objetivos, sendo ela um processo histórico e determinado socialmente. Deve também ser compreendida dentro de uma visão questionadora com diferentes dimensões.

Entendê-la como processo histórico e social equivale a compreender que a qualificação se dá dentro de um processo de evolução, construído dentro da história de vida e de formação de cada homem ou mulher, pelo acúmulo de experiências e de aquisição de novos conhecimentos e habilidades, tanto pelas vias formais – no ensino dentro das escolas formais ou profissionalizantes – quanto informais – nas relações sociais e no processo de trabalho. Não é, assim, uma construção acabada, definitiva e sim um processo em permanente construção, no espaço social.

4.3.2. Qualificação e novas tecnologias

Com desenvolvimento tecnológico, torna-se ainda mais freqüente a associação da qualificação com a detenção por parte do trabalhador de determinados conhecimentos e habilidades necessárias para lidar com os novos equipamentos. Isso restringe a qualificação do trabalhador ao que ele deve saber fazer, como se portar, quais compromissos assumir, entre outros, diante de uma determinada atividade ou maquinário. Esse determinismo tecnológico, no entanto, está longe de elucidar a realidade do trabalho, como veremos adiante (ARANHA, 1998).

Antes, vale lembrar que o desenvolvimento tecnológico é, antes de qualquer coisa, impulsionado para desenvolver o modo de produção capitalista, e por meio dele procurado sempre e cada vez mais a redução da mão-de-obra necessária no processo de produção, a eliminação da porosidade no processo de trabalho, o aumento da competitividade e a busca sempre maior do lucro. A partir do investimento em novas tecnologias, em novos equipamentos, o capitalista procura substituir a mão-de-obra dos trabalhadores pelas

máquinas, buscando abstrair as habilidades do trabalho humano. No entanto, apesar desses investimentos em novas tecnologias, o fator humano tem sido sempre um fator essencial para o processo produtivo.

Duraffourg (1998), por exemplo, refere-se à história de um especialista em automatização, que a princípio não via a necessidade de outros conhecimentos suplementares para conceber sistemas automáticos eficazes, até que um dia, foi solicitada a ele a construção de um robô que virasse queijos na fase de maturação do produto. Essa automatização da virada dos queijos acarretou uma supressão de vários postos de trabalho, ocupados por trabalhadoras que realizavam manualmente essa tarefa. No entanto, a construção do robô levou o especialista a uma questão com que até então não havia deparado.

O especialista percebeu que, mesmo cronometrando o tempo para virada de cada queijo e com o funcionamento perfeito do dispositivo, a qualidade do produto ia decaindo. Então, ele constatou que as operárias tocavam nos queijos e até os cheiravam, mas não os virava sistematicamente. Essa situação coloca, então, a complexidade real que envolve o trabalho de virada dos queijos.

O trabalho não consistia apenas em uma repetição mecânica da virada dos queijos. As operárias não eram apenas mãos e músculos, mas também senso tátil, senso olfativo, córtex. Além disso, envolviam-se questões culturais, o itinerário profissional de cada trabalhadora, processos complexos de acumulação e transmissão de habilidades profissionais, uma história individual e também coletiva. Portanto, trabalho complexo²⁷, em parte impossível de ser antecipado.

Viu-se, então, que o processo de automação foi conduzido a partir de uma representação do trabalho humano redutora em grande parte da complexidade real da

²⁷ Marx (1978) define trabalho complexo como aquele que se eleva acima do nível médio, enquanto trabalho de maior vitalidade, de peso específico maior. Este tipo de trabalho, para o autor, resolve-se em trabalho simples composto, em trabalho simples a uma potência mais elevada, de maneira tal que, por exemplo, um dia de trabalho complexo é igual a três dias de trabalho simples.

atividade de trabalho. O trabalho foi visto apenas como um custo a ser reduzido, e esse objetivo buscava-se atingir com o investimento na automação. Portanto, não se reconhecia o papel da qualificação na tarefa desempenhada por essas trabalhadoras no processo de trabalho.

Para Duraffourg (1998), o reconhecimento da competência real dos trabalhadores constitui a pedra angular das relações entre técnico/econômico/social. Quando é negada, subestimada ou ignorada a complexidade que envolve o trabalho e ainda assim ocorre o processo de automatização, as conseqüências são as colocadas anteriormente.

O que podemos concluir a partir dessas colocações é que a formalização do saber produzido pelo trabalhador no processo de trabalho é uma tarefa de extrema complexidade. Portanto, também a apropriação desse conhecimento não é uma tarefa muito simples. Isso mostra o quão extremante difícil é a transferência desses saberes dos trabalhadores para os processos de automação.

Discutir qualificação e novas tecnologias conduz-nos também a uma outra questão levantada por Aranha (1998), que, analisando a relação entre tecnologia e a qualificação do trabalhador, questiona em que medida está intrínseco ao desenvolvimento tecnológico um patamar maior de qualificação dos trabalhadores.

Esse questionamento se justifica porque o mercado de trabalho na atualidade é formado por um mosaico de relações e de condições de trabalho. Combina, por um lado, setores de ponta, com uso intensivo de tecnologias avançadas, e mão-de-obra extremamente qualificada do ponto de vista tecnológico e composta por trabalhadores permanentes. Como também diversas outras formas de trabalho nas quais não há tamanho uso de tecnologias e que aparecem freqüentemente associadas ao trabalho precarizado e desregulamentado.

Neste último, os trabalhadores são, por um lado, utilizados por empresas menores ou terceirizadas, em trabalhos monótonos, com uniformização de produtos, métodos de

fabricação e até hábitos segundo o padrão taylorista/fordista de produção. Sendo usual, nesses casos, o emprego de uma mão-de-obra considerada desqualificada – ou que não possui os predicados cognitivos e atitudinais que são solicitados dentro de um padrão de atributos definidos pelo capital e do qual os trabalhadores “devem” ser portadores, para atuação nas empresas portadoras de inovações tecnológicas (ARANHA, 1997; NEVES, 2000). Isso é questionável, por um lado, tendo em vista o caráter linear e superficial ao qual é reduzido o entendimento do que venha a ser qualificação. Por outro, como veremos adiante, esses processos não raro têm ignorado as qualificações reais dos trabalhadores em troca de uma fragmentação e estandartização do processo produtivo.

Essas relações de trabalho, como colocado, combinam também processos de trabalho precarizados do ponto de vista das condições de trabalho e desregulamentados no que refere à legislação trabalhista. Ainda que se não possuam, do ponto de vista tecnológico, grandes inovações, são constituídos, por vezes, por trabalhadores que detêm um expressivo conhecimento sobre as suas atividades de trabalho como também de gestão e organização. Mais uma vez, a linearidade não se coloca – nem sempre a precarização das condições de trabalho significa uma precarização dos saberes e da qualificação dos(as) trabalhadores(as).

Portanto, são esses usos diferenciados da força de trabalho que possibilitam os questionamentos de em que medida é ou não necessária uma maior qualificação do trabalhador. Isso porque, por um lado, a implantação das inovações tecnológicas requereram uma qualificação profissional que permitisse o domínio da técnica, por outro, favoreceram nas últimas décadas o crescimento do mercado informal e a exigência de uma qualificação profissional diferenciada dos trabalhadores que estarão envolvidos nesses processos informais de trabalho. Nem sempre o trabalho com novas tecnologias significa um maior incremento do trabalho intelectual. Muitas vezes, os trabalhadores envolvidos em tecnologias de ponta

realizam tarefas repetitivas, mas utilizam, agora, a intermediação de uma nova linguagem, a digital.

Essas discussões nos levam, então, às seguintes questões. Primeiro, que não há trabalhadores desqualificados e sim processos de trabalho que mobilizam tais e quais conhecimentos. Segundo, que, pelas abundantes formas de utilização da mão-de-obra, não podemos pensar em uma linearidade entre qualificação e tecnologias.

Um mesmo processo pode exigir, dentro de uma mesma empresa, trabalhadores qualificados do ponto de vista tecnológico, mas pode também ignorar as capacidades dos trabalhadores instáveis e terceirizados, não lhes dando perspectiva de utilização de sua qualificação. Como pode, também, possibilitar a qualificação de trabalhadores no que diz respeito ao trabalho propriamente dito, por meio de algumas relações informais de trabalho, nas quais é exigida a mobilização de uma gama de conhecimentos para resolução dos problemas que se apresentam no cotidiano do trabalho.

Para Aranha (1998), uma aritmética entre nível de tecnologia empregada – número de máquinas avançadas – e nível de qualificação dos trabalhadores não é suficiente para expressar a relação complexa e às vezes contraditória desses dois fatores, que neles mesmos, por si só, guardam complexidade e contradições.

Coloca-se, por fim, a questão da legitimação do conhecimento produzido pelo trabalhador no processo de trabalho. Para Santos (2000b), o trabalhador tem consciência de que produz um determinado saber e que esse saber é indispensável à produção. No entanto, esse saber não tem o reconhecimento que deveria ter, isso porque não é um saber legitimado pelo diploma das escolas de ensino formal, nos cursos de formação profissional ou nos cursos superiores. A valorização conferida a esse saber limita-se às premiações das sugestões dos trabalhadores, materializadas em coisas supérfluas.

A autora ainda coloca que esse momento atual, no qual tem ocorrido, como já salientamos anteriormente, uma mobilização do capital em torno do saber do trabalhador, descortina-se também uma possibilidade de mobilização desse saber como busca de apropriação pelos próprios trabalhadores, levando à um movimento de legitimação desse saber.

4.4.3. Reestruturação produtiva, formação e qualificação do trabalhador

Os últimos anos foram de intensos debates sobre a formação do trabalhador. Essas discussões têm conduzido a uma busca constante de definições de estratégias sobre como garantir a qualificação do trabalhador no contexto da reestruturação produtiva, econômica e social na qual estamos inseridos.

As discussões acerca da qualificação do trabalhador, como exposto anteriormente, colocam-se com muitos pontos de interrogação, uma vez que envolvem não somente a escolarização nas instituições de ensino formal, nos cursos de formação profissional, mas também o reconhecimento de um conhecimento produzido pelo próprio trabalhador no trabalho e nas relações sociais e que é necessário ao processo de produção.

A educação formal ainda é tida, para muitos trabalhadores que permanecem no mercado de trabalho regulamentado e com carteira assinada, como o caminho essencial para a manutenção de seu emprego, mesmo tendo poucas possibilidades de ascensão na carreira profissional – eles são onerados com o custo de uma atualização constante. Para os que estão desempregados, a educação conferi-los-ia a formação exigida para o ingresso no mercado de

trabalho formal ou funcionaria como uma habilitação para as ocupações informais (OLIVEIRA, 2000).

No que diz respeito às ocupações informais, Fidalgo e Machado (2000) alertam para a fato de que a qualificação profissional, principalmente a implementada pelo poder público, tem se dirigido a oferecer meios que induzam as pessoas a buscar alternativas de inserção nesse espaço, sem superar a desproteção social e a precariedade das relações de trabalho.

Segnini (2000) chama a atenção para os discursos dos organismos internacionais reguladores, do Estado, das instituições representantes dos interesses patronais, bem como das representantes de trabalhadores, entre outros. Para a autora, o discurso destas instituições está assentado na tal lista de atributos colocada anteriormente, na qual são solicitadas ao trabalhador determinadas qualidades que lhe possibilitariam inserir-se no mercado de trabalho e que, por sua vez, constituem-se num processo social de legitimação do desemprego e da precarização social que estão ocorrendo no mercado de trabalho.

A autora ainda coloca que a educação, e em particular a formação profissional, aparece na atualidade como questão central. No entanto, são conferidas a ela funções essencialmente instrumentais, ou seja, possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptando os trabalhadores às mudanças técnicas e minimizando os efeitos do desemprego.

Os discursos que predominam também nos meios de comunicação e no meio político é de que, se um trabalhador está desempregado, é porque não está preparado. Neste contexto, o conceito de empregabilidade, entendido como a capacidade não só de obter um emprego, mas sobretudo de manter-se empregado em um mercado de trabalho em constante transformação, ganha força. Essa individualização da responsabilidade pelo emprego retira das empresas e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir as condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores, incluindo aí formação profissional.

Para Machado (1998), o conceito de empregabilidade tem sido utilizado para exprimir condições subjetivas da integração dos sujeitos à realidade atual do mercado de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho.

Deste modo, cabe aos trabalhadores a responsabilidade de preparação para ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho. A formação constante passa a ser colocada e ser vista de forma geral como uma alternativa de conter o avanço do desemprego e da precarização no uso da força de trabalho.

Isso é contraditório, uma vez que, como elucidam Pochmann (2000), Segnini (2000) e Oliveira (2000), tem ocorrido, amiúde, a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações que exigem um menor grau profissional, sendo isso possível graças ao acirramento da competição no mercado de trabalho. Destacamos que é justamente no segmento formal e regulamentado que tem se desenvolvido uma relação cada vez mais desproporcional entre oferta e procura de empregos, levando as empresas a elevar os níveis de exigência com relação à qualificação do trabalhador, principalmente no que diz respeito à escolaridade. Esse processo inclui também a marginalização dos trabalhadores considerados com baixa qualificação.

Assim, o fato de as ocupações estarem sendo preenchidas por trabalhadores com maior qualificação em detrimento daqueles com menor qualificação parece se referir muito mais ao estímulo da oferta, ou seja, à existência de uma força de trabalho escolarizado, do que à demanda por mão-de-obra em empregos de maior qualificação.

Portanto, hoje (nem ontem, nem anteontem, nem nunca), não existe uma relação linear entre qualificação/requalificação e emprego. Observa-se o desemprego de trabalhadores escolarizados e qualificados e esta problemática auxilia a desmitificar a exigência de escolaridade e qualificação para garantir o acesso ao trabalho, e nos conduziria, então, a um próximo ponto.

Trataremos agora da adequação da formação profissional à atividade de trabalho real. Para Schwartz (2001), existe no trabalho algo que escapa ao conhecimento dos responsáveis pela formação profissional e formação geral nas instituições de ensino. Este *algo* só pode ser alcançado por meio do conhecimento de quem vive as situações de trabalho, ou seja, por intermédio dos próprios trabalhadores. Compreender esses processos exige um mergulho no universo do trabalhador.

O autor considera que as instituições que irão preparar para o ingresso nas profissões não podem lançar um olhar pobre sobre as situações com as quais os futuros trabalhadores irão confrontar-se durante a sua vida profissional. Muito pelo contrário, devem partir da idéia de que o trabalho compõe um *dramático uso de si*, em que há um debate permanente entre as normas antecedentes, ou prescritas, e as renormalizações, o trabalho propriamente realizado. Isso porque homens e mulheres criam cotidianamente novas formas de resolver, e não param de recriar sobre o que podem nas situações de trabalho.

Essa constatação de Schwartz torna-se ainda mais intricada se considerarmos a complexidade que envolve o mundo do trabalho. O universo do trabalho é feito ao mesmo tempo de regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento ou marginalizadas, das grandes empresas e dos pequenos e médios empreendimentos, do setor formal e setor informal, de trabalhadores e trabalhadoras, entre muitos outros aspectos discrepantes.

Portanto, como coloca Hirata (2000), não existe homogeneidades no mundo do trabalho: sua marca é a heterogeneidade. Considerar essas diferenciações é um desafio para a formação e a educação. Consiste em uma árdua tarefa para as instituições, pois torna-se necessário apropriar-se do conhecimento de setores muito diferentes e de vivências subjetivamente diversas. Além do que devem levar em consideração que um trabalhador pensa, age, reage, vive e representa as coisas de forma diversa de uma trabalhadora.

Schwartz (2001) também coloca a necessidade de articulação entre trabalho e formação que ultrapasse os limites da tradicional dicotomia entre formação geral e formação específica, ou seja, a superação da grande dificuldade de articular dois universos, o da educação e o do trabalho, que em última instância permitam pensar um novo modo de produção de saber no e sobre o trabalho.

Para Hirata (2000), está na base da gestão das fábricas modernas a distinção entre a experiência, o *saber-fazer* do trabalhador e a formação escolar, ou seja, a distinção entre os saberes não formalizados e conhecimentos formalizados adquiridos no espaço escolar. Para Segnini (2000), o reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador só se dará a partir da inserção em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em diferentes formas de relações empregatícias. Implica também o reconhecimento de que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas jamais suficientes.

Portanto, o grande ponto em toda essa discussão é o reconhecimento de que o trabalhador produz conhecimentos no e sobre o trabalho, que se compõe como um saber também técnico, e que esses conhecimentos são parte importante da sua qualificação.

5. Produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho domiciliar da indústria de confecção de Divinópolis

É mais difícil, que lá²⁸ eles gostam de fazer correndo, assim, mais coisa de rapidez, mas assim de saber fazer, eu sei fazer qualquer coisa. Porque tem muitos anos de... porque a costura é experiência, a costura tem que saber emendar, mas a experiência talvez manda mais. Porque igual, tem muita gente que vai para uma fábrica que não sabe montar uma peça inteira, chega lá, por exemplo, você emenda alguma costura. Assim, você vai lá, é boa só para pregar gola, mas você não sabe terminar de fazer, colocar uma manga, colocar você não sabe, e eu não (Entrevista, faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Discutimos, anteriormente, que homens e mulheres produzem conhecimentos nas relações sociais e no processo de trabalho. No processo de trabalho, produzem conhecimentos tanto nas relações estabelecidas no dia-a-dia de trabalho como no trabalho propriamente dito, e esses saberes integram-se como saberes necessários ao processo de produção. Os(as) trabalhadores(as) mobilizam saberes adquiridos nas práticas cotidianas, na formação em instituições de ensino formal ou nos cursos profissionalizantes, para resolver os problemas do dia-a-dia do trabalho.

Mas como se dá o processo de produção, mobilização e aquisição do conhecimento no processo de trabalho domiciliar da indústria de confecção? É o que nos propomos a discutir.

5.1. Relações com o saber e relações de saber no processo de trabalho a domicílio

Ainda que saiba dominar as máquinas, saiba o que tem de ser feito e entenda um pouco de modelagem, segundo a faccionista, é no processo de produção que a pessoa aprende a costurar de verdade. É fazendo e vendo no dia-a-dia as melhores formas de ser feito (Diário de Campo, Faccionista 4, 21 de agosto de 2003).

²⁸ Na fábrica.

Pergunto à faccionista se faz modelagem. Diz que não faz moldes. Que consegue fazer, só de ver, uma roupa igual àquela que está no corpo de uma pessoa. Diz que tira as medidas da pessoa para quem vai fazer a roupa e corta no próprio pano. Que seu conhecimento é tipo “prático” (Diário de Campo, Faccionista 3, 4 de setembro de 2003).

Procuraremos, a partir de agora, analisar as relações com o saber e as relações de saber no trabalho domiciliar. No que diz respeito à relação de saber, Charlot (2000) coloca que é uma relação social fundada na diferença de saber, no qual cada um ocupa na sociedade uma posição diferenciada e hierarquizada com relação ao outro. Isso constitui-se também uma diferenciação do ponto de vista do aprender e do domínio de saberes. Portanto, a relação de saber é também uma relação de poder, heterônoma.

A relação de saber no trabalho a domicílio da indústria de confecção pode aparecer na relação das faccionistas e empresários, na relação entre faccionistas e as costureiras subcontratadas ou entre as costureiras que dividem lucros, e até mesmo nas relações entre as faccionistas e os mecânicos das máquinas. Essas relações por vezes reforçam e agudizam a submissão das trabalhadoras em relação ao saber, sejam as faccionistas ou as costureiras.

O mecânico pode, por exemplo, negar-se a mostrar a trabalhadora como resolver um problema simples com as máquinas, que pode ser solucionado por ela mesma caso venha ocorrer outras vezes. Assim, ele reforça o seu saber e cria uma submissão da trabalhadora em relação a esse saber pois todas as vezes que ocorrer o mesmo problema somente ele vai poder resolver.

Apontaremos, em outros momentos, exemplos de como essas relações de saber e de poder aparecem no cotidiano da trabalhadora:

A faccionista sai com o sobrinho para deixar currículo em um laboratório. Pede para aguardar com a costureira. Nesse tempo, vou conversando com ela, e pergunto sobre seu trabalho na facção. A costureira fala que também tem as máquinas em casa. Todas elas. Diz que não gosta de ficar sozinha em casa. Que suas máquinas são até melhores, mais macias, mas não gosta de ficar sozinha. Também sabe cortar, modelar e faz roupas para toda a família (...). A faccionista chega. Pergunto se fizeram algum curso. A faccionista diz que fez um curso que se chama Centezimal.

Aprende a fazer moldes, mas nunca fez. Modelagem aprendeu do modo prático. A costureira fala que fez um curso de nome Ioli. Que também aprendeu a fazer moldes, mas os moldes do Ioli ficam pegando debaixo do braço, as cavas das mangas ficam pegando, então ela faz mangas de outra modelagem (Diário de Campo, Faccionista 4, 4 de setembro de 2003).

A costureira ainda não chegou. A faccionista comenta que, ela foi na casa da sogra e que, se voltar mais cedo, vem trabalhar. Nesse momento, comenta também que as máquinas da costureira são semi-industriais e que os empresários não gostam da costura dessas máquinas (Diário de Campo, Faccionista 4, 8 de setembro de 2003).

Eu, com aquela ali²⁹, nós trabalhamos assim, eu pago ela e desde que nós começamos foi assim. Ela nem sabia costurar na fábrica, coisa assim, e ela tinha vontade de sair para trabalhar, para ganhar um dinheirinho, igual eu te falei que ela comprou muita coisa (Entrevista, Faccionista 2, 7 de setembro de 2003).

Na relação entre a faccionista e a costureira, a faccionista estabelece uma relação de saber que é fundada na diferença de saber. As duas, a faccionista e a costureira, passaram por um processo de formação similar, ambas fizeram curso e aprenderam a costurar e a modelar e trabalhavam com costura há vários anos. Até aí tudo igual. No entanto, é possível perceber que a faccionista reforça o seu saber e ao mesmo tempo a submissão, a dependência da costureira, desqualificando seu maquinário e seu saber.

Afirma, então, que a costureira nem sabia costurar na fábrica. No entanto, a mesma faccionista, como veremos adiante, vai comentar que o processo é o mesmo, seja em casa ou na fábrica, que, se a pessoa sabe costurar, dominar a máquina, é fácil, e costurar em qualquer outra máquina é um processo de breve adaptação. Ela sabe também que é mais difícil para a costureira conseguir trabalho com máquinas semi-industriais. No entanto, ela guarda essa informação e vai comentar justamente no momento que a costureira não se encontra. Então, porque assinalar que a costureira nem sabia costurar na fábrica ou que suas máquinas eram semi-industriais no momento em que não está, senão para reforçar o seu saber? Assim, ela desqualifica o saber da costeira e ao mesmo tempo mantém a costureira dependente.

²⁹ Refere-se à costureira.

No que concerne às faccionistas e aos empresários, a relação de saber aparece, por exemplo, nas questões relacionadas à gerência. Para empresários, as faccionistas não sabem gerenciar. Ainda que possuam uma compreensão de gerência, ela é insuficiente para que as faccionistas consigam desempenhar o papel de empresárias prestadoras de serviço de facção. Por um lado, isso expressa a relação conflituosa de saber entre eles; por outro, demonstra que a gerência não se aprende no cotidiano de trabalho dentro da facção.

Não, às vezes foi por desconhecimento, é por desconhecimento e falta de orientação que, na realidade, elas são muito mal orientadas e falta, muitas vezes, o que acontece, o grande conhecimento que elas têm é na parte de execução de serviço, cobra caro, sabe quanto custa, sabe o quanto ela ganha, isso ela sabe (...). Conhece todo o processo de produção, elas conseguem visualizar aquela parte operacional, mas, quando a gente começa a falar da parte legal, da parte de administração, administração contábil para essas necessidades fiscais, necessidades trabalhistas, previdenciárias, aí elas desconhecem totalmente, e o que não é só privilégio só delas. Normalmente, todo microempresário, ele não tem conhecimento legal e aí é uma coisa estrutural, mas elas não conhecem isso aí, elas não fazem (...). No geral, você pode procurar a maioria dos empresários, eu arriscaria te falar aí que em torno de noventa por cento não conhece o risco que tem principalmente na parte de pessoal. Às vezes, cometem falhas, cometem riscos, criam passivos trabalhistas por falta de orientação, às vezes, desnecessárias, mas falta mesmo aí uma orientação. E aí volta o mesmo caso da faccionista, a primeira visão é, eu tenho que contratar serviço, eu tenho que ter roupa para costurar, eu tenho que ganhar. Agora, quais as conseqüências desse meu trabalho? O que isso está envolvendo a nível de impostos? Para ver se está muito caro, isso aí às vezes a pessoa não gosta de fazer conta, eu tenho horror a contas, eu tenho horror a números, eu não gosto de ler, eu não gosto de informar, mas essa desinformação não é privilégio das faccionistas, não, isso é geral, eu, como técnico trabalhando há mais de vinte anos com isso, a gente percebe isso, a falta de interesse do microempresário, do pequeno empresário em conhecer a legislação, ele não sabe no terreno em que está pisando, ele tem interesse única e exclusivamente em vender o seu produto, em ter dinheiro no bolso. Às vezes, esse dinheiro, quando tem uma multa, uma coisa, vai tudo embora. Aí ele quieto, aí ele desiste, mas ele não foi orientado nem tampouco buscou orientação, de repente, ele nem sabia que tinha de buscar essa orientação. Porque a visão dele está focada apenas naquela referência de vender serviço e isso é... E acha que compensa correr o risco (Entrevista, Empresário 1, 14 de outubro de 2003).

Partir também do pressuposto de que as faccionistas mantêm uma *relação com o saber* no trabalho a domicílio, no trabalho desenvolvido dentro do lar/oficina, nos coloca, em primeiro lugar, que elas possuem um conhecimento que é próprio de sua profissão, um conhecimento, portanto, característico das costureiras faccionistas.

Assim, cada faccionista possui um conhecimento do processo de produção, do maquinário, das relações de trabalho, do produto, entre outros, que é diferente do conhecimento que possui uma costureira de fábrica e uma costureira particular, sendo, portanto, um conhecimento caracterizante do “ser” costureira faccionista. Essa relação identitária, na qual cada faccionista ocupa uma posição nas relações sociais, é denominada *relação com o saber*.

Segundo Charlot (2000), o saber é uma relação, um produto e um resultado da relação e interação do sujeito com seu mundo. Deste ponto de vista, as faccionistas adquirem saberes, a partir das relações estabelecidas dentro do grupo familiar, no relacionamento com outras costureiras, com empresários, nos grupos sociais que freqüentam ou nas relações de/com o trabalho. Esses saberes estão relacionados às formas de viver e vivenciar o mundo, e isso constitui também mais uma faceta da sua *relação com o saber*.

A relação com saber, como já foi colocado, é, então, uma dimensão da identidade, aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, à sua compreensão de vida, às relações com os outros, à imagem que tem de si e à que quer dar de si aos outros (CHARLOT, 2000). O depoimento abaixo constata essa dimensão.

Nunca fiz curso nenhum, depois que eu estou estudando³⁰. Você fala, igual você falou que não gosta³¹, *eu gosto*. Então, eu aprendi aquilo ali, aquilo gravou na minha cabeça, passei... Depois disso trabalhei de empregada doméstica, depois que eu fui para o hospital, depois eu saí do hospital, depois... mas *sempre eu costurava*. Pegava costura minha, roupa com lamparina, sabe, nós morávamos em Abaeté. Depois que eu aprendi, nunca mais paguei para costurar para mim não, aí eu costurava para mim, para os meus irmãos, naquela maquininha de pedal. Depois eu trabalhei no hospital, depois que eu casei aí que eu comecei a costurar para fora, sabe. Então, eu aprendi e fiquei parada, costurava muito pouco para gente. Depois que eu casei,

³⁰ O faccionista voltou a estudar depois de muitos anos parada. Concluiu no final de 2003 a 8ª série do ensino fundamental.

³¹ Anteriormente, em conversa informal durante as observações de campo, comentamos sobre os seis anos em que trabalhei como costureira na indústria de confecção. Foi perguntado pela faccionista por que não continuei no trabalho. Coloquei que o fato de não ter permanecido como costureira foi por uma questão de identificação, que sempre quis estudar, e trabalhar na confecção foi só um caminho para conseguir isso, que verdadeiramente não tinha gosto pela rotina de trabalho na fábrica; ansiava outras coisas.

sabe, que eu dediquei mais à costura. Depois, vêm os meninos também, mas, mesmo assim, toda vida, depois aí eu ganhava um menino, ficava um mês guardando o resguardo, depois de um mês eu já punha o menino num caixote lá e toda vida fui assim, sabe. Nunca paguei ninguém assim, pagava um mês, depois eu já fazia meus trem tudo e costurava e olhava os meninos e nunca, sabe, nunca tive... Esse menino meu, que era doente, passava a noite com ele no hospital, no outro dia costurava o dia inteirinho, nunca paguei ninguém para fazer nada aqui para mim, me ajudar nada em casa. Toda vida garrei, garrei no tranco, toda vida fiquei com Deus, com a Graça de Deus, que a primeira coisa é Deus, sem ele a gente não faz nada (Entrevista, faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Como Santos (2000b) elucidou, atribuímos valor àquilo que nos interessa, e, só quando ele nos interessa é que nos apropriamos dele. Assim, a aprendizagem do ofício de costureira e posteriormente de costureira faccionista tem significado para essas trabalhadoras porque está relacionado a um gostar da profissão, a uma trajetória ou história de vida e também às suas expectativas. Como a faccionista coloca: *Eu gosto. Então eu aprendi aquilo ali, aquilo gravou na minha cabeça...* Vejamos outros exemplos relacionados à trajetória de vida dessas trabalhadoras e a esse gostar de ser costureira:

A mamãe já foi ensinando a gente. A mãe, naquelas maquinzinhas antiga, então ela já foi mostrando para a gente como que era as coisas e aí deu oportunidade na fábrica, nós começamos a aprender (...) ... é que minha mãe sempre foi costureira. Minha mãe sempre quis que uma da gente fosse costureira, aí a gente entrou numa fábrica para arrematar. Então, como o patrão dessa fábrica era muito assim amigo da gente, deu oportunidade de sentar nas máquinas e aprender, e eu gostei e aí continuei. Aprendi em várias máquinas (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

A minha irmã, a mais velha, era costureira, a gente estava sempre ajudando e assim, a gente foi aprendendo. Depois, dentro das próprias firmas, sabe, você fica numa máquina, prega um zíper, depois você vai na prespontadeira, prega um bolso, certo, depois você vai lá, eles te ensinam pregar... Ah, hoje não tem ninguém fazendo isso aqui, faltou uma menina, vem cá que eu vou te ensinar a pregar uma bolsinho, mas foi assim que eu fui aprendendo (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Já tem uns vinte três anos (...) Eu já gostava de costura. Eu já costurava já. Só que eu não trabalhava em fábrica. Costurava em casa, aí depois que eu fui para a fábrica. Costurava modinha em casa, camisa, calça, *blazer* (Entrevista, Faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

A relação com o saber nos chama a atenção para a dimensão da subjetividade do sujeito que, embora esteja inserido num contexto social, tem também a dimensão do singular,

do pessoal (SANTOS, 2000a, b). Essa singularidade não é inteligível se não tomamos como referência o mundo no qual ela se constitui, se não tomamos como referência as relações cotidianas dessas trabalhadoras, seja nas suas relações de trabalho, nas suas relações com o trabalho, com a família, vizinhos, parentes, entre outros.

Assim, no que diz respeito à singularidade e ao processo de trabalho, a trabalhadora faccionista recupera subsídios de sua trajetória pessoal característicos de seus interesses, desejos e vontades, articulando-os com sua concepção de vida. Então, exprime no trabalho, dentro da facção, dentro do lar/oficina, alguma coisa que é do âmbito do singular, que é da ordem da subjetividade.

E já teve alguma vez que alguém deixou de pagar vocês ou... (...) Não, até agora não. Chega a atrasar às vezes, mas nunca. Porque a gente leva assim tudo na faixa da amizade. A gente procura, desde a primeira vez que a pessoa vem aqui, a gente já deixa a pessoa à vontade, entendeu? Já brinca com a pessoa, já... às vezes fala até bobagem, sabe, brincando. E fala como você está bonita e sempre assim. A gente procura fazer amizade. O primeiro dia que chega, conquistar a pessoa primeiro e isso tem dado muito certo. Porque o que a gente tem feito de amizade não é brincadeira, sabe. Pessoas que chegam aqui de cara fechada, repara o nosso local de trabalho, porque aqui é tudo humilde, fica olhando, de repente chega, quando é a terceira vez, já tira o chinelo, já toma cafezinho com a gente, sabe, a gente procura fazer o máximo de amizade possível com aquela pessoa, o máximo que a gente puder a gente faz (Entrevista, faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

Cativar a amizade dos empresários a partir da brincadeira, do falar bobagem, é algo que é muito singular, característico da trajetória pessoal dessas trabalhadoras, mas que se constitui como um saber. Porque elas sabem que *fazer o máximo de amizade possível com aquela pessoa*, formar laços de amizade, é uma forma de garantir que essa pessoa não venha a deixar de honrar seus compromissos, uma vez que o que está envolvido não é só uma relação de trabalho, mas também de confiabilidade entre as duas partes.

Assim, a forma como a costureira faccionista vai tangenciar-se com seu trabalho, relacionar-se com as pessoas, seja na família – já que o trabalho está muito ligado a casa –, com os empresários e outros(as) trabalhadores(as), traz algo que é próprio de cada uma e que

está muito relacionado à sua trajetória pessoal. Essa singularidade acarreta diferentes formas de vivenciar o cotidiano de trabalho, de apreender, de gerir e de organizar o trabalho.

Além do tentar cultivar a confiança e a amizade nas relações com os empresários, esta singularidade expressa-se também, por assim dizer, por meio de outros comportamentos e valores tais como o trabalhar com amor, trabalhar com qualidade, trabalhar com capricho, que se constituem num corpo de saberes que são fundamentais para essas trabalhadoras – uma vez que podem possibilitar o acesso ao trabalho, um melhor proveito das relações de trabalho, entre outros – e para o processo de produção.

Porque a gente, a gente costurando em casa a gente vê como que é, sabe, cada pedacinho de pano que você costura com amor, com carinho. Você vê, que se você fosse mais valorizada num local de trabalho, numa fábrica, às vezes você produzia mais, você conseguia assim soltar mais produção. Que o nosso caso aqui, eu mais minha irmã a gente dá muito certo, a gente não briga, a gente combina em todos os sentidos. Então, assim, a gente procura fazer o máximo possível para agradar as pessoas que a gente trabalha, então, assim, a gente trabalha com carinho, com amor, sabe, e capricho, que é o mais essencial. Portanto, a gente não fica sem serviço, sabe. São indústrias grandes que procuram a gente aqui de longe, porque eles valorizam nosso trabalho pelo carinho que a gente faz as nossas roupas, sabe, é igual eu falo. Muita gente fala: *Ah!! Vocês não têm nada porque vocês são bobas demais. Vocês ficam numa caprichação.* Eu prefiro não ter nada, sabe, e mostrar às pessoas que eu sei trabalhar. Igual, no nosso caso, a gente capricha tanto nas roupas que todo mundo: *Gente, vocês é boba. Não precisa fazer isso, não. Faz assim e assim.* Não. Eu não vou fazer. Prefiro ganhar menos, sabe, e ter nome na praça porque não falta serviço, então assim a gente vai levando (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

Bom, eu me acho uma pessoa... a avaliação que eu faço em relação ao meu trabalho é nota dez para mim. Por quê? Modesta, não. Eu sou mais... porque se não, eu não estaria nesse mercado há 14 anos. Sabe por quê? Porque a gente trabalha em cima de qualidade, se a minha nota não fosse boa, ótima, eu não estaria mais. Porque normalmente a pessoa te dá o serviço, como eu disse, eles fazem um pequeno teste com você, se agradar do seu serviço, você fica, mas às vezes você faz a primeira remessa muito bem, a segunda não. Então, eu sempre falo com qualquer pessoa que começa a primeira... a segunda depende da primeira, a terceira da segunda e daí conseqüente. Então, assim, eu me acho uma excelente profissional e sempre procuro passar isso inclusive para as que aprenderam aqui, que têm que ser assim, sabe, trabalhar com perfeição, sempre procurar fazer o melhor que se pode (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Para Santos (2000b), a relação com o saber fala da trajetória de um sujeito. A autora ressalta também que, quando lidamos com esse saber do trabalhador, podemos concluir que

essas relações que ele estabelece com o saber advêm da sua trajetória de vida, mas também de uma trajetória de exclusão de um saber legitimado.

Bom, eu fui só até a quinta série, tive que parar para trabalhar (...) Não, não porque eu tive um estudo não muito bom, não muito agradável. Porque eu era uma pessoa assim muito nervosa, então os estudos para mim não foi muito bom. Não porque eu não conseguia, sabe. Antigamente, como se diz, hoje não, hoje tem psicólogos nas escolas, qualquer coisa vai um médico, uma coisa assim, mas antigamente era muito difícil. As situações da gente, não tinha como tratar, então, eu era muito nervosa, então, meus estudos foi assim, foi passando, sabe. Eles me passavam de ano para mim não ficar na escola porque eu chorava muito, eu queria... não queria estudar. Então, foi muito difícil para mim, hoje o que eu sei é muito pouco, sei lê para mim, não dou conta de ler para uma pessoa, entendeu. Então assim, se for para mim ser uma empresária hoje, eu tenho que ter um sócio que sabe muito bem senão... o ramo para mim... hoje. Computador, para mim, isso para mim é um bicho. Porque eu não sei nada dessas coisas; portanto, eu luto muito com meus filhos para ser diferente, ser diferente, sabe (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

As trabalhadoras observadas têm em comum uma história de exclusão do ensino formal. Das quatro observadas, apenas uma, a mais jovem, havia concluído o ensino fundamental, e a mais velha estava cursando o ensino fundamental em projeto de educação de adultos.

Por tudo isso, reafirmamos o que foi colocado por Charlot (2000) de que qualquer tentativa de definir o *saber* faz surgir um sujeito que mantém com o mundo uma relação mais ampla. Portanto, a magnitude que envolve o ato de aprender levanta a necessidade de reinserir na discussão outras dimensões do sujeito, tal como o trabalho.

Trabalhar é criação, aprendizagem, desenvolvimento, dominação e aquisição de saberes. Quando, por exemplo, as irmãs faccionistas alegam dividir no processo de trabalho as tarefas da produção, e, como dizem, enquanto uma fica mais com a costura, tenta resolver os problemas da produção, a outra fica com a parte de negociação do preço das peças, de cobrança das notas e organização da quantidade de peças, na verdade, percebemos que elas estão em um processo de compartilhamento de saberes, de aprendizagem, de desenvolvimento.

Observamos que, enquanto a que está responsável pela negociação negocia com os empresários ao telefone, a outra faz brincadeiras, dizendo a palavra *positivo* e balançando a cabeça várias vezes enquanto diz a palavra, chamando a atenção da irmã no sentido de não aceitar tudo o que é colocado pelos empresários.

Por outro lado, determinados trabalhos de costura que deveriam ser resolvidos pela que fica responsável pela parte de produção acabam sendo resolvidos pela outra. Isso deixa claro que ainda que as duas faccionistas estabeleçam uma divisão das tarefas, elas se desdobram no processo de trabalho, aprendem, adquirem saberes e, com isso, passam a dominar o processo de trabalho como um todo, sendo capazes de, na ausência da outra, dar prosseguimento ao que deve ser feito, e esses saberes são importantes para suas vidas.

Assim, como colocado anteriormente, o trabalho não é só produção de mercadorias e de mais-valia, é também criação de si, de outras possibilidades, portanto, de outro mundo, de outras relações sociais. No trabalho dentro das facções, as trabalhadoras criam, aprendem, desenvolvem, dominam e adquirem saberes.

5.2. O conhecimento tácito nas relações de trabalho das faccionistas

A faccionista usa plástico para proteger os cones de linha para não ressecar e também não pegar pluma. Assim, as linhas não arrebentam (Diário de Campo, Faccionista 1, 14 de novembro de 2003).

A faccionista vai bater elástico na reta. Faz muito calor e pede para ligar o ventilador. Comenta que fica toda orgulhosa das outras faccionistas perguntarem como ela prega o elástico. Pergunto por que. Ela explica que é o jeito que segura para pregar, que não pode puxar como elas puxam e sim segurar a roupa (Diário de Campo, Faccionista 2, 1º de dezembro de 2003).

Como explicar o que é esse *não pode puxar como elas puxam e sim segurar a roupa*? Como expressar qual a medida certa para puxar ou não puxar a roupa ou o elástico? Como é possível perceber que as linhas não arrebentam se elas são protegidas com plásticos? Como essas trabalhadoras conseguiram adquirir esses conhecimentos? Conhecimentos que, a princípio, parecem uma coisa simples, mas que ganham outra dimensão quando se percebe sua importância dentro do processo de trabalho, na garantia da qualidade dos produtos do trabalho, na economia de materiais para a produção, quando se nota a dificuldade de verbalização desse conhecimento por parte das trabalhadoras, as tentativas cada vez mais frequentes de apropriação desses saberes pelo capital, entre outros fatores.

As diferenciações na organização e na produção do trabalho a domicílio, como também as formas como o conhecimento é construído, mobilizado e adquirido nesse espaço de trabalho, são muito mais complexas do que parecem à primeira vista.

Com essas questões, abrimos as discussões sobre uma das dimensões desse conhecimento das trabalhadoras, ou seja, o conhecimento tácito da trabalhadora a domicílio nas relações de e com o trabalho estabelecidas nas facções.

Como colocado anteriormente por Aranha (1997), o conhecimento tácito é adquirido pelo(a) trabalhador(a) tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral. É um conhecimento decisivo para o processo de produção. No entanto, é cercado pela dificuldade em expressá-lo de forma sistematizada, e muitas vezes também tido como algo *natural* e não fruto de um processo social de aquisição.

Aparece comumente associado a um *saber-fazer* do(a) trabalhador(a) que ele(a) não consegue expressar por palavras. O saber tácito do(a) trabalhador(a), como definido por Machado (*apud.* ARANHA, 1997), é um *saber-fazer* complementar necessário ao sistema técnico, intuitivo e não codificável.

Esse saber é utilizado no processo de produção para conseguir driblar as variações, descontinuidades, diferenças de situações e imprevistos nas diversas etapas da execução e está intimamente ligado à qualificação da trabalhadora.

A faccionista fala que a máquina está pesada, que está precisando de óleo (...) A faccionista vai encher a bobina com linha. Enche na roda por onde passa a correia que movimentam a máquina; ao lado, funciona o lugar próprio para encher bobina. Pergunto por que enche na correia. Diz que é mais rápido e que tem só uma linha, não dando para pôr para encher enquanto trabalha. Complementa: essas “manhas” a gente pega com o tempo (Diário de Campo, Faccionista 4, 5 de setembro de 2003).

A faccionista reclama que o pano às vezes estica e que fica difícil de pregar a gola. Então, passa uma costura para diminuir o tamanho do decote, fala que passar a costura faz com que o pano não ceda, fazendo o tamanho do decote se ajustar ao tamanho da gola (Diário de Campo, Faccionista 4, 8 de setembro de 2003).

Algumas peças mancharam no óleo das máquinas. O marido é orientado por uma das faccionistas a passar maisena e colocar papel por cima e depois a passar ferro quente (Diário de Campo, Faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

A faccionista tenta ajustar o ponto da máquina para pregar viés. Depois de ajustar o ponto, volta para o overloque para passar ponto cheio (Diário de Campo, Faccionista 2, 28 de outubro de 2003).

Conhecem não só sobre a costura, mas também o que é possível fazer com cada tecido. Explicam que o pano que estão trabalhando agora não pode fazer carcela³² pois elas abrem tudo, desfiam o tecido (Diário de Campo, Faccionista 1, 21 de novembro de 2003).

A linha está arrebitando muito. A faccionista coloca um pouco de silicone para ver se para de arrebitar (Diário de Campo, Faccionista 1, 17 de dezembro de 2003).

Esses conhecimentos não são expressos por palavras pelas faccionistas. Quando perguntamos o que sabem fazer, suas respostas se limitam à costura propriamente dita e ao manejo do maquinário de trabalho, o que confirma a dificuldade de sistematizá-lo.

³² Uma abertura de 15 a 20 centímetros na gola da camisa onde colocam-se botões. Utilizada também em camisas de manga comprida junto ao punho.

Assim, no processo de trabalho, as faccionistas adquirem e mobilizam uma gama de conhecimentos que nem sempre conseguem verbalizar, e por isso mesmo é necessário um olhar atento para percebê-los e alcançar sua importância para o cotidiano de trabalho.

No entanto, esses saberes não se limitam ao domínio de máquinas ou equipamentos. Muito pelo contrário, vão muito além. São conhecimentos também da gestão e da organização do trabalho.

A faccionista fala que no ritmo que está não vai conseguir soltar nem 50 peças no dia. Que o modelo que fez no dia anterior soltou 160 peças. Por essas 160 peças, vai receber R\$ 0,70 por unidade, e que nelas ganha na quantidade de peças feita por dia. Já as de hoje ganha R\$ 1,50 por peça, por serem sempre modelos mais difíceis de serem feitos. Diz que as blusas que faz para esse empresário de hoje são sempre a R\$1,50, independente do modelo, seja mais simples ou mais elaborado. Combinaram um preço único, para assim compensar as peças que são difíceis de fazer (Diário de Campo, Faccionista 3, 5 de setembro de 2003).

A faccionista está organizando o espaço e as próximas peças que vai fazer. Dobra as peças que estão prontas e separa por quantidade preparando-as para serem entregues ao empresário. Separa as próximas peças por cor, apanha as linhas que serão usadas em cada uma delas e coloca junto à pilha de peças separada. Organiza de acordo com a seqüência que cada peça vai entrar na máquina de costura, costas com frentes, mangas, assim por diante (Diário de Campo, Faccionista 2, 2 de dezembro de 2003).

... hoje, você não pode escolher serviço. Então, se você escolher, você fica atrasada, você fica para trás. Então, você tem que aceitar é o que está no ramo, é isso, é essa modinha, então, tem que fazer. Se ficar escolhendo serviço, você fica assim... as pessoas vai indo vai te largando, entendeu? Então, é o nosso caso, a gente não pode ficar escolhendo serviço e elas estão escolhendo agora, sabe. *Ah, porque está tendo muito serviço agora, agora pode escolher.* Mas eu não penso só hoje, eu penso em janeiro, fevereiro, de que futuro possa vim a encolher a produção (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

A quebra da monotonia no trabalho também é um conhecimento tácito da trabalhadora. Essas mulheres reconhecem, que para produzir mais, é necessária essa quebra, porque ninguém produz uma quantidade satisfatória, em condições insatisfatórias, ou seja, que não proporcionem bem-estar à trabalhadora, portanto, dentro de um sistema de produção repetitivo e monótono.

As faccionistas continuam a fazer as mesmas peças infantis que faziam no último dia de observação. Uma delas fala, no entanto, que no dia anterior pararam o serviço e fizeram um outro trabalho que era mais rápido e estava parado. Não agüentavam não ver sair nada da máquina (Diário de Campo, Faccionista 24, 17 de outubro de 2003).

Outra questão a ser tratada foi levantada por Santos (1997, 2000a) e Aranha (1998), que alertaram para o fato de que os(as) trabalhadores(as) têm sido chamados a incorporar seus saberes no processo de produção. As empresas³³ têm procurado apropriar-se desse conhecimento sem, no entanto, reconhecer a importância dele perante os trabalhadores.

Também no trabalho a domicílio os empresários têm buscando explicitar e apropriar-se dos conhecimentos da trabalhadora. Isso fica claro quando, por exemplo, verificamos que cada vez mais os empresários buscam as costureiras faccionistas para resolver problemas que eles não conseguem, tais como dificuldades no corte das peças, na definição de modelos, na finalização de produtos, entre outros.

A faccionista experimenta a blusa para medir o tamanho e a altura de um detalhe. O empresário dono das peças, não sabe a altura do detalhe, uma argola. A faccionista e a mãe que também é costureira medem para ver como vai ficar. A peça é toda testada e ajustada por elas mesmas durante a confecção (Diário de Campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Mais tarde vem uma empresária para acertar algumas coisas com elas. A faccionista fala que foram elas que passaram o modelo para ela, que ela não tem gosto para criar peças (Diário de Campo, Faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

A faccionista comenta que um dos empresários que passaram trabalho para ela não sabe cortar direito, que as tiras das blusas que tinham de ser de 3,5 cm ele cortou de 2,5 cm e não dava para pregar (Diário de Campo, Faccionista 1, 20 de novembro de 2003).

O modelo da saia que vão fazer foi sugerido por elas à empresária. Pegaram o modelo na casa da irmã (Diário de Campo, Faccionista 2, 2 de dezembro de 2003).

No que diz respeito à relação entre “trabalho prescrito e real”, como colocado anteriormente, nas condições capitalistas, o trabalho prescrito é determinado pela direção,

³³ Essa discussão cabe perfeitamente, uma vez que o trabalho a domicílio que tratamos está intimamente ligado ao capital e à empresa, mesmo que esta última não tenha uma constituição física concreta e tradicional.

pelos gestores da empresa, enquanto o trabalho real, o que escapa à prescrição, é realizado pelos trabalhadores no processo de produção, seja na fábrica ou no trabalho a domicílio.

O trabalho prescrito no trabalho a domicílio da indústria de confecção aparece, por exemplo, na peça piloto, nos croquis ou nos desenhos. Nesses casos, as faccionistas têm de fazer o estudo ou a leitura dos desenhos ou da peça piloto e confeccionar uma primeira peça que é apresentada ao empresário. Caso a peça esteja de acordo com as pretensões do empresário, então ele autoriza a faccionista a confeccionar mais peças.

O trabalho a ser feito, é segundo a faccionista, atípico. Tratava-se de confeccionar “peças piloto”. São quatro blusas. Diz que esse trabalho é chato porque cada peça é de um jeito e de uma cor. Então, acaba demorando muito. Segundo a faccionista, tem de “quebrar cabeça muito” para entender como deve ser feita. Como não estava em casa na hora em que as peças foram passadas, a mãe pegou o trabalho e ficou de passar para ela o *modo de fazer* (Diário de Campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Geralmente vem a piloto. Vem uma piloto, e, como a minha irmã tem mais experiência, trabalhou em fábrica, tem mais experiência com modinha, ela já sabe, ela já estuda a peça e aí já começa. E a gente começa a fechar a peça e aí dando certo vai todas (Entrevista, Faccionista 2, 15 de outubro de 2003).

A prescrição também manifesta-se na moda, já que as peças acompanham determinadas tendências de cores, de modelos, entre outros. Essas prescrições são também determinadas, em última instância, pelos empresários das fábricas, já que é deles a opção de seguir ou não a moda.

Precisamos deixar claro, entretanto, que a prescrição sempre existirá, mesmo num trabalho mais autônomo como é o caso do trabalho a domicílio. A própria trabalhadora a domicílio, na organização do seu trabalho, traça algumas prescrições, como, por exemplo, antes de levar as peças para as máquinas, observa o corte e planeja, ainda que mentalmente, quais caminhos a peça vai seguir durante a confecção. Esses planejamentos possibilitarão às faccionistas atingir de forma mais satisfatória seus objetivos.

No trabalho real, no entanto, a trabalhadora escapa a essas prescrições. As incertezas técnicas e organizacionais do cotidiano do trabalho levam a trabalhadora a adaptar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. A trabalhadora, então, modifica o conteúdo do trabalho, as tarefas, a utilização do maquinário, entre outros fatores. Deixando evidente a distância que existe entre o que é prescrito e o que acontece realmente (SANTOS, 1997, 2000a/b; ARANHA, 1998 e DURAFFOURG, 1998).

Essa distância entre o trabalho que é prescrito e o que é realmente realizado é perceptível quando é enviada uma peça piloto, ou um croqui, mas as faccionistas fazem de outra forma, porque consideram que aquela outra forma é melhor para realizarem o trabalho ou porque o produto terá um melhor resultado feito daquele jeito.

A faccionista e a mãe “quebram cabeça” para ver como é feita a blusa. Diz que a peça é muito feia e fala que tomara que o empresário da confecção não goste porque é difícil de ser feita. A faccionista tenta se concentrar na peça que tem de ser feita. Fala que *o corte não ajusta e que vai ter de tirar pedaço para dar certo*. Durante o tempo em que é confeccionada a “peça piloto”, a mãe fica atenta para ver como está sendo feita (Diário de Campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

A faccionista fala que mudam o jeito de fazer alguma peça quando elas acham que o jeito que foi feita a “peça piloto” não ficou legal. Se a empresária não reclamar, elas continuam a fazer assim (Diário de Campo, Faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

A faccionista fala que as peças de tecido que estão fazendo anteriormente eram todas de acabamento com costura. Até que um dia aprenderam com um primo a queimar as pontas do tecido com vela, o que dava um acabamento mais fino às roupas. *Elas fizeram a “peça piloto” queimada e levaram para a empresária*. A empresária adorou o trabalho e pediu para elas ensinarem para as funcionárias da fábrica e para as outras faccionistas como faziam. Desde esse dia, passaram a fazer as peças queimadas e não com costura (Diário de Campo, Faccionista 2, 2 de dezembro de 2003).

No trabalho real, também as prescrições traçadas pela faccionistas nem sempre se concretizam. Muitas vezes no processo de trabalho, as peças tomam caminhos diferentes do que é planejado ou não é possível fazer como foi planejado.

As duas tentam terminar as blusas. A faccionista fala com a mãe que emendou as peças errado. Que os modelos são feios. A mãe explica como é para ser feito e fala que ela deve primeiro passar uma costura na reta antes de levar à overloque. A faccionista insiste que dá para fazer só na overloque (...). A faccionista ainda não conseguiu fechar a peça, chama a mãe para olhar porque não está dando certo. A mãe fala que ela terá de desfazer e refazer tudo outra vez. Fala que ela comeu na blusa³⁴, por isso não deu certo, e que, se tivesse feito do jeito que ela falou, não daria nisso. A mãe senta então na máquina de costura para arrumar a blusa. Da primeira vez que senta para costurar, a blusa dá certo. A faccionista ri. Diz, pelo fato de a mãe ter acertado de primeira, que ela é “*cagona demais*”. A mãe retruca e diz que, se ela tivesse feito do jeito que foi falado, teria dado certo também da primeira vez que fizesse. A faccionista dá graças a Deus por ser a última peça piloto (Diário de Campo, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Como colocado por Santos (2000b), há sempre um espaço entre aquilo que é da ordem da prescrição – sendo essa prescrição um plano organizado pelo próprio sujeito e ou por outrem – e a realização desse plano. Portanto, a realização não é idêntica à prescrição, mas permeada pelo imprevisto, e apontando sempre para novos elementos e novas realizações.

Essa discussão abre espaço para as colocações de Schwartz (1996, 2000, 2001), que trata esse espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho verdadeiramente realizado pelo(a) trabalhador(a) como um espaço no qual o(a) trabalhador(a) experimenta um determinado *uso de si* recriando o que estava, supostamente, antecipado.

A atividade de trabalho, sendo ela desenvolvida na fábrica ou no trabalho a domicílio, envolve sempre um *uso de si*. *Uso de si* pelos outros, por meio das normas, prescrições e valores constituídos historicamente e *uso de si* por si, uma vez que as trabalhadoras renormalizam as prescrições e criam estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio.

Piloto é uma peça que eles trazem para fazer igual, igual a ela. Aí eu olho o jeito que ela é, o jeito que... qual processo primeiro que eu faço nela, o que faz, e olho do meu jeito, o jeito mais fácil. Que às vezes a piloto é um jeito mais complicado de fechar e tem o meu jeito mais fácil de fazer (...). Aí vou e faço, vejo o jeito que é os processos dela e fecho. Agora, quando eles não trazem piloto, aí já é mais difícil, porque eles explicam do jeito deles, aí a gente tem que se virar, de ver o jeito que faz, aí você faz de um jeito e dá errado, aí você desmancha, faz de novo, às vezes você fica até uma

³⁴ A faccionista tirou na navalha da overloque mais do que devia.

hora só fechando uma piloto, e aí por isso que eu não gosto de pegar sem uma piloto, sempre tem que ter uma piloto (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

No trabalho, as trabalhadoras criam, recriam, aprendem, ensinam, desenvolvem, dominam e adquirem. Isso porque dispõem de recursos e capacidades infinitamente mais vastas que as que são explicitadas ou que são requeridas nas tarefas cotidianas do trabalho. As trabalhadoras não, são portanto, algo no qual inscreve-se e posteriormente reproduz-se ou executa-se tranqüilamente os atos de trabalho. O *uso de si* é o lugar da tensão, o lugar dos possíveis, da negociação (SCHWARTZ, 2000).

Assim, o espaço entre trabalho prescrito e trabalho real é preenchido pelo conhecimento da trabalhadora, a partir de uma articulação entre conhecimentos teóricos e práticos com suas experiências acumuladas no processo de trabalho ou na vida social. Sendo, portanto, o conhecimento tácito da trabalhadora a fonte de conhecimentos no qual se alimenta o trabalho real para resolver as incertezas do cotidiano do trabalho.

No que diz respeito à relação trabalho concreto/trabalho abstrato, a trabalhadora a domicílio, pelas condições dadas pelo modo de produção capitalista, vê-se como força de trabalho abstrato e vislumbra o ato de trabalho enquanto mercadoria que se troca. As trabalhadoras pressentem que o trabalho a domicílio é totalmente subordinado ao capital, e de que há então uma preponderância do capital. As trabalhadoras domiciliares da indústria de confecção possuem e controlam os meios de produção. No entanto, dependem dos empresários que passam o feitio das peças e efetuam o pagamento por peças confeccionadas.

A faccionista não está em casa, foi passear com o filho. Sou atendida por sua mãe. Ela fala que faz muitos dias que a faccionista não consegue trabalho e que acha que isso é pela mudança de tempo, já que os últimos dias começou a chover e o tempo esfriou novamente (Diário de Campo, Faccionista 3, 16 de setembro de 2003).

Como tem faltado trabalho, faço contato constantemente por telefone para ver como está o andamento. Em um dos contatos, a faccionista diz que conseguiu algumas blusas para fazer, mas só umas 30 peças e que isso não dá nem um dia de trabalho. Fala que o trabalho está muito parado. Já faz mais de duas semanas que não tem

trabalho. Nos anos anteriores, nessa mesma época, estava trabalhando muito. Uma empresária tinha falado em levar algumas peças para ela fazer, como esta empresária ainda não tinha acertado o último trabalho, a faccionista disse que só pegava se fosse feito o acerto. A empresária ainda não havia procurado por ela (Diário de Campo, Faccionista 3, 25 de setembro de 2003).

Assim, estão imersas em relações de exploração, relações nas quais empresários, gestores, entre outros, extraem a mais-valia, o lucro, em cima do trabalho dessas mulheres.

A faccionista levanta e mostra o conjunto infantil que vão fazer. Diz que é do mesmo empresário que tinha trazido antes as outras roupas infantis. Trouxe um conjunto similar ao anterior. O empresário paga R\$1,50 por conjunto. Demoraram mais de uma semana para fazer os conjuntos anteriores e receberam pouco mais de R\$300,00 para ser dividido entre as duas faccionistas e ainda tirar as despesas com material, energia, desgaste de máquina – o feito dessas peças desgasta muito o maquinário; na última remessa, foi preciso inclusive trazer mecânico para revisão, e ele as aconselhou a não pegarem esse tipo de roupa para costurar, porque danificava muito as máquinas. A faccionista diz, então, que, se tivesse pegado outras roupas, teriam ganhado por volta de R\$700,00 (Diário de Campo, Faccionista 2, 27 de outubro de 2003).

Tudo isso se inscreve dentro de uma lógica capitalista e traz como implicação a não-diferenciação dos diversos tipos de trabalhos individuais. No trabalho a domicílio, não existe uma homogeneidade com relação ao processo de trabalho e à organização da produção nas facções. Estas vão variar de acordo com o número de pessoas que estão envolvidas, com as relações que coexistem no seu interior, com o modo como conhecimento é mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora no processo de trabalho e nas relações sociais. No entanto, essa singularidade está subsumida à abstração que é feita cotidianamente e que tenta neutralizar as diferenças.

Deparamo-nos, assim, com a busca da eliminação da individualidade e a tentativa de eliminar o que é da ordem da subjetividade das trabalhadoras, dentro de um processo de uniformização no qual todas as trabalhadoras são consideradas iguais dentro de relações estabelecidas no mercado. Sendo assim, o que determina o valor trabalho não é a qualificação de cada uma dessas trabalhadoras, a sua relação específica com o trabalho e seu produto, e sim a fria lógica da produtividade, ainda que com a busca permanente da qualidade.

E com relação a essa questão de preço, como é definido? Porque você fala que mais ou menos sabe, como que é esse... Mais ou menos assim uma tabela, mais ou menos, não existe essa tabela não. É mais ou menos o preço de mercado, você sabe? Uma camisa gira em torno... de tecido, não... de malha, gira em torno R\$1,00, R\$1,20, R\$1,50, uma blusinha gira em torno de R\$0,70 a R\$1,00 Se for uma blusinha bem trabalhada, R\$1,50 (Entrevista, Empresário 2, 13 de outubro de 2003).

Entretanto, essas trabalhadoras, mesmo inscritas na lógica capitalista, terão, em relação às trabalhadoras das fábricas, uma importante diferenciação que deve ser considerada. Essa “nova” relação de trabalho vai proporcionar, pelo menos nos períodos de demanda maior de trabalho, que elas possam travar negociações por melhor pagamento de sua força de trabalho, conseguindo, em alguns casos, elevar o preço pago por peça pronta, ou seja, essas mulheres possuem um certo poder de negociação e de barganha.

Assim, a dimensão concreta do trabalho apresenta-se quando a trabalhadora transgride a lógica imposta pelo trabalho abstrato, seja por meio de atos de criação, ou por intermédio de atos de resistência à exploração. O trabalho é, então, apreendido como produção de gestos e ações que se inscrevem nos objetos, produto de suas capacidades pessoais. O cotidiano de trabalho exige a manifestação de novas capacidades, formas de inteligência diversas, indispensáveis à produção. Assim, o conhecimento tácito da trabalhadora vai potencializar essa tensão entre trabalho concreto-abstrato no processo de trabalho.

Essas trabalhadoras também não deixam, portanto, de serem produtoras concretas de valores de uso concretos. Isso porque o ato de trabalho é também obra de homens e mulheres concretos que mobilizam suas capacidades na produção de objetos úteis e variados – no caso específico das facionistas, a confecção de vestimentas.

5.3. Qualificação e saber no trabalho a domicílio

As peças foram cortadas maiores. A faccionista fala que terá de ajustar o corte. Diz que é comum o corte desajustado. Segundo ela, há peças que não têm nem como arrumar. Às vezes, o trabalho é atrasado por defeito no corte. As peças produzidas anteriormente também estavam com defeito no corte³⁵. Faz os ajustes com a própria tesoura. Pergunto se sabe modelagem, já que faz esses ajustes nos cortes. Diz que aprendeu modelagem vendo as peças cortadas que faz na facção, que faz moldes a partir dessas peças. Por exemplo, caso queira fazer um vestido, ela pega a parte de cima de uma blusa e com esse molde da blusa³⁶ completa a parte de baixo fazendo o vestido. Segundo ela, no final tudo dá tudo certo. Diz que a maioria de suas roupas é ela mesma quem faz, que isso fica mais barato (Diário de Campo, Faccionista 3, 21 de agosto de 2003).

Tratamos, anteriormente, a complexidade que envolve o conceito de qualificação. Trouxemos discussões que apontavam duas das perspectivas nas quais tem sido analisada a qualificação do trabalhador. A primeira, reduz a qualificação a um conjunto de saberes técnicos adquiridos nas escolas formais e no ensino profissionalizante e a alguns atributos, que são requeridos ou determinados pela atividade ou pelo posto que o(a) trabalhador(a) irá executar ou ocupar, excluindo, portanto, fatores importantes para o processo de produção, como o conhecimento do(a) trabalhador(a).

Na segunda, a qualificação não se restringe aos saberes adquiridos pelos trabalhadores no ensino formal. Esses conhecimentos técnicos adquiridos dentro dos espaços formais são importantes e necessários, mas não são únicos. Consideram-se também extremamente importantes os conhecimentos relacionais produzidos nas relações sociais entre familiares, amigos, vida comunitária, nas relações construídas entre trabalhadores e seus companheiros, seus encarregados, seus patrões, o conhecimento produzido no próprio espaço de trabalho e com o trabalho, entre outros (VILLAVICENCIO, FERRETI *apud*. ARANHA, 1997).

Portanto, nessa segunda visão, a qualificação é considerada não como uma lista de atributos, mas um conjunto de relações sociais, inseridas e construídas na história de vida e de formação de cada homem ou mulher.

³⁵ É considerado defeito no corte quando partes das peças cortadas são maiores ou menores que as outras partes. Isso ocasiona que, quando a peça for emendada, haverá sobra de tecido, dificultando o próximo passo na confecção da peça e fazendo a peça ficar torta na hora da finalização.

³⁶ No caso, a peça que vai cortada para ser confeccionada.

Com relação à trabalhadora a domicílio, no que diz respeito a essa discussão sobre a qualificação, se tomarmos a qualificação como tempo de formação contínua e formalizada oferecida por escolas, sejam formais ou profissionalizantes, se aceitarmos a distinção entre a experiência – o saber fazer da trabalhadora – e formação escolar – os saberes e conhecimentos formalizados – e reduzirmos a qualificação a determinados atributos, diríamos, então, que essas trabalhadoras domiciliares não poderiam ser consideradas qualificadas. Isso porque o tempo de permanência nas escolas formais, assim como o acesso aos cursos profissionalizantes, é restrito para essas mulheres.

No entanto, não compartilhamos dessa visão. Acreditamos que, do ponto de vista do conhecimento não formalizado, adquirido no processo de trabalho, nas relações sociais, no convívio familiar, é inquestionável a qualificação dessas trabalhadoras. É isso que nos propomos discutir de agora em diante.

5.3.1. Qualificação e tecnologias no trabalho a domicílio

Enquanto vai passando as golas, pergunto quem a ensinou a trabalhar na goloneira. Diz que aprendeu sozinha, costurando, mexendo, tanto na ga loneira quanto na overloque. Que comprou as máquinas e começou a costurar. Que o processo é o mesmo, que, se a pessoa sabe de costura, dominar a máquina é fácil, costurar nas outras máquinas é um processo breve (Diário de Campo, Faccionista 4, 8 de setembro de 2003).

O determinismo tecnológico, que associa a qualificação da trabalhadora à detenção de determinados conhecimentos e qualidades necessários para lidar com os novos equipamentos, está longe de elucidar a realidade do trabalho a domicílio, como veremos.

Os processos de modernização, introduzidos pela reestruturação produtiva na indústria de confecção, como colocado anteriormente, foram marcados principalmente por um intenso

processo de terceirização da produção e pelo aproveitamento de outros espaços de produção. Essas alterações e suas inovações trouxeram novas exigências de qualificação e requalificação das costureiras que atuarão dentro desses novos modelos de organização da produção e do trabalho.

Entretanto, vale primeiro salientar que é falsa a idéia de que com essa nova forma de organização estariam suplantadas as organizações assentadas no modelo taylorista/fordista de produção.

Existe também no trabalho a domicílio uma coexistência entre características tayloristas/fordistas com os novos paradigmas de organização, o que também, por sua vez, tornam as análises ainda mais complexas. Por um lado, a produção ainda é ajustada aos critérios de quantidade e de rendimento, características claras do taylorismo/fordismo. Por outro, a própria transferência para outros espaços além da fábrica, a produção feita por peça e a pouca fragmentação do processo produtivo mostram-se características da acumulação ou especialização flexível. Assim, nos deparamos, então, com uma simultaneidade dos modelos.

Ainda assim, a nova organização, ao transferir a produção para outros espaços, como o domicílio, proporcionou, por um lado, o rompimento da relação uma trabalhadora/uma máquina característica do modelo fordista de produção, e, por outro, conseqüentemente, a formação de trabalhadoras polivalentes, multifuncionais e qualificadas para o trabalho. Essa constatação, como levantada por Hirata (2000), contradiz as análises de alguns estudiosos do trabalho como Braverman (1994), que acreditavam num processo progressivo e inelutável de desqualificação dos trabalhadores advindo da contínua renovação tecnológica.

Contradiz também a crença de que os processos de informalização acarretariam conseqüentemente a precarização e desqualificação do trabalhador como um todo. Isso porque, pelo menos no que diz respeito à costureira faccionista, provocaram sim a precarização das relações de trabalho, mas não provocaram, como estamos apontando, a

precarização do conhecimento mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora faccionista no processo de trabalho.

Com o trabalho domiciliar, as faccionistas recuperam parte do poder de negociar e a reapropriação do saber global do que é produzido, perdido dentro das fábricas com o taylorismo/fordismo. As costureiras montam a peça toda, fugindo à extrema fragmentação de tarefas imposta no processo industrial de confecção. Possuem uma noção bastante precisa do processo de trabalho como um todo e uma alta qualificação – dentro do que entendemos qualificação –, geralmente adquirida na prática.

Coloca-se, então, a complexa relação entre a tecnologia e a qualificação da trabalhadora. Como apontado por Duraffourg (1998), o reconhecimento da competência dos(as) trabalhadores(as) constitui a pedra angular das relações entre técnico/econômico/social. Vejamos o que encontramos sobre essa relação no que diz respeito ao trabalho a domicílio na indústria de confecção:

O empresário diz que cidades como Formiga têm se concretizado como cidades prestadoras de serviços na área da confecção, com inúmeras facções que prestam serviços inclusive para cidades como São Paulo. Essas facções são registradas e com funcionários contratados. O empresário encaminha trabalho para uma das facções desta cidade. Pergunto por que não deixar os trabalhos em Divinópolis. Fala que aqui tem esbarrado em dois problemas. O primeiro é a questão da *informalidade*. O outro é a *qualidade*. Ele fala que as costureiras faccionistas de Divinópolis têm investido pouco, *não têm se preparado, feito cursos de qualificação profissional* e têm investido pouco em *maquinário de qualidade* (Diário de Campo, Empresário 2, 6 de outubro de 2003).

Assim, no que concerne à tecnologia, as costureiras faccionistas não possuem um maquinário inovador. Entretanto, mesmo as que afirmam não terem feito qualquer tipo de curso de qualificação, do ponto de vista da execução do trabalho possuem, uma relativa autonomia. Essas trabalhadoras, apesar de não usarem uma tecnologia de ponta, mobilizam um conjunto de saberes maior, com certeza, do que aquele que mobilizariam no trabalho dentro de uma empresa.

Na fábrica, geralmente a pessoa tem um serviço. Na maioria das fábricas, trabalha numa máquina só. E a questão de quem trabalha em casa tem que saber de tudo, que às vezes para trabalhar em fábrica não precisa de saber de tudo (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

A questão, portanto, é que não há uma linearidade entre qualificação e tecnologias. A qualificação, ao contrário de constituir-se numa lista de atributos específicos adquiridos em cursos profissionalizantes para lidar com uma determinada tecnologia, é uma relação complexa entre sujeito-conhecimento-condições de trabalho.

Discutir essa relação entre qualificação e tecnologias nos leva também a procurar compreender a necessidade ou não de um patamar maior de qualificação do ponto de vista técnico, organizacional e gerencial para os exercícios das atividades dessas trabalhadoras no trabalho a domicílio. Para trazer essa discussão, vejamos primeiro como é tratada a questão das qualificações na fábrica, a partir das necessidades dos empresários:

E que tipo de trabalhador envolve a produção dentro da fábrica? E qual é o perfil em termos de escolarização, idade, tipo de atividade, se a atividade é manual ou intelectual, tipo de qualificação exigida? No caso da produção, é mais afinidade pessoal e conhecimento do equipamento de trabalho, da máquina que trabalha. Agora, aí, já não tem uma exigência de formação escolar bem qualificada, porque nesse caso é mais o conhecimento prático mesmo. Daí, nas áreas administrativas, hoje praticamente a metade são universitários, dentro da produção a gente tem alguns estagiários que vêm do CEFET. Tem o pessoal de linha de chefia. Eles participam de treinamento, que a gente paga os treinamentos via FIEMG, via SEBRAE e no caso interno. Normalmente, o funcionário, ele entra na parte mais elementar que é a parte de arremate, daí, dependendo do interesse dele, ele torna-se ou costureiro, ou cortador, isso depende da vontade de cada um, aqui a gente tem formado bastante pessoas nesse sentido. Eles entram, sem conhecimento nenhum, e depois dependendo da vontade, eles vão aprendendo e vão assumindo novas funções dentro da empresa (Entrevista, Empresário 1, 14 de outubro de 2003).

Utilizando a mesma referência, vejamos agora o que é requerido da trabalhadora a domicílio:

No nosso caso, a gente tem uma pessoa que está constantemente visitando as faccionistas, conversando, levando até o próprio *know-how* de dentro da empresa para lá. Quando algumas situações, a própria faccionista vem dentro da empresa para

ver como que faz, porque a questão da *qualidade* hoje é uma exigência do consumidor. Como a faccionista ela ganha pela quantidade, então, há uma tendência dela querer produzir muito, e, nesse excesso de produção que ela quer fazer, a qualidade tende a cair, e o que a gente tem trabalhado é mostrar a necessidade que tem de manter o produto no mesmo processo que todas as vezes que ela faz e a gente tem... (...) Conhece todo o processo de produção. Elas conseguem visualizar aquela parte operacional, mas quando a gente começa a falar da parte legal, da parte de administração, administração contábil, para essas necessidades fiscais, necessidades trabalhistas, previdenciárias, aí elas desconhecem totalmente e o que não é só privilégio só delas, normalmente todo microempresário ele não tem conhecimento legal e aí é uma coisa estrutural, mas elas não conhecem, isso aí elas não fazem... (Entrevista, Empresário 1, 14 de outubro de 2003).

O ponto de vista de um outro empresário também:

Muitas pessoas pegam facção, fala assim: *A peça não é minha, não sou eu que vou vender, então eu quero ganhar é produção, eu ganho pouco, eu quero ganhar é na produção.* Então, quer dizer, pega cem peças, ela ganha por produção, ela faz aquelas cem peças num dia. Então, ela não tem controle de qualidade nenhum, a hora que chega no final que ela te entrega, ela te entrega as cem peças num dia, daquelas cem peças você tira umas vinte, trinta, as outras setenta estão com defeito, é defeito mínimo mas que na hora... Eu pegar um montante de cem peças é coisa mínima para mim, mas para mim vender uma a uma, cliente a cliente, ele vai reparar os mínimos detalhes na peça. Aí, a peça vai para o LD³⁷, entendeu? Então, eu acho que vai muito da consciência da... Eu acho que assim, de quem está fazendo a facção naquele momento, da consciência dela. Se ela está vendo que aquilo ali está errado, ela pára ou liga para a pessoa ou faz mais devagar ou faz com um pouquinho mais de carinho (Entrevista, Empresário 2, 13 de outubro de 2003).

Trouxemos as discussões sobre a fábrica para mostrar a diferença na exigência de qualificação dessas trabalhadoras, das que vão atuar na fábrica e as que vão atuar nas facções. Na fábrica, é exigido um conhecimento bem específico, ligado à atividade que estarão exercendo. No caso das costureiras, é exigido o domínio do equipamento e o conhecimento específico da parte do processo de produção que lhes cabe.

Em ambos os casos, a qualificação formal exigida é pequena. No domicílio no entanto, é demandada uma qualificação real maior pela exigência do processo de produção. Mas há também um outro aspecto importante: existe um cuidado maior com o controle de qualidade do trabalho das faccionistas.

³⁷ Leve defeito.

Na facção, consideram que as trabalhadoras devem ter uma produção em quantidade satisfatória, garantir a qualidade dos produtos, compreender, ainda que minimamente, de administração, tanto da área contábil como fiscal, trabalhista, previdenciária, entre outras. Um processo que na fábrica é pulverizado e ocupado, por vezes, por pessoas de nível universitário. Então, nós colocamos as perguntas: em que medida, isso é realmente necessário? E possível?

Discutimos, anteriormente, a questão de o mercado de trabalho na atualidade ser formado por um mosaico de relações e de condições de trabalho. Por um lado, formado por setores de ponta, com uso intensivo de tecnologias avançadas e mão-de-obra extremamente qualificada do ponto de vista tecnológico. Como também, por diversas outras formas de trabalho onde não há tamanho uso de tecnologias, e que aparecem freqüentemente outras formas de trabalho, como o precarizado e desregulamentado.

As trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção então inseridas neste último. São trabalhadoras utilizadas dentro de um processo de terceirização, em um trabalho desregulamentado e precarizado. Consideradas como uma mão-de-obra desqualificada, dentro de um padrão de atributos definidos pelo capital – como é possível perceber em citação anterior do Diário de Campo, quando o empresário refere-se à questão da informalidade e da *qualidade*. Isso, no entanto, é questionável, primeiro tendo em vista o caráter unidimensional e pouco profundo ao qual é reduzido o entendimento do que venha a ser qualificação. Segundo, porque ignora as qualificações reais dessas trabalhadoras.

Às vezes, a máquina descontrola um ponto, quebra uma agulha, essas coisas é coisa que a gente mesmo faz. Agora, às vezes, desregula alguma peça, alguma coisa que não quer costurar mesmo, aí chama o mecânico. Mas a regulagem de um ponto, a agulha que quebra igual na costura reta, uma bobina, o parafuso bambeia, às vezes, dá para arrumar em casa, trocar uma navalha tipo da overloque. Mais difícil assim de mexer para você, sem chamar mecânico, é galoneira, é mais complicado (...) *Você entende mais ou menos um pouco da questão do funcionamento das máquinas, da questão de onde está cada coisa se o mecânico fala é defeito em tal lugar, você sabe, entende que o defeito é ali mesmo se... (...)* Sei porque, sempre que tem que chamar o mecânico, eu estou olhando e questionando, para ver o que está fazendo, o que

precisa de fazer, porque aconteceu, estou sempre questionando. Eles cobram caro, então tem que pelo menos saber o que eles estão arrumando, o que eles estão fazendo (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Eu costumo, para andar mais depressa, separar as cores. Separo já os pedaços direitinho, faço uma, duas, três cores e, se for só overloque e galoneira as peças, eu faço três cores na overloque, depois vou, faço acabamento, aí elas já ficam prontas. Que, se a pessoa ligar, elas já estão prontas. Depois que eu pego outra cor, porque fechar tudo primeiro, depois não rende muito o serviço, não, faço três, quatro cores primeiro e já acabo elas e depois pego outras cores (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Pois, então, é porque é o que eu falo com você, eu não acho difícil trabalhar numa fábrica porque eu sei fazer qualquer tipo de roupa, isso eu não acho diferença trabalhar lá, a diferença é só porque nas fábricas eles gostam de fazer correndo, e na minha casa eu trabalho do jeito que eu quero. Mas às vezes tem muita gente lá na fábrica que pode ter mais produção do que eu, mas se puser uma roupa para cortar, aquela pessoa cortar ou para ela montar toda, ela não dá conta e eu dou. Então, é assim tem umas diferenças, que na fábrica eles é esperto, mas não sabe o que eu sei (Entrevista, Faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Assim, o trabalho a domicílio não possui, do ponto de vista tecnológico, grandes inovações. No entanto, é constituído por trabalhadoras que detêm um expressivo conhecimento sobre as suas atividades de trabalho como também de gestão e organização. Portanto, a linearidade novamente não se coloca porque a precarização das condições de trabalho não significou uma precarização dos saberes e da qualificação das trabalhadoras.

O trabalho a domicílio tem exigido uma qualificação profissional diferenciada das trabalhadoras que estarão envolvidas nesse processo informal de trabalho. Portanto, não são trabalhadoras desqualificadas como quer fazer crer o capital e sim inseridas num processo de trabalho que mobiliza outros conhecimentos, que ainda não têm o reconhecimento que deveriam ter.

Por fim, como colocado por Aranha (1998), uma vez expressas a complexidade e a contraditoriedade que envolve a relação entre tecnologia e qualificação, é falsa a idéia de uma aritmética entre nível de tecnologia empregada e nível de qualificação das trabalhadoras.

5.3.2. Reestruturação produtiva, formação profissional e qualificação da trabalhadora a domicílio

Pergunto como tem sido formada a mão-de-obra da indústria de confecção. A faccionista diz que o processo de formação das costureiras tem se dado nas próprias facções, porque as fábricas não aceitam costureiras sem experiência. Fala que, mesmo sabendo costurar em todas as máquinas, não conseguiu emprego no final do último ano, período de grande demanda de trabalho, porque não tinha experiência comprovada em carteira. Assim, teve de permanecer trabalhando com a facção. A mãe diz que está tendo uma quebra no ciclo de formação das costureiras. Anteriormente, as próprias fábricas se encarregavam dessa formação. Hoje em dia, se a pessoa não tem uma amiga que trabalhe com facção, que se disponibilize a ensinar, ou então consiga entrar em cursos do tipo SENAI, não aprende a costurar. Depois, ainda tem a dificuldade de conseguir colocação, tendo em vista que tem muita costureira, com experiência, desempregada. Então, as fábricas não aceitam costureiras sem experiência comprovada em carteira. Com isso, poucas pessoas têm se interessado a aprender a costurar (Diário de Campo, Faccionista 3, 21 de agosto de 2003).

Como tem se dado a formação da mão-de-obra na indústria de confecção? Essas discussões acerca da qualificação da trabalhadora envolvem não somente a escolarização nas instituições de ensino formal, nos cursos de formação profissional, mas, como colocamos, o reconhecimento de um conhecimento produzido pela própria trabalhadora.

Essas trabalhadoras percebem-se como produtoras de um determinado saber, e esse saber é indispensável à produção. No entanto, não conseguem perceber uma relação, ainda que ela exista, entre esse saber, a formação nas instituições de ensino formal e sua qualificação. Não conseguem também traçar uma relação entre o trabalho e os conhecimentos adquiridos na escola formal.

Não. Não ajuda, não. Só assim a matemática para somar o dinheiro (...) Porque, se eu não soubesse nada de matemática, como que eu ia fazer soma (...) De valor, de conta, disso (...) O valor da peça, quantas, multiplicar o valor de peça, de quantas que eu fiz, saber quanto que eu vou receber, somente isso. Agora, a questão de ajudar alguma coisa que eu estudei em questão à costura não tem nada a ver uma coisa com a outra (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Não ajuda nada, não, o que eu já sabia, o que eu trabalhei toda vida deu para mim trabalhar para mesma coisa. Não mudou nada, não. Igual eu comecei o ano passado a estudar, estudo é aquele, uns fala é acertando o passo, outros fala... mas nunca atrapalhou, não, o que eu já sabia já dava para mim trabalhar toda vida. Estou estudando é porque eu estava muito sozinha, meu marido estava trabalhando em Nova Serrana, aí eu ficava sozinha, o menino vai namorar, eu ficava sozinha aqui, aí eu fui para escola, resolvi voltar a estudar, mas nunca me fez falta para o que eu trabalho, meu jeito de trabalhar, a leitura que eu tinha me serviu sabe (...) Porque, por exemplo, o que eu faço não gasta leitura, gasta só prática, o serviço que eu faço não gastava leitura assim mais do que eu sei, gastava só a prática e sabia fazer a roupa assim. Porque o estudo que eu estou fazendo... noutro dia meu menino falou assim: *Mãe, a senhora pode estudar que depois a senhora pode fazer um concurso em Prefeitura para trabalhar num grupo*. Eu falei: *Nada, não quero mexer com isso não, só quero fazer a 8ª série, acabar esse ano e vou parar, não quero mais nada, não, está bom demais*. Também eu não gostava de mexida com escola, depois que eu resolvi ir só para ocupar, um meio, assim, de a gente não dar depressão, para gente não ficar muito parada, doente, uma atividade diferente (Entrevista, Faccionista 4, 7 de setembro de 2003).

Porque às vezes você aprende uma coisa lá e o que faz aqui na facção não tem nada a ver com o que você estuda matemática, português, sabe? Não tem nada disso, não. A única coisa que te ajuda é só na soma na hora que você for fazer acerto. Só isso, sabe? No português, normalmente assim, você conversa e tudo, você conversa normal. Que te ajuda é, assim, se você precisar conversar com um empresário, você sabe conversar. Se você precisar conversar com uma faxineira, eu sei conversar com ela. Vou usar certas palavras com faxineira, mas a mesma que eu uso aqui eu não vou usar com a pessoa que eu preciso lá pedir um serviço, a diferença que ajuda é só isso, nada mais (Entrevista, Faccionista 6, 15 de novembro de 2003).

Ainda assim, mesmo não vendo uma relação estreita entre a educação formal e seu trabalho, ela é tida para essas trabalhadoras como o caminho essencial de acesso ao emprego com carteira assinada. Para elas, a educação escolar confere a formação exigida para o ingresso no mercado de trabalho formal. Do contrário, como explicar que a mãe faccionista diga que *ama o que faz, no entanto, não quer que a filha faça o mesmo, quer que ela estude*.

A faccionista fala que no próximo ano vai começar a ensinar a ajudar na facção, pelo menos umas duas horas por dia. Acha que a filha vai aprender sem muito esforço, a menina já sabe fazer a máquina funcionar e fica olhando tudo que a mãe e a tia fazem. A mãe não gosta que ela mexa porque tem medo de ela se machucar; ainda é muito pequena. Tanto a tia quanto a mãe querem que a menina estude e faça faculdade, não fique trabalhando de costureira como elas (Diário de Campo, Faccionista 2, 28 de outubro de 2003).

Entretanto, como foi colocado anteriormente, o fato de as ocupações estarem sendo cada vez mais preenchidas por trabalhadores com maior qualificação formal em detrimento daqueles com menor qualificação formal refere-se muito mais ao estímulo da oferta do que a

uma demanda por mão-de-obra em empregos de maior qualificação. Portanto, não existe uma relação linear entre formação profissional/qualificação/requalificação e emprego. Vejamos como isso aparece na própria vivência da faccionista:

O marido da faccionista pára de arrematar e de separar as tiras para ir buscar o filho na escola. A faccionista pede a ele para passar ponto cheio nas tiras do detalhe. Ele diz que não pode hoje, ela diz para então no dia seguinte. A faccionista está ensinando o marido a costurar, ela e a irmã. Pergunto se ele vai trabalhar na costura com elas. Dizem que não. A faccionista fala que prefere ele trabalhando num serviço *fichado*. Que ele também é muito resistente ao trabalho na facção, que sempre as ajuda, mas que também prefere trabalhar no que escolheu como profissão, que é eletricista³⁸. O marido é formado como *técnico eletricista*. A irmã fala que acha uma humilhação uma pessoa que estudou tanto acabar em um fundo de quintal, que ele estudou muito a vida toda e que não merece isso. Ela sempre apresenta uma certa resistência ao trabalho que ela chama de fundo de quintal. Fala que preferiria trabalhar numa fábrica, que ali fica o dia inteiro naquela vida parada, não vê ninguém além da irmã (Diário de campo, Faccionista 2, 22 de outubro de 2003).

Abordaremos, a partir de agora, a questão da adequação da formação profissional à atividade de trabalho real. Colocamos, a partir de Schwartz (2001), que existe no trabalho algo que escapa ao conhecimento dos responsáveis pela formação profissional e formação geral nas instituições de ensino. E que este *algo* só pode ser alcançado por meio dos(das) próprios(as) trabalhadores(as).

A diferença que eu vejo é assim, que a maioria das pessoas que aprendem em cursinho, faz cursinho um ano, meio ano, elas sempre falam que lá aprendem o básico. Aprende assim a dominar a máquina, a saber como enfiar, saber que como assim, bem dizer... assim costurar, bem dizer... mas não assim como costurar mesmo. Que para costurar esses trem, tem que ser com a prática mesmo, você costurando ali no dia-a-dia. Porque igual, eu tenho uma amiga que ela fez cursinho um ano no SENAI e quando ela foi para trabalhar em fábrica, ela não sabia nada. Porque é totalmente diferente do que aprende em cursinho, porque o cursinho eles aprendem mesmo é a dominar a máquina (...). Porque, igual eu nunca fiz cursinho, não, mas eles falam assim que no cursinho você aprende primeiro eles ensinam assim, eles dão para você poder fazer qualquer peça, dá um camisão, esses trem, e agora se você for fazer em fábrica não é coisa fácil, é muita peça, aí, lá, eles dão as peças que você chega numa fábrica, se você for pedir serviço em uma fábrica eles te dão a peça, falam assim, pode montar, então, você tem que saber onde põe a peça e tudo, agora você aprendendo vendo, você vai saber onde pôr. Agora, em cursinho, eles dão só camisão que só as mangas, frente e costas, então, quando chega numa fábrica, não dá conta (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

³⁸ O marido está desempregado há mais de dois anos e trabalha fazendo “bicos”.

Porque eles saíam de lá, eles iam trabalhar na confecção, os donos de confecção achavam que eles não estavam preparados, faltava habilidade, habilidade, não, faltava mais era prática mesmo, sabe? Eu não estou culpando o SENAI com isso, não, eu acho que foi assim uma... eles queriam ter a pessoa formada, já, como se diz, no cavalete, sabe? Igualzinho sai um carro zero-quilômetro, zero bala, mas não é, você sabe que uma pessoa vai apanhar prática, é o tempo que vai dar, para ela, o manuseio da tecnologia, do jeito de fazer, então com isso as empresas começaram também a treinar o pessoal (Entrevista, Empresário 3, 9 de outubro de 2003).

Por motivos tais como esses, Schwartz acredita que as instituições não podem lançar um olhar pobre sobre as situações com as quais os futuros trabalhadores irão confrontar-se durante a sua vida profissional. Muito pelo contrário, devem partir da idéia de que o trabalho compõe um *dramático uso de si*, em que há um debate permanente entre as normas antecedentes, ou prescritas, e as renormalizações, o trabalho propriamente realizado.

Esse *dramático uso de si* é perceptível no trabalho a domicílio. Vejamos, por exemplo, a situação da Faccionista 3, que, depois de um tempo, passou a ter um outro local de trabalho, com novas condições de trabalho e com um novo tipo de trabalho.

A faccionista tirou as máquinas da casa da mãe. Alugou um apartamento e está morando com o pai da filha que está esperando e com o filho. O amasiado ainda está desempregado, e ela considera difícil de ele conseguir trabalho rápido, já que é ex-presidiário. A faccionista arrumou uma pessoa para trabalhar com ela. Passou a trabalhar somente com camisas. A barriga está muito grande. Dentro de aproximadamente um mês ela ganha bebê. Usa um dos quartos do apartamento para colocar as máquinas de costura. Vai mostrar-me a casa antes de tudo, fala que depois do trabalho ainda vai arrumar as coisas e que agora é ela mesma que olha o filho (...) Pergunto se tem tido alguma dificuldade. Fala que há poucos dias pegaram camisas de carcela para fazer e nenhuma das duas sabia fazer. A faccionista, quando pegava esse tipo de roupa, antes pagava para outra pessoa fazer. Combinou com uma costureira um preço e quando foi levar ela pediu um valor maior. Decidiram, então, arriscar fazer elas mesmas as camisas. A costureira que está trabalhando com ela fala que não dormiu na noite anterior ao dia em que iriam fazê-las com medo de não conseguir. No dia, a faccionista foi marcando no ferro e a costureira costurando na máquina. Foram as duas olhando na peça piloto, e conseguiram fazer as camisas (Diário de Campo, Faccionista 3, 18 de dezembro de 2003).

Assim, o processo de formação das novas trabalhadoras vai ocorrer a princípio dentro das fábricas e hoje dentro das próprias facções. O trabalho a domicílio vai proporcionar não só a qualificação da faccionista, mas também a qualificação de outros membros do grupo

familiar para o exercício das atividades na facção, como foi possível perceber em citações anteriores.

Cortava, trabalha cortando as linhas, passando, embalando as peças e aí, nos intervalos que não tinha serviço, eu... sempre o pessoal da fábrica não importava... eu então estava sempre mexendo nas máquinas, sempre a curiosidade era mais forte, eu estava sempre mexendo e com isso, no próximo serviço que eu já entrei, eu já trabalhei como costureira. *E como você conseguiu passar deste processo de arrematadeira a costureria, já num outro serviço? Como você conseguiu entrar como costureira? Você teve dificuldade no começo? Você teve ajuda dos colegas, das colegas de trabalho? Como foi? Falei que sabia e meti a cara. Ninguém questionou se conseguiu soltar o serviço direito?* Eu dei conta de fazer o que foi passado para mim, então, com o tempo vai aprendendo o resto. Vai aperfeiçoando³⁹ (Entrevista, Faccionista 5, 17 de julho de 2003).

Vendo. E aí depois de eu ver, eu fui, tinha uma amiga minha que ela tinha facção, ela foi e começou a me ensinar lá a costurar, a pegar mais jeito (Entrevista, Faccionista 3, 19 de agosto de 2003).

Colocamos as diferenciações que existem no mundo do trabalho. Considerar que existem essas diferenciações exige olhares e posturas distintas, e é um desafio para a formação e a educação e consiste, portanto, em uma árdua tarefa para as instituições, mas que deve ser enfrentado. Essas instituições devem promover a articulação entre trabalho e formação, suplantando a distância que existe entre pensar na produção de saber sobre o trabalho e pensar na produção de saber no trabalho.

³⁹ Refere-se ao trabalho na fábrica, ao aprendizado de ser costureira.

6. Considerações finais

A própria escolha do título revela o que privilegiamos para realização deste trabalho de pesquisa: um estudo sobre a produção, mobilização e aquisição do conhecimento no trabalho a domicílio. Embora centrado numa perspectiva particularizante, ou seja, em uma determinada categoria – as costureiras faccionistas – e em uma determinada cidade – Divinópolis –, teve, no entanto, a intenção de revelar questões passíveis de generalização à medida que os pontos que nos inquietavam, indagamos por meio de um referencial teórico que apontava para discussões mais amplas. Procuramos, assim, contextualizar o campo de estudo e analisar as relações que essas trabalhadoras estabeleciam com o saber.

Nesse sentido, pautados no referencial teórico, trouxemos as discussões sobre as transformações no trabalho. Apresentamos, então, autores que discutiam a crise do modelo taylorista/fordista de produção e do keynesianismo, mostrando que esse processo nada mais é que uma expressão de um quadro crítico mais complexo, a crise estrutural do capital.

Associado à crise do modelo taylorista/fordista de produção, vimos as discussões sobre a construção de um novo modelo de produção, apoiado nos paradigmas da flexibilidade e integração, que proporcionaram a substituição da invariabilidade da produção em massa, a despadrãoização dos produtos, a desverticalização da atividade produtiva, o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho, assim como a descentralização da atividade produtiva com a intensificação dos processos de terceirização e particularmente do trabalho a domicílio. A nova organização da produção demanda cada vez menos o trabalho estável e cada vez mais as diversificadas formas de trabalho parcial, *part time*, terceirizado.

Tratamos também do aumento significativo do trabalho feminino, que tem sido absorvido preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e

desregulamentado. E apresentamos as discussões sobre o mercado informal e o trabalho domiciliar no Brasil. Com este último, quisemos destacar as mudanças dentro do cenário brasileiro.

Essas questões deram sustentação para analisarmos como dá-se o desenvolvimento da indústria de confecção em Divinópolis, assim como os processos de reestruturação produtiva e racionalização organizacional.

Vimos que, com as recentes transformações nas relações de trabalho, as empresas confeccionistas de Divinópolis estão cedendo lugar a outras formas de organização da produção, marcadas principalmente pela terceirização do processo produtivo. A intensificação dos processos de terceirização tem levado a um crescimento do número de facções e à formação de redes de produção.

As redes de produção são construídas por meio das relações de trabalho, entre faccionistas e empresários, seja de fábricas ou de etiquetas, entre as próprias faccionistas, empresários e outras prestadoras de serviços, tais como arrematadeiras, passadeiras, bordadeiras, entre muitas outras relações possíveis.

Essas redes são ao mesmo tempo de produção e exploração. Na verdade, são a reprodução da exploração em linha, e dessas relações é gerada uma enormidade de conflitos. Mostrar qual parte é mais exposta foi nos colocado como um desafio, e concluímos por acreditar que são as subcontratações efetuadas pelas próprias faccionistas.

Focalizando a discussão, analisamos as relações interpessoais e familiares e a relação tempo e espaço no trabalho nas facções. O trabalho a domicílio na indústria de confecção estende suas tarefas ao restante da família incorporando diferentes personagens no universo do processo de produção. O marido que arremata ou que conserta máquinas, a mãe que auxilia na confecção das “peças piloto”, as crianças que arrematam, a sobrinha que ajuda nos dias de muito trabalho, a avó que olha as crianças pequenas, entre outros.

No que diz respeito à relação tempo e espaço, ainda que o trabalho domiciliar da indústria de confecção apareça interligado com os afazeres domésticos, as faccionistas têm buscado uma separação entre o trabalho produtivo realizado dentro das facções e o trabalho reprodutivo da casa. As trabalhadoras têm se preocupado em construir espaços destinados a abrigar a facção separados fisicamente da casa ou que não precisem circular por ela. Buscam também criar uma rotina de trabalho próxima à que estariam submetidas se estivessem na fábrica, pelo menos no que se refere ao horário de iniciar os trabalhos. Tudo isso, no entanto, não as livrou da dupla jornada de trabalho, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho, principalmente sobre a mulher que é chefe de família.

Trazer as discussões sobre a informalidade deu-se pela compreensão de que o trabalho a domicílio é um tipo de trabalho informal, que traz em seu bojo a precarização das condições concretas de trabalho e a perda dos direitos conquistados. Nele, como vimos, não existem o registro em carteira de trabalho, as garantias de 13º salário, férias e os demais benefícios devidos aos trabalhadores registrados.

Trouxemos também autores que discutiam as transformações no trabalho e na representatividade do trabalhador. Destacamos, então, a fragilidade das entidades de representação sindical dos trabalhadores ocasionada pela diminuição da classe operária industrial tradicional, a heterogeneização do trabalho, retratada na incorporação do contingente feminino no mundo operário e a intensificação da subproletarização presente nas formas de trabalho parcial, precário, subcontratado e terceirizado.

Mostramos, a partir desses autores, os desafios de inclusão da trabalhadora domiciliar nas lutas sindicais, que, trabalhando isoladamente, comunicando intermitentemente e esporadicamente com seu empregador, sem possibilidades de carreira ou promoção, é também ignorada pelos sindicatos e excluída dos benefícios sociais atribuídos aos trabalhadores assalariados.

Assentados nesse referencial, discutimos as questões relacionadas ao Sindicato das Costureiras de Divinópolis e os desafios de inclusão nas lutas sindicais das trabalhadoras faccionistas.

Destacamos, assim, que as relações estabelecidas no Sindicato das Costureiras apontam para uma gradativa precarização e fragilização dessa organização coletiva, uma vez que encontra dificuldades para lidar com a destruição dos direitos, com contingente de desempregadas, bem como com a expansão das relações informais de trabalho, retratadas no aumento do trabalho a domicílio. Mas também apontam para o surgimento de uma rede de solidariedade entre as trabalhadoras domiciliares, precária, mas demonstrativa da atuação dessas trabalhadoras enquanto sujeitos históricos, capazes de criar e de mobilizar-se para enfrentar o rigor da situação atual.

Por fim, como estamos lidando com trabalho feminino, propomos as discussões de autores que analisavam as relações de gênero, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a qualificação que é exigida dessas trabalhadoras, centrando, principalmente, na trabalhadora domiciliar. Apontamos, então, a importância das relações de gênero e sua influência na entrada de homens e mulheres no mercado de trabalho, aspecto importante para a compreensão das atuais relações de trabalho.

No que diz respeito a trabalhadora à domicílio, perguntamos, então, afinal, quem seriam as trabalhadoras faccionistas. Essa pergunta, de certa forma, justificou a necessidade da discussão sobre relações de gênero. Primeiro, porque essas trabalhadoras são mulheres – mães, esposas, avós – que apelaram para o trabalho domiciliar por não conseguirem um cuidado adequado e barato para os filhos em idade pré-escolar, um acompanhamento para os filhos que estão em idade escolar ou que estão presas ao lar pelos compromissos familiares. Portanto, essa modalidade de trabalho vai possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos afazeres da casa e trabalhem ao mesmo tempo.

Segundo, esses compromissos familiares, assim como os processos de aprendizagem do ofício de costureira, constituem-se atividades imbricadas ao fato de serem mulheres. Isso faz delas alvos certos para o trabalho a domicílio subordinado ao capital, uma vez que o trabalho remunerado no próprio domicílio pode mesclar-se com os afazeres da casa e está totalmente associado às qualidades ditas femininas.

Assim, vimos que não é possível pensar em emancipação das mulheres sem equipamentos sociais que aliviem as tarefas domésticas e educativas, com uma participação efetiva dos outros membros do grupo familiar nos afazeres domésticos e na educação dos filhos e uma participação mais igualitária no mercado de trabalho. Sem uma mudança na divisão do trabalho entre homens e mulheres, portanto.

Procuramos, deste modo, sistematizar características do trabalho a domicílio, em particular na área da indústria de confecção, e caracterizar e analisar o trabalho a domicílio em Divinópolis. Com discussões mais amplas, sustentadas teoricamente, tentamos desenhar o pano de fundo para tratar as questões que dizem respeito aos processos de terceirização, à informalidade e ao trabalho a domicílio, e assim compreender como as trabalhadoras domiciliares da indústria de confecção vêm vivenciando as novas condições marcadas por formas flexíveis de trabalho.

Trazer essas discussões teve como objetivo maior demonstrar, no que diz respeito às costureiras domiciliares da indústria de confecção, as facções, que há, sim, uma precarização das relações de trabalho, que não poderia ser ignorada, mas que não compreendia em si uma precarização do conhecimento, mobilizado, construído e adquirido pela trabalhadora no processo de trabalho. Apresentávamos, então, a “Pedagogia do Lar/Oficina”, as dimensões educativas do trabalho domiciliar.

Para sustentar essas questões primeiramente nos apoiamos em Charlot, com suas discussões sobre as relações com o saber e relações de saber. Tais discussões nos forneceram

uma dimensão mais ampla do ato de aprender e do saber. A produção e aquisição de conhecimentos, de saberes, passam a serem vistas também em outros espaços que os apenas escolares, ou seja, nas relações sociais e no processo de trabalho.

Amparados, trouxemos, então, as análises sobre as relações com o saber e relações de saber no processo de trabalho a domicílio. No processo de trabalho, as costureiras faccionistas produzem conhecimentos tanto nas relações estabelecidas no dia-a-dia de trabalho como no trabalho propriamente dito, e esses saberes integram-se como saberes necessários ao processo de produção. As trabalhadoras mobilizam saberes adquiridos nas práticas cotidianas, na formação em instituições de ensino formal ou nos cursos profissionalizantes, para resolver os problemas do dia-a-dia do trabalho, ainda que não reconheçam que se valem desses dois últimos.

A relação com o saber, embora esteja inserida num contexto social, chama a atenção para a dimensão da subjetividade do sujeito. A forma como a costureira faccionista vai tangenciar-se com seu trabalho, relacionar-se com as pessoas, seja na família – já que o trabalho está muito ligado a casa –, com os empresários e outros(as) trabalhadores(as), traz algo que é próprio de cada uma e que está muito relacionado à sua trajetória pessoal. Portanto, elas exprimem no trabalho dentro da facção, dentro do lar/oficina, alguma coisa que é do âmbito do singular, que é da ordem da subjetividade.

Assim, no trabalho dentro das facções, as trabalhadoras criam, aprendem, desenvolvem, dominam e adquirem saberes. Com isso, passam a dominar o processo de trabalho como um todo, e esses saberes são, assim, importantes para o processo de trabalho.

Trazemos também autores que analisavam o conhecimento tácito, ou o *saber-fazer* do trabalhador, na educação e nas relações de trabalho. Esses conhecimentos, como vimos, estão intimamente relacionados à qualificação e ao saber do trabalhador. Destacamos a complexidade que envolve a conceituação do que venha a ser qualificação, a tensa relação

entre qualificação e novas tecnologias e, por fim, a reestruturação produtiva, o que ela vai exigir em termos de formação e qualificação do trabalhador.

Decorrente desta empreitada, vimos que, no processo de trabalho, as faccionistas adquirem e mobilizam uma gama de conhecimentos que nem sempre conseguem verbalizar. Esses conhecimentos não se limitam à produção. Elas não só detêm um expressivo conhecimento sobre as suas atividades de trabalho como também de gestão e organização do processo produtivo. Esses conhecimentos estão relacionados ao saber tácito da trabalhadora e estão intimamente ligados à sua qualificação.

Do ponto de vista tecnológico, essas trabalhadoras não possuem grandes inovações, são portadoras de um maquinário considerado simples. No entanto, pelo que chegamos como resultado de pesquisa, estamos de acordo com os autores que defenderam ser falsa a idéia de uma relação linear entre nível de tecnologia empregada e nível de qualificação dos(as) trabalhadores(as). Com relação ao maquinário, não podemos desconsiderar também a representatividade que exerce a aquisição do próprio maquinário na subjetividade dessas trabalhadoras.

Assim, tais discussões permitiram que analisássemos as relações entre o processo de organização do trabalho e o conhecimento da trabalhadora. Buscamos, então, identificar e analisar os processos de produção e aquisição do conhecimento feitos pelas trabalhadoras no trabalho a domicílio da indústria de confecção de Divinópolis, para então analisar a relação entre produção, mobilização e aquisição do conhecimento e a organização do processo de trabalho a domicílio.

Gostaríamos de salientar que os esforços empreendidos, no entanto, correm o risco de não terem atingido todos os resultados pretendidos. O tempo, as dificuldades, nem sempre propiciam o aprofundamento que almejamos ter.

Assim, são questões que demandam outros estudos e aprofundamento, entre outras a presença das crianças no processo de trabalho a domicílio, que muito brevemente citamos no capítulo 2 e que muito nos inquietou. Gostaríamos e achamos ser necessário compreender por que essas crianças estão cada vez mais cedo sendo incorporadas no universo do trabalho adulto, e também como recuperam nessas práticas o direito de ser criança. Com certeza, apresentamos alguns indicativos na pesquisa, mas temos clareza da necessidade de um aprofundamento dessa questão.

Também mereceriam um olhar mais atento a questão sindical e as redes de solidariedade que estão se constituindo entre as trabalhadoras domiciliares, que, de certa forma, podem apontar novos caminhos para as organizações entre as trabalhadoras. Ainda que tenhamos passado rapidamente por essa questão, sabemos que não demos a profundidade que mereceria. Quando muito, levantamos muito brevemente uma série de pontos que devem ser vistos de uma forma bem específica.

Por fim, acreditamos que as análises aqui empreendidas sobre o trabalho domiciliar trazem importantes subsídios para a compreensão das transformações no trabalho da indústria de confecção, da organização da produção e das relações das costureiras faccionistas com a educação, o saber e o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. IN: ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. IN: ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. Planejamento de Pesquisas Qualitativas. IN: **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. SP: Pioneira, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: SP, Boitempo Editorial, 6ª Edição, 2002.

ARANHA, Antônia Vitória. Tecnologia e qualificação do trabalhador: a complexidade do desenvolvimento técnico e sócio-humano. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, Número 3, jan/jul. 1998.

ARANHA, Antônia Vitória. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, Número 2 - ago/dez – 1997.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de Subcontratação e Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção: Um Estudo na Região de Campinas. XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2000.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. As novas “Qualidades Pessoais” requeridas pelo capital. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, Número 5 – jan/jul – 1999.

ATAS DO SINDICATO DOS ALFAIATES, COSTUREIROS, TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO E ESTAMPARIAS DE DIVINÓPOLIS anos de 1991-1994. Divinópolis/Minas Gerais.

AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de emprego: a experiência Brasileira**. São Paulo: ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho/ GDF – Governo do Distrito Federal, 1998.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; e GALVÃO, Alexandrer Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, pgs. 33-44.

BARBOSA, Alexandre de Freitas e MORETTO, Amilton. **Políticas de emprego e proteção social**. São Paulo: ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho/ GDF – Governo do Distrito Federal, 1998, pgs. 17-35 e 81-127.

BARRETO, Lázaro. **Memorial de Divinópolis** – História do Município. Printed in Brazil, 1992.

BIANCO, Maria Helena Borgato Cappo. **A construção da Autonomia do Enfermeiro no cotidiano**. Um estudo etnográfico sob o referencial teórico de Agnes Heller. Bauru: EDUSC, 2000.

BORJA, J. e CASTELLS, M. **Local and global: the management of the cities in the information age**. Vol I – United Nations Center for Human Settlements, Habitat II, Istambul, 1996, Cap. 1 e 2, pp. 17-47

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no séc. XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. **A negociação coletiva como expressão das relações de trabalho: estudo do caso brasileiro de 1992 a 1998**. Belo Horizonte: CEPEAD/ Universidade Federal de Minas Gerais, Tese de Doutorado em Administração, 1999. p.44 -54

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. O Estado Concorrencial e as Mudanças na Natureza do Trabalho no Setor Público. Curitiba: **Revista de Administração Contemporânea** – RAC, vol 1, n.2, maio/agosto de 1997c, os. 25-44.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. Reestruturação produtiva, jornada de trabalho e participação nos lucros e resultados: novos temas negociados entre empresários e trabalhadores brasileiros, de 1992 a 1998. In: NABUCO, Regina e CARVALHO NETO, Antonio Moreira de (orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT – Instituto de Relações de Trabalho da PUC Minas, 1999, pgs.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2a. Ed.,1999.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber** – Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação Econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: COELHO, Franklin Dias e FONTES, Ângela. **Desenvolvimento Econômico Local: temas e abordagens**. Rio de Janeiro, IBAM, SERE/FES, 1996, pp. 9-25.

CORAGGIO, J. L. A Construção de uma Economia Popular como Horizonte para Cidade sem Rumo. IN: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. e SANTOS JR. O. A. (Orgs.) IN: **Globalização Fragmentação e Reforma Urbana**. Civilização Brasileira, 1994, pp. 121-145.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa. **Pelos caminhos da Maria Fumaça** – O Trabalhador ferroviário – Formação, Trabalho e Resistência. Dissertação de Mestrado em Educação. UFMG, 1989.

DEDECCA, C.S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses). Cap. 1, pgs. 17-57

DIAS, Deise de Souza. Articulação entre trabalho e escola: uma abordagem a partir da noção de experiência. IN: **Trabalho e Educação** n°10, jan-jun – 2002. p. 122-141.

DIVINÓPOLIS DIAGNÓSTICO MUNICIPAL. Sistema de informações Mercadológicas Municipais. Edição SEBRAE, 1994.

DIVINÓPOLIS ESPECIAL. Jornal A Semana. Ano XXX. N° 24. Divinópolis 24 de junho de 1972. Divinópolis, Minas Gerais.

DURAFFOURG, Jacques. Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. IN: **Emprego e desenvolvimento tecnológico – Brasil e contexto internacional**. Dieese (org.) São Paulo, 1998.

FIDALGO, Fernando e MACHADO, Lucília. O PLANFOR e a Reconceituação da Educação Profissional. IN: **Trabalho e Educação** n° 6, 1999, p. 93-109.

FRADE, Cristina de Castro e BORGES, Oto Néri. Componentes tácitos e explícitos do conhecimento matemático nas orientações curriculares para o ensino de matemática. **Texto apresentado na 24ª Reunião da ANPED – 2001**.

FRADE, Cristina de Castro. Sobre alguns aspectos da teoria de POLANYI sobre conhecimento tácito. In: FRADE, C. C. **Componentes de Naturezas Tácita e Explícita do Conhecimento Matemático: um estudo sobre o desenvolvimento do conhecimento de Áreas e Medidas**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2000. (Relatório para Exame de Qualificação, Doutorado). 247p Cap. V, Anexo 4, pp. 117-125.

GOSPEL E CULTURE. Michael Polanyi: Scientist Turned Philosopher. Disponível em: www.deepsight.org/articles/polanyi.htm. Acesso em 07 de julho de 2004.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. Boitempo, São Paulo. 1999

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. IN: **Maquiavel a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, pgs. 375-413

HIRATA, Helena. As mudanças no mundo do trabalho: Gênero e formação humana. IN: **Outras Falas**. Revista de Formação Escola 7 de outubro/CUT. n° 3. Agosto de 2000.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade. Boitempo, São Paulo. 2002.

HOLMES, John (1986): The organization and locational structure of production subcontracting. In: Scott, Allen J., Michael Storper (Hrsg.): **Production, work, territory. The geographical anatomy of industrial capitalism**. Boston/London/Sydney. pp.80-106

JHA, Stefania Ruzsits. Michael Polanyi's **Integrative Philosophy**. Chapter 5 of a thesis presented to the faculty of the graduate school of education, Harvard University, in partial fulfillment of the requirements for the Degree of Doctor of Education, 1995.

JHA, Stefania Ruzsits. A **New Interpretation of Michael Polanyi's Theory of Tacit Knowing**: Integrative Philosophy with 'Intellectual Passions'. Mimeo.1996.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia** – guia prático da linguagem sociológica. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro:1997.

JORNAL AGORA. 16 de dezembro de 1994. Pág. 03. Divinópolis/Minas Gerais.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila; BARSTED, Leila Linhares; JORGE, Ângela. **Trabalho a domicílio: Novas formas de contratualidade**. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

LEIS E RESOLUÇÕES DA CAMÁRA DE 1912 A 1918. Vol 1. Divinópolis – Minas Gerais.

LEITE, Márcia de P.. O Declínio do fordismo e a automação microeletrônica. In: _____. **O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologia e Subjetividade Operária**. Cap.2 São Paulo: Scritta, 1994.

LINHART, Danièle. O Indivíduo no Centro da Modernização das Empresas: Um Reconhecimento Esperado mas Perigoso. Tradução de Maria Laetitia Corrêa e Fernando Fidalgo. IN: **Trabalho e Educação** nº 7, 2000, p. 24-36.

MARX, K. **“O Capital”** Mercadoria. IN: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. Mercadoria. IN: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos .IN: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Trabalho domiciliar – trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café (1890-1930). IN:ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Notas a respeito da Escola Francesa de Regulação. **Revista de Economia Política**. Vol. 13, nº2(50). Abril-Junho/1993. Pgs. 120-136.

NEVES, Magda de Almeida. **Gênero, Mercado de Trabalho e Qualificação**. VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET. Salvador/BA, 24 a 26 de outubro de 2001.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. In: CARVALHO NETO, Antonio Moreira de e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT – Instituto de relações de Trabalho da OUC Minas, 1998, pgs. 329-338.

NEVES, Magda de Almeida. **Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero: Condições de Trabalho e Qualificação na Cadeia Produtiva**. III Congresso LatinoAmericano de Sociologia Del Trabajo. Buenos Aires, 17 a 20 de maio de 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Flexibilização das relações de trabalho e emprego e o recurso à educação. IN: **Trabalho e Educação** nº 7, 2000, p.158-174.

PIRES, Raísa Pimenta, CORRÊA, Maria Laetitia e PIRES, Silvia Menezes. Trabalho, formação Profissional e Políticas Públicas: Possibilidades de novas articulações. IN: **Trabalho e Educação** nº10, Jan-jun, 2002, p. 43-62.

POCHMANN, Márcio. Mudanças na Ocupação e a Formação Profissional. IN: **Trabalho e Educação**. nº 6, 1999, p. 48-71.

POLANYI, Michael. **On Body and Mind**. 1969 Disponível em <http://www.mwsc.edu/orgs/polanyi/essays.htm>. Acesso em 07 de junho de 2004.

POLANYI, Michael. **The Republic of Science: Its Political and Economic Theory**. 1962. Disponível em: <http://www.mwsc.edu/orgs/polanyi/essays.htm> Acesso em 07 de junho de 2004.

POLANYI, Michael. **The Structure of Consciousness**. 1965 Disponível em: <http://www.mwsc.edu/orgs/polanyi/essays.htm>. Acesso em 07 de junho de 2004.

RELATÓRIO DA PESQUISA AMOSTRAL SOBRE O SETOR DE CONFECÇÕES DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS-MG. Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor – ICCAPE. Outubro de 2000

RELATÓRIO DE PESQUISA SOBRE A INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO DE DIVINÓPOLIS. INPAR – Instituto de Pesquisa e Análise do Mercado Regional. Vol.6, Análise dos Dados apurados, nov. 1996.

RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. IN: ABREU, Alice de Paiva., SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível**. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993. RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Eloísa Helena. A produção do saber e sua legitimação política. IN: IN: **Outras Falas**. Revista de Formação Escola 7 de outubro/CUT. nº 3. Agosto de 2000b.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e Cultura: Uma Outra Relação entre Saber e Trabalho. IN: **Trabalho e Educação** nº 7, 2000a, p. 119-130

SANTOS, Eloísa Helena. Trabalho Prescrito e Real no Atual Mundo do Trabalho. IN: **Trabalho e Educação** nº 1, 1997, p. 13-27

SCHWARTZ, Yves. A Comunidade Científica ampliada e o Regime de Produção de Saberes. Tradução de Eloisa Helena Santos e Daisy Moreira Cunha. IN: **Trabalho e Educação** nº 7, 2000, p. 38-46

SCHWARTZ, Yves. **Experience et connaissance du travail**. Paris, Editions Sociales, 1988. Cap. 17 e 18

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e educação. IN: **Presença Pedagógica**. v. 7 n 38. mar/abril. 2001.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e *uso de si*. IN: **Pro-posições**. Vol 1nº5 (32) julho de 2000.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Valor. IN: **Tempo Social**; Ver. Sociologia. USP. São Paulo, 8 (2): 147-158, outubro de 1996.

SINOPSE ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS. Organizada em colaboração pelos órgãos do Sistema Estatístico Regional. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1949.

SOUZA, Paulo Renato Costa . **Salário e emprego em economias atrasadas**. Campinas: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Teses). Cap.5 p.144-183

SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: Hucitec. 1980. Cap.1 p.7-56.

STARK, Renata Elisa. Reflexões sobre a educação profissional a partir da nova LDB. IN: **Trabalho e Educação**. Belo Horizonte, Número 5 – jan/jul – 1999.

TELLES, Vera da Silva. A “Nova Questão Social” Brasileira: ou como figuras de nosso atraso viraram símbolos de nossa modernidade. In: **Caderno CHR** nº 1 (1987). Salvador: Centro de Recursos Humanos/ UFBA, 1999, pp. 85-110.

WAGNER, R.K. **Tacit Knowledge in Everyday Intelligent Behavior**. Journal of Personality and Social PschQioq (52:6), 1987, pp. 1236-1247. Mimeo. FAE.

ANEXOS

ANEXO 1**DIÁRIO DE CAMPO****FACCIONISTA 1****OBSERVAÇÃO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2003 –TARDE**

Situação encontrada no dia: Quando chego as **Costureiras** ainda estão fora, na rua, fazendo horário de almoço. **Faccionista 1** já esta na máquina trabalhando.

- **Faccionista 1** esta com uma tosse seca. Pergunto se resfriou. Diz que está com a tosse há muitos dias.
- Algum tempo depois as **Costureiras** chegam para trabalhar. O ritmo é intenso tem muitas peças esparramadas pelo chão sendo feitas.
- **Faccionista 1** esta tossindo muito.
- Conversam sobre o casamento de uma das **Costureiras** que já mora com o marido há 10 anos, mas ainda não tinha casado na igreja e vai casar esse final de ano. Falam também de casamento em geral. A filha de **Faccionista 1**, também esta na casa.
- **Faccionista 1** vê que as golas foram pregadas trocadas, infantil em adulto e adulto em infantil.
- Um empresário vem ver se **Faccionista 1** pode pegar mais um corte, se não esta apertada. Como esta apertada marcam para próxima semana. Ele chega e observa o que estão fazendo e como estão fazendo.
- Como estão apertadas as **Costureiras** têm vindo trabalhar também aos sábados

- Mesmo apertadas com o trabalho conseguem trabalhar em um clima descontraído.
- **Faccionista 1** reclama que não gosta de fazer uma coisa só toda vida.
- As peças são entregues passadas e dobradas.
- O telefone toca, **Faccionista 1** vê que é o empresário e pede para uma das **Costureiras** atender.
- O empresário que ligou, falou que quer as peças para hoje às 17 horas. Elas começam a trabalhar em um ritmo mais acelerado. Falam que nem era para estar pronto hoje, que elas trabalharam no sábado e por isso esta no ponto que esta. A **Costureira 1** que atendeu ao telefone fala que a empresária disse que já esta faltando peças na loja.
- A **Costureira 1** termina de passar as golas e vai arrematar. A adolescente que olha o menino também vai arrematar.
- **Faccionista 1** termina no overloque e senta na galoneira para passar um viés nas golas.
- Observei que elas apelidavam todos que trabalhavam com elas, assim pergunto o apelido de um empresário, elas explicam. Digo que queria ver qual seria o meu, nesse momento descubro que já ganhei um apelido entre as **Costureiras**. Elas riram e disseram que eu já tinha um apelido, que era fiscal. Que todas as vezes que chegava elas brincavam, aí o fiscal chegando. Isso porque segundo elas ficava o dia todo vigiando tudo o que elas estavam fazendo, parecendo um fiscal.
- As **Costureiras** comentam sobre a quantidade de trabalho que esta por fazer, falam que quando chegam em casa ainda tem os afazeres domésticos como lavar roupa, passar, arrumar.
- Elas quando aumentam o ritmo de trabalho também diminuem as conversas.
- **Faccionista 1** vai explicar para **Costureira 2** como pregar as golas para não ficar torto.
- **Faccionista 1** reclama de ficar sentada fala que no dia anterior ficou o dia todo de pé e que hoje esta desacostumada de ficar sentada.

- A adolescente que olha o neto da faccionista foi buscar pão e o menino fica brincando entre as roupas que estão no chão enquanto a filha da faccionista arruma a casa.
- Um sobrinho da **Faccionista 1**, de 8 anos chega e vai brincar com o menino.
- **Faccionista 1** para e vai fazer o café. Depois volta a trabalhar.
- As crianças brincam no cômodo de costura. A adolescente chega e junta-se a eles.
- A filha da faccionista fala muito alto, **Faccionista 1** fala com ela para falar baixo, porque o menino já esta muito irritado hoje.
- Chega uma tia do menino e madrinha do sobrinho da faccionista, que toma conta dele e do irmão para mãe trabalhar.
- **Faccionista 1** para e vai conversar e arrumar para dar banho em Pedro.
- **Faccionista 1** volta logo e vai arrematar as blusas. A **Costureira 2** termina o que esta fazendo e pergunta se é para arrematar, **Faccionista 1** fala que não precisa e arruma as carcelas para ela ir adiantando.
- **Faccionista 1** vai dobrar as blusas passadas.
- **Faccionista 1** fala que o dia que o menino estressa que ela também estressa.
- Às 17 horas as **Costureiras** param de trabalhar. **Faccionista 1** termina de dobrar as blusas que já estão passadas e também para pouco tempo depois.

ANEXO 2

ROTEIRO DE PERGUNTAS – ENTREVISTA FACCIONISTAS

APRESENTAÇÃO

1. Gostaria que em primeiro lugar falasse o seu nome; a idade; onde você mora; se é solteira, casada; se casada, a profissão do seu marido; se têm filhos, quantos e qual é a idade dele(s)? Se apresentasse, Ok?

O TRABALHO NA CONFECÇÃO

2. Como que você começou a trabalhar na confecção?
3. Por que você começou a trabalhar com costura? O que te motivou?
4. Você já trabalhou na indústria de confecção, na fábrica? (SE SIM) Você começou a trabalhar em fábrica ou em facção?
5. Há quanto tempo você trabalha com facção?
6. Além da costura você já teve outra profissão? (SE SIM) De que você trabalhou? Porque deixou o trabalho e foi ser costureira?

ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E DA PRODUÇÃO NO

TRABALHO DOMICILIAR

SOBRE LOCAL DE TRABALHO E O MATERIAL DE TRABALHO

7. Como é a disposição do trabalho dentro da sua casa? Como você organiza esse espaço que é de moradia e de produção?
8. E as máquinas? Como elas ficam organizadas dentro da sua casa? Onde elas ficam?

9. Com relação ao maquinário que você trabalha, esse maquinário é seu? (SE SIM)

Como você fez para adquirir?

10. E a manutenção das máquinas, como que é feita?

11. E o material para confecção das peças, os empresários trazem?

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

12. Como as peças chegam para você? Como que você consegue identificar onde e como é possível você estar conseguindo trabalho?

13. (SE TIVER FILHOS) E seus filhos? Como você faz para estar organizando a criação dele(s) e a questão do seu trabalho? E na produção eles te ajudam com alguma coisa?

14. Você tem alguém que te ajuda que não seja membro de sua família?

15. Todas as pessoas que você conhece que trabalham com facção, trabalham da mesma forma que você ou tem algum outro tipo de organização e de relação?

16. Nesse tempo que você está trabalhando, modificou alguma coisa dentro da produção? De como você pega trabalho? De como você produz?

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

17. Como é o processo de produção? No caso como você faz para estar fazendo uma roupa?

18. Quais as máquinas que você utiliza? O que cada máquina vai estar fazendo? Como cada uma delas funciona?

19. (SE TRABALHOU NA FÁBRICA) Como era a produção na fábrica e como é a produção dentro da sua casa? Ou seja existe alguma diferença do seu trabalho na época que você trabalhava na fábrica e seu trabalho hoje, dentro da sua casa?

20. (SE TRABALHOU NA FÁBRICA) Com relação a questão das máquinas, qual você costurava dentro da fábrica? Como isso funcionava dentro da sua casa?

21. (SE TRABALHOU NA FÁBRICA) Você acha que o trabalho que é feito na fábrica em termos de dificuldade, é mais difícil do que o trabalho feito no seu domicílio? Porquê?

SOBRE O PAPEL DA RENDA

22. Qual é o papel da renda que você ganha com a facção na renda total da família?
23. (SE FOR CASADA) E seu marido? Qual que é o papel da renda dele dentro da família?
24. (SE TRABALHOU NA FÁBRICA) Existe alguma diferença entre o salário que você ganhava dentro da fábrica e o salário que você ganha no trabalho dentro do seu domicílio?

SOBRE SEGURIDADE SOCIAL E ACIDENTES DE TRABALHO

25. Os empresários pagam algum tipo de benefício do tipo, INSS, 13º salário, férias? (SE SIM) Quais? (SE NÃO) Você paga por conta própria? E em caso de acidente? Como que fica?

PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO NO TRABALHO DOMICILIAR

26. Como você aprendeu a costurar?
27. Você fez algum curso de qualificação?
28. Como você sabe o que tem que ser feito?
29. Agora com relação ao conhecimento formal, esse conhecimento adquirido dentro da escola. Você cursou até qual série da escola formal?
30. Com relação aos conhecimentos que você adquiriu dentro da escola formal, você acha que eles te ajudam no processo de produção na facção?
31. Como é a avaliação do seu trabalho? Como os empresários que te passam trabalho avaliam e como você avaliaria o trabalho que você produz?

ANEXO 3

ROTEIRO DE PERGUNTAS – ENTREVISTA EMPRESÁRIOS

COM RELAÇÃO À TRAJETÓRIA

1. Gostaria que em primeiro lugar, fizesse uma breve apresentação, e uma breve narrativa de sua trajetória até tornar-se um empresário da indústria de confecção.

COM RELAÇÃO A FÁBRICA

2. Quantas pessoas emprega diretamente na fábrica?
3. Que tipo de trabalhador envolve a produção dentro da fábrica? Qual o perfil do trabalhador em termos de escolarização, idade, tipo de atividade (atividade manual, intelectual), tipo de qualificação que é exigida?

COM RELAÇÃO À FACÇÃO

4. Há quanto tempo trabalha com facção?
5. O que motivou o trabalho com facções?
6. Porque a opção de trabalhar com faccionistas ao invés de contratar mais trabalhadores para a fábrica?
7. Como as faccionistas estão inseridas no processo de produção? A partir de que momento elas se fazem necessárias? Qual o peso facção na fabricação total?
8. As facções apresentam uma certa dualidade, porque ao mesmo tempo em que as faccionistas são trabalhadoras de alguém, é também empresário, que chegam a ter firma reconhecida e contratam mão-de-obra. Como lidar com essa dualidade?

ANEXO 4

ROTEIRO DE PERGUNTAS – ENTREVISTA SINDICALISTA

COM RELAÇÃO À TRAJETÓRIA

1. Gostaria que em primeiro lugar, fizesse uma breve apresentação, e uma breve narrativa de sua trajetória.
2. Há quanto esta a frente do sindicato e o que marca o fato de ser o representante do Sindicato dos Alfaiates, costureiros, trabalhadores da indústria de confecção e estamparias de Divinópolis?

COM RELAÇÃO AO SINDICATO

3. Quais as atividades que o sindicato tem desenvolvido?
4. Como as faccionistas estão inseridas dentro das atividades do sindicato? Há alguma iniciativa que tem como foco direto as faccionistas? Se há, como elas têm respondido a essas iniciativas do sindicato.
5. As facções apresentam uma certa dualidade, porque ao mesmo tempo em que as faccionistas são trabalhadoras de alguém, é também empresário, que chegam a ter firma reconhecida e contratam mão-de-obra. Como que o Sindicato lida com essa dualidade?

COM RELAÇÃO À REPRESENTAÇÃO

6. O sindicato quase sempre teve a sua frente homens, o que considera ser o porque disso, já que a maioria quase absoluta dos representados são mulheres?
7. De forma geral, como essas mulheres trabalhadoras envolvem-se nas atividades do sindicato?

ANEXO 5**ENTREVISTA COM FACCIONISTA 2****15 DE OUTUBRO DE 2003**

Pesquisadora - Até a Empresária 2, estava falando que tem algum tempo que você trabalha.

Pesquisadora - Cinco anos. Bastante tempo. Primeiramente eu gostaria que você se apresentasse, que você falasse seu nome, sua idade, onde você mora, se é solteira, casada, se tem filhos, quantos filhos tem, se apresentasse. OK?

Faccionista 2 - Meu nome é (...), sou casada meu marido chama (...), eu tenho dois filhos a (...) e o (...), moro na Rua (...) no bairro (...).

Pesquisadora - Qual que é a idade dos meninos?

Faccionista 2 - A (...) tem cinco anos, o (...) tem sete.

Pesquisadora - Como que você começou a trabalhar na confecção?

Faccionista 2 - Não. Porque eu tinha duas crianças pequenas para mim trabalhar fora e ajudar meu marido, ficou complicado, como eu tinha duas máquinas já solteira, eu era solteira tinha, eu comecei a trabalhar em casa.

Pesquisadora - Você chegou a trabalhar na indústria de confecção?

Faccionista 2 - Cheguei.

Pesquisadora - Então você começou a trabalhar primeiro na indústria de confecção, depois que você casou que passou a estar trabalhando em casa.

Faccionista 2 - Foi.

Pesquisadora - No caso, o que te motivou começar a trabalhar com costura?

Faccionista 2 - Bom eu trabalhava numa... é que minha mãe sempre foi costureira, minha mãe sempre quis que uma da gente fosse costureira, aí a gente entrou numa fábrica para arrematar, então como o patrão dessa fábrica era muito assim amigo da gente deu

oportunidade de sentar nas máquinas e aprender, e eu gostei e aí continuei, aprendi em várias máquinas.

Pesquisadora - E como que você fez para poder comprar as máquinas? Você comprou no prazo, no tempo em que...

Faccionista 2 - Foi. Eu trabalhei numa fábrica nove anos, e eu gostava muito da máquina, e como a mulher ia trocar a máquina e eu gostava dessa máquina e como a gente fez um acerto ela me pagou com a máquina e aí foi onde eu possuí essa máquina. É aquela ali.

Pesquisadora - As primeiras máquinas que você teve?

Faccionista 2 -É, foi.

Pesquisadora - Você até respondeu a próxima pergunta que eu ia fazer que era quanto tempo você trabalha. Além da costura você teve outra profissão?

Faccionista 2 - Eu trabalhei na fábrica de tecido, como bobinadeira.

Pesquisadora - Na FITEDI?

Faccionista 2 - É, na FITEDI. Como bobinadeira nove anos.

Pesquisadora - E no caso, lá tinha alguma ligação com a confecção também, parecia que a FITEDI tem algumas pessoas que...

Faccionista 2 - Tinha não. Lá a gente fazia só linha, na época. Hoje ela faz outras coisas, mas a gente fazia só linha na fábrica.

Pesquisadora - Ah, sei. E como que é a disposição de trabalho dentro da sua casa? No caso, como você organiza, porque é ao mesmo tempo que é seu espaço de trabalho é o espaço de moradia também. Como que você começou a organizar na sua casa, agora eu estou vendo que você construiu um galpão separado para poder estar abrigando a facção, mas como começou? De onde surgiu a idéia de você estar construindo um espaço próprio?

Faccionista 2 - Não. Eu comecei num quartinho.

Pesquisadora - Era na sua casa mesmo?

Faccionista 2 - Era na minha casa mesmo. Era um quarto. Era três quartos, eu tirei um quarto, pus as máquinas lá, começou eu e meu marido então...

Pesquisadora - Seu marido trabalha com você?

Faccionista 2 - Trabalhava. Na época ele trabalhava numa indústria e as horas vagas ele me ajudava, sozinho e aí depois veio a minha irmã, ela largou o serviço dela e a gente entrou como sócias e nós começamos esse cômodo, nós duas. Aí veio a idéia da gente construir esse cômodo aqui e fizemos esse cômodo e estamos aí levando.

Pesquisadora - No caso as máquinas são todas máquinas de vocês? Ou tem alguma que...

Faccionista 2 - São nossas. Minha e dela, nós somos sócias.

Pesquisadora - E como que fez para adquirir você já falou. E a manutenção das máquinas como que ela é feita?

Faccionista 2 - Você fala mecânico?

Pesquisadora - É.

Faccionista 2 - Meu marido.

Pesquisadora - Seu marido é mecânico?

Faccionista 2 - Não. Ele é assim, ele ajuda, como se diz, no orçamento para nós não ficar pagando mecânico ele foi aprendendo o ofício, ele foi estudando as máquinas, hoje ele que olha para gente. Assim não tudo, tem certas coisas que ele não consegue arrumar não. A gente chama o mecânico de vez em quando, mas é muito difícil porque tem certas peças que ele consegue arrumar, mas a manutenção delas não tem muito gasto não.

Pesquisadora - E o material para confecção das peças? No caso os empresários trazem ou é de vocês...

Faccionista 2 - Trazem. A gente pega das fábricas.

Pesquisadora - As linhas? Não isso que eu estou perguntando o material para confecção.

Faccionista 2 - Não. As linhas a gente compra.

Pesquisadora - E como as peças chegam até você? Você já até começou a falar já. No caso é como que você consegue identificar onde é possível você estar conseguindo trabalho.

Faccionista 2 - Bom, a gente espalhou, conversou, ligou para as fábricas, elas interessaram e vem trazendo. A gente não tem uma fixa não, geralmente assim quando aparece a gente pega, então é muito difícil assim da gente fixar só com uma pessoa porque faccionista não tem como trabalhar só para uma pessoa, porque chega uma certa época que o serviço cai, então você trabalhando só para uma fábrica, você fica sem serviço. Quando o período tiver fraco de serviço, então você tem sempre assim que estar com gente nova.

Pesquisadora - No caso de uma, por exemplo, a Empresária 2 estava até comentando isso comigo também que não têm essa fidelidade, sabe, não tem nenhuma forma de contrato, o que tem é só... é tudo na base da conversa mesmo e no caso em épocas em que tem muito trabalho como que vocês fazem?

Faccionista 2 - Bom, a gente contrata costureira relâmpago, tipo assim, às vezes uma pessoa vem no sábado depois do horário de serviço, ajuda a gente, assim.

Pesquisadora - Então vocês subcontratam também?

Faccionista 2 - Isso.

Pesquisadora - Mas sem é... essas pessoas que subcontratam, vocês subcontratam e pagam por peça também? como que é a questão de pagamento, vocês combinam o preço antes com a pessoa, como que é?

Faccionista 2 - É combina. A gente combina o preço, mas a maioria das vezes a gente fica até nove horas, oito horas da noite nós mesmas, sabe...

Pesquisadora - Não tem um horário certo não?

Faccionista 2 - Não. Não, nós não temos horário, temos horário para pegar, mas para parar não, só para pegar.

Pesquisadora - Tem algum tipo de contrato com essas costureiras que vem para poder estar trabalhando com você ou é tudo na base da...

Faccionista 2 - Não. Só elas vem, oferece, e fala depois do horário se você quiser eu venho até uma certa hora para vocês se vocês quiserem e a gente fala pode vir então, assim por boca, não tem contrato porque não...

Pesquisadora - E você já registrou sua fábrica?

Faccionista 2 - Não. Não porque eu sou faccionista.

Pesquisadora - Não a facção. Porque hoje já tem facção...

Faccionista 2 - Eu não tenho nome.

Pesquisadora - Tem facção registrada hoje já.

Faccionista 2 - Eu pretendo, sabe, futuramente, mas infelizmente meu marido está desempregado e ele passou por um problema de saúde, depressão. Então agora é assim, agora que a gente lá vai engrenando de novo. Então tudo assim o que eu ganho aqui é o que a gente põe em casa, então como agora que ele está melhorando.

Pesquisadora - Então no caso é você que está como chefe de família hoje?

Faccionista 2 - É. Eu que estou.

Faccionista 2 - E seus filhos? Como que você faz para estar organizando, porque você falou que tem uma menina de cinco anos e um de sete, como que você faz estar organizando a criação deles e a questão do trabalho?

Faccionista 2 - Tudo no diálogo. Eu sento, tiro uma hora, meu marido também senta conversa com eles. A mamãe é pobre, a mamãe precisa trabalhar. São todos dois compreensivos, são agitados coisas de criança, mas todos dois compreende que eu tenho que trabalhar, sempre... olha aí está vendo, essa aí fica junto o outro estuda. Então assim são crianças amorosas, já sabe tudo, sabe, já ponho a par de tudo o que eu tenho que ajudar em casa, eu ponho eles a par de todas as coisas que acontece comigo, sabe, não escondo nada deles portanto quando eles

querem alguma coisa, eles pensam muito para me pedir porque eles sabem o sacrifício que eu tenho para pôr as coisas para eles em casa, então graças a Deus nesse ponto.

Pesquisadora - E eles ajudam com alguma coisa lá dentro da casa, da facção?

Faccionista 2 - Ajudam. Ajudam assim, eles ajudam assim, igual a menina de cinco anos estende até a cama dela, já entende as coisas, o menino não, o menino já é mais agitado, entendeu, que homem é diferente, mas assim em matéria de serviço não porque são crianças, então eu não exijo nada deles, eu quero é que eles brincam mesmo.

Pesquisadora - A próxima pergunta você já até respondeu, você tem alguém que te ajuda, que não seja membro da família, no caso você subcontrata serviço temporário. Todas as pessoas que você conhece que trabalham com facção trabalham da mesma forma que você ou tem algum outro tipo de organização e de relação? No caso assim, vocês tem uma forma de organizar aqui, mas querendo ou não você conhece outras pessoas que trabalham com facção. Também porque igual a Empresária 2 estava falando. Eu perguntei a Empresária 2 como você sabe como chegar na faccionista. Ela falou assim. Não, por exemplo, eu levo um trabalho lá para uma faccionista, ela não pode fazer, ela me indica uma outra pessoa, então vocês tem... geralmente tem outras pessoas que vocês conhecem, mais uma família que trabalha, todos trabalham da mesma forma ou tem...

Faccionista 2 - Todos, nós somos uma equipe, nós somos três equipes aqui perto que trabalha assim, quando uma precisa a outra ajuda, sempre assim, quando uma tem serviço a outra não tem, uma passa para outra, sempre assim, porque é como se fosse uma família as faccionistas aqui perto, tudo mundo é assim.

Pesquisadora - Vocês organizaram então de uma certa forma uma cooperativa?

Faccionista 2 - É. Uma ajuda a outra.

Pesquisadora - São três faccionistas?

Faccionista 2 - São três.

Pesquisadora - Todas aqui perto?

Faccionista 2 - Tudo aqui perto.

Pesquisadora - Ah, legal. Tem jeito de eu depois estar conversando com elas também?

Faccionista 2 - Tem. Eu posso conversar com elas.

Pesquisadora - Porque isso é legal, uma forma de organização diferente, se eu te falar que a primeira que estou vendo assim, porque até então não tinha nenhuma forma de organização das faccionistas, todas trabalhavam assim totalmente isoladas.

Faccionista 2 - Não. Aqui não, aqui nós somos um grupo.

Pesquisadora - E nesse tempo que você está trabalhando modificou alguma coisa dentro da produção? Do tipo assim, da forma como você pega trabalho, de como você produz. Mudou alguma coisa na produção?

Faccionista 2 - Mas mudou como assim?

Pesquisadora - Na questão mesmo de organização de quando, por exemplo, de quando você começou a trabalhar até hoje. O que tem de diferente? O que você acha que mudou?

Faccionista 2 - Mudou. Porque no início eu trabalhava só para uma indústria, só para uma fábrica, no início, depois que eu fui vendo que as coisas não é assim, aí eu fui mudando assim, eu fui conhecendo mais gente, as coisas foi abrindo as portas mais para nós, entendeu? Mudou assim, você foi conhecendo mais outros tipo de roupa, fazendo outros tipo de... mexendo com pano, que a gente não mexia, entendeu, as coisas mudou nesse termo, mas não assim... eu acho assim as coisas precisa melhorar mais no mundo porque, no Brasil porque a gente luta, luta, luta e as coisas não vai para frente. Então eu acho assim que devia ter mais oportunidade para a gente que são... começando, que a gente está querendo lutar, crescer e não consegue, então você vai num banco, querendo um dinheiro para comprar uma máquina é um absurdo, você compra duas máquinas, o dinheiro que você paga, você tem que pagar mais duas

máquinas. Então como você cresce, um pobre cresce? Uma pessoa tem vontade de subir, não tem como.

Pesquisadora - Agora uma coisa, **Faccionista 2**, isso nem está entre as perguntas que eu estou fazendo não, mas até veio porque eu tenho conversado muito com o pessoal do sindicato, com pessoas que estão de uma certa forma ligadas a questão da confecção, mas não são diretamente faccionistas e a questão das faccionistas... você se identifica hoje como uma costureira ou como uma empresária?

Faccionista 2 - Não, como costureira ainda. Empresária eu acho assim que eu estou muito longe para empresária, sabe, eu tenho que aprender muito, sabe, que cada pessoa que você conhece aqui que vem trazer roupa, você tem uma coisa que é totalmente assim novidade, todo dia tem uma novidade, então para mim que estou presa aqui, que igual meu ramo é costurar e entregar, eu não faço mais nada então eu estou por fora de muitas coisas, você entendeu? Estou por fora assim, eu não fico por dentro de quanto que é o pano, de quanto que é uma linha direito, sabe, então uma empresária eu acho assim que ela tinha que procurar ter mais conhecimento e eu não tenho tempo para isso, por eu ser a dona de casa, a chefe da casa, eu não tenho tempo. Então vontade eu tenho, mas infelizmente.

Pesquisadora - Mas você acha, por exemplo, que no caso de você que trabalha com facção seria necessário que você precisasse saber preço de tecido, por exemplo?

Faccionista 2 - Seria.

Pesquisadora - Por que?

Faccionista 2 - Seria, para mim por preço nas minhas roupas, porque às vezes eu dou...às vezes eu estou trabalhando e não estou tendo lucro e não estou sabendo o porquê, entendeu. Igual você às vezes trabalha, trabalha, trabalha dia e noite chega no final do mês: “Pó” trabalhei tanto e ganhei tão pouco, sabe? Porque nem todas pessoas, tem gente que reconhece,

ela fez essa roupa, está tão bem feita, eu vou pagar X , e tem gente que não, tem gente que fica não... fica querendo pagar menos não valoriza o trabalho da gente, sabe então...

Pesquisadora - No caso dessas pessoas que ... dessas outras costureiras que vocês são organizadas, vocês não se organizam em termos de preço de produto também?

Faccionista 2 - Organiza. Quando é, geralmente quando uma tem problema, tem dificuldade em preço aí liga para outra, sabe, a única coisa o nosso problema é o seguinte que as outras faccionistas agora estão deixando de pegar modinha, que são roupas mais trabalhadas, mas o meu ramo e da minha irmã é modinha então a gente assim já acostumou com esse ramo então o que está separando a gente do grupo é isso, que elas estão pegando roupas mais fácil, mas hoje o ramo de hoje você não pode escolher serviço. Então se você escolher você fica atrasada, você fica para trás. Então você tem que aceitar é o que está no ramo, é isso, é essa modinha então tem que fazer, se ficar escolhendo serviço você fica assim... as pessoas vai indo vai te largando, entendeu? Então é o nosso caso, a gente não pode ficar escolhendo serviço e elas estão escolhendo agora, sabe, *Ah porque está tendo muito serviço agora, agora pode escolher*. Mas eu não penso só hoje, eu penso em janeiro, fevereiro, de que futuro possa vir a encolher a produção.

Pesquisadora - E agora sobre a questão da organização do processo de produção, ou seja, como vocês organizam a questão... a produção aqui dentro mesmo. Como que é o processo de produção? No caso como que você faz para poder estar fazendo uma roupa?

Faccionista 2 - Bom...

Pesquisadora - Suponhamos assim, você falou que os empresários trazem as roupas para vocês, como que eles trazem as roupas? Como que essas roupas chegam aqui? E até a hora que vocês vão estar entregando para ele, qual é o caminho que a peça faz aqui?

Faccionista 2 - A gente procura entregar no máximo, na data que a gente combina. Eles chegam com a roupa vem cortadinha, vem as peças, quando vem faltando peça a gente avisa.

Então a gente assim, a gente procura trabalhar naquele processo, fazer a roupa entre o mínimo prazo possível para a gente entregar para trazer mais. Então assim, o processo é esse, a gente procura fazer um modelo, depois fazer outro modelo e assim vai.

Pesquisadora - Vocês fazem por modelo?

Faccionista 2 - É, por modelo.

Pesquisadora - Vocês separam cores?

Faccionista 2 - Separa, tudo separadinho.

Pesquisadora - E como que vocês duas organizam? Uma trabalha numa máquina, como que é?

Faccionista 2 - Geralmente quando é... a gente é assim duas trabalha na reta ao mesmo tempo porque o serviço de modinha vai muito em máquina reta, então às vezes a gente faz o serviço de uma máquina todinho primeiro aí fica as duas nas máquinas iguais, as duas retas, entendeu, para sair mais rápido o serviço.

Pesquisadora - No caso quais as máquinas que você utiliza e o que cada máquina vai estar fazendo, como que cada uma delas funciona? No caso você falou assim que trabalham, que vocês duas trabalham na reta. É só a reta que vocês trabalham? Ou...

Faccionista 2 - Não, trabalha na galoneira, no interloque que a gente fecha a roupa no interloque e faz o acabamento na galoneira e na reta.

Pesquisadora - **Faccionista 2**, é uma coisa também nem está aqui, mas é uma curiosidade, você tem muitas máquinas, você tem... são cinco máquinas. Qual que seria o investimento hoje para a pessoa ter esse número de máquinas que você tem aqui?

Faccionista 2 - O investimento?

Pesquisadora - É.

Faccionista 2 - Hoje, está difícil para te falar a verdade Hoje a pessoa ter um maquinário desse está muito difícil porque são caras, entendeu. Isso aqui tem anos que a gente já vem trabalhando, essa aí tem pouco tempo que a gente comprou o interloque, portanto...

Pesquisadora - É uma mais cara também?

Faccionista 2 - Isso é uma mais cara. Ela e aquela de lá a gente custou para comprar ela, essas outras aqui são mais antigas, sabe, nós temos duas aqui mais antiga que foi quando a gente começou, então hoje para ter... hoje se fosse para mim comprar esse maquinário que eu tenho aqui eu não conseguiria porque são muito caras, fica muita cara, então fica difícil.

Pesquisadora - No caso quando você começou a trabalhar, então tinha mais trabalho para você estar fazendo?

Faccionista 2 - Não, quando eu comecei a trabalhar eu comecei com uma pequena fabricazinha, que um senhor passou para mim, então eu trabalhava só em duas máquinas, só overloque e galoneira aí veio a minha irmã e entrou com duas máquinas de sócia comigo ela comprou duas máquinas foi aonde a gente chegou a ponto de cinco máquinas.

Pesquisadora - Você trabalhou na fábrica também, agora com relação, fazendo uma comparação como que era a produção na fábrica e como que é a produção dentro da sua casa? O que é de diferente em relação como você trabalhava dentro da fábrica e como você trabalha dentro da sua casa?

Faccionista 2 - A diferença que o patrão hoje, hoje eu não sei porque eu não estou lá fora, eu não estou sabendo. Mas antes quando eu trabalhava eu acho que o patrão não valoriza muito o funcionário não, sabe, porque a gente, a gente costurando em casa a gente vê como que é, sabe, cada pedacinho de pano que você costura com amor, com carinho você vê que se você fosse mais valorizada num local de trabalho, numa fábrica às vezes você produzia mais, você conseguia assim soltar mais produção, que o nosso caso aqui eu mais minha irmã a gente dá muito certo, a gente não briga, a gente combina todos os sentidos, então assim a gente procura

fazer o máximo possível para agradar as pessoas que a gente trabalha. Então assim, a gente trabalha com carinho, com amor, sabe, e capricho que é o mais essencial, portanto a gente não fica sem serviço, sabe, são indústrias grandes que procuram a gente aqui de longe. Porque eles valorizam nosso trabalho pelo carinho que a gente faz as nossas roupas, sabe, é igual eu falo, muita gente fala: *Ah vocês não tem nada porque vocês são bobas demais, vocês ficam numa caprichação*. Eu prefiro não ter nada, sabe, e mostrar as pessoas que eu sei trabalhar, igual no nosso caso a gente capricha tanto nas roupas que todo mundo: *Gente vocês é boba não precisa fazer isso não, faz assim e assim*. Não, eu não vou fazer, prefiro ganhar menos, sabe, e ter nome na praça porque não falta serviço então assim a gente vai levando.

Pesquisadora - Você consegue manter serviço o ano inteiro, **Faccionista 2**?

Faccionista 2 - Consigo. A gente consegue.

Pesquisadora - Deixa eu te perguntar, na fábrica, no caso você trabalhava numa máquina só, como que era?

Faccionista 2 - Não, lá eu trabalhava... que eu conheço seis tipos de máquinas, eu trabalho em seis tipos de máquinas, então lá é assim, nessa fábrica que eu trabalhei lá a gente não podia ficar só numa máquina, então cada hora você estava numa máquina, eles portanto só contratavam pessoas que conheciam mais de três máquinas, então lá assim cada hora você estava numa máquina foi aonde... às vezes eu agradeço é por isso, porque aonde eu estou hoje assim, porque eu conheço várias máquinas.

Pesquisadora - E por que esse processo de cada hora uma pessoa estar numa máquina?

Faccionista 2 - É para não acostumar com o trabalho, não acostumar com aquele serviço só. Então assim suponhamos, faltar um funcionário, você já cobre aquele lugar, naquela máquina do funcionário, então eles exigem.

Pesquisadora - Era uma estratégia da...

Faccionista 2 - Exatamente.

Pesquisadora - Com relação a questão das máquinas, qual você costurava dentro da fábrica isso você já até falou. Você acha que o trabalho que é feito na fábrica em termos de dificuldade é mais difícil do que o trabalho feito no seu domicílio?

Faccionista 2 - É, é porque você tem que... você fica longe da família, dos filhos, você tem que cumprir aquele horário, você tem que... aqui não, aqui eu levanto, eu cumpro meu horário, eu não tenho hora para parar, mas se eu quiser ir lá dentro, dar um café o meu filho eu posso, entendeu? Eu sou dona de mim, eu sou dona do meu trabalho, agora lá não, lá você pode levantar para tomar um copo de água, para... sabe, então tudo assim, tudo certinho, na hora certa, então isso aí eu acho... hoje eu vejo que é super puxado.

Pesquisadora - Agora com relação, sobre ao papel da renda. Qual que é o papel da renda que você ganha com facção na renda total da família? Você acabou respondendo, você falou que hoje você está tendo que assumir a posição de chefe da família que seu marido está desempregado, você já respondeu. Agora existe alguma diferença entre o salário que você ganhava dentro da fábrica e o salário que você ganha no trabalho dentro do seu domicílio?

Faccionista 2 - Existe, existe porque a gente ganha bem mais um pouco, a gente trabalha mais, mas ganha mais porque o salário hoje numa fábrica está muito pouco, se fosse para mim trabalhar para ser uma mãe de família igual eu no caso meu marido desempregado, eu não dava conta, entendeu, não dava. Então o que a gente ganha aqui dá para, como se diz, não dá para um luxo, mas pelo menos para o alimento dos meus filhos, para o alimento da minha casa, para a despesa da minha casa dá.

Pesquisadora - Agora sobre a questão da seguridade social. Os empresários que você trabalha eles pagam algum tipo de benefício do tipo INSS, 13º, férias?

Faccionista 2 - Não, eu pago INPS autônomo.

Pesquisadora - Então você paga por conta própria. Em caso de acidente, no caso como que fica?

Faccionista 2 - Não fica, a gente tem que, como se diz, aproveitar do SUS, depender de SUS que INPS todo mundo tem, então é SUS, como se diz, a gente não tem um convênio, as condições não dão para pagar um convênio, então é pelo SUS mesmo que a gente trata uma coisa assim.

Pesquisadora - E você aprendeu a costurar como? No caso você aprendeu naquele processo, igual você falou que trabalhou na fábrica e foi te ensinando ou você aprendeu com sua mãe que já era costureira?

Faccionista 2 - A mamãe já foi ensinando a gente, as mães, naquelas maquinazinhas antiga então ela já foi mostrando para a gente como que era as coisas e aí deu oportunidade na fábrica, nós começamos a aprender.

Pesquisadora - Você fez algum curso de qualificação?

Faccionista 2 - Fiz nenhum curso.

Pesquisadora - Nenhum curso. No caso como que você sabe o que tem que ser feito? Porque as peças chegam, elas não chegam com o manual de instrução para poder estar fazendo, igual você falou elas chegam cortadas...

Faccionista 2 - Geralmente vem a piloto, vem uma piloto e como a minha irmã tem mais experiência trabalhou em fábrica, tem mais experiência com modinha, ela já sabe, ela já estuda a peça e aí já começa e a gente começa a fechar a peça e aí dando certo vai todas.

Pesquisadora - Agora com relação ao conhecimento formal, no caso o conhecimento que é adquirido dentro da escola, você cursou até qual série da escola formal?

Faccionista 2 - Bom, eu fui só até a quinta série, tive que parar para trabalhar.

Pesquisadora - Agora em relação aos conhecimentos que você adquiriu dentro da escola formal, você acha que eles te ajudam no processo de produção da facção?

Faccionista 2 - Não, não porque eu tive um estudo não muito bom, muito agradável porque eu era uma pessoa assim muito nervosa. Então os estudos para mim não foi muito bom, não

porque eu não conseguia, sabe, antigamente, como se diz, hoje não, hoje tem psicólogo nas escolas, qualquer coisa vai um médico, uma coisa assim, mas antigamente era muito difícil as situações da gente não tinha como tratar então eu era muito nervosa, então meus estudos foi assim, foi passando sabe? Eles me passavam de ano para mim não ficar na escola porque eu chorava muito, eu queria... não queria estudar então foi muito difícil para mim, hoje o que eu sei é muito pouco, sei lê para mim, não dou conta de ler para uma pessoa, entendeu? então assim se for para mim ser uma empresária hoje eu tenho que ter um sócio que sabe muito bem se não... o ramo para mim... hoje... Computador para mim, isso para mim é um bicho, porque eu não sei nada dessas coisas. Portanto eu luto muito com meus filhos para ser diferente, ser diferente, sabe.

Pesquisadora - E no caso, por exemplo, de cálculo, no caso de estar calculando valor de peça, no caso... você não acha que de uma certa forma entra a questão da matemática quando você está...

Faccionista 2 - Entra, mas aí eu deixo por conta do meu marido, ele já tem estudo, ele é formado então nesse ponto, nessa área aí minha irmã também tem um pouquinho de estudo, então essa área aí de orçamento, essas coisas, eu já deixo por conta dela, porque é assim. Então a gente divide tudo o que eu sei e o que ela sabe. Então a área que eu sei ela deixa por minha conta e área que ela sabe já é dela, anotação, essas coisas tudo é ela, a gente divide tudo.

Pesquisadora - No caso, como que fica essa divisão? O que fica para você fazer e o que fica para ela fazer?

Faccionista 2 - O que fica para mim igual, por exemplo, às vezes eu não sei fazer uma roupa, matéria de conta não tudo é ela, aliás, contar eu sei, eu conto as roupas, mas eu falo assim de preço, entendeu, estudar preço a gente estuda igual, esse preço não está bom a gente discute, mas agora em matéria assim de escrever, de somar tudo é ela, eu fico só na contagem, eu

conto passo para ela, entendeu, agora na hora de escrever no papel mesmo, é ela eu deixo por conta dela.

Pesquisadora - Como que é avaliação do seu trabalho? De uma certa forma você já até começou a falar disso. Como que os empresários que passam trabalho para você avaliam o trabalho que você produz, no caso as peças que você produz?

Faccionista 2 - Bom, eles gostam porque tem seis anos que a gente mexe com isso, tem cinco anos que eu mexo com um só e nunca tive problema, nunca reclamou, sempre me dá serviço, me dá serviço a ano inteiro, não tem nada e, aliás, pelo contrário até passa nosso nome para outras pessoas e outro eu estou começando agora tem dois meses também graças a Deus não tem nada para reclamar, nunca voltou uma peça de roupa, então assim não amola a gente com nada, vem na data, pega na data, entrega, graças a Deus, não tem problema nenhum.

Pesquisadora - Vocês acabam negociando preço? No caso, você falou assim que fica para ela estar fazendo a questão de cálculo, mas vocês chegam a negociar preço com empresário do tipo assim, ah isso aqui não dá para... pode aumentar um pouco, não dá para pegar.

Faccionista 2 - Chega, eles manda a gente fazer a primeira peça, a gente faz, avalia o nosso tempo, o quanto que a gente vai gastar de energia, linha e fala o meu preço é isso então está bom para você, a gente fala, se a gente falar não, não está legal, dá para aumentar um pouco, eles aumenta, se não dá, infelizmente não dá, a gente tenta chegar num acordo, entendeu, e nunca deu problema.

Pesquisadora - E tem algum tipo de... como vocês fazem para poder estar organizando, igual você falou que as anotações acabam ficando por conta da sua irmã, mas como que são essas anotações?

Faccionista 2 - Ela anota as peças que chega, a gente faz, a gente nunca sabe quantas peças está chegando porque, como se diz, a gente confia neles que até hoje nunca deu problema, traz um tanto de peça e fala está vindo tantas peças, sabe, como se diz, a gente entrega para Deus

porque graças a Deus nunca teve nenhum problema, eles falam estou levando tantas peças aí geralmente quando dá no finalzinho da gente... quando a gente acaba as peças que vai contar aí realmente dá certinho o que eles trouxeram, até agora nunca deu problema, então a gente conta as peças anota tudo, a data direitinho entrega para eles, eles ficam com um papel e a gente com outro é o nosso comprovante só.

Pesquisadora - Acaba funcionando como uma espécie de contrato?

Faccionista 2 - Acaba funcionando assim, fica anotado lá.

Pesquisadora - Mais informal, mas é um contrato?

Faccionista 2 - É.

Pesquisadora - E já teve alguma vez que, **Faccionista 2**, que alguém deixou de pagar vocês ou...

Faccionista 2 - Não, até agora não, chega a atrasar às vezes, mas nunca, porque a gente leva assim tudo na faixa da amizade, a gente procura desde a primeira vez que a pessoa vêm aqui, a gente já deixa a pessoa à vontade, entendeu, já brinca com a pessoa, já... às vezes fala até bobagem, sabe, brincando e fala como você está bonita e sempre assim, a gente procura fazer amizade, o primeiro dia que chega, conquistar a pessoa primeiro e isso tem dado muito certo, porque o que a gente tem feito de amizade não é brincadeira, sabe, pessoas que chegam aqui de cara fechada, repara o nosso local de trabalho porque aqui é tudo humilde, fica olhando de repente chega quando é a terceira vez já tira o chinelo, já toma cafezinho com a gente, sabe, a gente procura fazer o máximo de amizade possível com aquela pessoa, o máximo que a gente puder a gente faz.

Pesquisadora - Isso acaba sendo uma garantia de que você vai ter um retorno depois?

Faccionista 2 - Exatamente, e sempre tem um retorno, sempre graças a Deus.

Pesquisadora - **Faccionista 2**, eu queria ver com você se é possível eu estar observando vocês alguns dias.

Faccionista 2 - Pode.

Pesquisadora - No caso, até incomoda um pouquinho porque eu venho e fico, assim o dia inteiro observando, fazendo anotações.

Faccionista 2 - Não, pode vir, o dia que você quiser marcar, você pode vir.

Pesquisadora - Vocês estão tendo trabalho por esses dias?

Faccionista 2 - Está, esse trabalho aqui a gente tem ele hoje, aliás, amanhã e...

ANEXO 6

4 Trabalho

Tabela 4.1b - Indicadores de condição de atividade e de ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo - 2001-2002

Sexo	Indicadores de condição de atividade e de ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2001						
Taxa de atividade						
Total	60,5	56,5	59,0	59,8	65,4	62,9
Homens	72,8	69,6	72,1	72,0	76,2	76,0
Mulheres	48,9	44,1	46,7	48,6	55,0	50,5
Nível da ocupação						
Total	54,8	50,9	53,8	53,3	61,1	57,4
Homens	67,4	64,3	67,1	65,6	72,1	70,7
Mulheres	43,1	38,1	41,4	42,0	50,6	44,7
Taxa de desocupação						
Total	9,4	9,9	8,7	10,9	6,5	8,9
Homens	7,5	7,6	6,9	8,8	5,4	7,0
Mulheres	11,9	13,4	11,3	13,6	8,1	11,5
Percentual de pessoas que já trabalharam antes na população desocupada						
Total	71,5	61,3	67,2	73,6	74,7	74,3
Homens	74,6	63,8	73,0	76,3	75,0	75,8
Mulheres	68,8	59,1	62,1	71,3	74,5	73,1
Distribuição das pessoas economicamente ativas						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	58,1	60,0	59,1	57,6	57,0	58,9
Mulheres	41,9	40,0	40,9	42,4	43,0	41,1
Distribuição das pessoas ocupadas						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	59,3	61,6	60,2	58,9	57,7	60,1
Mulheres	40,7	38,4	39,8	41,1	42,3	39,9
2002						
Taxa de atividade						
Total	61,3	58,3	59,8	60,7	66,1	62,9
Homens	73,2	70,3	72,8	72,1	76,6	76,0
Mulheres	50,3	47,1	47,7	50,2	56,3	50,4
Nível da ocupação						
Total	55,7	52,3	54,9	54,1	62,0	57,8
Homens	67,8	64,8	67,9	65,7	72,8	71,0
Mulheres	44,5	40,6	42,6	43,4	51,8	45,1
Taxa de desocupação						
Total	9,2	10,3	8,3	10,8	6,3	8,2
Homens	7,4	7,8	6,7	8,8	5,0	6,5
Mulheres	11,6	13,8	10,6	13,5	8,0	10,5
Percentual de pessoas que já trabalharam antes na população desocupada						
Total	72,3	64,8	69,2	73,9	76,2	71,6
Homens	73,9	66,8	73,1	74,4	76,8	74,8
Mulheres	71,0	63,3	65,6	73,5	75,8	68,7
Distribuição das pessoas economicamente ativas						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	57,5	58,3	58,9	56,8	56,2	59,1
Mulheres	42,5	41,7	41,1	43,2	43,8	40,9
Distribuição das pessoas ocupadas						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	58,7	59,9	60,0	58,1	57,0	60,1
Mulheres	41,3	40,1	40,0	41,9	43,0	39,9

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

(1) Exclui-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

ANEXO 7

4 Trabalho

Tabela 4.2a - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2001-2002

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2001						
Total (2)	75 458 172	3 720 937	20 550 823	32 652 402	12 872 954	5 510 470
10 a 14 anos	1 935 269	80 716	994 885	422 782	305 910	118 809
15 a 17 anos	3 250 541	166 197	1 147 548	1 125 599	567 532	233 707
18 e 19 anos	3 539 355	186 291	974 539	1 503 665	614 109	254 854
20 a 24 anos	10 091 715	570 862	2 709 323	4 419 104	1 586 556	787 862
25 a 29 anos	9 723 558	545 242	2 579 095	4 270 428	1 534 930	780 853
30 a 39 anos	19 109 107	986 125	4 850 531	8 474 783	3 280 060	1 490 437
40 a 49 anos	14 924 948	712 935	3 551 721	7 022 345	2 570 337	1 047 480
50 a 59 anos	8 242 593	324 527	2 239 173	3 602 533	1 520 313	532 946
60 anos ou mais	4 633 606	147 699	1 500 762	1 809 044	893 207	261 750
Homens (2)	44 747 449	2 290 469	12 380 829	19 227 816	7 433 993	3 310 261
10 a 14 anos	1 292 734	50 667	674 221	282 701	188 320	86 052
15 a 17 anos	2 064 200	109 841	775 188	682 207	339 440	149 752
18 e 19 anos	2 180 809	120 014	640 699	886 809	367 569	161 000
20 a 24 anos	5 985 802	355 784	1 666 967	2 556 859	918 361	473 810
25 a 29 anos	5 753 245	333 286	1 545 658	2 511 362	891 397	463 562
30 a 39 anos	10 982 661	584 378	2 800 188	4 890 670	1 850 332	838 814
40 a 49 anos	8 524 966	424 764	1 998 854	4 026 479	1 445 687	616 594
50 a 59 anos	4 934 140	208 210	1 304 816	2 198 166	876 678	332 479
60 anos ou mais	3 025 275	103 353	973 144	1 190 803	556 209	187 607
Mulheres (2)	30 710 723	1 430 468	8 169 994	13 424 586	5 438 961	2 200 209
10 a 14 anos	642 535	30 049	320 664	140 081	117 590	32 757
15 a 17 anos	1 186 341	56 356	372 360	443 392	228 092	83 955
18 e 19 anos	1 358 546	66 277	333 840	616 856	246 540	93 854
20 a 24 anos	4 105 913	215 078	1 042 356	1 862 245	668 195	314 052
25 a 29 anos	3 970 313	211 956	1 033 437	1 759 066	643 533	317 291
30 a 39 anos	8 126 446	401 747	2 050 343	3 584 113	1 429 728	651 623
40 a 49 anos	6 399 982	288 171	1 552 867	2 995 896	1 124 650	430 886
50 a 59 anos	3 308 453	116 317	934 357	1 404 367	643 635	200 467
60 anos ou mais	1 608 331	44 346	527 618	618 241	336 998	74 143
2002						
Total (2)	78 179 622	3 953 165	21 341 552	33 731 011	13 307 676	5 696 953
10 a 14 anos	1 856 627	95 173	912 085	402 166	331 942	115 622
15 a 17 anos	3 291 700	181 485	1 225 037	1 064 534	553 087	255 419
18 e 19 anos	3 454 406	185 453	1 023 953	1 411 038	583 740	242 110
20 a 24 anos	10 539 090	594 410	2 964 529	4 539 293	1 631 795	794 999
25 a 29 anos	10 049 625	572 204	2 700 972	4 468 041	1 522 221	774 692
30 a 39 anos	19 595 575	1 048 010	4 955 304	8 715 352	3 331 022	1 518 463
40 a 49 anos	15 741 504	744 586	3 666 242	7 391 954	2 822 127	1 096 410
50 a 59 anos	8 759 311	357 621	2 332 692	3 883 238	1 564 891	595 165
60 anos ou mais	4 870 336	173 589	1 559 691	1 849 575	963 421	303 541
Homens (2)	45 877 459	2 369 894	12 798 370	19 594 958	7 586 052	3 426 304
10 a 14 anos	1 249 089	62 034	619 387	259 378	216 235	82 937
15 a 17 anos	2 080 541	113 176	801 639	662 111	327 840	165 825
18 e 19 anos	2 103 034	109 478	661 715	825 128	352 471	147 311
20 a 24 anos	6 275 115	366 805	1 873 555	2 625 171	923 048	476 314
25 a 29 anos	5 791 735	334 176	1 588 607	2 553 598	867 104	441 128
30 a 39 anos	11 140 968	617 793	2 845 093	4 932 232	1 853 344	872 961
40 a 49 anos	8 864 925	424 478	2 037 117	4 178 372	1 566 818	646 743
50 a 59 anos	5 222 934	223 319	1 355 894	2 342 441	908 348	379 288
60 anos ou mais	3 141 424	118 001	1 015 046	1 212 370	568 546	213 594
Mulheres (2)	32 302 163	1 583 271	8 543 182	14 136 053	5 721 624	2 270 649
10 a 14 anos	617 538	33 139	292 698	142 788	115 707	32 685
15 a 17 anos	1 211 159	68 309	423 398	402 423	225 247	89 594
18 e 19 anos	1 351 372	75 975	362 238	585 910	231 269	94 799
20 a 24 anos	4 263 975	227 605	1 090 974	1 914 122	708 747	318 685
25 a 29 anos	4 257 890	238 028	1 112 465	1 914 443	655 117	333 564
30 a 39 anos	8 454 607	430 217	2 110 211	3 783 120	1 477 678	645 502
40 a 49 anos	6 876 579	320 108	1 629 125	3 213 582	1 255 309	449 667
50 a 59 anos	3 536 377	134 302	976 798	1 540 797	656 543	215 877
60 anos ou mais	1 728 912	55 588	544 645	637 205	394 875	89 947

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

(1) Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

ANEXO 8

4 Trabalho

Tabela 4.1a - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a condição de atividade e de ocupação na semana de referência - 2001-2002

Sexo e condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2001						
Total (2)	137 686 979	7 314 113	38 195 261	61 292 386	21 066 292	9 605 903
Economicamente ativas	83 243 239	4 131 547	22 515 527	36 628 236	13 773 201	6 045 574
Ocupadas	75 458 172	3 720 937	20 550 823	32 652 402	12 872 954	5 510 470
Desocupadas (3)	7 785 067	410 610	1 964 704	3 975 834	900 247	535 104
Já trabalharam antes	5 568 058	251 569	1 319 694	2 927 636	672 467	397 841
Nunca trabalharam	2 217 009	159 041	645 010	1 048 198	227 780	137 263
Não-economicamente ativas	54 426 700	3 180 921	15 678 487	24 650 002	7 293 091	3 560 329
Homens (2)	66 433 655	3 562 762	18 447 393	29 308 963	10 310 357	4 684 008
Economicamente ativas	48 390 475	2 479 292	13 300 246	21 092 845	7 855 971	3 558 543
Ocupadas	44 747 449	2 290 469	12 380 829	19 227 816	7 433 993	3 310 261
Desocupadas (3)	3 643 026	188 823	919 417	1 865 029	421 978	248 282
Já trabalharam antes	2 718 710	120 437	671 015	1 423 199	316 368	188 100
Nunca trabalharam	924 316	68 386	248 402	441 830	105 610	60 182
Não-economicamente ativas	18 034 828	1 082 454	5 146 936	8 208 993	2 454 386	1 125 465
Mulheres (2)	71 253 324	3 751 351	19 747 868	31 983 423	10 755 935	4 921 895
Economicamente ativas	34 852 764	1 652 255	9 215 281	15 535 391	5 917 230	2 487 031
Ocupadas	30 710 723	1 430 468	8 169 994	13 424 586	5 438 961	2 200 209
Desocupadas (3)	4 142 041	221 787	1 045 287	2 110 805	478 269	286 822
Já trabalharam antes	2 849 348	131 132	648 679	1 504 437	356 099	209 741
Nunca trabalharam	1 292 693	90 655	396 608	606 368	122 170	77 081
Não-economicamente ativas	36 391 872	2 098 457	10 531 551	16 441 009	4 838 705	2 434 864
2002						
Total (2)	140 353 001	7 557 669	38 879 581	62 376 057	21 473 278	9 857 812
Economicamente ativas	86 055 645	4 406 139	23 265 844	37 826 505	14 203 875	6 202 640
Ocupadas	78 179 622	3 953 165	21 341 552	33 731 011	13 307 676	5 696 953
Desocupadas (3)	7 876 023	452 974	1 924 292	4 095 494	896 199	505 687
Já trabalharam antes	5 697 494	293 683	1 330 895	3 027 409	683 224	361 820
Nunca trabalharam	2 178 529	159 291	593 397	1 068 085	212 975	143 867
Não-economicamente ativas	54 285 460	3 150 906	15 610 792	24 541 551	7 269 403	3 654 846
Homens (2)	67 684 396	3 655 833	18 841 601	29 820 138	10 423 358	4 824 210
Economicamente ativas	49 524 477	2 569 848	13 712 007	21 492 853	7 982 082	3 665 588
Ocupadas	45 877 459	2 369 894	12 798 370	19 594 958	7 586 052	3 426 304
Desocupadas (3)	3 647 018	199 954	913 637	1 897 895	396 030	239 284
Já trabalharam antes	2 696 519	133 603	667 689	1 412 188	303 973	178 883
Nunca trabalharam	950 499	66 351	245 948	485 707	92 057	60 401
Não-economicamente ativas	18 154 133	1 085 552	5 128 332	8 323 520	2 441 276	1 158 296
Mulheres (2)	72 668 605	3 901 836	20 037 980	32 555 919	11 049 920	5 033 602
Economicamente ativas	36 531 168	1 836 291	9 553 837	16 333 652	6 221 793	2 537 052
Ocupadas	32 302 163	1 583 271	8 543 182	14 136 053	5 721 624	2 270 649
Desocupadas (3)	4 229 005	253 020	1 010 655	2 197 599	500 169	266 403
Já trabalharam antes	3 000 975	160 080	663 206	1 615 221	379 251	182 937
Nunca trabalharam	1 228 030	92 940	347 449	582 378	120 918	83 466
Não-economicamente ativas	36 131 327	2 065 354	10 482 460	16 218 031	4 828 127	2 496 550

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

(1) Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de condição de atividade. (3) Inclusive as pessoas sem declaração de trabalho anterior.

ANEXO 9

4 Trabalho

Tabela 4.2b - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2001-2002

Sexo e grupos de idade	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2001						
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	2,6	2,2	4,8	1,3	2,4	2,2
15 a 17 anos	4,3	4,5	5,6	3,4	4,4	4,2
18 e 19 anos	4,7	5,0	4,7	4,6	4,8	4,6
20 a 24 anos	13,4	15,3	13,2	13,5	12,3	14,3
25 a 29 anos	12,9	14,7	12,5	13,1	11,9	14,2
30 a 39 anos	25,3	26,5	23,6	26,0	25,5	27,0
40 a 49 anos	19,8	19,2	17,3	21,5	20,0	19,0
50 a 59 anos	10,9	8,7	10,9	11,0	11,8	9,7
60 anos ou mais	6,1	4,0	7,3	5,5	6,9	4,8
Homens (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	2,9	2,2	5,4	1,5	2,5	2,6
15 a 17 anos	4,6	4,8	6,3	3,5	4,6	4,5
18 e 19 anos	4,9	5,2	5,2	4,6	4,9	4,9
20 a 24 anos	13,4	15,5	13,5	13,3	12,4	14,3
25 a 29 anos	12,9	14,6	12,5	13,1	12,0	14,0
30 a 39 anos	24,5	25,5	22,6	25,4	24,9	25,3
40 a 49 anos	19,1	18,5	16,1	20,9	19,4	18,6
50 a 59 anos	11,0	9,1	10,5	11,4	11,8	10,0
60 anos ou mais	6,8	4,5	7,9	6,2	7,5	5,7
Mulheres (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	2,1	2,1	3,9	1,0	2,2	1,5
15 a 17 anos	3,9	3,9	4,6	3,3	4,2	3,8
18 e 19 anos	4,4	4,6	4,1	4,6	4,5	4,3
20 a 24 anos	13,4	15,0	12,8	13,9	12,3	14,3
25 a 29 anos	12,9	14,8	12,6	13,1	11,8	14,4
30 a 39 anos	26,5	28,1	25,1	26,7	26,3	29,6
40 a 49 anos	20,8	20,1	19,0	22,3	20,7	19,6
50 a 59 anos	10,8	8,1	11,4	10,5	11,8	9,1
60 anos ou mais	5,2	3,1	6,5	4,6	6,2	3,4
2002						
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	2,4	2,4	4,3	1,2	2,5	2,0
15 a 17 anos	4,2	4,6	5,7	3,2	4,2	4,5
18 e 19 anos	4,4	4,7	4,8	4,2	4,4	4,2
20 a 24 anos	13,5	15,0	13,9	13,5	12,3	14,0
25 a 29 anos	12,9	14,5	12,7	13,2	11,4	13,6
30 a 39 anos	25,1	26,5	23,2	25,8	25,0	26,7
40 a 49 anos	20,1	18,8	17,2	21,9	21,2	19,2
50 a 59 anos	11,2	9,0	10,9	11,5	11,8	10,4
60 anos ou mais	6,2	4,4	7,3	5,5	7,2	5,3
Homens (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	2,7	2,6	4,8	1,3	2,9	2,4
15 a 17 anos	4,5	4,8	6,3	3,4	4,3	4,8
18 e 19 anos	4,6	4,6	5,2	4,2	4,6	4,3
20 a 24 anos	13,7	15,5	14,6	13,4	12,2	13,9
25 a 29 anos	12,6	14,1	12,4	13,0	11,4	12,9
30 a 39 anos	24,3	26,1	22,2	25,2	24,4	25,5
40 a 49 anos	19,3	17,9	15,9	21,3	20,7	18,9
50 a 59 anos	11,4	9,4	10,6	12,0	12,0	11,1
60 anos ou mais	6,8	5,0	7,9	6,2	7,5	6,2
Mulheres (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 14 anos	1,9	2,1	3,4	1,0	2,0	1,4
15 a 17 anos	3,7	4,3	5,0	2,8	3,9	3,9
18 e 19 anos	4,2	4,8	4,2	4,1	4,0	4,2
20 a 24 anos	13,2	14,4	12,8	13,5	12,4	14,0
25 a 29 anos	13,2	15,0	13,0	13,5	11,4	14,7
30 a 39 anos	26,2	27,2	24,7	26,8	25,8	28,4
40 a 49 anos	21,3	20,2	19,1	22,7	21,9	19,8
50 a 59 anos	10,9	8,5	11,4	10,9	11,5	9,5
60 anos ou mais	5,4	3,5	6,4	4,5	6,9	4,0

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclusive as pessoas com idade ignorada.